

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PAULA RAMOS PIMENTA

**O OBJETO AUTÍSTICO E SUA FUNÇÃO NO TRATAMENTO
PSICANALÍTICO DO AUTISMO**

Belo Horizonte
2012

Paula Ramos Pimenta

**O OBJETO AUTÍSTICO E SUA FUNÇÃO NO TRATAMENTO
PSICANALÍTICO DO AUTISMO**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicanálise

Orientador: Prof. Dr. Jesús Santiago

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
2012

150	Pimenta, Paula Ramos
P644o	O objeto autístico e sua função no tratamento psicanalítico
2012	do autismo [manuscrito] / Paula Ramos Pimenta. - 2012. 215 f. Orientador: Jésus Santiago. Coorientadora: Ana Lydia Santiago. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia. 1. Psicologia – Teses. 2. Autismo - Teses. 3. Psicanálise – Teses. I. Santiago, Jésus. II. Santiago, Ana Lydia. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A Tese ***“O OBJETO AUTÍSTICO E SUA FUNÇÃO NO TRATAMENTO PSICANALÍTICO DO AUTISMO.”***

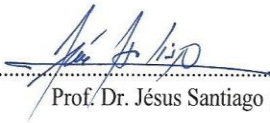
elaborada por **Paula Ramos Pimenta**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

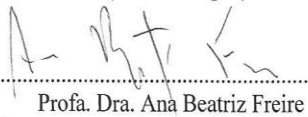
DOUTOR EM PSICOLOGIA

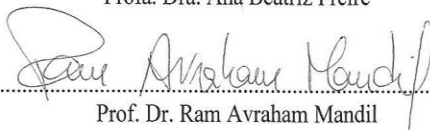
Belo Horizonte, 28 de novembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Jesus Santiago (orientador)


Prof. Dra. Ana Lydia Santiago (co-orientadora)


Profa. Dra. Ana Beatriz Freire


Prof. Dr. Ram Avraham Mandil


Prof. Dra. Ângela Maria Resende Vorcaro


Profa. Dra. Angélica Bastos de Freitas Rachid Grimberg

Dedico este trabalho às crianças e aos adolescentes autistas de minha clínica,
com quem aprendo a cada dia.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Jésus Santiago, pela orientação decidida quanto à pesquisa psicanalítica na universidade e a escuta clínica acurada, fundamental para a escrita em psicanálise.

À Prof.^a Dr.^a Ana Lydia Santiago, por sua leitura atenta e retornos rápidos, e cuja praticidade nas resoluções promoveu efeitos interessantes sobre o escrito e a conclusão da tese.

À Prof.^a Dr.^a Angélica Bastos e ao Prof. Dr. Marco Aurélio Prado, que participaram da qualificação desta pesquisa, com indicações preciosas que foram aproveitadas.

A todos os colegas e professores do doutorado que, por meio de indicações bibliográficas ou de discussões em sala de aula, contribuíram com o aprofundamento de minha pesquisa.

À Ludmilla e à Giselle, amigas especiais dessa árdua jornada.

A todos aqueles que se dispuseram, amavelmente, a procurar e transportar minhas encomendas estrangeiras: Elisa Alvarenga, Cristiana Pittella, Sérgio Mattos, Cristina Drummond, Sérgio Pimenta, Rafaela Vieira e tantos outros.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise com Crianças, do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, IPSM-MG, pela clínica em exposição, comentários preciosos e toda a produção teórica elaborada sobre o autismo, no ano de 2009, que muito enriqueceu esta pesquisa.

Aos colegas da Escola Brasileira de Psicanálise, em especial à Anamaria Vasconcellos, pela riqueza da troca.

À Ângela Vorcaro, por sua constante gentileza intelectual.

Ao CePAI/FHEMIG e à sua diretora, Lílian Albernaz, pelo acolhimento e apoio constantes. Agradecimentos extensivos aos colegas que enriquecem minha prática.

À APAE-Contagem e suas coordenadoras, Simone Guimarães e Cristina Abranches, e a todos os funcionários dessa instituição que mora em meu coração.

Ao Sérgio Laia, pela oportunidade de um encontro ímpar ocorrido pelo convite à participação no Simpósio sobre Autismo, da FUMEC.

À Mônica de Souza, pela ágil e criteriosa revisão das traduções do francês.

À Mônica Carvalho, pela diligência e a gentileza de confeccionar o *Abstract*.

À secretaria do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG, na figura de seus muitos funcionários, Beth, Eloiza, Flávia e Fabrício, pelo bom andamento das coisas e pela resolução dos problemas. Também agradeço a seus disponíveis coordenadores: Marco Aurélio Prado, Adriano Nascimento e Maycoln Teodoro.

Aos colegas da diretoria do IPSM-MG, que souberam acatar meu momento de distância: Elisa Alvarenga, Sandra Espinha, Maria José Gontijo e Henri Kaufmanner. E à Márcia Mezêncio, que aceitou antecipar-se à função.

À coordenação de psicologia da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, Prof.^a Valenir Machado, pelo apoio nos momentos finais do trabalho.

Aos meus alunos do curso de psicologia, pelas perguntas maduras e instigantes sobre o autismo, que me põem a trabalho.

Aos pais das crianças que atendo, pela confiança e parceria.

Ao Dr. Navantino Alves Filho, pelas contribuições científicas à pesquisa.

Ao Antônio Beneti, pela escuta clínica e “empurrões” necessários.

Finalmente, agradeço à minha família pelo carinho, incentivo e paciência, como também pelo trabalho de vários deles que pode ser aqui encontrado.

Aos meus sogros, Helenita e Reynaldo, aos meus irmãos, Juliana e Sérgio, e meus cunhados, especialmente Rafaela, Gustavo, Maria Angelina e Eliane, pelo apoio e interesse.

Ao meu pai, João Luís, por sua desenvoltura com o computador e pelo material de difícil acesso que dali surgiu.

À minha mãe, Mariângela, por tudo: revisão do português, diagramação, complementação das referências, digitação das citações estrangeiras e companhia nas madrugadas finais de trabalho.

Às minhas queridas filhas, Beatriz e Luísa, pelo imenso amor e entusiasmo pelo que a mim importa, e também pela tolerância e consentimento com as ausências da mãe.

E a José Renato, querido esposo, que se mostrou um grande companheiro. Sem ele esta tese não teria se concluído...

RESUMO

Esta pesquisa se dedica a investigar o objeto autístico e sua participação no tratamento psicanalítico dos autistas. A metodologia que utiliza é o Estudo de Caso, convocando a clínica para problematizar uma questão, que é respondida teoricamente. O campo da pesquisa é composto pela clínica da autora, que atende crianças e adolescentes autistas desde 1996, e por casos da literatura psicanalítica e de outras. O trabalho se inicia pela descrição nosológica do autismo, demarcando a ausência de interação social como eixo de seu diagnóstico. Em oposição, sua boa relação com os objetos indica o lugar estratégico que esses ocupam no tratamento. Os objetos autísticos foram considerados por alguns autores como nocivos à interação social do autista, por serem usados como instrumentos alheadores. O psicanalista francês Jean-Claude Maleval observa a característica dinâmica que comportam para diferenciá-los em duas categorias: simples e complexos. Os objetos autísticos complexos promovem a possibilidade de um laço social do autista. Os objetos autísticos simples servem como apoio para a função do duplo, recurso típico da defesa autística. Para investigar o lugar especial alcançado pelos objetos, percorre-se a constituição corporal dos sujeitos, demarcando que, no autismo, ela não ocorreu. A particularidade da linguagem no autismo é investigada, concluindo que não houve extração do objeto voz. Um caso clínico da literatura é descrito para se determinar a importância do duplo e dos objetos na condução do tratamento. Conclui-se por considerar a pertinência da instituição para o tratamento dessas crianças.

Palavras-chave: autismo – psicanálise – objeto autístico – tratamento

ABSTRACT

This thesis focuses on investigating the autistic object and its participation in the psychoanalytic treatment of autistic children. The methodology used is the Case Study, evoking clinic practice to raise a question which is answered theoretically. The research field is composed of the author's clinic, which serves children and adolescents with autism since 1996, and cases of psychoanalytic literature and other. The paper begins by the nosological description of Autism, marking the absence of social interaction as the core of its diagnosis. In contrast, the good relationship with objects indicates that they occupy a strategic place in the treatment. The autistic objects were considered by some authors as harmful to social interaction of autistic patients and deemed to be alienating instruments. The French psychoanalyst Jean-Claude Maleval notes the dynamic characteristics to differentiate such objects into two categories: simple and complex. The complex autistic objects promote the possibility of a social bond for autistic patients. The simple autistic objects serve as support for the 'double' feature, which is a typical autistic defense. To investigate the special place reached by objects, one explores the body constitution of the subject, pointing out that, in autism, it did not happen. The particularity of language in autism is investigated, concluding that there was no subtraction of the object 'voice'. A case described in literature is used to determine the importance of the 'double' feature and the objects to conduct the proposed treatment. We conclude by considering the relevance of the institution for the treatment of these children.

Keywords: autism - psychoanalysis - autistic object - treatment

SUMÁRIO

Introdução.....	11
------------------------	-----------

Capítulo 1 – O objeto

Seção 1 Definição de autismo.....	17
§1 A categoria nosológica do autismo.....	17
§2 A classificação do autismo nos manuais psiquiátricos.....	22
Seção 2 Ausência de interação social.....	28
§3 A concepção das diversas teorias.....	28
Seção 3 A boa relação com os objetos.....	40
§4 O objeto autístico.....	40
§5 A declinação do objeto autístico.....	52

Capítulo 2 – O corpo

Seção 4 Corpo e objeto pulsional.....	65
§6 Constituição do corpo em Freud.....	65
§6.1 O limite do corpo: o escudo protetor contra estímulos.....	66
§6.2 O corpo autoerótico.....	70
§6.3 O corpo narcísico.....	77
§7 Constituição do corpo em Lacan.....	80
§7.1 Primeiro período: imaginário.....	83
§7.2 Segundo período: simbólico.....	111
§7.3 Considerações clínicas.....	128
Seção 5 O corpo não constituído do autista.....	129
§8 A desregulação pulsional no autismo.....	129

Capítulo 3 – A linguagem

Seção 6 A linguagem do autista.....	136
§9 .As indicações de Jacques Lacan sobre o autismo.....	136
§9.1Discurso de encerramento das jornadas sobre psicose infantil.....	137
§9.2 Conferência em Genebra sobre o sintoma.....	140

9.3 Considerações.....	141
§10 Sujeitos verbosos.....	144
§11 A língua funcional.....	149
§12 Fugacidade de enunciações.....	151
Seção 7 Uma língua singular.....	152
§13 O objeto voz não extraído.....	152
§14 Questão clínica: autismo e esquizofrenia.....	165
 Capítulo 4 – A clínica	
Seção 8 Os objetos no tratamento.....	170
§15 O duplo.....	170
§16 A localização do gozo na borda.....	179
§16.1 Charlie.....	181
§16.2 Considerações.....	187
 Conclusão	196
 Referências	199
 Anexos	209
Anexo A.....	209
Anexo B.....	210
Anexo C.....	211
Anexo D.....	212
Anexo E.....	213
Anexo F.....	214
Anexo G.....	215

INTRODUÇÃO

Fragmento clínico 1: em uma manhã, Fabrício entra na sala correndo e abrindo abruptamente a porta, acompanhado da mãe. Ele se mostra inquieto e dirige-se logo à parede, contra a qual se choca. Corre para a parede oposta e a atinge com seu corpo com tanta velocidade, como se não tivesse a noção antecipada de que encontraria ali um obstáculo. Volta-se para a parede inicial e repete a sequência de deslocamentos seguidos de forte colisão. Um gemido constante acompanha os movimentos. A mãe comenta que Fabrício está muito agitado e nada lhe serviu para acalmá-lo até então. Minha tentativa de falar-lhe só piora a altura dos gemidos. Então me levanto e, sem nada dizer, pego dois bambolês e os disponho no chão, lado a lado. Busco cinco bolas de tênis e as coloco no interior de um deles, uma a uma. Fabrício imediatamente se contém, dirige-se aos bambolês e começa a tirar as bolas, colocá-las do lado de fora, depois inseri-las novamente no aro, ajeitá-las meticulosamente na posição desejada, dividi-las entre os dois bambolês. Permaneceu nessa atividade, quieto e tranquilo, por 15 minutos, após o que se dispôs a manipular novos objetos, em outro espaço da sala. Mais tarde, procurei me informar e ouvi da mãe que Fabrício havia permanecido calmo o resto daquele dia.

Qual o lugar dos objetos para o autista? Por que uma aparentemente banal manipulação de objetos pode trazer um efeito apaziguador para a crise autística?

Tais questões, essenciais por surgirem da experiência, guiam minha busca de formalização nesta tese. O estudo sobre as diferentes concepções do autismo e suas decorrentes propostas de tratamento, que empreendi no mestrado, promoveu a fagulha inicial deste trabalho ao chegar à solução encontrada por Temple Grandin por meio de um objeto por ela construído. Grandin, mundialmente conhecida por ser, concomitantemente, autista e Ph. D. em psicologia animal, defende publicamente a importância que tem sua “máquina de apertar”¹ para ajudá-la a manter-se mais sociável e afastada de intensas crises. Da manipulação de objetos à construção de um especial, como recurso protetor contra uma angústia aniquiladora, vê-se que os objetos são alçados a um lugar

¹ *Squeeze machine*, no original.

insigne pelo autista. O estudo de seus atributos, bem como de suas funções, implica em reconhecê-los como essenciais para a orientação de tratamento dos autistas. A tese aqui defendida segue nesse caminho, acrescentando-o pela concepção de objeto proposta pela psicanálise lacaniana. O objeto passa a ter um lugar basilar para a construção do corpo, ou para supri-la quando ela não ocorreu, como sucede nos casos de autismo.

Este trabalho conduz-se por um percurso teórico que parte da noção de objeto como promotor do alheamento autista do mundo e encontra a aparente formulação paradoxal sobre a função essencial desses objetos como apoio para a interação social do autista.

A metodologia utilizada é o Estudo de Caso, sendo o campo da pesquisa composto pela clínica da autora, que atende crianças e adolescentes autistas desde 1996, e por casos da literatura psicanalítica e outras. Uma especificidade que traz riqueza à investigação psicanalítica no âmbito da universidade foi aqui posta em prática: os casos são convocados para problematizar uma questão, a ser respondida teoricamente. Em poucas passagens da tese eles se prestam a ilustrar uma elaboração teórica anteriormente proposta.

Uma observação suplementar refere-se ao termo “criança”, preferido como opção de referência ao autista. Sabe-se que há autistas adolescentes e adultos, no entanto o termo criança, generalizável no texto para todos eles, não se mostra inadequado, por se supor que o tratamento é iniciado na infância, uma vez que as manifestações sintomáticas do autismo surgem até os três anos de idade.

O tema do autismo tem estado atualmente em pauta, no Brasil e no mundo. Associações de pais de autistas procuram obter das autoridades envolvidas um retorno científico e político sobre as dificuldades de seus filhos. Coagem os cientistas a se definirem por tratamentos mais efetivos para o autismo, apoiando-os, por meio de fundações de pesquisas, a investigarem sobre suas causas. Às políticas públicas educativas e de saúde, requisitam maiores recursos para a escolarização e o tratamento dos autistas.

Uma das discussões mais áridas promovidas por essa mobilização recaiu sobre o tratamento. A intervenção comportamental, por meio dos programas ABA (*Applied Behavior Analysis*) e TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children*), tomou a cena ao promover a

aprendizagem de habilidades sociais e funcionais pelo autista, bem como orientar os pais quanto a suas atitudes frente aos filhos. Apesar da postura mecânica adquirida pelas crianças, que aprendem mas verdadeiramente não assimilam o fundamento do que lhes foi ensinado, os psiquiatras, no Brasil, são quase unânimes em indicar o tratamento comportamental para os autistas.

Na França, chegou-se à proposição legal de se interditar os psicanalistas de tratarem autistas, sob a alegação de se reconhecerem como eficazes apenas as intervenções educativas. Enquanto no Brasil apenas alguns médicos repudiam a proposta de trabalho psicanalítico com os autistas, na França esse desprezo não se mostra suficiente, uma vez que os psicanalistas têm forte presença nos aparatos públicos de tratamento. A responsabilidade social do governo sustenta tais instituições, encaminhando-lhes as crianças, restando aos pais que optarem pelas intervenções educativas seu custeio com recursos próprios. Subentende-se daí o radicalismo da requisição francesa.

Em reação, os psicanalistas de orientação lacaniana, que trazem vasta bagagem de experiência no trabalho com crianças autistas e psicóticas nessas e outras instituições confederadas com a Associação Mundial de Psicanálise², abriram-se à sociedade para mostrar-lhe como a psicanálise trata os autistas. Um *site* foi lançado³, em fevereiro de 2012, e os psicanalistas foram para a mídia defender sua prática, salientando sua disponibilidade ao diálogo, sobretudo com os pais de autistas.

Como contraponto ao tratamento comportamental, cuja metodologia estabelece programas de ensino com base no reforçamento das respostas corretas e na extinção das incorretas, surgiram o método Floortime e o programa Son-Rise. Ambos trazem a proposta, compartilhada pela psicanálise, de aceitar o modo particular do autista se apresentar. Respeitam o tempo da criança ao definirem que deve partir dela a disposição ao contato. Ao terapeuta cabe promover um ambiente que lhe seja facilitador e aproveitar as dicas dadas pela criança — como um olhar, por exemplo — para seguir com a interação mínima estabelecida.

² O RI3, *Réseau International d'Institutions Infantiles*.

³ O site www.autismos.es traz seu conteúdo completo em quatro línguas — espanhol, francês, inglês e italiano —, apresentando-se com uma linguagem clara e desprovida de termos técnicos, com o intuito de se fazer entender pelos leitores não iniciados na psicanálise, sobretudo os pais de autistas.

O tratamento psicanalítico apresenta, em termos gerais, conjunção com essa proposta, ao mesmo tempo que dela se diferencia. Sua leitura original do autismo, com base nos conceitos de Outro, corpo e gozo, encaminham o tratamento por meandros díspares.

Esta tese surge nesse contexto, posicionando-se contrária ao puro adestramento do autista, que desconsidera seu lugar de sujeito, e se propondo a aclarar a orientação psicanalítica de tratamento, o que a faz diferenciar-se, contudo, de suas congêneres psicodinâmicas.

A composição do trabalho edificou-se sobre três eixos de leitura, expostos nos três capítulos iniciais. A organização lógica dos eixos tomou como estrutura o processo da construção lacaniana do Estádio do Espelho. Os mesmos pontos dessa progressão teórica são reproduzidos na problemática autista.

Sendo assim, o tema do objeto introduz diretamente a questão da tese e a interpela. Em sua elaboração imaginária, Lacan afirma que, no mesmo golpe especular em que o Eu é constituído, compõem-se também os objetos-entidades do mundo externo. Ainda em outros termos, inicialmente, persegue a localização do que veio posteriormente a chamar de objeto *a*, não “especularizável”, que bordeja e recobre o corpo. Este passa a ser, portanto, o tema do capítulo seguinte. A constituição do corpo decorre da borda instituída pelo objeto *a*. No autismo, por não ter havido o arremate definidor do corpo, promovido pela extração do objeto, a constituição corporal evidencia-se problemática.

Mais à frente em sua teorização, Lacan faz compor com o imaginário o simbólico. A dimensão da linguagem surge posteriormente em sua elaboração, mas com uma função original de revestir simbolicamente o corpo, por meio dos significantes-mestres do Outro, fundamentando uma alienação simbólica que norteia a imaginária. O capítulo dedicado à linguagem vem demonstrar o embaraço radical do autista com a posição de enunciação, que exige a alienação do sujeito a esses significantes-mestres.

Por fim, fecha-se o ciclo com o quarto capítulo, que estabelece os rumos para o tratamento do autista, remontando novamente aos objetos como seu eixo condutor. Objetos promotores de uma borda postiça que delimita precariamente um corpo para o autista.

Desse modo, o capítulo 1 se conduz pelas características dos objetos autísticos. Define, inicialmente, a categoria nosológica do autismo, identificando a dificuldade de interação social como um de seus pilares diagnósticos. Em oposição às pessoas, demarca a relação com os objetos como sendo de especial importância para essas crianças. A última seção do capítulo parte da nociva função de alheamento dos objetos autísticos e chega à proposta de uma teoria da gradação, que implica a concepção de uma dinâmica pulsional propiciada por esses objetos.

O capítulo 2 visa ao uso dos objetos autísticos para simular a operação lacaniana de extração do objeto pulsional, da qual decorre uma localização do gozo. Para que se estabeleça um corpo, é preciso que as zonas erógenas sejam delimitadas. No autismo, as manifestações desregradas da pulsão pressupõem uma ausência da consistência corporal. Para examinar tal aspecto, percorre-se o processo da constituição do corpo, em Freud e em Lacan. Em seguida, erigem-se os índices dessa ausência no autismo. A desregulação pulsional do autista é demonstrada fenomenologicamente e embasada pela ausência de extração do objeto.

O capítulo 3 empenha-se no tratamento da linguagem no autismo. Traça, preliminarmente, as indicações de Lacan, as quais acentuam essa relação. A maneira como os autistas usam a linguagem se subdivide, essencialmente, em duas: aquela do privilégio dado ao som, à materialidade do significante, e uma outra que contempla o sentido, mas de um modo funcional, sem a prosódia típica da fala. Um terceiro tipo assumido pela linguagem do autista foge a seus costumes: em situações críticas, adota uma posição de enunciação, com o uso correto do pronome “eu”, pronunciando frases de caráter imperativo. Essa fala tem o mérito de pôr à prova a tese comportamentalista do *deficit* cognitivo, ao demonstrar a capacidade do autista de elaborar corretamente sua verbalização. Para instituir a possibilidade de comunicação funcional que encerra um sentido, vê-se a conveniência do dispositivo linguístico do signo. A seção consagrada à singularidade da linguagem do autista contempla esse propósito, bem como esclarece a sua dificuldade em assumir uma posição de enunciação. Um cotejamento entre autismo e esquizofrenia arremata esse capítulo, em razão de suas semelhanças conjugadas com suas particularidades.

O quarto e último capítulo retoma a pergunta da tese sobre o lugar dos objetos na clínica do autismo, formalizando algumas orientações. Com base na identificação anterior de um movimento espontâneo do autista que procura instaurar imaginariamente a perda que não ocorreu no nível simbólico, ele contempla esse arremedo de extração do objeto acentuando as indicações apoiadas no âmbito da instância da letra. Outrossim, a evidenciação da função vital fundamentada pelos objetos autísticos complexos salienta o lugar do duplo, ocupado por esses objetos e eventualmente pelo analista. Finalmente, oficializa-se o caráter fundamental de borda do corpo que localiza o gozo, resguardado pelos objetos, circunscrevendo sua essencialidade para a clínica do autismo.

A conclusão retoma o percurso teórico da tese e relança perguntas que tocam de perto a prática clínica. A indicação, para essas crianças, de um trabalho institucional, fica premente.

Cabe justificar, desde já, o uso do termo “sujeito” para essas crianças. Por ser falada pelo Outro, mesmo que não lhe responda à altura, o termo já se mostra apropriado. Trata-se do sujeito como efeito de remissão de um significante a um outro. O fato de o autista aceder aos significantes do Outro, em momentos pontuais, indica que há um sujeito que pode ser, inclusive, tomado numa enunciação. Ademais, a presença momentânea de um olhar, habitualmente ausente, leva a se considerar sobre a existência de um efeito-sujeito, sobre o qual recai a aposta do analista.

CAPÍTULO 1 – O OBJETO

A função do objeto no tratamento vem da própria definição do que seja o autismo. À ausência de interação social, um de seus pilares diagnósticos, contrapõe-se a procura constante por objetos. Por estes terem um lugar tão especial para o autista, cabe defini-los como a guia mestra do tratamento. Colocá-los em evidência, como um item de interesse do autista a se tornar um apoio para a importuna interação social, surge como uma das propostas da psicanálise. Seu uso auxilia, ademais, a tentativa de extração do objeto pulsional que o autista empreende para localizar o gozo.

As características dos objetos autísticos são os tópicos condutores deste capítulo. Sua sequência se inicia pela definição do que seja “autismo” e segue com a identificação da dificuldade na interação social para concluir pela peculiar importância que os objetos adquirem para essas crianças. A última seção enfatiza as especificidades dos objetos autísticos, passando da concepção de um objeto alheador e pernicioso ao entendimento da dinâmica propiciada por ele, que permite a animação pulsional do autista.

Seção 1 Definição de autismo

§1 A categoria nosológica do autismo

O autismo não se configura como uma doença, mas como uma síndrome, por não se terem identificadas suas causas. Foi proposta em 1943, por Leo Kanner (1894-1981), pedopsiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos. Uma segunda categoria, a Síndrome de Asperger, descrita pelo pediatra austríaco Hans Asperger (1906-1980), um ano mais tarde, foi considerada com características semelhantes às do Autismo Infantil e a ele associada a partir de 1971.

O termo “autismo” foi criado pelo psiquiatra suíço Eugène Bleuler (1857-1939), baseando-se na concepção freudiana de “autoerotismo”. Sigmund Freud (1856-1939), por sua vez, tomara esse termo emprestado do médico inglês Havelock Ellis (1859-1939). Mas foi Leo Kanner quem isolou um conjunto de

manifestações patológicas infantis e, utilizando-se do termo criado por Bleuler, reuniu-as sob o que denominou Autismo Precoce Infantil.

Nos primórdios de sua elaboração da teoria psicanalítica, Freud (1899 [1950]/1987; 1905/1987) se utilizou do termo autoerotismo, conceituando-o de maneira um pouco diferente de seu criador. Havelock Ellis chamou autoerotismo a uma excitação que não era provocada de fora, mas que surgia do interior mesmo do organismo. Para Freud, o autoerotismo foi tomado como um estágio do desenvolvimento sexual em que a pulsão não se encaminha para nenhum objeto, satisfazendo-se no próprio corpo. O estágio autoerótico antecede o estágio narcísico, no qual a pulsão toma o eu como objeto de satisfação. Ambos os estádios estão envolvidos no que Freud denominou fases do desenvolvimento pulsional, em que se vê o predomínio progressivo de uma determinada pulsão: estágio oral, estágio anal-sádico e estágio fálico.

Eugène Bleuler foi um dos poucos psiquiatras que acompanhou, interessadamente, as inovadoras elaborações psicanalíticas de Freud, em sua época. Bleuler, como vários psiquiatras seus contemporâneos, andava descontente com a nosologia de Demência Precoce, criada por Kraepelin. Ele a considerava mal nomeada, objetando que (i) não se tratava de uma verdadeira demência, (ii) ela não era sempre precoce e (iii) o processo de deterioração psíquica era frequentemente tardio. Sob a influência da psicanálise, Bleuler cunhou, em 1911, um termo para designar nosograficamente a Demência Precoce de Kraepelin: “esquizofrenia”, que, em grego, significa “mente dividida”. Esse neologismo é fruto da incorporação da divisão do psiquismo, postulada na psicanálise pela psiquiatria.

Com efeito, Bleuler isolou o que considerava como o problema fundamental desses pacientes: a dissociação psíquica. Esta se manifestava no desaparecimento do poder regulador do eu e da consciência sobre o curso do pensamento, resultando em um estado subjetivo semelhante à associação livre e ao sonho — uma invasão difusa dos processos primários nos processos secundários do eu. A essa predominância da esfera psíquica sobre a síntese

pessoal e a percepção da realidade, Bleuler designou “autismo”. Esse novo termo foi formulado extirpando-se a partícula central “eros”⁴ do autoerotismo freudiano.

Se, na concepção de Freud, o autoerotismo indicava uma pulsão que não se utilizou de um objeto para se satisfazer, voltando sua satisfação para o próprio corpo, para Bleuler a providencial retirada da partícula indicativa da libido em sua nova nomenclatura apontava para a simples perda de contato com a realidade, sem o direcionamento dado pelo componente pulsional. A realidade externa era substituída por uma realidade interna concordante com os desejos irrealizáveis no plano exterior e cuja manifestação se dava por meio dos delírios e das alucinações.

Os casos mais leves vivem mais na realidade, os mais graves já não permitem que sejam retirados do mundo dos sonhos, apesar de ainda manter contato com a realidade para necessidades básicas como comer e beber. (Bleuler, 1911/1985, p. 285).

Em 1943, Leo Kanner publicou seu estudo de 11 casos de crianças com sintomatologias semelhantes, cuja desordem principal configurava-se pelo extremo desligamento da realidade. Baseando-se na noção de autismo cunhada por Bleuler, Kanner adjetivou esses quadros como sendo Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo, título de seu primeiro trabalho. Um ano depois, publicou outro artigo, mais sucinto, cujo título nomeia o quadro descrito em seu estudo anterior Autismo Precoce Infantil, agora já se utilizando do substantivo de Bleuler para denominar uma síndrome com uma descrição clínica claramente definida.

O adjetivo “precoce” se devia ao surgimento dos sintomas desde cedo, elucidados pela ausência da atitude antecipatória, aos quatro meses de vida, e do ajuste do corpo da criança à posição da pessoa que a carregava.

No autismo de Bleuler, constitutivo da esquizofrenia, surgiria um retraimento do sujeito, posterior a um período de relação com a realidade. Já no autismo isolado por Kanner, essa reclusão autística está presente desde o início.

Dentre as características descritas por Kanner (1943/1997), destacam-se a solidão autista com “um fechamento autístico extremo”; a ausência da função de comunicação da linguagem mesmo naquelas crianças “falantes”; uma “obsessão ansiosa de permanência”, havendo a necessidade imperiosa de que não haja

⁴ Do grego: amor, paixão, desejo ardente. (Cf. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0).

mudanças, as mínimas possíveis, em seu ambiente; e a boa relação com os objetos, em oposição às péssimas relações estabelecidas com as pessoas.

Kanner também observou que essas crianças possuíam boas potencialidades cognitivas e suas expressões faciais impressionavam pela inteligência, diferenciando-as dos débeis mentais. Habitualmente, gozavam de boa saúde física e seu desenvolvimento motor era satisfatório, contrastando, no entanto, com suas dificuldades de contato.

Berquez (1991) observa, em seu precioso artigo sobre o estudo histórico do autismo infantil, que, apesar de sua definição clínica — um distúrbio relacional — manter-se até os dias de hoje, 60 anos após a detalhada descrição da síndrome feita por Kanner, sua patogenia e sua etiologia suscitam inúmeras controvérsias. O próprio Kanner, ao longo de sua obra, evoluiu de uma concepção psicopatológica do autismo para uma concepção biológica da síndrome, passando, antes, por um período de transição, quando tomou o autismo como um distúrbio funcional, em que a capacidade inata da criança de entrar em contato com os outros estaria em combinação com anomalias bioquímicas ou psicológicas — nesse caso, a personalidade *sui generis* dos pais.

Tem-se, então, na evolução das ideias de Kanner, a precisa descrição semiológica que ele fez da síndrome do autismo, imutável até os dias atuais; a concepção dessa síndrome como sendo, inicialmente, psicopatológica e desembocando na concepção de uma síndrome eminentemente clínica e fenomenológica; e a etiopatogenia do autismo concebida como psicopatológica, no início, e estabelecida como biológica, com um caráter genético e/ou bioquímico, ao final de seus estudos.

Berquez também assinala a importância da forma como se apresentou o trabalho original de Kanner. Rompendo com uma antiga tradição da psiquiatria infantil, Kanner publica os resultados de um estudo caracterizadamente experimental, cuja estrutura obedece rigorosamente os passos de uma pesquisa científica aplicada às ciências naturais: apresentam-se, inicialmente, os fatos (os 11 casos descritos), em seguida tem-se uma discussão, na qual os sintomas semelhantes entre si são localizados e agrupados, configurando uma síndrome, e, por fim, são tecidos comentários com hipóteses etiológicas e patogênicas para a síndrome anteriormente descrita. Somente o seu artigo seguinte, de 1944,

retomará a fórmula clássica da literatura médica, com uma descrição da síndrome apresentada já no início, ilustrada apenas por dois casos de sua pesquisa, quando se seguem a descrição dos principais sintomas e uma breve discussão sobre sua provável etiologia. Suas observações experimentais encontram-se presentes apenas como ilustração e não para fundamentarem a necessidade lógica da síndrome descrita.

Ao longo de seus estudos, Kanner destacou o isolamento extremo das crianças, a ausência da função de comunicação, a ecolalia, a interpretação literal das palavras, os rituais, as estereotipias, a insistência obsessiva na manutenção da rotina, as boas relações com os objetos, a dificuldade de contato afetivo com as outras pessoas, a excelente capacidade de memorização e as boas potencialidades cognitivas, acompanhadas de uma fisionomia inteligente e uma aparência física normal.

Maria Júlia Kovács (como citado em GEPAPI, 1991, p. 5) observa que Kanner estava convencido que a incapacidade do autista em estabelecer relacionamentos era inata e, em 1956, reduziu os sintomas essenciais do autismo a dois: extrema solidão e preocupação com a manutenção da rotina.

Em 1944, Hans Asperger⁵ descreveu uma condição que denominou de Psicopatia Autística. Essa publicação, editada ao final da Segunda Guerra Mundial por um austríaco, ficou restrita à língua alemã até 1971, quando foi discutida, em inglês, por Van Krevelen⁶. Em 1981, a psiquiatra britânica Lorna Wing tornou-se a grande divulgadora das ideias de Asperger, ao escrever seu trabalho *Asperger's Syndrome: a Clinical Account*⁷.

Acredita-se que Asperger desconhecia o trabalho de Kanner e que se utilizou do adjetivo “autista” de maneira diferente de seu colega austro-americano. Ele nomeava de Psicopatia Autística uma síndrome infantil que apresentava desvios importantes nas áreas de interação social, comunicação e nos jogos simbólicos, tal como ocorre no autismo de Kanner. Essas crianças, no entanto,

⁵ Asperger, H. (1944). Die “Autistischen Psychopathen” im Kindesalter. *Arch. Psychiatr. Nervnk.*, 117, 76-136. Não foi encontrada sua tradução em línguas com as quais seria possível trabalharmos. Apenas a publicação original, em alemão, e uma parte da publicação inglesa, do livro de Uta Frith — Frith, U. (1992). *Autism and Asperger Syndrome*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 37-62 — em versão digital e, no entanto, com restrições à visualização completa das páginas.

⁶ Van Krevelen, D. A. (1971). Early Infantile Autism and autistic psychopathy. *J. Autism Childhood Schizophrenia*, 1(1), 82-86.

⁷ Wing, L. (1981). Asperger's syndrome: a clinical account. *Psychol. Med.*, 11, 115-129.

apresentavam, de acordo com suas palavras, inteligência normal, boa criatividade e capacidade imaginativa. A fala também não se encontrava ausente, apesar da possibilidade de sua fluência se estabelecer mais tardiamente, por volta dos três ou quatro anos de idade. Não era incomum o aprendizado da leitura se dar espontaneamente, induzindo sua inscrição no rol dos superdotados.

A Síndrome de Asperger apresenta dificuldades motoras, com nítido desajeitamento no andar, o que não é característico do autismo de Kanner (Schwartzman, 1991). A comunicação verbal se demonstra por um extenso vocabulário, com uso de palavras incomuns para a idade e construção de frases rebuscadas, configurando o que caracterizaria uma fala pedante. O bom desempenho da comunicação verbal é, no entanto, apenas aparente, pois as palavras e frases são utilizadas de maneira repetitiva e estereotipada, acompanhadas de alterações no ritmo, na entonação, na altura e no timbre da fala. A compreensão da linguagem também se encontra atingida, havendo um entendimento literal do que é dito. Em paralelo, apresentam mímica facial reduzida e gestos pobres. Há a presença de contato visual, mas não de comunicação visual; não consideram, ou mesmo percebem, as expressões faciais de seus interlocutores. Há uma delimitação de um campo peculiar de interesse, o qual se atém, entretanto, a assuntos muito específicos e não usuais em sua faixa etária, como línguas mortas, tabelas numéricas, máquinas, meteorologia, calendários, entre outros. Vê-se uma superestima da inteligência dessas crianças, por seu vocabulário rebuscado e interesses proeminentes.

Asperger enfatizava a inteligência preservada dessas crianças, sua excelente memória e concedia-lhes um bom prognóstico. Ao tomar conhecimento dos trabalhos de Kanner sobre o autismo infantil, insistiu que os casos que descrevera diferiam muito daqueles. A despeito da opinião de seu fundador, a maioria dos autores considera a Síndrome de Asperger como uma forma atenuada do autismo infantil, similar em suas manifestações, porém com sinais e sintomas mais sutis (Schwartzman, 1994).

§2 A classificação do autismo nos manuais psiquiátricos

Com o passar dos anos, a sintomatologia básica de Kanner foi detalhada e esmiuçada com base nas observações clínicas, na tentativa de se precisar ainda

mais os parâmetros diagnósticos do autismo. Com o objetivo de se obter o diagnóstico precoce da síndrome, vê-se divulgada, na mídia e em instituições infantis, uma lista de condutas a que pais e educadores devem estar atentos, encaminhando qualquer criança suspeita para um diagnóstico médico mais aprofundado.

Algumas atitudes que encontramos descritas nessas listas “públicas”: risos ou risadinhas inconvenientes; ausência de medo real do perigo; aparente insensibilidade à dor; evitação de contato físico ou visual; brincadeiras estranhas ou repetitivas; aptidões físicas ou verbais incomuns; preferência por estar sozinho; dificuldade em expressar necessidades, podendo usar gestos; apego inadequado a objetos; insistência na repetição; resposta inadequada ou ausência de resposta a sons; repetição de palavras ou frases; giro de objetos ou de si próprio; dificuldade de interagir com outros⁸.

Outros autores acrescentam novas posturas que devem ser observadas ou descrevem melhor algumas já mencionadas acima: quando chamada, a criança não atende, aparentando ser surda; não fala, mas pode cantarolar músicas pronunciando bem as palavras; quando fala, sua linguagem não tem função de comunicação; presença de ecolalias; verbalismo solitário; olhar vazio ou olhar periférico; jogo com as mãos diante dos olhos para além dos 5-6 meses de idade; presença de movimentos rítmicos como balanceios corporais; fraca integração do esquema corporal, chocando-se facilmente com os objetos à sua volta; identificação adesiva: indiferenciação dos limites de seu corpo e do corpo do outro; utilização do corpo do adulto como um prolongamento de seu próprio; aquisição, muitas vezes precoce, da marcha e do controle esfincteriano; presença de distúrbios alimentares e/ou esfincterianos; compreensão periférica: atendimento de ordens dadas a terceiros; apresentação de capacidades intelectuais específicas bem desenvolvidas; interesse por buracos, furos, rasgos; ausência de angústia de separação ou de temor frente a estranhos; o fato de ter sido considerado um bebê calmo e fácil de lidar; apresentação de boa saúde, sem as doenças comuns da infância; imutabilidade: necessidade de que nada do ambiente saia de seu lugar; presença de rituais; pouca sensibilidade a frio, calor e

⁸ Relação retirada de um cartaz de divulgação pública da sintomatologia do autismo, elaborado pela *Autism Society of America*. (Tradução nossa).

dor; isolamento; crise e aumento de suas bizarras diante de uma tentativa forçada de se estabelecer contato.

O que se nota, em relação ao diagnóstico do autismo, é uma proliferação, na literatura especializada, de relatos de casos e de pesquisas que tratam de diferentes tipos de patologias sob o mesmo rótulo nosológico. Para tentar minimizar esse disparate diagnóstico, em 1977 a *National Society for Autistic Children* — atualmente denominada A.S.A. (*American Society for Autism*) — procurou definir o autismo e enumerar, sucintamente, sua sintomatologia básica, pretendendo alguma homogeneidade em seus critérios diagnósticos. Conceituou-se, então, o autismo como

uma inadequacidade no desenvolvimento, que se manifesta de maneira grave, por toda a vida. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Acomete cerca de vinte entre cada dez mil nascidos e é quatro vezes mais comum entre meninos do que meninas. É encontrada em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social. Não se conseguiu até agora provar nenhuma causa psicológica no meio ambiente dessas crianças que possa causar a doença. Os sintomas são causados por disfunções físicas do cérebro, verificados pela anamnese ou presentes no exame ou entrevista com o indivíduo. (Gauderer, 1993, p. 22).

Os quatro sintomas básicos enumerados por essa associação foram: (a) distúrbios no ritmo de aparecimentos de habilidades físicas, sociais e linguísticas; (b) reações anormais às sensações, afetando as seguintes funções ou áreas: visão, audição, tato, olfato, paladar, dor, equilíbrio e postura; (c) fala e linguagem ausentes ou atrasadas, com perturbações em sua manifestação, podendo estar presentes algumas habilidades cognitivas específicas; (d) formas anormais de se relacionar com pessoas, objetos e eventos.

Em 1988⁹, Lorna Wing (1993b) decidiu-se por uma tríade sintomática básica do autismo, com deficiências nas relações sociais, na comunicação e na capacidade imaginativa. Essa orientação diagnóstica foi tomada pelos manuais subsequentes como pilar para suas classificações.

O DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), da Associação Americana de Psiquiatria — um dos tratados diagnósticos mais utilizados pela psiquiatria no mundo, ao lado do CID (Classificação Internacional

das Doenças), estabelecido pela Organização Mundial de Saúde — também intenciona a elaboração de diagnósticos bastante precisos. A partir do DSM-III-R, apresenta a possibilidade de uma classificação multiaxial das doenças, considerando-se, concomitantemente, cinco eixos diagnósticos distintos. Com essa inovação dos critérios diagnósticos, o Distúrbio Autista pode coexistir com o diagnóstico de Retardo Mental, por exemplo.

A alteração do diagnóstico, ao torná-lo multiaxial, promoveu o tratamento gradativo dado à questão do diagnóstico diferencial, devido à multiplicidade de problemas apresentados pelas crianças autistas. Considera-se que a gradação diagnóstica a que ele induz ajuda o clínico a não se perder em um emaranhado de possibilidades interrelacionadas. A desvantagem mais séria apresentada pela classificação do DSM-III é a inclusão do nível intelectual no mesmo eixo que o distúrbio psiquiátrico, o que não ocorre na classificação do CID-9, também multiaxial. É o *continuum* patológico, proposto por Wing (1993b) — o chamado Espectro das Desordens Autísticas (EDA) ou espectro autístico —, que embasa as classificações atuais dos manuais diagnósticos.

É interessante realizar um breve histórico da categorização do autismo no DSM (Belaga, 2007), para se verificar que as primeiras edições, denominadas DSM-I (1952) e DSM-II (1968), refletiam o contexto histórico dos transtornos mentais de suas respectivas épocas, que privilegiavam os fatores etiológicos e consideravam a loucura como paradigma psicossocial, o que levou ao conceito de autismo como variante ou expressão precoce da esquizofrenia adulta.

O DSM-III, acompanhando estudos clínicos e observação de crianças portadoras de transtornos mentais, é publicado em 1980, com, pelo menos, quatro importantes modificações em relação aos anteriores: (1) diferenciação entre autismo e esquizofrenia, posicionando-o entre os transtornos invasivos do desenvolvimento e em uma ampla categoria de doenças neurológicas; (2) necessidade de avaliação dos transtornos sociais, do nível intelectual e do estado de saúde físico e neurológico da criança; (3) adoção de critérios descritivos, enfatizando os sintomas observáveis e renegando os modelos teóricos; e (4) a alteração da expressão transtorno mental para “desordem mental”.

⁹ Wing, L. (1988). The continuum of autistic characteristics. In E. Schopler & G. B. Mesibov (Eds.) *Diagnosis and assessment in autism* (Cap. 7, pp. 91-110). New York: Plenum Press.

O DSM-III-R, publicado em 1987, foi uma revisão da versão anterior, com novas definições para as categorias já existentes e sugestão de inclusão de outras em estudo, e o “autismo infantil” é alterado para o mais abrangente e inespecífico “TGD” — Transtorno Global do Desenvolvimento.

A última revisão do Manual, o DSM-IV (1994), coincide com a classificação da OMS (Organização Mundial de Saúde) no CID-10, mantendo o autismo apartado da categoria de psicose na infância, limitando-o às classificações: transtorno autista, transtorno de Rett, transtorno desintegrativo e transtorno de Asperger.

O DSM é o modelo nosográfico de como o autismo foi se transformando, na concepção médica, de um distúrbio afetivo em um distúrbio adaptativo. No DSM-II, de 1968, o autismo encontra-se incluído na categoria esquizofrênica do tipo infantil. Era, então, considerado como uma psicose, um distúrbio afetivo. Já no DSM-III, de 1980, ele surge como uma categoria diagnóstica distinta, localizando-se sob o termo geral de distúrbios globais (ou difusos) do desenvolvimento — em oposição aos distúrbios específicos do desenvolvimento. Nos distúrbios globais do desenvolvimento, múltiplas funções encontram-se comprometidas ao mesmo tempo, como as habilidades sociais, a linguagem, a atenção, a percepção, a motricidade e o teste de realidade. O DSM-III entendeu que inserir o autismo no grupo das psicoses na infância implicaria em afirmar que essa patologia afeta crianças previamente normais. A constatação de que há, na realidade, uma distorção grave e generalizada do processo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, uma ausência de delírios e alucinações, levou o DSM-III a banir esses distúrbios do corpo da psicose.

A psicanalista argentina Andrea Kindgard (1997) indica a fragilidade das classificações atuais em relação aos conceitos fundamentais que constituem as entidades clínicas com que trabalham. Insinua o perigo que se anuncia caso se favoreça a divisão da clínica segundo as etapas do desenvolvimento e não segundo a estrutura subjetiva em jogo. Seguindo-se esse caminho, haverá um privilégio dos sistemas informatizados de ajuda diagnóstica, que a realizarão automaticamente. A redução da patologia a uma enumeração de comportamentos desviados sugere uma fixação dessa patologia que não coincide com a realidade clínica, mais dinâmica e evolutiva.

Kindgard reconhece, no entanto, que não se pode prescindir de algum suporte teórico para se elaborar uma nosologia, já que cada classificação recorta o campo clínico à sua maneira. Sugere a utilização da classificação francesa dos transtornos mentais da criança e do adolescente — a CFTMEA, menos conhecida, porém, segundo ela, mais próxima de uma abordagem estrutural dos problemas psicopatológicos. Além disso, ressalta que, entre as três classificações avaliadas — DSM, CID e CFTMEA —, podem-se encontrar termos diferentes nomeando entidades clínicas iguais, como os transtornos invasivos do desenvolvimento, do DSM-III-R, que corresponderiam às psicoses precoces, da CFTMEA, e termos iguais referindo-se a entidades clínicas diferentes, como é o caso do autismo infantil para as três classificações.

Se o autismo é tomado pelo DSM e pelo CID como um distúrbio cognitivo-adaptativo — e não afetivo, como propusera, de início, Kanner — tendo base orgânica, obviamente ele se inclui entre os distúrbios do desenvolvimento e dos déficits mentais, em oposição às enfermidades mentais.

A epidemiologia mostra uma prevalência de meninos sobre os casos de meninas autistas, na proporção de 4:1. (Gauderer, 1993). Cerca de 2% dos irmãos de crianças autistas são afetados pela mesma doença, em um índice 50 vezes maior do que na população em geral. Entretanto, observa-se que é raro ter-se uma história familiar de autismo; o mais comumente encontrado é um histórico familiar de atraso na aquisição da linguagem.

Laurent arrisca-se a explicar esse dado epidemiológico considerando que há mais homens autistas que mulheres “porque, precisamente, os homens não podem cortar seu pênis” (Laurent, 2012, p. 32), referindo-se ao embaraço demonstrado por Robert, o paciente psicótico de Rosine Lefort, com esse apêndice em seu corpo.

Atualmente fala-se em uma epidemia de autismo. Se, ao final da década de 70, contabilizavam-se 20 casos em 10.000 (Gauderer, 1993), a cifra atual estima 1 caso em 150 (Laurent, 2012). São números alarmantes que dispõem o autismo acima dos casos de diabetes e de doenças cardiovasculares. É preciso perguntar o que se passou. Considera-se que a amplitude de critérios diagnósticos a que o autismo foi lançado, aliada a seu lugar de enfermidade da moda, favoreça a

possibilidade de sua identificação em tipos clínicos essencialmente bastante diversos.

Ressalvando-se o disparate da contabilização epidemiológica para o autismo, observa-se que as dificuldades de interação social e de comunicação compõem a base para o diagnóstico. Tal aspecto mostra-se relevante para este trabalho uma vez que se contrapõe à destreza na relação com os objetos, demonstrada pelo autista.

Seção 2 Ausência de interação social

§3 A concepção das diversas teorias

Uma das características que alicerçam o diagnóstico de autismo é a ausência de interação social. Apesar de trazer assombro e incompreensão para muitos, apresenta-se como um comportamento típico, ocorrendo em todas as situações com as quais o autista se envolve, sejam elas cotidianas, pedagógicas e mesmo familiares.

Em sua descrição inicial do autismo, Kanner notara as dificuldades sociais dessas crianças, isolando-as como o distúrbio fundamental e patognomônico da síndrome, em razão de sua incapacidade de estabelecer relações “de maneira norma com as pessoas e situações” (Kanner, 1943/1997, p. 156), desde seu nascimento. Ao contrário do que se passa em um desenvolvimento normal, essas crianças, aos 4 meses, não apresentam atitude antecipatória ante um adulto que irá carregá-la e, já nos primeiros meses, não ajustam seu corpo à posição daquele que o carrega.

Kanner demarca que o modo de relação dessas crianças com as pessoas é totalmente diferente daquela com os objetos. Adentram um ambiente onde há gente e se dirigem diretamente aos objetos, sem que olhem para ninguém; as idas e vindas da mãe não lhes provoca diferença; nunca olham ninguém no rosto; em companhia de outras crianças, não brincam *com* elas, se mantendo sozinhas *entre* elas; no entanto, sabem os nomes dos companheiros e, por vezes, reconhecem suas características físicas.

Kanner também observa a relação facilitada com as fotos das pessoas do que com elas mesmas. “As fotos, no final das contas, não podem perturbar”. (Kanner, 1943/1997, p. 165). Se for inevitável a relação com alguém, temporariamente, esta se estabelece não com a pessoa, “mas com seu pé ou mão tomados como objetos totalmente distintos” (Kanner, 1943/1997, p. 168).

Ao identificar, nessas crianças, um “desejo muito forte de solidão e ausência de mudança”, Kanner (1943/1997, p. 168) conclui por uma incapacidade inata de estabelecerem o contato afetivo habitual com as pessoas. Acresce, então, à caracterização dessas crianças do título de seu trabalho o significante biológico — “distúrbios autísticos inatos do contato afetivo” (Kanner, 1943/1997, p. 170).

Na atualidade das pesquisas sobre o autismo, são diversas as teorias que procuram explicar a ausência de interação social. A teoria comportamental entende que há um *deficit* cognitivo de base orgânica, provavelmente genético-morfológica, cujo desnível deva ser diminuído ao máximo por meio de treinamentos, tão repetitivos quanto exaustivos, das habilidades sociais e funcionais; a Teoria da Mente, de caráter cognitivo, considera os autistas como “conducistas” naturais, faltando-lhes a capacidade de relacionar os comportamentos observados com os estados mentais e de integrar informações, obtendo delas ideias coerentes e com sentido; a teoria da Integração Sensorial, proposta pela terapeuta ocupacional americana Jean Ayres, busca no distúrbio do processamento das informações sensoriais sua significação; a psicanálise considera que há uma posição de defesa perene do autista em relação às pessoas, decorrente de um sentimento de ameaça por suas presenças e suas demandas.

A teoria comportamental, por seu princípio estritamente ambientalista, não arrisca explicações psicológicas para os comportamentos que observa. Ela se atém exclusivamente a neles intervir, a fim de modificá-los. Sua parceria com o cognitivismo, que incorre na conhecida composição da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), depreende uma aceitação das explicações cognitivas para os comportamentos autistas, o que, em última instância, embasa alguns de seus programas educativos.

Para a teoria comportamental, se as crianças autistas não conseguem estruturar o mundo de uma maneira adequada, deve-se lhes transmitir essa estruturação, por meio de pequenas etapas que se sucedem umas às outras, dentro de um programa educativo compensatório. A estimulação permanente do autista evitaria que ele se isole e se volte para suas estereotipias, o que ocasionaria o atrofiamento ainda maior de seu sistema cognitivo. Pelo condicionamento operante, institui programas individuais para treinar a criança em diversas situações cotidianas, como os hábitos higiênicos, a alimentação e a comunicação de suas vontades. (Maurice, 1996; Cohen & Volkmar, 1997; Volkmar, 1999).

O objetivo prioritário é a promoção de um desenvolvimento normal. Mesmo considerando que essa meta pode não ser alcançada, deve-se tê-la em mente para não se acomodar com os pequenos sucessos obtidos no decorrer do tratamento. No entanto, deve-se realizar uma avaliação crítica e realista das possibilidades da criança. Para se obter essa meta é necessário focar tanto os mecanismos subjacentes ao crescimento e maturação normais, criando condições para estimulá-los, quanto determinar os aspectos autistas que interferem nesse caminho e elaborar medidas para reduzi-los ou anulá-los.

Tem-se, então, como objetivos programáticos do tratamento com o autista: a) a promoção de um desenvolvimento normal, nos aspectos cognitivo, linguístico e social; b) a promoção da aprendizagem; c) a redução da rigidez e da estereotipia; d) a eliminação dos comportamentos desadaptados inespecíficos; e) o alívio do sofrimento familiar e f) a educação e a conscientização da comunidade para a aceitação do indivíduo.

As principais técnicas educativas da atualidade são o ABA e o TEACCH. O ABA — *Applied Behavior Analysis* — é uma metodologia estritamente comportamental que trabalha com o uso de reforçadores, concretos ou sociais, na modelagem do comportamento do autista. O método TEACCH — *Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children* —, criado em 1966 por Eric Schopler, da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, provém da composição entre o cognitivismo e o condicionamento operante, sendo uma adaptação dos princípios da terapia cognitivo-

comportamental aos autistas e àquelas crianças com deficiências na área da comunicação.

Após uma intensa observação dos autistas, Schopler (citado por Cohen & Volkmar, 1997) constatou que a falta de estrutura ambiental aumentava a ausência de objetivo na ação e piorava o comportamento estereotipado da criança. Observou, também, que as crianças autistas possuem melhor acuidade visual que outros indivíduos e que, por isso, o recurso visual deveria ser muito utilizado em seu tratamento. A participação dos pais também se torna fundamental, à medida que não somente colaboram no conhecimento de seu filho e na elaboração de um programa individual a ele destinado, como aplicam as atividades TEACCH no ambiente de casa, estabelecendo-se como coterapeutas.

Tendo como princípio básico o fato de que o autista consegue realizar uma aprendizagem, porém de maneira significativamente diferente das demais pessoas, Schopler estabeleceu uma Escala de Habilidades Funcionais, utilizada na avaliação das crianças e também como orientação em seu tratamento, e elaborou um padrão de estrutura para uma sala de aula TEACCH, com um local reservado para atividades individuais com o terapeuta, outro para atividade em grupo, um terceiro para o lanche e um quarto local destinado às atividades livres da criança. Neste último, ela tem o direito de executar suas estereotipias gestuais ou rodar seus objetos sem que haja nenhuma intromissão. Cada um desses espaços é utilizado somente para a função que lhe é destinada, realizando, desse modo, um dos princípios básicos do TEACCH, a estruturação do ambiente.

Esse é um imperativo para o tratamento dos autistas, em que toda e qualquer situação apresentada deve ser estruturada, com material disponível, sequência e tempo de duração preestabelecidos. A ocorrência de frustrações no desenvolvimento da atividade é vista como um item negativo e que deve ser minimizado ao extremo, se possível excluído. Como solução, ao se observar uma maior dificuldade do autista em alcançar determinado objetivo proposto, com a possibilidade de ocorrência de frustrações quanto a seu desempenho, divide-se essa atividade maior em pequenos passos a serem seguidos, de fácil realização pela criança, que obterá reforços positivos a cada sucesso alcançado. A preparação das atividades responde a um encadeamento de perguntas prévias: uma vez estabelecida a necessidade a ser alcançada, encontra-se o problema

que a impede de ocorrer naturalmente e a solução para se atingir aquele primeiro objetivo é então elaborada.

Na promoção de um desenvolvimento normal da linguagem, a necessidade prioritária não é a de ensinar à criança palavras, mas a de facilitar a comunicação social. Como o autista que tem alguma linguagem tende a não fazer uso dela para fins sociais, deve-se encorajar toda e qualquer forma de comunicação e não somente a fala em si. Alguns autistas jamais aprenderão a falar, sobretudo aqueles que não apresentam indícios de alguma habilidade, mesmo limitada em seu uso, como cadências semelhantes à fala em seus balbucios ou alguma fala em eco, por exemplo. O ensino deve se orientar para o nível de desenvolvimento da criança. Nos casos do autista que apresenta pouco ou nenhum progresso na fala, mas que demonstra alguma compreensão da linguagem, pode ser útil a introdução da linguagem gestual ou de cartões. Independentemente da utilização da fala pela criança, o método TEACCH institui, necessariamente, o apoio visual para todos os atributos ensinados, pela facilidade que os autistas apresentam em assimilar essa via de informação.

A ausência da busca de vínculos e de resposta à tentativa de aproximação dos outros pode ser solucionada mediante a intrusão deliberada dos pais ou terapeuta nas atividades solitárias da criança, de modo que, para exercer essas ações prazerosas, ela tenha, obrigatoriamente, que interagir com os outros. Tem-se, ainda, a exigência de, por meio desse recurso, tornar a interação social gratificante para o autista. Suas incapacidades sociais generalizadas, entretanto, não são sanadas, e a terapia comportamental reconhece sua ausência de conhecimentos que serviriam para suprir esse *deficit* (Rutter, 1993, p. 77). Sugere-se, no entanto, não deixar de abordar, com essas crianças, um treinamento em habilidades sociais.

A aprendizagem do autista ocorre quando ele é submetido a um ensino sistemático, em um ambiente organizado. Devido à sua incapacidade de auto-orientação, deve ser direcionado e supervisionado, ininterruptamente, nesse processo. As tarefas de aprendizagem são divididas em uma série de etapas pequenas e controláveis, e programadas de maneira a encorajar o autista a trabalhar sozinho. Uma das características dos autistas é a tendência a se concentrarem em um aspecto do problema, em detrimento de todos os demais.

Isso pode ser minimizado se lhes oferecerem tarefas que impliquem um número pequeno de alternativas a serem consideradas e se os trabalhos terapêuticos forem focados no ambiente natural da criança, em casa e na escola.

Outra característica do autista que dificulta sua aprendizagem é a tendência de memorização das respostas aprendidas, sem a devida atenção aos conceitos envolvidos na questão que lhe foi apresentada. O terapeuta comportamental deve estar atento em verificar que o autista compreende o que aprende de forma mecânica. Há uma tendência do autista em reagir à frustração recorrendo a um tipo de resposta estereotipada, daí a necessidade de minimizar suas chances de erro. Um dos problemas maiores que o terapeuta comportamental enfrenta, e que não deve perder de vista, é a generalização das aprendizagens a que o autista é submetido.

A redução da rigidez e das estereotipias é obtida pela técnica da “mudança gradativa”, pela qual são introduzidas pequenas modificações que são percebidas e aceitas pela criança como não contendo alterações de padrão, até que se atinjam mudanças importantes em seu comportamento. A mudança gradativa é, na verdade, um item específico da conhecida técnica de “modelagem”. Alguns aspectos ambientais eliciam os comportamentos estereotipados. A detecção desses aspectos causais — geralmente ambientes áridos, pobres e pouco estimulantes — e sua extinção fazem-se necessárias. Esses comportamentos também podem ser reduzidos por meio da introdução de comportamentos incompatíveis com as estereotipias e passíveis de competir com elas. Como as situações desestruturadas tendem a piorar o comportamento das crianças autistas, a apresentação experimental de uma estimulação sensorial extra pode produzir estereótipos em autistas com grave retardo mental. (Rutter, 1993, p. 78).

A eliminação de comportamentos inespecíficos e desajustados — ataques de raiva, agressões, medos, enurese noturna — também é feita por análise funcional do comportamento e aplicação dos princípios da aprendizagem com que trabalha a terapia comportamental.

Para aliviar o sofrimento familiar, não basta apenas detectar a presença de situações psicossociais anormais. É preciso considerar, em relação à criança autista, o funcionamento geral da família e orientá-la sobre o que fazer nas diversas situações domésticas. O esclarecimento do diagnóstico, a discussão

sobre o prognóstico e o estabelecimento da família, sobretudo dos pais, como coterapeutas do tratamento do filho, juntamente com indicações de leituras voltadas para leigos, também ajudam a obter algum alívio no sofrimento familiar. Os irmãos também são escutados e orientados, bem como toda a comunidade que participa do cotidiano daquela criança.

Terapeuta do método TEACCH, o holandês Theo Peeters observa que os autistas mostram-se lentos em suas aquisições e com uma incapacidade de generalização de seus aprendizados: conhecem o que lhes foi ensinado, mas desconhecem, completamente, o que não lhes foi ensinado de maneira direta. As atividades terapêutico-educativas são aplicadas também em casa, mas, se ocorre uma mudança de residência, deve-se ensinar tudo novamente à criança naquele novo ambiente familiar. A falta de generalização também está implicada na dificuldade dos autistas de reterem sequências de eventos; sua atenção é estritamente seletiva e não abrangente.

Tem de ser realista, inclusive com um programa ideal, o adulto autista não alcançará uma autonomia completa. O melhor dos programas não fará de uma criança autista deficiente mental um adulto sem déficit. É um *handicap* crônico; até um adulto autista dotado permanecerá demasiadamente ingênuo, em termos sociais, como para viver de maneira completamente autônoma. (Peeters como citado em Tendlarz, 1997, p. 90).

Vê-se, na concepção prévia que a terapia educativa faz do autista, a ênfase dada ao *deficit* — nesse caso, o mental — e a tentativa de superá-lo, com exaustivo treinamento de comportamentos socialmente adaptados. A escolha das aptidões da criança que serão desenvolvidas nos programas educativos é feita pelos educadores, mediante uma parceria com os pais. O critério utilizado é puramente ideológico e adaptativo, tomando-se as particularidades da criança unicamente como indicação dos comportamentos já presentes e que devam ser desenvolvidos segundo tais critérios programáticos.

Uma observação relevante a ser feita, desde já, retoma a questão do *deficit* cognitivo suposto no autismo. A fala enunciativa dessas crianças, verificada em inúmeros casos, objeta essa convicção de deficiência, uma vez que, em situações

muito específicas, o autista demonstra capacidade de elaborar corretamente sua verbalização, inclusive com o apropriado uso do pronome “eu”¹⁰.

Sob o aspecto estritamente cognitivo, a Teoria da Mente foi desenvolvida, em 1984, pela psicóloga cognitivista e estudiosa do autismo, Uta Frith, em colaboração com seus colegas Simon Baron-Cohen e Alan Leslie.

Frith define a Teoria da Mente como um poderoso instrumento mental, de caráter prático, que outorga aos sujeitos a capacidade de estabelecer relações entre estados externos de fatos e estados mentais internos. Ela funciona em todos os momentos e de maneira quase compulsiva, como se não se pudesse evitar a realização das inferências sobre as causas e os efeitos dos comportamentos. Com as interpretações dos comportamentos observados, pode-se dar maior coerência à informação processada do que aquela que seria obtida se se limitasse a relacionar, tão simplesmente, os comportamentos com os fatos. Pode-se interpretar adequadamente o que fazem as pessoas, até mesmo antecipar o que vão fazer em determinadas situações, por se supor uma teoria comum sobre a forma de funcionamento da mente humana. Os “conducistas”, sujeitos que procuram uma observação mais objetiva dos comportamentos, esforçam-se em inibir ativamente sua tendência natural a relacionar os comportamentos com os estados mentais.

Pois os autistas seriam “conducistas” naturais, carecendo dessa teoria da mente. Eles não sentem essa compulsão normal que leva as demais pessoas, em sua busca de coerência, a entrelaçar a mente com o comportamento.

As crianças autistas são conducistas. Não pressupõem que as pessoas podem ser, por exemplo, [bem] consideradas ou, ao contrário, cruéis. Tomam o comportamento tal qual. Por isso, aquelas intenções que mudam o *significado* do comportamento, como o engano, a adulação, a persuasão e a ironia, se lhes apresentam como de difícil compreensão. Poderíamos dizer que enquanto os autistas interpretam o comportamento de forma literal, aos mentalistas compulsivos ocorre o contrário: não interpretamos os comportamentos em si mesmos, senão desde a perspectiva das intenções que existem por trás deles. Estes são os efeitos de se ter uma teoria da mente. (Frith, 1991, p. 229).

A Teoria da Mente estipula que a viga mestra que sustenta todos os sintomas presentes no autismo é a incapacidade de integrar informação, obtendo

¹⁰ Esse aspecto é abordado no capítulo 3.

dela ideias coerentes e com sentido. A predisposição da mente em dar sentido ao mundo encontra-se defeituosa nos autistas.

A dificuldade dos autistas em conceitualizar adequadamente os estados mentais reflete-se em uma segunda dificuldade, a de criar empatia com os estados mentais das outras pessoas. Considerar os estados mentais dos demais implica em estabelecer com eles um “contato afetivo”, razão pela qual esse tipo de contato encontra-se perturbado no autista.

O ponto culminante da capacidade de atribuir estados mentais é, para Frith, a autoconsciência, ou seja, a representação do eu como instância que possui e elabora estados mentais. Uma ausência de autoconsciência torna-se correlativa de uma intensa solidão, pela incapacidade desses indivíduos de conseguirem desfrutar da companhia de outras pessoas. E essa companhia não implicaria, para os autistas, uma “companhia entre mentes” (Frith, 1991, p. 233), com todo o prazer que essa relação poderia lhes proporcionar. Daí sua preferência pela companhia dos objetos, desprovidos de mente.

Frith, em referência aos estudos de Alan Leslie, assinala que a origem da Teoria da Mente encontra-se na fantasia. Ao bebê é dada a capacidade de realizar representações das pessoas, das coisas e dos acontecimentos que experiência. “As representações levam o mundo à mente.” (Frith, 1991, p. 234) Mas, já em seu primeiro ano de vida, o bebê vivencia um grande passo em seu desenvolvimento: ele consegue elaborar “metarrepresentações” — representações das representações. Nesse momento, a criança começa a desenvolver a capacidade de fantasiar e, logo a seguir, gradualmente, sua capacidade mentalista. No autismo, observa-se que tanto os jogos de ficção como a capacidade mentalista apresentam-se deficientes.

O componente essencial da capacidade metarrepresentacional é o que Leslie denominou “desacoplamento” e que Frith ilustra com o uso das aspas em alguma palavra, deixando-se em suspenso sua referência semântica habitual. O pensamento desacoplado integra-se facilmente em outros pensamentos, sofrendo uma surpreendente mudança de significado, “uma vez liberado de seus ‘deveres’ normais de referência ao real” (Frith, 1991, p. 236). Com a ausência dessa capacidade metarrepresentacional, os autistas veem tudo em preto e branco, não

entendendo os matizes do significado. Interpretam literalmente o que se diz, não conseguindo “ler entre as linhas”.

O autista do filme *Rain Man*, com toda a sua capacidade de comunicação, desdobra-se, no entanto, para entender uma piada televisiva que leva em conta o “pensamento desacoplado” de que fala Leslie. Raymond toma como uma pergunta, cuja resposta lhe é desconhecida, o que, na verdade, pelo desacoplamento do significado das palavras, passou a ser uma afirmação. À assertiva do locutor esportivo de *baseball* – “‘Quem’ joga na primeira base, ‘Qual’ joga na segunda.” –, nomeando dessa maneira os jogadores, Raymond procura, em vão, as respostas dos pronomes interrogativos a que essas palavras se prestam.

Com sua Teoria da Mente, Frith arrisca-se a explicar a tríade do autismo, estabelecida por Lorna Wing (1993b). A tríade sintomática de Wing indica a presença de deficiências nas relações sociais, na comunicação e na capacidade imaginativa do autista. Esta se origina no mesmo mecanismo primitivo que dá início à teoria da mente. O comprometimento desta reflete-se, por sua vez, no processo de comunicação e de interação social, como visto acima.

Frith vai mais além da tríade de Wing e justifica, com sua teoria, a presença de outros sintomas secundários do autismo. Desse modo, o problema de linguagem apresentado por essas crianças seria, na verdade, um problema da semântica dos estados mentais. O problema de relação afetiva deve ser entendido como um efeito da incapacidade do autista de perceber o que significa ter mente, e pensar, saber, acreditar ou sentir de forma diferente de como pensam, sabem, acreditam e sentem as outras pessoas. O problema de aprendizagem das habilidades sociais relaciona-se com o fato de não bastar, para tanto, a aprendizagem superficial de normas sociais, mas que essa aprendizagem deva ser complementada com a capacidade de ler nas entrelinhas e ler os pensamentos dos demais. Por fim, a ausência do contato visual seria uma consequência da incapacidade do autista em usar e compreender os sinais visuais associados a certos estados mentais.

A Teoria da Mente embasa a concepção cognitivista deficitária do autismo e tem como proposta explicitar o modo idiossincrático de funcionamento autista, o

que faz com relativo sucesso. Não se configura como um instrumento diagnóstico, mas como uma teoria psicodinâmica.

Por seu lado, a teoria da Integração Sensorial baseia-se na hipótese de que o autista apresenta um *deficit* específico, localizado no processamento das sensações. Essa disfunção se caracteriza ou por um problema na modulação sensorial, isto é, na intensidade e na natureza da resposta dada aos estímulos sensoriais percebidos, ou por falhas na discriminação desses, com uma interpretação equivocada das características temporais e espaciais dos estímulos sensoriais. Concordante com essa aceção, o médico assistente do filme *Rain Man* descreve o autismo como “uma deficiência que prejudica o sensorial e seu processamento”.

A Terapia de Integração Sensorial não se confunde com a Estimulação Sensorial, pois não se trata, sempre, da aplicação de estímulos nessa área. Se a criança apresentar um problema de modulação sensorial, com uma acentuada reação aos estímulos percebidos, não seria indicado, pois, estimulá-la, mas, ao contrário, reduzir tais estímulos a níveis suportáveis para ela.

De acordo com as teorias que embasam a Terapia de Integração Sensorial, a consciência corporal se constitui por meio da coadunação dos estímulos percebidos pelos sistemas tátil, vestibular e proprioceptivo¹¹. Uma vez que a ausência de consciência corporal no autismo se daria por um *deficit* nessa área sensorial, o incentivo ao desenvolvimento geral de seu esquema corporal, com a avaliação e a instauração dos níveis adequados de estimulação sensorial, é considerado um recurso bem-vindo.

Uma versão exagerada da técnica de integração sensorial seria a terapia do abraço (*holding therapy*). Ela consiste em envolver o autista em abraços forçados, com o objetivo de obrigar a criança a um contato corporal, até torná-lo aceitável, superando sua tendência natural ao isolamento.

Esse é o extremo da anulação total da subjetividade. Se for considerado o pavor — conhecido por todos aqueles que lidam com essas crianças — que a maioria dos autistas apresenta à intrusão direta em seu espaço íntimo, esse tipo

¹¹ Mais à frente, no capítulo 2, far-se-á uma relação entre essa tríade de estimulações e a teoria freudiana do autoerotismo.

de intervenção arrisca-se a promover crises autísticas e o corriqueiro uso de medicamentos para tentar controlá-las.

A diversidade de concepções aqui elencadas não apaga o comum a todas elas: a questão de como lidar com a recusa à interação social manifestada pelo autista. Também a psicanálise se vê às voltas com a mesma tarefa, mas interpretada de maneira distinta. Nos termos próprios a ela, a interação social pode ser entendida como a entrada do sujeito no discurso, tomando parte nele, por meio das operações de alienação e de separação. O efeito desse cômputo é o estabelecimento de um laço social.

Para a psicanálise, o campo das psicoses, onde se entremeia o autismo¹², é notabilizado como estando fora do discurso, fora do laço social. Alienação e separação constituem as duas faces dinâmicas da constituição do sujeito. Lacan afirma que elas ocorrem conjugadas, sendo dissociadas apenas para fins de descrição. A alienação é a operação que eleva o ser à condição de sujeito marcado pelo significante, ao qual, por sua vez, ele se identifica. Aliena-se aos significantes do Outro¹³. A operação de separação, por oposição, leva o sujeito alienado a se separar dos significantes que o representam na cadeia da linguagem por ter vislumbrado a falta no Outro. Trata-se, aqui, de uma ordenação neurótica que inscreve o sujeito no discurso, que é discurso sobre o desejo do Outro¹⁴.

No autismo, portanto, o laço social não é estabelecido, o que só se institui pela ascensão ao discurso. Decorrem daí suas dificuldades de comunicação e de interação social, evidenciadas nos comportamentos descritos pelos manuais diagnósticos. Entretanto, sua radical posição frente à linguagem, demonstrada no

¹² No capítulo 3, exercitar-se-á uma distinção entre autismo e esquizofrenia. A problematização sobre a inclusão do autismo no campo das psicoses, pela suposição dos Lefort de ser o autismo uma estrutura à parte, também será abordada.

¹³ O conceito lacaniano de Outro é definido tendo como base o “outro primordial” freudiano, do *Projeto para uma psicologia científica* (1895 [1950]/1987). O outro primordial da criança é o outro materno, encarnado naquele que exerce a função cuidadora e de apoio psíquico, comumente a mãe biológica. Esse outro tem um papel crucial na constituição psíquica da criança. Lacan o substituiu pela grafia Outro, com “O” maiúsculo, para diferenciá-lo dos outros, os semelhantes, acrescentando, pelo viés estruturalista da primeira clínica, sua definição específica de “tesouro dos significantes”, função referente à introdução da criança na linguagem. Posteriormente, em seu ensino, indicou que é também por meio do Outro que ela se insere no campo do gozo.

¹⁴ A relação entre essas operações constitutivas do sujeito, nos termos aqui apresentados, ficarão melhor explicitadas ao se prosseguir com Lacan na elaboração que fez do Estádio do Espelho e seus desdobramentos até o Esquema Óptico, pela relação estabelecida entre o sujeito e o Outro da linguagem. Cf. seção 4 do capítulo 2.

capítulo 3, levará a se considerar uma especificidade do autismo diante das outras psicoses, especialmente daquela que lhe é mais próxima, a esquizofrenia.

Seção 3 A boa relação com os objetos

§4 O objeto autístico

Fragmento clínico 2: João, uma criança de três anos por mim atendida em uma instituição, apresenta-se constantemente com um objeto na mão semelhante a uma caneta ou lápis. Esse foi o recurso encontrado para que tolere a proximidade do outro. Ao segurá-lo, João demonstra sentir-se mais protegido e aceita manter alguma interação comigo. Esse objeto é também utilizado para afastá-lo do outro, pois João o balança por tempos diante dos olhos, submergindo nesse movimento: uma forma de temperar a presença do outro, fazendo-a, por vezes, ausente.

Qual a função desse objeto especial que, ao mesmo tempo, o aproxima e o afasta do mundo? Como a psicanálise concebe a recomendação, comum a outras abordagens, de que todo objeto utilizado pelo autista para gerar ritmos constantes e não funcionais, concorrendo para sua alienação do mundo à sua volta, seja dele retirado?

Ao contrário do que ocorre com as relações interpessoais, a interação do autista com os objetos inanimados do mundo sempre foi privilegiada. Já em seu estudo inicial sobre o autismo, Kanner apontava as boas relações que a criança autista possuía com os objetos, os quais lhe propiciavam “uma sensação gratificante de onipotência e controle” (Kanner, 1943/1997, p. 163).

Para o psiquiatra, essa preferência se justifica pelo fato dos objetos não alterarem sua aparência ou sua posição, além de conservarem a identidade e não ameaçarem o isolamento da criança. Com esses objetos que não rompem seu fechamento, ela mantém “uma excelente relação, adaptada e ‘inteligente’” (Kanner, 1943/1997, p. 168).

O objeto autístico foi enfatizado clinicamente pela inglesa Frances Tustin (1913-1994). Com formação na teoria kleiniana, ela se encontra no grupo dos psicanalistas pós-freudianos, a despeito de se considerar apenas “psicoterapeuta infantil”. Como pós-freudiana, partilha da abordagem desenvolvimentista do

psiquismo, concebendo a existência de um estágio pré-verbal na primeira infância, interpretado pela vertente da relação de objeto.

Sua obra foi dedicada, especialmente, ao estudo do autismo. Interrogada pela clínica com essas crianças, Tustin mostrou-se permeável a interpretações um pouco diversas. Sofreu influências do pensamento da pedopsiquiatra e psicanalista húngara, radicada nos Estados Unidos, Margaret Mahler (1897-1985), e do pediatra e psicanalista inglês Donald Winnicott (1896-1971), originalmente kleiniano, mas que seguiu um caminho independente.

A influência das ideias de Mahler sobre as primitivas fases autista e simbiótica da criança levaram Tustin a conceber um Autismo Primário Normal (A.P.N.) no qual “o bebê não consegue reconhecer os objetos externos como providos de características individuais que os distingam”. (Tustin, 1972/1975, p. 110). Desse Autismo Primário Normal poderia se derivar um Autismo Primário Anormal (A.P.A.), em que mãe e filho estariam diferenciados apenas fragmentariamente, devido à falta de um mínimo de cuidados externos ou à ausência de algo que seria essencial ao bebê para fazer uso desses cuidados. A permanência maior no A.P.N. propiciaria, então, uma parada do desenvolvimento em uma fase primitiva, naquilo que Tustin denominou Autismo Secundário Encapsulado (A.S.E.).

É a esse A.S.E. que Tustin faz coincidir o Autismo Infantil Primitivo, de Kanner. “O autismo infantil primitivo pertencerá ao grupo do A.S.E. e a esquizofrenia infantil ao do A.S.R.” (Tustin, 1972/1975, p. 141). O A.S. R. — Autismo Secundário Regressivo — seria uma opção ao A.S.E., dele se distinguindo por ter havido um período de relativa normalidade antes do surgimento dos sintomas. A criança do grupo A.S.R. demonstra confusão do pensamento, ao passo que a criança do A.S.E. apresenta uma inibição do pensamento.

Mais tarde, a autora (1986/1990) retificaria sua concepção de um autismo primário normal, afirmando ser o autismo um estado desde sempre patológico. Tal posicionamento foi radicalmente demarcado em seu último trabalho, apresentado em 1993, que traz o sugestivo título “A perpetuação de um erro” (Tustin, 1995a).

Alguns itens diferenciais traçados por Tustin entre A.S.E. e A.S.R. mostram-se férteis ao cotejamento entre autismo e esquizofrenia, que será

realizado no capítulo 3. A autora descreve os autistas como crianças-concha ou crustáceas (Tustin, 1972/1975, p. 113; 1981/1984, p. 39), por terem feito a opção de uma carapaça protetora contra os aspectos “não-eu”¹⁵, os quais evidenciam sua separação do outro, provocando-lhes o “susto”¹⁶ e uma consequente sensação de aniquilamento. Por meio de atividades estereotipadas e repetitivas, obtêm um estado de dissociação semelhante à auto-hipnose, que leva a obscurecer os objetos “não-eu” do mundo externo. Os autistas criam seu refúgio em um mundo inanimado de pessoas e coisas, não as distinguindo de seu próprio corpo. Essa barreira leva-os a evitar o olhar, a não falar e a parecerem surdos.

Por não diferenciarem animado e inanimado, tornando “coisas” os objetos e pessoas, vivenciam o buraco. “‘Coisas’ têm ‘buracos’, não ‘feridas’.” (Tustin, 1981/1984, p. 61). São crianças que nunca experimentaram “falta”, apenas “o ‘vazio’ e o ‘nada’”, que são diferentes de *sentir falta* de uma pessoa necessária”. (Tustin, 1981/1984, p. 61). Do mesmo modo, vivenciam dor e não sofrimento. O sofrimento é decorrente da ferida e traz o indício de alguma representação.

...o paciente traumatizado experimenta ‘dor, mas não sofrimento’. Eles sentem dor. A dor está neles. Eles são envolvidos pela dor. As crianças autistas foram insuladas da dor através de procedimentos autistas (...) Na terapia com essas crianças, quando a dor é experimentada e reduzida, a insulação autista começa a ser modificada. Isso significa que o sofrimento começa a ser sentido. A criança ferida torna-se mais aberta à cura pelo terapeuta à medida que ela torna-se capaz de *sustentar* o sofrimentodoluto pelaperda (*sic*). (Tustin, 1995a, p. 77).

Ainda na sua concepção do autismo, Tustin assinala que a criança autista parece um “*automaton* congelado” (Tustin, 1995a, p. 74), com um delírio de que detém um poderoso controle do mundo exterior. Sua deliberada impermeabilidade ao externo acarreta a ausência da necessidade de aprender ou adquirir habilidades. Essa compreensão abre um profícuo campo de discussão sobre as propostas de intervenção com o autista, sobretudo aquelas da TCC que visam a sujeitá-lo às diversas aprendizagens.

¹⁵ À expressão “não-eu” (*not-me*), utilizada por Tustin, faz-se corresponder o *Umwelt* freudiano, retomado no original por Lacan, em seus textos iniciais sobre o Estádio do Espelho (cf. seção 4, do capítulo 2, à frente). Traduz-se o termo alemão *Umwelt* por ambiente, no sentido de mundo externo. Por oposição, *Innenwelt* refere-se ao mundo interior.

¹⁶ No sentido dado por Freud (1920), o susto — *Schreck* — é diferenciado do medo e da angústia. O susto toma por inteiro o aparelho psíquico e o desorganiza economicamente, pois este não se preparou para receber tamanho aporte de estímulos externos. Esse é o mecanismo do trauma.

Tustin nobilitou o que chamou de “objeto autístico” por sua importante função no autismo. Ele é descrito como podendo ser parte do corpo da própria criança ou parte do mundo externo, por ela experimentada como parte de si mesma. A função do objeto autístico é a de “neutralizar toda e qualquer percepção da existência — demasiado intolerável e ameaçadora — de um ‘não-eu’”. (Tustin, 1972/1975, p. 76). Com o recurso desse “objeto sensação” (Tustin, 1981/1984, p. 136), a criança evita as frustrações insuportáveis. Esses objetos, porém, impedem “o desenvolvimento de pensamentos, lembranças e imaginação que, no desenvolvimento normal, compensa em certa medida a inevitável falta de completa satisfação que é inerente ao ser humano”. (Tustin, 1981/1984, pp. 142-143).

Em decorrência, a autora afirma que a criança autista não brinca e não desenha¹⁷, em uma observação condizente com o obstáculo à capacidade imaginativa, componente da tríade sintomática do autismo proposta por Lorna Wing¹⁸. O autista perdeu o estágio “prático” da infância normal, em que, diante da ausência da mãe, o bebê exercita o balbucio ou os atos de sugar e abocanhar, “experiências primitivas de aprendizado associadas com brincadeiras”. (Tustin, 1981/1984, p. 141). No capítulo 3 desta pesquisa, o balbucio será tomado como índice lacaniano de “alíngua” (*lalangue*), promovendo um gozo do objeto voz, o que está ausente no autismo.

Tustin afirma que o autista vive em um mundo bidimensional, evidenciado pelas qualidades de superfície, textura e forma. Não haveria, para ele, o conhecimento “dos fora e dentro” (Tustin, 1981/1984, p. 162). Dessa maneira, quando a criança adentra um objeto, o que está ali colocada é a sensação operante de ser coberta, estando envolta e protegida, e não o “estar dentro”.

O esquizofrênico, por sua vez, já transita, ainda que de modo confuso, em uma tridimensionalidade, concebendo os dentro e os fora. Alcançou esse avanço porque teve a “percepção de seus limites corporais durante mais tempo do que aquelas [crianças] que apresentam um A.S.E.” (Tustin, 1972/1975, p. 100). A aquisição do que se poderia deduzir como um esboço de corpo, no esquizofrênico, embasa sua maior desenvoltura em relação às coisas e pessoas

¹⁷ “Encapsulados do tipo concha não desenhavam nos estágios iniciais antes que a psicoterapia tenha começado a fazer efeito”, especifica Tustin (1981/1984, p. 63).

do mundo externo, se comparado ao autista. Ao contrário da criança autista, a esquizofrênica atua de maneira responsiva, conversando e não desviando o olhar. “Não há a dúvida sobre surdez”, indica Tustin (1981/1984, p. 58). Sua fala, no entanto, muitas vezes se apresenta como mal organizada, prolixa e confusa. Raramente mostra-se ecológica, mas algumas crianças cometem a inversão pronominal¹⁹. Seu olhar parece transpassar as pessoas, mais que as contemplar.

Essa abertura um pouco maior ao “não-eu” leva a criança esquizofrênica a sentir o buraco da separação corporal como uma “ferida”, o que implica alguma representação. Tal potencial simbólico, no entendimento kleiniano que Tustin traz sobre a formação de símbolos, conduz o esquizofrênico, ao contrário do autista, a fazer desenhos na análise e a brincar, mesmo que de forma bastante particularizada.

Uma diferenciação essencial entre crianças autistas e esquizofrênicas é dada pela escolha que fazem dos objetos. As esquizofrênicas procuram os objetos macios, que são “uma amálgama de ‘eu’ e ‘não-eu’”. (Tustin, 1981/1984, p. 155). A esses, Tustin chamou “objetos confusionais”. Os objetos das crianças autistas, “completamente experimentados como ‘eu’” (Tustin, 1972/1975, p. 75), são objetos duros e inflexíveis. O tipo de objeto levado para a cama pelos autistas são trens e carros de metal. Algumas crianças autistas ocasionalmente podem vir a se utilizar de objetos macios, do tipo confusional, mas esses “são exceções em uma coleção da qual a parte principal são os Objetos Autísticos duros”. (Tustin, 1981/1984, p. 156).

Cabe aqui retomar uma recente observação de Laurent para se ressaltar a importância da contribuição da obra de Tustin no amparo à discussão subsequente entre autismo e esquizofrenia²⁰. Esse autor constata que “certamente haja coisas comuns entre o campo da psicose²¹ e o do autismo. Não devemos considerar que são campos completamente distintos, como na perspectiva da psicopatologia, mas há uma especificidade que deve ser considerada”. (Laurent, 2012, p. 32). No eixo das semelhanças e dessemelhanças

¹⁸ Mencionada na seção 1, acima.

¹⁹ Chamar-se tal como é chamada pelo outro, na terceira pessoa. O mecanismo da inversão pronominal será retomado no capítulo 3.

²⁰ Realizada no capítulo 3.

²¹ Enfatiza, aqui, a esquizofrenia.

entre autismo e esquizofrenia, Tustin inscreve a conjunção entre objetos confusionais e objetos autísticos, para diferenciá-los em seguida.

Os objetos confusionais, tal como os objetos autísticos, são idiossincrásicos a cada criança, que os utiliza compulsivamente dos modos que lhe são peculiares. Eles não são objetos compartilhados e seu uso não reflete a maneira como é habitualmente empregado. Ambos, ademais, mostram ser “distrações evasivas”, trazendo sensações de segurança e divertimento, que “desviam a atenção da criança da tensão associada com dolorosas situações ‘não-eu’”. (Tustin, 1981/1984, p. 156). Desse jeito, assemelham-se a amuletos mágicos, que afastam perigos, e a totens, que exigem obediência, adoração ou culto.

A criança mostra ter vários objetos autísticos ou confusionais, os quais são substituíveis entre si. São, também, objetos “como se” (Tustin, 1981/1984, p. 161), por serem usados como substitutos permanentes para os aspectos “seguradores” dos pais. Com isso, promovem uma barreira entre a criança e aqueles que dela cuidam. Colaboram com a evitação do que Tustin (1981/1984, p. 161) chama de “suspense”: a espera pela satisfação ou a constatação de sua impossibilidade. Em termos freudianos, esses objetos evitam a instituição do princípio da realidade. Reforçam a repetição-compulsão, sendo adjetivados por Tustin como “antivida”, negando “a vida com seus imprevistos e incertezas, mas também suas possibilidades desconhecidas.” (Tustin, 1981/1984, p. 162). Paradoxalmente a seu aspecto “antivida”, são usados para “afastar uma ‘morte’ delirante — (‘nada’ — ‘aniquilação’)”. (Tustin, 1981/1984, p. 143).

A autora se preocupa em diferenciá-los do objeto transicional, proposto por Winnicott, em 1958²². Contrariamente aos primeiros, que são “possessões-eu” (Tustin, 1981/1984, p. 150), os objetos transicionais são “a primeira possessão ‘não-eu’” da criança (Winnicott, 1958, como citado em Tustin, 1981/1984, p. 150), portanto, distinto de seu corpo. Eles são uma ponte para a realidade, ajudando a criança a esperar pela satisfação desejada. Auxiliam a suportar o suspense, controlando a impulsividade. Com isso, imbuem-se da função de substituto materno, não obliterando, entretanto, a relação da criança com a mãe real. Dessa

²² Winnicott, D. (1958). *Collected Papers*. Londres: Tavistock. Referência constante em Tustin, 1972/1975, p. 75.

maneira, desenvolvem a imaginação e o pensamento, funcionando como agentes de mudança e transformação.

Ao representarem a mãe no psiquismo da criança, os objetos transicionais, alvos de afeto, tornam-se únicos e insubstituíveis. Podem ser comparados a *souvenirs*, por reviverem memórias de boas experiências. Apesar de estarem impregnados de uma riqueza particular, tornando-se “objetos acompanhantes” da criança (Tustin, 1981/1984, p. 150), seu uso é social e equivalente para vários indivíduos. Tustin (1981/1984, p. 158) os associa com “uma rede de fantasias eternamente mutáveis”. Na concepção estruturalista proposta por Lacan, vê-se aqui a dimensão metafórica do objeto transicional, indicando uma destreza no manejo do símbolo, própria da estrutura neurótica.

Enquanto o objeto transicional substitui a mãe, representando-a, o objeto autístico torna-se a mãe, negando sua real existência.

Por detrás da analogia entre objetos autísticos e confusionais, Tustin destaca suas diferenças. O objeto autístico é sentido como uma parte-extra do corpo da criança, obstruindo completamente a consciência de “não-eu”. Ao passo que o objeto confusional apenas ofusca a consciência de “não-eu”, deixando entrever sua separação do corpo da criança, mas mantendo-se acessível para que ela nele se aninhe, no intento de esconder-se.

O delírio sustentado pelos objetos confusionais suaves é o de se estar envolvido “em um véu, uma névoa ou neblina”. (Tustin, 1981/1984, p. 163). O delírio nutrido pelos objetos autísticos duros é o de encapsulamento, com sua impressão de que as imposições do mundo exterior são obstruídas. No entanto, os autistas oscilam entre a completa absorção em si e agudos lampejos de consciência do “não-eu”, que são vividos como aterrorizantes. Já os objetos macios das crianças esquizofrênicas as mantêm com uma vaga e perene consciência da diferença entre “eu” e “não-eu”.

Para Tustin (1981/1984), os estados primitivos de diferenciação entre “dureza” e “maciez” são anteriores à distinção entre “animado” e “inanimado”. A escolha de objetos macios ou duros encontra-se aí embasada. A preferência do esquizofrênico por objetos macios e flexíveis indica sua tênue relação com a oposição animado-inanimado. A radicalidade da posição autista de transformar coisas e pessoas em objetos inanimados legitima sua opção por objetos duros e

inflexíveis. A dureza desses objetos reflete, diretamente, o estado do corpo do autista. “Essas crianças estão ‘em choque’. Elas estão ‘rígidas de medo’”, indica Tustin (1995a, p. 73). E acrescenta:

A hipertensão muscular associada com essas situações estressantes significam que objetos duros no mundo exterior parecem apropriados para fazer a criança sentir-se protegida de experiências adicionais que impingem sofrimento. Tais objetos duros são sentidos como partes do seu corpo. (Tustin, 1981/1984, p. 153).

A tensão corporal, insuportável, faz a criança sentir-se túrgida e dura. Ela, então, é projetada como “não-eu”. Um exercício de desdobramento dos efeitos desse mecanismo proposto por Tustin deixa subentendido que a escolha por objetos duros promove a tentativa de controle externo da tensão, a qual não se mostra dominável internamente. Sob essa ótica, tem-se o objeto autístico duro com a função de localizar um gozo em si e não mais no corpo do autista, tese a ser defendida neste trabalho. Seguindo esse raciocínio — e extrapolando as indicações de Tustin, apesar de nelas embasar —, o objeto autístico duro funciona como um duplo do autista. Ele duplica, tal qual, o corpo do autista. Esse aspecto será desenvolvido na seção 8, do capítulo 4.

Os objetos autísticos mostram-se estáticos, no sentido de não se abrirem para novas redes de associações. Ao contrário, são usados de maneira estereotipada e fixa, repetitivamente, com propriedades ritualísticas e bizarras. A criança tem com eles uma preocupação rigidamente intensa, preferindo girá-los obsessivamente, tal como fazem com seu próprio corpo²³. São objetos tangíveis, sempre presentes e dominados pelas sensações. Com eles, o autista foca sua atenção em sensações corporais familiares, repelindo seu aspecto “não-eu”.

Objetos rígidos e inflexíveis são também quebradiços. A criança os agarra firmemente nas situações vivenciadas como perigosas, mas esse ato pode vir a quebrá-los. Quando esse estrago irreparável ocorre, Tustin (1972/1975, 1981/1984) observa que os autistas entram em um estado de verdadeiro “desespero”. Recorrem, em seguida, à tentativa de substituição do objeto danificado.

²³ A relação entre a autoestimulação corporal e os objetos autísticos será contemplada na seção 4 do capítulo 2, com base nas elaborações freudianas.

Uma criança de nossa clínica, denominada Fabrício, passou uma semana agitada, nervosa, sem se alimentar direito. Ao ser indagada pelo psiquiatra sobre possíveis mudanças que teriam havido na rotina da criança, a mãe nada identificou. Em um encontro comigo, foi-lhe sugerido procurar por modificações sem importância, a seus olhos, mas que poderiam ter afetado o filho. Ela, então, se deu conta de que a carcaça de um automóvel que pertencia ao avô foi retirada de seu quintal há uma semana. E Fabrício passava horas dentro dela, arrancando seus fios e partes da lataria e do console. Um de seus objetos autísticos lhe fora retirado.

No momento em que falta seu objeto autístico, a criança fica tensa como se houvesse perdido uma parte de seu corpo. Pode-se entender que o que se perde é o duplo-borda que afasta o gozo do corpo tenso do autista. No entanto, por meio de sua característica de substituição, seu lugar é tomado por outro objeto, experimentado como sendo o mesmo. “As crianças psicóticas Encapsuladas são relativamente indiscriminadoras”, aponta Tustin (1981/1984, p.132).

A falta de discriminação entre os objetos promove tanto a rápida substituição como a reação da criança a eles com base em critérios muito singulares.

O estado dominado pelas sensações das crianças psicóticas significa que essas crianças vivem em um mundo apreendido de forma global. Este é muito diferente do nosso. Nós distinguimos os objetos uns dos outros, por muito mais que a simples sensação de sua forma. *Usamos outros indícios*. As crianças psicóticas, não. Suas reações são unicamente baseadas nos contornos e delineação; significado e função não são levados em conta. (Tustin, 1981/1984, p. 132. Grifo nosso).

Os “outros indícios” de distinção dos objetos usados pelas pessoas remetem à noção de conceito. Vigotski (2005) desenvolveu todo um trabalho demonstrando como a mediação simbólica da palavra a localiza na interseção entre linguagem e pensamento. Por sua pertinência à linguagem, tem a função semiótica de nomear. Por sua relação com o pensamento, promove a elaboração de conceitos. Estes trazem as propriedades classificatórias e discriminatórias, assemelhando-se em alguns aspectos, mas diferenciando-se em outros.

Este trabalho procurará desenvolver a ideia²⁴ de que o autista busca uma relação com o mundo por meio de signos. Estes, ao contrário dos significantes, requerem o ajuste da nomeação com a coisa nomeada. No signo, há a correspondência entre significante e significado, que formam um par fixo²⁵.

Uma interessante observação de Tustin aponta para o amálgama existente entre as sensações. Para ela, no autismo, “a *sensação* é experimentada de uma maneira concreta, como um *objeto*”. (Tustin, 1981/1984, p. 136). E os objetos se distinguem entre si somente pelas sensações que provocam, quando parecem tocar o corpo da criança.

...as modalidades sensórias não são claramente diferenciadas umas das outras. Assim, ver e ouvir são geralmente experimentados pela criança de uma maneira tátil, como sendo *tocada* pelo objeto. Palavras escritas que têm aproximadamente a mesma forma são *sentidas* como sendo idênticas. Isto também se aplica a objetos, figuras e sons. (Tustin, 1981/1984, p. 133).

A permeabilidade existente entre as sensações, com a prerrogativa de sua materialização, constrói referenciais muito particulares que equivalem à noção de signo. Sem o recurso simbólico dos conceitos, que promoveriam gradações e classificações das sensações no pensamento, ao autista cabe experimentá-las intuitiva e concretamente.

Tustin indica que as crianças autistas são coladas em seus objetos. Considerando que os objetos autísticos possam ser objetos externos ou partes do corpo da própria criança, Tustin (1981/1984) também assim classifica as mãos que a criança usa em estranhos estereótipos, de maneiras não funcionais. O emprego da mão do outro para realizar um gesto no lugar da criança é interpretado por Tustin como tomar a pessoa como objeto autístico.

...tentam transformar a mão de outra pessoa em objeto autístico, usando-a como coisa destituída de vida ou vontade própria e como poderosa extensão de si mesmas que sirva para realizar seus desejos. Por exemplo, para abrir a porta, acender a luz, puxar o fecho das calças, etc. — o que denota, pelo menos, certo reconhecimento do modo como os objetos do mundo externo operam. A incapacidade de reconhecer refere-se muito mais à qualidade ‘não-eu’ das outras pessoas. (Tustin, 1972/1975, p. 81).

²⁴ Originária de Maleval (2009a).

²⁵ A proposição de um pensamento por meio de signos perpassa toda a tese, sendo retomada em várias seções desta pesquisa, com especial ênfase na seção 7 do capítulo 3.

A relação bastante próxima que o autista promove com o corpo das pessoas impeliu o psicanalista americano, radicado na Inglaterra, Donald Meltzer (1922-2004) a cunhar o termo “identificação adesiva”. Tustin, que foi supervisionada por ele em seu famoso caso John, achou mais apropriado utilizar as expressões “unicidade adesiva” (*adhesive-at-oneness*) ou “equação adesiva” (*adhesive equation*) para esses casos. Justifica sua opção pelo fato de a adesividade autista não estar imbuída da conscientização do espaço pertencente à noção de identificação. Esta se baseia em empatia e requer um sentido de espaço entre a criança e outras pessoas, com base no sentimento de identidade.

Na unicidade adesiva, a criança sente o *mesmo* que alguém e prende-se a essa pessoa como um objeto inanimado. Isso a ajuda a sentir que ela *existe*. (...) É mais perseverante que a “identificação adesiva”. (Tustin, 1995a, p. 74).

Na seção 7 do capítulo 3, ver-se-á outra modalidade de interpretação dessa equação adesiva autista, feita por Soler (1994), à luz da teoria da libido.

Uma configuração da equação adesiva teorizada por Tustin pode ser verificada em uma curiosa vivência de Temple Grandin. Aos 28 anos, conheceu um desenhista e o observou atentamente quando ele fazia plantas. Comprou o mesmo material que ele havia usado, especificado com as mesmas marcas, e fingiu que era o desenhista.

O desenho saiu por si mesmo e quando acabei não pude acreditar que era eu que o tinha feito. Não precisei aprender a desenhar ou projetar, fingi que era David — apropriei-me dele, do desenho dele e tudo o mais. (Sacks, 1995, p. 273).

Sacks (1995) observa que comportamentos não incorporados e mimeses são comuns em jovens autistas *savant*. Eles introjetam habilidades complexas, personagens ou massas de informação, servem-se deles para depois abandoná-los ou mesmo esquecer-los, de maneira a parecerem não ter deixado qualquer traço de aprendizado no sujeito.

Por sua aguda percepção clínica, Frances Tustin ocupa um patamar de destaque em referência ao tratamento de crianças autistas. Apesar do embasamento teórico entremeado de interpretações que “imaginarizam” o

simbólico²⁶, vê-se que sua obra traz uma observação acurada dos autistas, com ênfase na primorosa descrição dos objetos autísticos.

No entanto, a fundamental importância desses objetos para o autista, assinalada em várias passagens de seu trabalho, não a fez suscetível a acolhê-los. Para ela, esses objetos não passam de um resultado de círculos viciosos de atividades que se entrelaçam, retomando-as novamente. São apenas “uma pseudoproteção”, impeditivas do desenvolvimento de meios mais genuínos de proteção, ou seja, a relação com as pessoas.

Sua ambição em dar seguimento ao desenvolvimento normal que se deteve, nos casos de autismo, fê-la perseguir metas dificilmente alcançáveis com essas crianças, como o acesso à simbolização e a interação interpessoal sem o uso dos objetos autísticos. “A tarefa do psicoterapeuta é (...) contribuir, numa palavra, para que os objetos *transicionais* tomem o lugar dos *autísticos* e sejam, em última análise, substituídos pela capacidade de *formar símbolos...*” (Tustin, 1972/1975, p. 173). Em outra passagem, ensina: “Apenas quando cuidados introspectivos conseguem atingi-la [a criança], ela é capaz de começar a abandoná-los”. (Tustin, 1981/1984, p. 135). E acrescenta:

quando os Objetos Autísticos são abandonados, a criança pode começar a aprender a partir da experiência e pode ser auxiliada a fazer as distinções e integrações básicas naturais no desenvolvimento normal. (Tustin, 1981/1984, p. 151).

O embaraço de colocar em prática tal tarefa consagrou a ausência de indicações mais precisas em sua obra. Tustin se contém em asseverar que o terapeuta não deve compactuar com o uso autístico que a criança faz dos objetos, sob o risco de deixá-la “nas malhas de sua patologia”. (Tustin, 1981/1984, p. 143). Norteia educadores e psiquiatras a tornarem-se mais ativos e rigorosos, desencorajando, e até mesmo proibindo, atividades patológicas, chegando ao ponto de tomar certos objetos da criança.

Porém, para aqueles que se apressam em concluir que Tustin divide com alguns terapeutas comportamentais a determinação intrusiva nesses objetos, a

²⁶ À Tustin aplica-se a mesma observação de Laurent (1984, p. 63) sobre a prática de Melanie Klein, que “contrariamente ao que se crê, ela não operava em psicanálise com o imaginário, mas com o simbólico, como todo mundo, imaginando-o. (...) ao imaginarizar o simbólico, mantém a relação sexual como possível”.

autora demonstra sua susceptibilidade à dor autista, sustentando uma cautela nas intervenções do analista. Para ela, é preciso

muito tato, paciência e habilidade. Não pode ser feito de uma maneira brusca e mecânica. Precisamos esperar pacientemente pelos momentos apropriados, quando então podemos demonstrar-lhe que seres humanos, a despeito da imprevisibilidade e mortalidade, dão apoio mais eficaz e duradouro do que esses objetos imbuídos de excessiva auto-sensualidade. (Tustin, 1981/1984, p. 148).

Firmeza, acompanhada de prudência. A leitura desenvolvimentista de Tustin a precipita em uma contradição. É do que dá provas, ao constatar que, de um ponto de vista realístico, os objetos autísticos são utilizados “de uma maneira inútil e insignificante”; do ponto de vista da criança, são “absolutamente essenciais”. (Tustin, 1981/1984, p. 130).

Por considerarem tal discrepância, os psicanalistas orientados pela teoria lacaniana se pronunciam pela manutenção dos objetos autísticos no tratamento. Pareado com sua aparente nocividade, manifestada pela função alienante de que dispõem, há o entendimento de que alguns objetos podem sustentar o laço social do autista.

Essa é também a indicação de uma autista. Temple Grandin afirma que as fixações dos autistas e suas obsessões não devem ser rejeitadas; ao contrário, deve-se alargar esse campo obsessivo, procurando orientar o interesse inicial do autista, manifestado em suas fixações, em direção a atividades construtivas. Para ela (1997 como citado em Maleval, 2009a, p. 162)²⁷, as fixações são uma fonte de motivação para os autistas.

§5 A declinação do objeto autístico

Fragmento clínico 3: Fabrício mostra-se bastante avesso ao contato com o outro. Não olha, não se aproxima fisicamente e nada fala. Dedicar-se a manipular os objetos, solitariamente. Seus movimentos preferenciais são a seriação lateral e a separação por cores. Pedacos de objetos ou aqueles

²⁷ Grandin, T. (1997). *Penser en images*. Paris: Odile Jacob, p. 115 *apud* Maleval, J.-C. (2009). *Les objets autistiques complexes sont-ils nocifs?*. In J.-C. Maleval (dir.). *L'autiste, son double et ses objets*. Rennes, FR: Presses Universitaires de Rennes, p. 162. O referido livro de Grandin não foi traduzido para o português e sua edição francesa encontra-se esgotada.

pequenos se prestam para isso. A manipulação solitária dos objetos por Fabrício tem a função de acalmá-lo e de promover, concomitantemente, seu deliberado afastamento das pessoas.

A que servem os pedaços de objetos de Fabrício? Eles lhe propiciam algum auxílio no tratamento do Outro?

Fragmento clínico 4: Temple Grandin, autista de alto nível, quando criança não suportava o contato físico com outras pessoas. Porém sentia falta de ser abraçada. Ao se deparar com o pequeno recinto onde o gado era inserido para receber os cuidados veterinários, pensou que era um objeto assim que poderia servir a seus anseios. Durante longos anos dedicou-se a planejá-lo, construí-lo e aprimorá-lo, acompanhando-se por crises de angústia, acabando por conceber o que veio a denominar a “máquina do aperto” (*squeeze machine*). Esse objeto a acolhe internamente e, através de seu mecanismo pneumático, infla suas bordas de maneira a fazer pressão sobre seu corpo. Ao se sentir abraçada por seu invento, e não por uma pessoa, Temple se acalma e sua angústia cessa.

De que ordem é esse objeto-invenção de Grandin e o que o diferencia dos pedaços de objetos de Fabrício, que também o acalmam?

Conduzido pelos testemunhos dos autistas que tiveram acesso a uma fala funcional e comunicaram por escrito seu modo de vida, o psicanalista francês Jean-Claude Maleval considera que nem todos os objetos autísticos mantêm a função alienante que identificara Tustin. O autor relativiza esses objetos especiais e os classifica em dois tipos, simples ou complexo, de acordo com sua participação na interação social do autista.

Dois momentos podem ser circunscritos em sua formulação teórica. Ao final dos anos 90, Maleval distingue quatro tipos de objeto autístico, que evoluem entre si de acordo com sua participação na defesa autística. No período subsequente (2009), o autor retifica sua classificação anterior e passa a considerar somente duas categorias de objeto autístico: simples e complexo.

Em sua primeira articulação, Maleval (1997) se utiliza da análise das formas mais elaboradas de defesa do sujeito — o mesmo método que, segundo

ele, orientou Freud e Lacan a desembaraçar os mecanismos da psicose — e assinala que a função asseguradora e essencial de alguns objetos seria característica da defesa autística. Apropriando-se da expressão privilegiada por Tustin para esses objetos especiais do autista, propõe quatro etapas dessa defesa, em ordem decrescente de frustração: o “objeto autístico bruto”, o “objeto autístico não regulado”, o “objeto autístico regulado” e o “objeto autístico regulador”.

O “objeto autístico bruto” não porta significantes organizados, mas ajuda o sujeito a pôr ordem no mundo, mantendo a imutabilidade e protegendo-o do desejo do Outro. São exemplos desse objeto os brinquedos manipulados pelas crianças.

O “objeto autístico não regulado”, portador de significantes, contribui para um ordenamento mais elaborado do mundo. O sujeito autista ou se encontra colado a esse objeto, sob uma relação transitivista, ou se mantém em um estado de inércia, devido a um “deixar-se cair” (*laisser-tomber*). As máquinas liga-desliga, de Joey, paciente de Bruno Bettelheim, e acende-apaga, de Stanley, atendido por Margaret Mahler, são exemplos desse tipo de objeto.

O “objeto autístico regulado” é aquele dos autistas-eruditos (*autistes-savants*) — calendários e significantes da aritmética, dentre outros. O objeto regulado também porta significantes. Por meio deles, o autista-erudito é “tomado em massa” (*pris en masse*), respondendo a questões que o testam em suas habilidades excepcionais de modo quase alucinatório, sem um verdadeiro trabalho próprio.

O “objeto autístico regulador” traz a referência, fixada pelo significante, mas dele o autista se descola. Em razão dessa distância relativa, o sujeito consegue desenvolver capacidades de adaptação a situações imprevistas. São exemplos desse mais alto progresso dos autistas, o matadouro para gado (*trappe à bétail*) e o livro publicado de Temple Grandin, bem como a máquina elétrica de Joey.

A premente reelaboração teórica posterior originou-se de uma necessária precisão conceitual empregada pelo autor. Trata-se da substituição do conceito de “significante” pelo conceito de “signo”.

Em 1997, como é notado nas descrições dos quatro tipos de objeto autístico, Maleval julga que a defesa promovida pelos objetos se desenvolve por

meio da justaposição de “significantes” a eles. Tal contiguidade produziria um efeito de animação, elevando os objetos à condição de máquina. A máquina autística, sendo uma realização simbólica, culminaria, em sua essência, em um objeto portador de significantes organizados.

Nele alguns autistas conseguem enxertar o que Pierre Bruno denominou o “Outro de síntese”. (*I’ Autre de synthèse*, Maleval, 1997, p. 137). Esse conceito foi absorvido pelas elaborações de Maleval, ocupando a especial função de subsistir como um reservatório do objeto real, permitindo estruturar a realidade e preservar o desejo do Outro. A conceituação inicial enfatiza a composição holofrástica do Outro de síntese, demarcando uma especificidade da pluralização do S_1 , que o diferencia da esquizofrenia.

Em *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*, Lacan circunscreve a característica do significante-mestre, S_1 , de não se reduzir a um significante qualquer, representando o sujeito em todos os níveis do discurso por uma posição de exterioridade que envolve, permitindo o ordenamento da cadeia significante. Essa pluralidade do S_1 , que o leva a permanecer “indeciso entre o fonema, a palavra, a frase, mesmo todo o pensamento” (Lacan, 1972-1973/1982, p. 196), permite a Lacan um equívoco homofônico conceitual, nomeando-o de “enxame” (*essaim*, em francês, que se pronuncia tal como S_1). Miller (1993) precisa que é na esquizofrenia que podemos ver o enxame de significantes irremediavelmente disperso, com seus fenômenos manifestando o espalhamento e a desaparecimento do significante-mestre.

Maleval (1997) observa que, no autismo, há outra forma de pluralização do S_1 , não existindo um ordenamento instaurado por um processo de revestimento, efeito da posição de exterioridade do significante-mestre. No Outro de síntese do autista há uma coordenação dos elementos, mas sua referência localiza-se internamente, no próprio sistema significante, e não em um ponto exterior. O autista-erudito não está “representado” por seu Outro de síntese, mas “acoplado” a ele.

O autor exemplifica o funcionamento do Outro de síntese com as proezas dos autistas-eruditos, que tanto encantam os leigos. Desse modo, atribui-se ao Outro de síntese a extraordinária memória de Raymond, o autista do filme *Rain Man*, para decorar os números do catálogo telefônico da cidade e sua capacidade

de contar rapidamente as cartas de um baralho. O Outro de síntese não é barrado; entretanto, ele é organizado, ordenando alguns campos da realidade, e localiza o gozo do sujeito.

Acoplando-se a seu Outro de síntese, o sujeito autista liga-se a ele e dele se desliga, voluntariamente. A intervenção protetora desse objeto permite a elaboração da alienação significativa, acentuando a animação da libido e os efeitos de apaziguamento do gozo.

Não se opera, no entanto, o processo de separação. Definir assim a defesa autística por um retorno do gozo sobre a borda, segundo a fórmula proposta por Eric Laurent, permite distingui-la de mecanismos paranoicos e esquizofrênicos.²⁸ (Maleval, 1997, p. 137. Tradução nossa).

A proposta, extraída de Laurent (1992/1998), de um gozo que retorna sobre a borda, será posteriormente aprimorada e desenvolvida por Maleval²⁹. Em contraposição, a hipótese de uma elaboração da alienação significativa, promovida pelos S_1 , será por ele abandonada. Maleval (2011) passa a afirmar que há uma dificuldade do sujeito em assumir uma posição de enunciação, marcando sua recusa à alienação. O autista só acede parcialmente à alienação significativa. Também sua concepção de um Outro de síntese composto por um aglomerado de S_1 ordenados, mas sem uma referência externa, foi retificada. A ausência de “ao menos um” significativo para ordenar o conjunto dos demais retira a lógica de seu funcionamento, que implica a necessidade de um elemento externo. Para resolver essa impropriedade conceitual, Maleval (2009a) a reparou com a noção de “signo”, em substituição à de significativo.

O Outro de síntese fica sendo, então, constituído por signos, cuja natureza lhe permite a concretização da independência de sentido consagrada anteriormente ao significativo. Ao contrário deste, o signo não apaga o objeto que representa, mas a ele se relaciona estreitamente. A exata correlação do representante com a coisa representada, promovida pelo signo, fixa seu significado e dispensa a necessidade de uma oposição significativa que o defina³⁰.

²⁸ “Ne s’opère pas cependant le processus de séparation. Définir ainsi la défense autistique par un retour de la jouissance sur le bord, selon une formule proposée pour Eric Laurent, permet de la distinguer de mécanismes paranoïaques et schizophréniques.”

²⁹ Essa proposta sustenta a tese da pertinência clínica do objeto autístico no tratamento e será recuperada e desenvolvida em várias passagens deste trabalho, em especial na seção 8 do capítulo 4.

³⁰ No capítulo 3, dedicado à linguagem, o conceito de signo, como considerado por Pierce, trará elementos que precisarão ainda mais sua distinção com o significativo.

O amadurecimento do conceito de Outro de síntese provocou a reclassificação dos objetos autísticos. Foi ao se basear, essencialmente, na função de proteção aliada à ampliação da interação possibilitadas pelo Outro de síntese que Maleval (2009a) reduziu para duas as categorias dos objetos autísticos: simples e complexo.

Apoiando-se nas descrições de Tustin sobre a relação transitivista³¹ do autista com seu objeto, Maleval (2009a, p. 169) sustenta que o autista se percebe, “de bom grado, como um objeto no mundo dos objetos”³². Os relatos de Donna Williams (1994) demandando que lhe expliquem as expressões humanas sutis não compreendidas por ela e a autodefinição de Temple Grandin, que se sentia como “um antropólogo em Marte” (Sacks, 1995, p. 267), dão testemunho disso. Enxergar-se como um objeto dentre outros indica que ele se experimenta como inanimado, o que traduz a ausência de funcionamento da dinâmica pulsional. Com efeito, para aqueles que trabalham com autistas, não é difícil notar expressões de desregramento da pulsão, demonstradas nas dificuldades típicas relativas à alimentação, à defecação, ao olhar ou à voz³³.

Ser um objeto, aderir-se a um, transitivamente, é a posição do autista; ele é seu objeto autístico e este faz parte de seu corpo. Tal transitivismo conduziu Maleval a discriminar objeto autístico e objeto transicional. Alargando as observações anteriores de Tustin, o autor compara o jogo do *Fort-Da*, transicional, com as condutas liga-desliga (*on-off*) dos autistas.

Fazer a luz aparecer, por meio do acender e apagar da lâmpada, uma atividade típica de muitos autistas, não é da mesma ordem do sumir e aparecer do carretel de linha. A relação da criança com o carretel comporta uma representação. Na interpretação precisa de Freud (1920), o carretel representa a mãe, que aparece e desaparece à revelia do desejo do filho. Este se utiliza do jogo *Fort-Da* para ensaiar certo controle sobre o desaparecimento de seu objeto de amor, ao mesmo tempo que procura retratar o irrepresentável da pulsão de morte ali presente.

³¹ O capítulo 2 demarcará a importância do conceito de transitivismo para Lacan. Foram as pesquisas psicológicas sobre o assunto que o instigaram a elaborar o Estádio do Espelho.

³² “...[celui-ci] se perçoit volontiers comme un objet dans le monde des objets...”

³³ Tais manifestações serão apresentadas na seção 5 do capítulo 2.

No acender-apagar a luz se vê a mesma tentativa de controle, porém sem a representação metafórica que o carretel comporta. As condutas *on-off* do autista demonstram atuar no nível lógico anterior à representação, ao traço do S₁. Elas elaboram a pura alternância da presença-ausência do objeto, sem que a esta seja “incorporada”³⁴ a perda.

A maneira que encontra Arnold, paciente de G. Guillas (1999, como citado em Maleval, 2009a, p. 171), para dar uma ordenação ao mundo é paradigmática nesse sentido. Essa criança se utiliza da oposição linguística “mais-menos” para incorrer na simulação de um “ter-não ter”, que implicaria uma perda. Referindo-se às imagens de um livro preferido, Arnold diz:

Os morangos, tchau morangos, não tem mais. O boneco de neve, tchau, não tem mais. A sopa, não tem, não está lá, depois, não tem mais. O menininho, tchau, não tem, não tem mais. As uvas, não tem mais, tchau.³⁵ (Maleval, 2009a, p. 171. Tradução nossa).

Maleval sublinha que, no *Fort-Da*, primeiramente tem-se estipulada a ausência (*Fort*), para em seguida haver o retorno do objeto (*Da*). Nas aparentes oposições linguísticas de Arnold há a demarcação inicial da presença do objeto para, só então, negá-lo. Mais precisamente, para colocá-lo à distância. “É preciso sublinhar que as oposições ordenadas de Arnold procuram promover a perda controlada de um objeto muito presente, pela tentativa de sua simbolização.”³⁶ (Maleval, 2009a, p. 171).

O *Fort-Da* e as condutas *on-off* são maneiras de tratar a negatividade da linguagem e a dor da perda do objeto (Maleval, 2009a), mas a primeira atua por meio da oposição significativa e a segunda, por meio do signo. O *Fort-Da* realiza, com sucesso, a negatividade da coisa, ao passo que as condutas liga-desliga mantêm a sua presença, ainda que intencionem negá-la.

³⁴ O termo aqui é bem ajustado, uma vez que se trata da ausência da constituição corporal promovida pela perda do objeto, que se torna essencialmente mítico para o sujeito. Esse ponto será mais bem esclarecido na seção 4, do capítulo 2, ao se desenvolver a lógica do Estádio do Espelho para a constituição do corpo.

³⁵ “*Les fraises, au revoir les fraises, y’a plus. Le bonhomme de neige, au revoir, y’a plus. La soupe, pas là, après, y’a plus. Le petit garçon, au revoir, pas là, y’a plus. Les raisins, y’a plus, au revoir.*”

³⁶ “*Il faut souligner que les oppositions réglées d’Arnold tentent de faire advenir la perte maîtrisée d’un objet trop présent, grâce à une tentative de symbolisation de celle-ci.*”

Em seu tratamento, Arnold apresenta uma nomeação que cinge uma palavra a uma imagem, conectando-as. Em seguida, ele opera novamente sobre o signo, atribuindo-lhe uma negação, em uma tentativa de controle da perda. No caso do *Fort-Da*, a ausência inicial mostra-se concordante com o funcionamento do significante, que faz desaparecer a coisa referida. O momento seguinte não promove seu reaparecimento sob o uso do mesmo signo, mas faz seu retorno por meio de outro significante, demarcando uma verdadeira oposição linguística.

Mesmo sob a égide do funcionamento do signo, Maleval (2009a, p. 186) afirma que o ligamento-desligamento do autista a seu objeto propicia “um corte regulador na economia libidinal”³⁷. Sob esse propósito, dá relevo a uma atividade típica dos autistas: as batidas (*tapotements*) que costumam promover nos objetos. “Entre a nomeação do objeto e sua negação operada pelo sujeito autista se produz uma batida no objeto que procura apagá-lo, e não a fazê-lo retornar.”³⁸ (Maleval, 2009a, p. 172). A grande frequência com que os autistas se utilizam desse recurso de percutir os objetos revela que essa atividade lhes provoca um sentimento de segurança, por meio de um controle sobre eles. Desse modo, o autista desempenha concretamente com seus objetos a estrutura própria do signo, assegurando-se, inicialmente, de sua presença, para, então, atribuir-lhe certa negatividade, sem, no entanto, proceder à suposição de sua perda.

Seguindo com a discriminação entre os objetos, tem-se que o objeto transicional é efetivamente um objeto fálico tranquilizante. Ele é utilizado para temperar a perda, nunca para animar um sujeito, como o faz o objeto autístico. Este, capturado no real e na pulsão de morte³⁹ (Maleval, 2009a), mostra-se, por vezes, perturbador, a despeito de sua função calmante que protege o autista do mundo externo.

Os objetos eleitos pelo autista, nos quais produz batidas ou giros, levam-no a se manter nessa atividade com uma atenção tão concentrada, parecendo ser surdo ao que se passa à sua volta. Esses objetos, denominados por Maleval

³⁷ “...une coupure régulatrice dans l'économie libidinale.”

³⁸ “Entre la nomination de l'objet et sa négation opérée par le sujet autiste se produit un tapotement de l'objet qui cherche à l'effacer et non à le faire revenir.”

³⁹ A elaboração de Lacan do Estádio do Espelho elucida a pulsão de morte envolvida na assunção jubilatória da imagem (cf. capítulo 2). Este trabalho defende a tese de que o objeto autístico faz borda ao corpo, constituindo-o minimamente. Ao mesmo tempo que o contorna, compõe com ele uma precária especularidade na qual se implica como objeto tranquilizante, acompanhado, porém, de certa inquietação, ao deixar entrever sua vertente aniquiladora.

(2009a) como “objetos autísticos simples”, propiciam uma sensação autoproduzida, engendrada por seu próprio corpo. Em termos freudianos, o objeto autístico simples não é mais que um objeto autoerótico.

Tustin já isolara a característica essencial do objeto autístico simples: a dureza. Nota a verdadeira obsessão de alguns autistas por “objetos mecânicos duros” (Tustin, 1972/1975, p. 80). Ao observar que o autista procura integrar em si as características de seu objeto, Tustin demarca sua função de duplo. Viu-se, acima, que ela interpreta a opção pela rigidez dos objetos como sendo a réplica da apresentação do próprio corpo do autista: duro e tenso. Para ela (1972/1975, p. 96), essas crianças aparentam estar “vestidas de ferro”. Essa preferência do autista lhe permite um tratamento dado à imagem do corpo. (Maleval, 2009a).

A contribuição de Maleval vem aquilatar a de Tustin, trazendo o efeito de alterar suas conclusões. Esse autor observa que à psicanalista inglesa escapou outra característica fundamental dos objetos autísticos: seu dinamismo. Apesar de ter constatado a preferência dos autistas por objetos mecânicos duros, Tustin não atinou para a essencialidade do traço dinâmico, verificado na mecânica dos objetos que funcionam sozinhos. Sua incontestável predileção pelos objetos faz com que seja do lado deles, e não das pessoas, que o autista execute suas tentativas de se animar. “É sobre seu duplo protetor que eles procuram um gozo sobre o qual é lícito se ligar”⁴⁰. (Maleval, 2009a, p. 167). É do lado do duplo que um dinamismo é buscado.

A característica dinâmica dos objetos — identificada naqueles que possuem movimento próprio, como ventiladores, ou naqueles em que é o sujeito que os faz se mover, como ocorre com o pião — traz a animação que o próprio autista demonstra não ter. Esses objetos dinâmicos se mostram bastante frequentes dentre os objetos autísticos e se prestam ao tratamento da animação pulsional do autista.

A dureza do objeto autístico, distinguido como um duplo, proporciona o tratamento da imagem corporal do sujeito. A esse recurso imaginário se acrescenta o de animação pulsional, fazendo do objeto autístico simples um duplo “vivo” do autista (Maleval, 2009a, p. 172). A sensação autoerótica promovida pelo

⁴⁰ “C’est sur leur double protecteur qu’ils cherchent une jouissance sur laquelle il leur est licite de se brancher.”

objeto autístico simples faz barreira ao mundo exterior e traz de imediato a proteção contra a angústia. Se o autoerotismo é seu lado negativo, a dinâmica vital que ele propicia torna-se seu lado positivo. Tem-se, aqui, a notável contribuição de Maleval para a clínica do objeto autístico.

Se esse duplo “vivo” participa de uma ilha de competência⁴¹ ou se ele porta uma organização pulsional que faça vincular o autista ao mundo, por meio do Outro de síntese, ele passa a ser considerado um “objeto autístico complexo”. Este afasta o gozo do corpo do sujeito, localizando-o em uma borda, que não apenas faz barreira ao Outro, mas, sobretudo, promove uma conexão à realidade social. A função maior do objeto autístico complexo, que o faz se diferenciar do objeto autístico simples, é a de “aparelhar um gozo pulsional em excesso”⁴² (Maleval, 2009a, p. 170), oferecendo ao autista a dinâmica pulsional que lhe falta.

Se há uma qualidade comum a todos seus [de Joey] objetos, (...) é evidentemente sua capacidade de regular a energia vital. Ele os utiliza para tratar sua afetividade. Eles são os captadores de libido, os reguladores de gozo. Traduzem um trabalho subjetivo de tratamento das pulsões. Essa é sua função dinâmica negligenciada por Tustin.⁴³ (Maleval, 2009a, p. 177. Tradução nossa).

Também é esse o uso que a “máquina de apertar” (*squeeze machine*) tem para Temple Grandin. Esse instrumento, inventado por ela, é um verdadeiro objeto autístico complexo, que, ao contrário de torná-la alheia, como objetaria Tustin, permite-lhe acalmar-se nos momentos de angústia, dando sequência à sua interação social. Ademais, Grandin (1999) é categórica ao afirmar que não seria possível sua vida sem ela.

Maleval (2009a) observa que a “máquina de apertar” e a *trappe à bétail* não são um duplo de Grandin, mas foram construídas a partir dele. Seu duplo localiza-se nos animais que delas se utilizam. “Eu me identificava ao animal”, diz Grandin

⁴¹ Expressão empregada por Maleval para indicar uma área ou assunto que captura o interesse do autista, por ele sendo desenvolvido. Gauderer (1993) utiliza-se de um termo semelhante: “ilha de capacidade”.

⁴² “...à appareiller une jouissance pulsionelle en excès.”

⁴³ “S’il est une qualité commune à tous ses objets, qualité que Joey cherche à acquérir, c’est manifestement leur capacité à réguler l’énergie vitale. Il les utilise pour traiter son affectivité. Ce sont des capteurs de libido, des régulateurs de jouissance. Ils traduisent un travail subjectif de traitement des pulsions. C’est leur fonction dynamique négligée par Tustin.”

(1997 como citado em Maleval, 2009a, p. 184)⁴⁴, que intitula um de seus livros como “Animais em tradução: a mulher que pensa como uma vaca”⁴⁵.

Nota-se, portanto, que o duplo não se confunde com o objeto autístico complexo, dele sendo, contudo, um apoio. (Maleval, 2009a). Esse foi o equívoco dos Lefort, que reduziram o objeto autístico complexo a uma simples encarnação do duplo⁴⁶. Duplo real, com uma função essencialmente de “tapa-buraco” (*bouche-trou*). (Maleval, 2009a, p. 187).

O objeto autístico complexo é, sempre, uma criação do sujeito, com raras exceções. (Maleval, 2009a). Aparelho de televisão ou máquina de lavar roupa são exemplos de objetos autísticos complexos adotados, e não criados. A máquina, por exemplo, foi o tipo de objeto que serviu a Charlie, o menino atendido pela psicanalista francesa Myriam Perrin (2009), cujo caso clínico descreve um percurso elaborado desde o objeto autístico simples até o objeto autístico complexo⁴⁷.

A maioria dos autistas prima pela invenção de seu objeto autístico complexo. A máquina de apertar foi elaborada por Temple Grandin, como também o matadouro para gado e o conteúdo dos livros que publica sobre seu modo de vida autista. Foi somente mais tarde que Joey concluiu sua máquina elétrica que transforma a corrente alternada em corrente contínua, fruto de uma demorada construção que se valeu de inúmeros protótipos, menos efetivos como conectores sociais. Donna Williams compôs seus companheiros imaginários, Carol e Willie, e seus livros. Daniel Tammet teve, por certo tempo, a amiga imaginária Anne, uma senhora com mais de 100 anos.

Maleval (2009a) observa que há uma multiplicidade de objetos autísticos complexos composta pelo objeto máquina, pelo semelhante e pelo amigo imaginário. Este se mostra frequente nos testemunhos dos autistas de alto nível. À medida que a complexidade desse recurso *princeps* autista vai se avultando, sua conexão com o mundo externo torna-se mais franqueada.

⁴⁴ Grandin, T. (1997). *Penser en images*. Paris: Odile Jacob.

⁴⁵ A publicação inglesa optou por um subtítulo que qualifica melhor o duplo de Grandin: Grandin, T. & Johnson, C. (2005). *Animals in translation: the woman who thinks like a cow*. London: Bloomsbury. Por seu turno, a publicação americana, do mesmo ano e originária de seu país natal, traz um subtítulo que dá ênfase ao autismo da autora: Grandin, T. & Johnson, C. (2005). *Animals in translation: using the mysteries of autism to decode animal behaviour*. New York: Bloomsbury.

⁴⁶ As ideias dos Lefort a respeito do duplo estão presentes à frente, na seção 7 do capítulo 3.

A forma mais completa do objeto autístico complexo, segundo o autor, é a imagem no espelho. A ela Donna Williams teve acesso, após abandonar seus amigos imaginários.

Tomando-se em uma imagem no espelho ampliada, o duplo autístico aprimora (*donne de l'étoffe*) o eu do sujeito, sua “falicização” se acentua, mas é uma “falicização” que não passa pela castração. O duplo escópico de Williams não deixa de lhe fazer obstáculo a todo acesso à falta do Outro, ela nota finamente que ele não dá lugar a seu ser, peca por não poder alojá-lo no campo do Outro. Ele não faz mais que um canal para o mundo: ele a envolve pelos reflexos narcísicos, numa solidão habitada por ela. Ele põe, entretanto, o objeto olhar à distância, capta-o, e dá à Williams o sentimento de “não se experimentar totalmente viva”.⁴⁸ (Maleval, 2009a, p. 188. Tradução nossa).

O objeto autístico complexo ocupa um lugar central para a vida do autista porque compõe sua realidade.⁴⁹ É por meio de uma “associação metonímica”⁵⁰ (Maleval, 2009a, p. 185) do objeto autístico complexo que o autista investe o mundo e seus objetos. O mesmo funcionamento ampara a relação do autista à linguagem, na qual ele objetiva os signos.

Com seu objeto-borda, o autista trata a castração por meio de uma elaboração imaginária da perda simbólica. O objeto autístico, em sua relação com o objeto *a*, “consegue por vezes imitá-lo, mas não realizá-lo” atesta Maleval (2009a, p. 189)⁵¹.

O duplo do autista é uma imagem dinâmica que captura e esconde o objeto *a* não negativizado pela função fálica, o que o torna atraente, mas que o toma na pulsão de morte, donde a relação por vezes ambivalente do sujeito a ele.⁵² (Maleval, 2009a, p. 187. Tradução nossa).

⁴⁷ O caso de Charlie servirá de paradigma para se discutir o trajeto clínico do objeto autístico e será retomado na seção 8 do capítulo 4.

⁴⁸ “*En se prenant à une image au miroir magnifiée, le double autistique donne de l'étoffe au moi du sujet, as phallicisation s'accroît, mais c'est une phallicisation que n'en passe pas par la castration. Le double scopique de Williams ne cesse de lui faire obstacle à tout accès au manque de l'Autre, elle note finement qu'il ne donne pas de lieu à son être, faute de pouvoir loger celui-ci au champ de l'Autre. Il ne fait pas non plus canal vers le monde: il l'enferme en des reflets narcissiques, dans une solitude peuplée d'elle-même. Il met cependant l'objet regard à distance, le capte, et donne à Williams le sentiment de s'être 'jamais sentie aussi totalement vivante'.*”

⁴⁹ Vale antecipar, desde já, o acento dado por Lacan à realidade composta pelo reconhecimento da imagem especular. O Estádio do Espelho mostra-se como a via de instauração da imagem do corpo próprio, mas também da realidade dos objetos (cf. capítulo 2). Por sua função reguladora, o objeto autístico complexo, externo ao sujeito, torna-se um expoente de tal proposição.

⁵⁰ “*...d'associations métonymiques...*”

⁵¹ “*Il parvient parfois à le mimer, mais non à le réaliser.*”

⁵² “*Le double de l'autiste est une image dynamique qui enserre et masque l'objet a non négativé par la fonction phallique, ce qui le rend attractif, mais le laisse en prise avec la pulsion de mort, d'où le rapport parfois ambivalent du sujet à celui-ci.*”

As batidas dadas nos objetos que tentam negativizá-los promovem seu enquadramento simbólico, localizando-os numa borda. Em razão de seus efeitos de borda momentâneos, os autistas que delas se utilizam conseguem abrandar seus episódios de automutilação. (Maleval, 2009a).

A tese defendida neste trabalho propõe que o objeto autístico apresenta-se como a indicação de tratamento que o autista oferece ao clínico, mesmo à sua revelia. O autista não o endereça ao analista, uma vez que este se encontra no lugar do Outro, de cuja presença ele deve se proteger. No entanto, em seu trabalho de regulação desse Outro, efetivado por meio dos objetos, o autista dá os indícios dos recursos de que está se servindo. Cabe ao analista, por uma “presença ausente” que dá apoio à imagem do duplo, acompanhá-lo e auxiliá-lo a encontrar possibilidades mais efetivas para suportar melhor a interação social. O último capítulo se valerá dessa formalização clínica.

CAPÍTULO 2 – O CORPO

Os objetos autísticos, empíricos, servem para modular a interação social do autista, pela gradação de suas funções de alheamento e de animação. São usados, também, para simular a operação de extração pulsional, da qual decorre uma localização do gozo. Essa manobra orienta o desdobramento deste capítulo. É a operação lacaniana da extração do objeto que institui um corpo a cada sujeito. Para que se estabeleça o desenho da superfície que se transformará em corpo é necessário que as zonas erógenas sejam delimitadas. No autismo, as manifestações desregradadas da pulsão pressupõem uma ausência da consistência corporal.

O capítulo principia pelo decurso da constituição do corpo, em Freud e em Lacan. A seção seguinte se dedica a investigar os índices dessa ausência no autismo. Um relevo é dado à desregulação pulsional do autista, por meio da demonstração desses fenômenos. Para embasá-la teoricamente, é convocada a discussão sobre a extração do objeto.

Seção 4 Corpo e objeto pulsional

§6 Constituição do corpo em Freud

Para introduzir o tema do autoerotismo serão retomados os quatro sintomas básicos do autismo, enumerados pela A.S.A.⁵³: (a) distúrbios no ritmo de aparecimento de habilidades físicas, sociais e linguísticas; (b) reações anormais às sensações, afetando as seguintes funções ou áreas: visão, audição, tato, olfato, paladar, dor, equilíbrio e postura; (c) fala e linguagem ausentes ou atrasadas, com perturbações em sua manifestação, podendo estar presentes algumas habilidades cognitivas específicas; (d) formas anormais de se relacionar com pessoas, objetos e eventos.

Enfatizando-se a segunda dessas sintomatologias — referente às reações anormais às sensações — foi elaborada a técnica terapêutica da Integração Sensorial⁵⁴. Para essa abordagem, a consciência corporal se constitui por meio da combinação dos estímulos percebidos pelos sistemas tátil, vestibular e

⁵³ Citados no capítulo 1, seção 1.

⁵⁴ Referida na seção 1 do capítulo 1.

proprioceptivo. No autismo ela estaria ausente em razão de um *deficit* em uma ou mais dessas áreas sensoriais.

Essa observação de uma ausência de consciência corporal no autismo⁵⁵, em função de um distúrbio no seu sistema sensorial, pode ser relacionada ao texto freudiano, ensaiando-se algumas considerações.

Em seu texto *Além do princípio de prazer*, Freud define o que seriam os órgãos dos sentidos e sua função, no âmbito da metapsicologia. Retomando sua concepção do aparelho mental — proposta já em 1895, em seu *Projeto para uma Psicologia Científica* —, Freud (1920, p. 43) define os órgãos dos sentidos como sendo as partes da camada cortical receptiva situadas na superfície do corpo, imediatamente abaixo do escudo geral contra estímulos. Pode-se considerar que esse escudo protetor contra estímulos seja o eixo de sustentação da noção freudiana de corpo.

Como observa Dias (2001)⁵⁶, a concepção de corpo proposta por Freud inicia-se como sendo um objeto sexual, em 1905, passando a situar-se em relação à constituição do Eu, em 1914, para só então culminar em sua diferença para com outro corpo, incluindo-se na divisão sexual como um corpo masculino ou feminino, em 1925. Essa progressão é trazida aqui como eixo de percurso das considerações freudianas sobre o corpo e com ela um diálogo será instituído. Será antecedida, entretanto, pela primordial noção freudiana para a concepção de corpo: a diferença entre mundo interno e mundo externo, instaurada pelo escudo protetor contra estímulos.

§6.1 O limite do corpo: o escudo protetor contra estímulos

Desde 1895, Freud — ainda em colaboração com Breuer — se vê às voltas com a relação entre o organismo e o mundo externo e as defesas que o primeiro utiliza para evitar seu aniquilamento pelo segundo. Para tanto, Freud propõe que os organismos vivos precisaram criar, para sobreviverem, uma barreira externa contra a estimulação constante e intensa proveniente do mundo externo que os

⁵⁵ Trata-se de uma elaboração que vai ao encontro da proposição psicanalítica da ausência de corpo no autismo, desenvolvida no atual capítulo e já prenunciada em nossa dissertação de mestrado. (Cf. Pimenta, 2003, p. 114).

⁵⁶ Verbena Dias desenvolveu um trabalho sobre o corpo na psicose, na dissertação de mestrado que apresentou à UFRJ. O percurso elaborado pela autora servirá de apoio para algumas considerações deste §.

envolvia. Essa camada superficial que envolve o organismo foi se tornando “até certo ponto” (Freud, 1920) inorgânica e resistente aos estímulos, possibilitando que as camadas seguintes, vivas, recebam as energias do mundo externo diminuídas em sua intensidade original, o que evitaria sua destruição.

Através de sua morte, a camada exterior salvou todas as camadas mais profundas de um destino semelhante, a menos que os estímulos que a atinjam sejam tão fortes que atravessem o escudo protetor. A proteção contra os estímulos é, para os organismos vivos, uma função quase mais importante do que a recepção deles. (Freud, 1920, p. 42-43).

O escudo contra estímulos, para além de sua função de proteção, configura-se como a primeira delimitação do organismo, em sua diferenciação com o mundo externo.

A recepção de estímulos da camada cortical subjacente ao escudo tem o propósito de descobrir a direção e a natureza dos estímulos externos. Para tanto, bastam aos órgãos dos sentidos quantidades pequenas de estimulação externa que lhe tragam amostras do mundo externo. Freud (1920, p. 43) os compara a “tentáculos que estão sempre efetuando avanços experimentais no sentido do mundo externo e, então, retirando-se dele”.

A hipótese com que trabalha a Terapia de Integração Sensorial sobre um *deficit* no processamento das sensações, causado por falhas na discriminação dos estímulos sensoriais, traz uma interpretação equivocada das características temporais e espaciais desses estímulos.⁵⁷ Freud retoma o teorema kantiano segundo o qual “tempo e espaço são formas necessárias de pensamento” (Kant como citado em Freud, 1920, p. 44), apontando que

nossa ideia abstrata de tempo parece ser integralmente derivada do método de funcionamento do sistema *Pcpt.-Cs.* e corresponder a uma percepção de sua própria parte nesse método de funcionamento, o qual pode talvez constituir uma outra maneira de fornecer um escudo contra os estímulos. (Freud, 1920, p. 44).

No autismo, com efeito, pode-se perceber uma indiscriminação temporal e espacial, o que instigou Laurent (1981) a afirmar que os autistas demonstram ter um “problema de superfície”, aproximando-se da referida elaboração freudiana⁵⁸.

⁵⁷ Cf. capítulo 1, seção 1, acima.

⁵⁸ As concepções do autor serão retomadas logo à frente, na seção 5.

Ainda em 1920, Freud assinala que o aparelho mental trata aquelas excitações internas que produzem um aumento demasiado grande de desprazer como sendo externas; em função disso, o escudo protetor contra estímulos é ativado, como meio de defesa contra elas. Com essa descrição do funcionamento psíquico, Freud estabelece o mecanismo do que veio a chamar de “projeção”.

Indica um dado precioso para a investigação do corpo no autismo: ao definir o trauma como um evento psíquico decorrente do rompimento da barreira contra estímulos provocado por poderosas excitações externas que conseguiram atravessar o escudo protetor, evidencia que um dano físico causado simultaneamente ao trauma sujeitaria o excesso de excitação — traumático, por natureza —, ao exigir uma hipercatexia narcisista do órgão prejudicado.

É bastante conhecido o fato de que distúrbios graves na distribuição da libido, como a melancolia e a demência precoce, são temporariamente interrompidos por uma moléstia orgânica intercorrente. (Freud, 1920, p. 50).

A explicação dada por Freud a esse fato baseia-se na sua concepção do escudo protetor contra estímulos. O trauma advém da inundação do aparelho mental por grandes quantidades de estímulos e do problema decorrente de dominar essas quantidades e vinculá-las, no sentido psíquico, para que se possa delas se desvencilhar. Essa capacidade de vinculação do aparelho psíquico está intimamente relacionada com a intensidade de catexia nele presente.

...um sistema que é altamente catexizado, é capaz de receber um influxo adicional de energia nova e de convertê-la em catexia quiescente, isto é, de vinculá-la psiquicamente. Quanto mais alta a própria catexia quiescente do sistema, maior parece ser a sua força vinculadora; inversamente, entretanto, quanto mais baixa a catexia, menos capacidade terá para receber o influxo de energia e mais violentas serão as consequências de tal ruptura no escudo protetor contra estímulos. (Freud, 1920, p. 46).

A vinculação da energia é concebida, por Freud (1905/1987, p. 47), como sendo a mudança de um estado de fluxo livre para um estado quiescente.

O autor considera que o susto que precede o trauma deve-se à falta de preparação do aparelho psíquico para a angústia, implicando numa baixa catexia dos sistemas que seriam os primeiros a receber o estímulo.

Devido à sua baixa catexia, esses sistemas não se encontram em boa posição para vincular as quantidades afluentes de excitação,

e as consequências da ruptura no escudo defensivo decorrem mais facilmente ainda. Ver-se-á, então, que a preparação para a ansiedade e a hipercatexia dos sistemas receptivos constitui a última linha de defesa do escudo contra estímulos. (Freud, 1920, p. 47).

Freud indica que a violência mecânica do trauma, que causa também um dano físico, libera uma grande quantidade de excitação sexual. Pode-se relacionar essa passagem de 1920 com uma outra, enunciada em 1905. Em seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, ao tratar das fontes da sexualidade infantil, Freud sublinha a importância das excitações mecânicas. A agitação mecânica e ritmada do corpo produz excitação sexual, mediante estimulação do aparato sensorial dos nervos vestibulares, da pele e das áreas profundas (músculos e aparelho articular). Tais influências, numa intensidade mínima, configuram-se em fontes de excitação sexual, mas, em medida excessiva, provocam uma profunda desordem no mecanismo ou na química sexual.

Considera-se tomar os comportamentos autistas que sugerem algum *deficit* sensorial — não olhar, não escutar, irritar-se com barulhos não muito intensos, evitar o toque, não sentir dor, andar desajeitadamente, entre outros — como sendo, em termos freudianos, um distúrbio do funcionamento do escudo protetor contra estímulos. Conjectura-se que, por algum motivo, haveria um franqueamento anormal desse escudo à passagem excessiva dos estímulos externos ao aparelho mental, provocando um afluxo intenso de energia livre, portanto não quiescente, em seu interior. De outro modo, pode-se pensar que o problema, no caso do autismo, não seria o de uma quantidade enorme de estímulos que perfurariam a barreira protetora, mas o de uma susceptibilidade maior do córtex receptivo aos estímulos. Nessa segunda suposição, haveria uma quantidade normal de estimulação ultrapassando o escudo protetor contra estímulos, porém percebida, em seu interior, como sendo extremamente intensa.

Pressupondo que o autista, com seu comportamento típico, esteja se defendendo do Outro, uma hipótese plausível de trabalho considera que ele apresenta alguma dificuldade no processo de vinculação da energia. Para tanto, procura recorrer a mecanismos de defesa que evitam o afluxo intenso de estímulos para dentro de seu aparelho psíquico. Estaria, dessa forma, se

poupando de uma vivência traumática ao tentar “hipercatexizar” seus sistemas receptivos, porém algo nesse processo não funcionaria adequadamente.

Considerando-se, com Freud (1920), que as energias que operam no aparelho mental possam variar em quantidade como em qualidade, esta última propriedade da energia poderia ser a responsável pela distorção perceptiva causada. Mas quais qualidades dos estímulos provocariam tamanha sensibilidade — e aversão — por parte do autista? Essa resposta só se torna possível ao se considerar a proposta lacaniana da relação do sujeito ao Outro, especialmente aos objetos que presentificam o *desejo* e a *demanda* do Outro, a ser abordada mais à frente.

Se algumas qualidades dos estímulos externos induziriam a respostas negativas, por parte dos autistas, outras fariam o contrário. A agitação mecânica e ritmada do corpo, observada por Freud como fonte de excitação sexual, é o recurso *princeps* característico dos autistas para uma autoestimulação.

É interessante notar que as três formas de atuação estimuladora dessa agitação mecânica e ritmada do corpo, indicadas por Freud — no aparato sensorial dos nervos vestibulares, na pele e nas áreas profundas (músculos e aparelho articular) — coincidem, termo a termo, com os sistemas de percepção dos estímulos que, conjugados, formam o que a Terapia de Integração Sensorial chama de “consciência corporal”: os sistemas vestibular, tátil e proprioceptivo.

Se essa abordagem do autismo propõe que nele há “uma ausência de consciência corporal”, pode-se pensar, com Freud, que haveria, talvez, uma difusão da estimulação mecânica do corpo, sem que, no entanto, houvesse uma integração dessas mesmas áreas de estimulação. A possibilidade dessa integração é o que decorre daquilo que se configura como “corpo”.

§6.2 O corpo autoerótico

A leitura realizada sobre o texto freudiano aponta o escudo protetor contra estímulos como o protótipo do que Freud chamará corpo, por estabelecer um limite entre mundo externo e mundo interno. Mas esse escudo apenas traça um limite entre o dentro e o fora; para falar de corpo, Freud teve que lançar mão do conceito de pulsão. Um conceito localizado “entre o anímico e o físico” (Freud,

1905/1987, p. 157), que realiza a transformação do funcionamento puramente somático do aparelho mental, como descrito no *Projeto...*, na constituição de um corpo cuja essência é ser um instrumento por meio do qual se obtém prazer.⁵⁹ O corpo tomado pela pulsão diferencia-se do organismo, sendo constituído como um objeto de satisfação sexual. O corpo da psicanálise é, portanto, um corpo pulsional, determinado pelo anímico, o princípio de prazer.

A noção de corpo é formalmente colocada por Freud mediante o conceito de autoerotismo. Este conceito, tomado de empréstimo a seu contemporâneo, Havelock Ellis, estabelece que a pulsão toma o próprio corpo como seu objeto de satisfação. Para introduzir sua noção do autoerotismo, em 1905, Freud escreve que “a atividade sexual apoia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas”. (Freud, 1905/1987, p. 170). Toma como exemplo paradigmático de sua afirmação a sucção do dedo pela criança, dela extraíndo um prazer sexual. Tal sucção prazerosa advém do reflexo primitivo de sugar, apresentado pelo lactente ao se alimentar, porém separado de sua função inicial de nutrição. A boca comporta-se, assim, como uma “zona erógena”⁶⁰, extraíndo satisfação unicamente da repetição rítmica de seu contato de sucção. “Essa satisfação deve ter sido vivenciada antes para que reste daí uma necessidade de repeti-la”. (Freud, 1905/1987, p. 172). A concepção de Freud das zonas erógenas demonstra sua noção de corpo originada e, posteriormente, descolada da necessidade e da determinação fisiológica.

Acrescenta-se, então, ao postulado de que o corpo é um corpo pulsional, a afirmação de que a pulsão é autoerótica, satisfazendo-se no próprio corpo. Esse *retournement* indica um passo a mais: mostra a inter-relação do psíquico e do somático, em que o organismo é recoberto pela pulsão e esta, por sua vez, se utiliza do organismo para se satisfazer.

⁵⁹ O “princípio de prazer” é o referente econômico de Freud e não é sem razão que, ao tratar, no desenvolvimento de sua obra, do “além do princípio de prazer”, ele recorra novamente a seus postulados do funcionamento do aparelho mental, de 1895. Estariam, aqui, envolvidas as noções de um corpo (sujeitado ao princípio de prazer) e de algo aquém do corpo (*aquém* do princípio de prazer, como bem exprime Freud, em seu texto de 1920, a despeito de seu título indicar uma direção avante).

O objeto externo (o seio materno ou seus substitutos), ao se fazer ausente em um primeiro momento, mítico, marca o vazio que constitui a zona erógena. É porque o alimento não se encontra mais presente que a criança, marcada por esse vazio, alucina a satisfação de seu desejo⁶¹. Esse objeto primeiro de satisfação, e sua ausência decorrente, deve sua existência, no psiquismo da criança, à mediação de um outro — o “outro primordial”, do qual fala Freud, em seu *Projeto...* O efeito da relação a esse outro primordial é a instituição do corpo próprio como um objeto a ocupar esse furo que marca o vazio representado pela pulsão. O corpo torna-se o representante de um vazio deixado pelo diferencial entre o sujeito e um outro.

...o autoerotismo inaugura o corpo como um objeto da pulsão, em substituição ao objeto externo, introduzindo o mundo das representações ou da linguagem, por onde a pulsão se manifesta. O corpo, portanto, como um objeto é uma representação ou uma figuração do vazio característico dos objetos pulsionais. (Dias, 2001, p. 25-26).

Os objetos pulsionais se configuram nas representações do objeto real, mítico, o qual, por sua vez, nunca foi objeto da pulsão. Esta se originou sobre um vazio de objetos.

Por sua satisfação se dar no próprio corpo do sujeito, tem-se o autoerotismo pertencente ao campo do sujeito, em oposição ao campo dos objetos — ou do “outro humano”, como nomeia Dias. Essa autora recorda que os objetos, para Freud, referem-se às pessoas — reais ou representadas —, sendo que tais representações se dão por meio dos traços mnêmicos ou das impressões deixadas pelo encontro do sujeito com o campo do outro humano. A satisfação pulsional se encaminhará para o campo dos objetos na mesma medida em que se dá a progressão do desenvolvimento libidinal.

Em seu estudo sobre a questão do corpo na psicose, Dias (2001) elabora a sequência dos movimentos pulsionais na constituição do corpo, obedecida pelos sujeitos neuróticos. O primeiro movimento pulsional é aquele em que uma parte do corpo da criança é tomada como um objeto, em substituição ao objeto da nutrição e ao corpo fisiológico. Trata-se, aqui, da primeira fase do desenvolvimento da libido, a oral. O segundo movimento pulsional corresponde à

⁶⁰ É também em 1905 que Freud usa esse termo pela primeira vez, em uma publicação. (Cf. a nota de rodapé do editor em Freud, 1905/1987, p. 157).

tomada da imagem do corpo unificado como objeto, o que ocorre no narcisismo. Para essa reflexão, a autora recorre ao auxílio de Lacan, com seu Estádio do Espelho⁶². Finalmente, o terceiro movimento pulsional implica na partição dessa imagem, estabelecendo-se a diferença sexual e a identificação do sujeito na partilha, como homem ou como mulher.

A fase do desenvolvimento da libido que se segue à oral é a fase anal. Situa-se sua vivência à época da aquisição dos hábitos higiênicos, no curso do segundo ano de vida. Nesse período, o objeto da pulsão ainda é considerado autoerótico (as fezes), porém vê-se um início do domínio do corpo e, como consequência, também do objeto. As fezes são consideradas como parte do corpo da criança e usadas como instrumento de troca. Desse modo, a criança pode dominar o objeto da pulsão, retendo-o, ou oferecê-lo ao outro, expelindo-o. A retenção das fezes, além de se prestar ao domínio corporal, provoca a estimulação da zona erógena, localizando-se na vertente da satisfação autoerótica.

Freud (1905/1987) chama a atenção de que, nessa segunda fase da “organização pré-genital infantil”, já houve a constituição da divisão em opostos que perpassa a vida sexual. Não é, ainda, o que se pode chamar de “masculino” e “feminino”, mas de seus correspondentes primeiros, “ativo” e “passivo”. A atividade é exercida pela pulsão de dominação, mediante a musculatura do corpo, e a passividade é vivenciada pela mucosa erógena do intestino. Na fase anal, portanto, já há a polaridade sexual e o objeto alheio — o outro dominado ou dominador. As correntes, ativa e passiva, têm, entretanto, objetos que não são idênticos. “Há um objeto real — massa fecal, que causa a satisfação autoerótica no corpo da criança — e um objeto simbólico, que é o prazer do domínio, dirigido a outrem.” (Dias, 2001, p. 27).

A fase anal se configura como o início do que Dias (2001, p. 28) chamou de “segundo movimento pulsional”, aquele da imagem do corpo unificado e no qual se vê um jogo simbólico entre os corpos. Este é instituído pelo olhar (escopofilia) e pelo domínio (sadismo). Na fase anal, tem-se, sobretudo, o

⁶¹ Não se trata mais de necessidade.

⁶² Descrito logo adiante.

sadismo. Freud (1905/1987), ademais, a nomeia de fase “sádico-anal”. O objeto de satisfação da pulsão faz parte do Eu, sendo um componente de sua organização utilizado na relação com o outro, em um jogo simbólico de domínio e submissão.

Ao se referir ao sadismo e à escopofilia, Freud observa que se trata daquelas pulsões que surgem independentemente das zonas erógenas. As pulsões do prazer de olhar e de se exhibir, bem como a de crueldade, desde o início da vida sexual infantil envolvem outras pessoas como objetos sexuais, se fazendo notar como aspirações autônomas, separadas da atividade sexual erógena. São pulsões que fazem laço com o campo dos objetos. À pulsão escopofílica, Lacan conjugará o objeto olhar. A pulsão de crueldade e de dominação será por Freud relacionada à pulsão de morte⁶³.

Por já considerar um objeto alheio, Freud (1905/1987) inclui a fase anal no primeiro tempo da escolha objetual, ocorrido entre os dois e os cinco anos⁶⁴. O primeiro tempo da escolha de objeto corresponde ao segundo movimento pulsional, proposto por Dias, e engloba as fases anal e fálica do desenvolvimento libidinal.

O jogo simbólico entre os corpos, característico do estabelecimento da imagem do corpo unificado — ou do narcisismo primário, para dizer de outro modo — é mais bem instituído na vivência da terceira fase do desenvolvimento da libido, a fase fálica. Esta se diferencia das fases anteriores pela efetivação explícita do campo dos objetos, em oposição ao campo do sujeito e do corpo próprio, local da satisfação pulsional autoerótica. Na fase fálica, a criança se endereça às pessoas de seu convívio, em especial aos pais, tomando-as como seus objetos amados e odiados, aos quais a pulsão se encontra ligada. Esses se configuram como uma nova série de objetos, que não se confunde com a série dos objetos da pulsão.

A pulsão é autoerótica, em sua satisfação; implica sempre um circuito de um sujeito que se satisfaz consigo. Mesmo na fase fálica, na qual o campo dos

⁶³ Lacan ainda dará relevo à pulsão oral, relacionando-a aos alimentos e à voz. Essa pulsão mostra-se importante para este estudo, uma vez que é a ausência de extração do objeto voz que fundamenta a dificuldade de fala do autista. Cf. capítulo 3.

⁶⁴ Em 1920, Freud reescreve o trecho de 1905, onde se lia que a primeira escolha objetual começava “aos três anos de idade”, corrigindo-o para “dois anos”. (Cf. Freud, 1905/1987, p. 187). Essa mudança decorre de sua

objetos está em relevo, a pulsão se dirige ao objeto externo para encontrar satisfação em um referente no próprio corpo. Nesse caso, o órgão sexual, tomado como um instrumento para as relações de satisfação e prazer com os objetos amados. Com efeito, Freud localiza a segunda fase da masturbação infantil⁶⁵ “em algum momento da infância posterior ao período de amamentação, comumente antes do quarto ano” (Freud, 1905/1987, p. 177). Convém lembrar que, para ele, o aparelho sexual mantém íntima relação com o aparelho urinário, que se apresenta como seu “tutor” (Freud, 1905/1987, p. 178). A enurese noturna, que prossegue além da idade das aprendizagens, consiste em uma forma de masturbação genital.

Na fase fálica, o Eu se organiza sob o domínio do órgão sexual masculino, nos homens e nas mulheres. A criança crê na existência do pênis em todos os corpos, o que será por ela reconsiderado em sua vivência do Complexo de Castração. No início do período fálico, portanto, a divisão dos sexos não se faz presente no interior do Eu, em continuidade com o estado anterior da fase anal. Não há ainda um masculino e um feminino. Os objetos amados, independentemente de serem homens ou mulheres, são todos passíveis de causar a excitação genital no corpo da criança. Aqui se encontra o fundamento da bissexualidade constituinte do humano, de que fala Freud (1905/1987).

Com o estabelecimento do campo dos objetos, a atividade da pulsão transcende o campo do sujeito, deixando de centrar-se em uma parte do corpo (a zona erógena) e passando a se estabelecer no jogo simbólico entre os corpos, sob o exercício do sadismo e da escopofilia. Essa transposição de interesses da pulsão determina que o Eu não seja mais seu único objeto, sendo este deslocado para um outro corpo, externo. Uma diferença entre o Eu e um não-Eu é então edificada, embora não significada como diferença sexual. (Dias, 2001).

concepção do narcisismo — elaborada em 1914 e retomada em seu texto *O “estranho”*, de 1919 —, que o levou a constatar uma relação do sujeito ao outro desde muito cedo, sob a fase do domínio anal.

⁶⁵ A primeira fase é a do “onanismo do lactante”, caracterizada pela manipulação dos órgãos genitais do bebê feita pelo adulto, ainda na fase da amamentação e com o propósito da higiene íntima da criança, o que não evita, no entanto, “uma sensação prazerosa que essas partes do corpo são capazes de produzir”. (Freud, 1905/1987, p. 176).

O objeto externo do corpo de um outro sendo tomado como objeto da pulsão institui uma separação entre a série dos objetos amados e unificados e aquela dos objetos pulsionais⁶⁶. A primeira se configura como efeito das pulsões parciais de dominação e de olhar que estão presentes desde o início da vida sexual da criança e têm sua existência independente das zonas erógenas clássicas. Em paralelo, há a série dos objetos da pulsão parcial e autoerótica que continua mantendo o corpo como um objeto real de satisfação. Freud sugere que o campo dos objetos, amados e unificados, torna-se atuante a partir da fase fálica, o que não contradiz sua própria afirmação de que a existência das pulsões parciais escopofílica e de crueldade, que instituem tal campo, seja anterior a essa fase. Como bem observa Dias, tornar-se atuante não implica em estar ausente anteriormente.

Em sua conferência XXI, de 1917, Freud afirma que

o desenvolvimento subsequente [ao autoerotismo], para dar ao assunto toda a concisão possível, tem dois objetivos: primeiro, o abandono do autoerotismo, logo, a substituição do corpo da própria criança por um objeto externo; e, em segundo lugar, a unificação dos diversos objetos dos instintos [leia-se pulsão] separados e sua substituição por um único objeto. Naturalmente isso só pode ser realizado se o objeto, de novo, for um corpo total, semelhante ao do próprio sujeito. E não pode ser efetuado, a menos que alguns impulsos instintuais autoeróticos sejam abandonados como inservíveis. (Freud, 1917b, p. 384).

O primeiro objetivo freudiano de substituição do corpo da própria criança por um objeto externo ocorre na fase fálica. Já o segundo, da unificação dos diversos objetos da pulsão substituídos por um único objeto, é interpretado por Dias como sendo a passagem do autoerotismo, característico da fase oral — do corpo fragmentado, de que fala Lacan⁶⁷ —, para uma imagem totalizada de si mesmo, imposta pelo narcisismo. Apesar da satisfação pulsional permanecer, em parte, autoerótica, ou seja, tomando o corpo próprio como objeto, a unidade desse corpo adquirida com o narcisismo leva o sujeito a instituir outra relação com seus objetos. “Neste sentido, o autoerotismo não mais poderá corresponder ao corpo despedaçado da fase oral, e sim à imagem do corpo unificado do narcisismo.” (Dias, 2001, p. 26).

⁶⁶ Propostas por Dias, 2001, p. 28-29.

⁶⁷ Abordado na seção 4, à frente.

Uma precisão à interpretação de Dias é necessária. A autora, por vezes, demonstra ensaiar uma procura sobre o texto freudiano das considerações lacanianas do Estádio do Espelho. Disso resultam algumas passagens com forte teor cronológico. Ao instalar o simbólico anteriormente à assunção da imagem unificada, Lacan enfatiza o olhar do Outro, presentificado no Ideal do Eu freudiano, como provocador do reconhecimento da criança em seu reflexo. Esse tempo lógico da constituição corporal reconhece em Freud alguns de seus elementos, mas foi edificado por Lacan.

Desse modo, tem-se o autoerotismo permanecendo como o modo próprio de satisfação da pulsão, vivenciado, posteriormente, em relação a um outro. Este se apresenta como a mola mestra da passagem do corpo fragmentado à imagem do corpo unificado do sujeito. É essa a resposta que pode ser dada à enigmática frase lançada por Freud, em 1914: “(...) [é] necessário que algo seja adicionado ao autoerotismo — *uma nova ação psíquica* — a fim de provocar o narcisismo.” (Freud, 1914, p. 93. Grifo nosso). A que “nova ação psíquica”, tão fundamental para a concepção de um corpo unificado, Freud estará se referindo? É à imagem totalizada do corpo do outro, tomada como Eu⁶⁸.

§6.3 O corpo narcísico

Para Freud (1914/1987, p. 93), as pulsões autoeróticas estão presentes desde o início da vida, mas uma unidade comparável ao Eu, não; este deve ser desenvolvido. Em outros termos: há o corpo fragmentado, o corpo unificado deve ser desenvolvido. Na fase fálica, quando se institui para o sujeito o campo dos objetos amados, se estabelece, também, o circuito da pulsão. Este se caracteriza pela satisfação autoerótica, porém transitando pelos objetos externos. A pulsão é lançada do campo do sujeito, contorna o campo dos objetos, para só então satisfazer-se no corpo — ou seja, no campo do sujeito, novamente. Tem-se, assim, uma nova relação da pulsão com os objetos.

O campo dos objetos instaura a primazia das pulsões parciais escopofílica e de dominação. A pulsão de olhar traz para o sujeito a imagem unificada do corpo do outro. Essa imagem é tomada como sendo a do sujeito, por

identificação, sendo investida libidinalmente. Assim se constitui o narcisismo primário. O investimento libidinal no Eu fá-lo tornar-se um objeto da pulsão.

Até 1914, Freud acreditava haver uma dissociação entre a pulsão sexual e a pulsão de autoconservação; ou seja, entre o autoerotismo e os interesses organizados do Eu. Com efeito, o primeiro conflito freudiano⁶⁹ se dá entre as pulsões do Eu e as pulsões libidinais. Com sua concepção do narcisismo, Freud reconhece que uma parte das pulsões do Eu também é de caráter libidinal e tomou o próprio Eu como seu objeto. Passa, então, a incluir as pulsões narcisistas e autoconservadoras entre as pulsões sexuais libidinais, estabelecendo-se o segundo conflito — quase monista — entre libido do Eu e libido do objeto. Mais tarde, surge o terceiro e último conflito de sua obra⁷⁰: a oposição entre as pulsões libidinais (do Eu e do objeto), ou de vida, e as pulsões de morte, representadas pela pulsão de destruição (uma variante da pulsão de crueldade do início de seus escritos) e pela compulsão à repetição⁷¹.

O entrelaçamento entre o campo do sujeito, autoerótico, e o campo dos objetos promove a operação psíquica necessária que institui o narcisismo. A imagem totalizada do corpo do outro, investida libidinalmente como sendo a sua, faz com que o próprio Eu do sujeito seja tomado como objeto da pulsão.

No texto de 1914, Freud não somente consuma a existência de um narcisismo primário e normal para todos os sujeitos, como também explica o mecanismo da introjeção dos objetos pelo Eu. A libido objetal, ao escolher determinados objetos de amor, leva o Eu do sujeito a querer incorporar tais objetos externos, tornando-os parte de si mesmo. Apesar de não ter sido nomeado à época, esse é o mesmo mecanismo a que Freud se refere, no primeiro ensaio de 1905, quando afirma sobre a existência de alguns invertidos⁷² que, além de terem como objeto de amor alguém do mesmo sexo que o seu, incorporam traços de caráter do sexo oposto. São aqueles homens chamados “efeminados”, que demonstram trejeitos femininos. Freud observa que há outro

⁶⁸ Entende-se que a “nova ação psíquica”, promotora do narcisismo, é retomada pelos trabalhos de Lacan sobre o Estádio do Espelho. Este será descrito no § seguinte.

⁶⁹ Cf. Freud, 1910/1987.

⁷⁰ Cf. Freud, 1920/1987.

⁷¹ Para acompanhar um resumo da progressão dos conflitos pulsionais da obra freudiana, cf. a extensa nota de rodapé do próprio autor, em Freud, 1920, p. 82.

⁷² Nome que se dava, na literatura científica da época, aos homossexuais.

tipo de invertido que não apresenta tal incorporação de caráter, mantendo-se masculino em sua postura, apesar da escolha de objeto homossexual⁷³.

A incorporação pelo Eu de traços do objeto externo só é possível pela via da imagem do objeto. É com apoio sobre essa imagem que o Eu retira o que constituirá a sua própria. “Esta imagem do outro que se reflete como Eu será um objeto da pulsão, correspondendo ao corpo unificado e erotizado do narcisismo primário.” (Dias, 2001, p. 33).

Mas Freud considera que existem dois narcisismos: o primário e o secundário. O primeiro se refere à instituição da imagem totalizada do corpo, o que permite à criança reconhecer-se na forma humana — e não na de um macaco ou de um cavalo, como ensina Lacan (1953-54/1993). O protótipo desse reconhecimento foi experimentalmente demonstrado por Spitz (1965/2004). O “primeiro organizador psíquico” do ser humano demonstra a predileção do bebê de três meses pelo rosto humano — configurado pelos dois olhos, a testa e o nariz —, em detrimento dos demais objetos de sua percepção.

Para o autismo essa observação é importante, uma vez que pesquisas recentes que se utilizam de aparelhos muito precisos para medir o movimento dos olhos diante da contemplação de uma imagem indicam que, diferentemente das outras pessoas, o autista não direciona seu olhar à região dos olhos de uma figura humana a ele apresentada. Ao contrário, diante do rosto humano, seu olhar se direciona às adjacências externas, como árvores ou outros objetos que compõem a cena.

A passagem do narcisismo primário para o secundário acontece quando o Eu, tomado como objeto da pulsão, se vê na necessidade de daí se retirar. Isso ocorre porque, ao se ver erotizado como um objeto, o Eu se percebe na mesma figuração dos objetos pulsionais, ou seja, representando um vazio em torno do qual esses objetos são erigidos. O Eu como representante de um vazio é incompatível com o narcisismo — o amor a si próprio —, pois não se ama o nada. (Dias, 2001).

A imagem total do corpo do outro traz consigo, em um segundo momento, a percepção da diferença entre os corpos. Esse é o mote para o Complexo de Castração freudiano que tem como uma de suas consequências principais o

⁷³ Cf. Freud, 1905/1987.

surgimento do Ideal do Eu. Na primeira etapa do narcisismo, o Eu já se encontrava em um dilema promovido pelo estabelecimento dele próprio como objeto da pulsão. Com a vivência da castração, instaura-se a diferença sexual entre os corpos e a necessidade de se incluir em uma delas. Tem-se, então, um segundo momento da organização do Eu — o narcisismo secundário — no qual o Eu não mais privilegiará o lugar de um objeto pulsional, mas aquele do ideal sexual. “É a partir do Ideal do Eu que se estruturam as funções de virilidade e feminilidade que marcam os sujeitos em suas diferenças e definem os padrões de comportamentos, segundo um tipo”. (Dias, 2001, p. 33).

O termo “função” reenvia ao campo simbólico, ao campo da linguagem. Foi Lacan (1953/1998) quem enfatizou sobremaneira esse domínio, encontrando em Freud suas indicações primordiais. Ao circunscrever a importância do simbólico no psiquismo dos sujeitos, Lacan fez avançar a concepção do Ideal do Eu em sua relação com o narcisismo e a instituição do corpo próprio. No parágrafo seguinte, serão examinadas suas contribuições, sob a ótica desta pesquisa. A hipótese de alguns autores sobre a inconsistência do corpo próprio, no autismo, em função da ausência do Ideal do Eu será mencionada ao final do capítulo.

§7 Constituição do corpo em Lacan

Fragmento clínico 5: Marcelo, de oito anos, apresenta uma estereotipia constante: une ambas as mãos, formando com os dedos indicadores e polegares um triângulo. O triângulo é apoiado no queixo, sobre o qual dá pequenas batidas, por um ágil movimento de afastamento e aproximação. Enquanto marca um ritmo com seu triângulo manual, Marcelo dá pulos verticais, caindo sobre os joelhos flexionados, e vocaliza diferentes sons.

Diante de um espelho, Marcelo olha sua imagem, saltando e vocalizando com seu triângulo. Afasta-se do reflexo dando um passo para trás e volta a se aproximar, sempre olhando sua imagem. Em um momento seguinte, olha por detrás do espelho, afastando-o da parede. E vai alternando seu olhar entre sua imagem e o dorso do espelho. Durante os três anos em que foi atendido por mim, Marcelo se portou do mesmo modo diante de um espelho.

O que ocorre com Marcelo e sua imagem? Pode-se pensar que ele não a reconhece como sua? Mesmo com tantos ensaios e supostos aprendizados, por que a criança olha, reiteradamente, atrás do espelho?

Os primeiros estudos significativos da relação da criança com sua imagem no espelho são creditados ao médico e psicólogo francês, Henri Wallon (1879-1962). Este autor (1931/1963) faz referência aos estudos de Charlotte Bühler⁷⁴ e de Elsa Köhler⁷⁵ sobre o transitivismo⁷⁶. Lacan se apropriou desses importantes dados do desenvolvimento psíquico da criança e com eles procurou investigar a constituição do sujeito em sua relação com o Outro, dentro de uma perspectiva estrutural⁷⁷.

Podem-se acompanhar, na obra de Lacan, três períodos de sua formalização do Estádio do Espelho (Alvarenga, 1994)⁷⁸. O primeiro se encerra entre 1938 e 1953, com uma abordagem primariamente imaginária. São pertencentes a esse momento os textos *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, de 1938; *Formulações sobre a causalidade psíquica*, de 1946; *A agressividade em psicanálise*, datado de 1948; aquele primeiro, com explícita referência ao tema, *O estádio do espelho como formador da função do eu, tal como nos é revelada na experiência psicanalítica*, apresentado em 1949, no XVI Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Zurique⁷⁹ e *Algumas reflexões sobre o eu*, de 1951. A data desse período de elaborações inaugurais pode ser retificada para 1936, de modo a incluir o texto *Para-além do “princípio de realidade”*, quando Lacan já se pergunta sobre o modo como o eu se reconhece.

⁷⁴ Cf. Bühler, C. (1927). *Soziologische n. psychologische Studien über das erste. Lebensjahr*, Iena, Fischer. Mencionado em Lacan, 1946/1998.

⁷⁵ Cf. Köhler, E. (1926). *Die Persönlichkeit des dreijährigen Kindes*. Leipzig. Mencionado em Lacan, 1946/1998.

⁷⁶ O tema do transitivismo foi nobilitado por Bergès, J. & Balbo, G. (2002). *Jogo de posição da mãe e da criança: ensaio sobre o transitivismo*. Porto Alegre: CMC. Optou-se por apenas referenciá-lo neste pé de página, evitando-se um desdobramento temático excessivo que fugiria aos objetivos da tese.

⁷⁷ Cabe a menção ao texto do fenomenólogo da percepção e interlocutor de Lacan, Maurice Merleau-Ponty, *As relações com o outro na criança*. Lacan não o cita, porém nele Merleau-Ponty, demonstrando um profundo espírito de investigação, percorre todas as vicissitudes pelas quais passa a criança no estabelecimento de seu contato com o outro, de zero a três anos de idade — período fundamental para o autismo. Cf. Merleau-Ponty, M. (1951/1984).

⁷⁸ Será dado o privilégio aos textos escritos, por se entender que, neles, a formalização elaborada consta do rigor de uma conclusão, contrariamente ao que ocorre nos seminários, que trazem ao primeiro plano o processo de construção dos conceitos. Desses, à medida que se fizer pertinente, será dada a referência.

⁷⁹ Esse texto se seguiu logicamente à intervenção feita por Lacan no XIV Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Marienbad, 13 anos antes, aos 3 de agosto de 1936, cujo título era *Le stade du miroir. Théorie d'un moment structurant et génétique de la constitution de la réalité conçu en relation avec l'expérience et la doctrine psychanalytique*. A ele Lacan faz referência, no primeiro parágrafo do texto de

O segundo período concerne aos anos de 1953 a 1964, com primazia de uma abordagem que leva em consideração os efeitos do simbólico sobre o imaginário. Inaugurado pelas concepções de Lacan apresentadas em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, de 1953, fazem parte desse período seus textos *O seminário sobre “A carta roubada”*, escrito em 1956, em que Lacan introduz o Esquema L; *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, de 1958, no qual Lacan retoma o Esquema L e introduz o Esquema R, e *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”*, de 1960, em que o autor trabalha o Esquema Óptico. *O seminário, livro 10: a angústia*, de 1962-1963, suplementa o texto de 1960, pelos novos elementos ali acrescentados.

O terceiro período, que se inicia em 1964, com a conclusão de seu *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, e vai até o fim de seu ensino, privilegia o registro do real como organizador das relações do simbólico com o imaginário. A concepção do objeto *a* como real, habilitada em seu *O Seminário, livro 10: a angústia*, de 1962-63, e formalizada no referido seminário de 1963-64, consolida a redução da importância inaugural dada ao imaginário em sua obra.

Os dois períodos iniciais mostram-se profícuos para se ponderar sobre o autismo, uma vez que suas dificuldades remetem à assunção ao que Freud (1914) denominou “narcisismo primário”. O Estádio do Espelho lacaniano vem demonstrar como se efetiva essa operação inaugural do Eu, culminando na determinante relação simbólica com o Outro, especificada no segundo período da teorização lacaniana, por meio do Esquema Óptico.

Por seu turno, as elaborações que privilegiam o registro do real acabam por destacar “o autismo de cada um”, ou seja, a relação que cada sujeito mantém com seus S_1 's. Nesses casos, fica isolado o aspecto do desencanto do sujeito com a função da palavra. Tal conjugação entre letra e gozo promove uma orientação de tratamento diversa da habitual, em que cabe ao analista o uso da nomeação, recorrendo a um semblante que faça frente ao gozo opaco do sintoma

1949. Do mesmo ano e mês do Congresso em Marienbad é seu texto *Para-além do “princípio de realidade”*, anunciado como um primeiro artigo de outro que se seguiria, em duas partes.

como acontecimento de corpo e que exclui o sentido. O analista localiza o gozo, nomeando-o e procurando inseri-lo em uma cadeia significante⁸⁰.

A presente pesquisa entende que o âmbito do S_1 , na clínica do autismo propriamente dito, tem sua importância somente na medida em que fornece um suporte para se considerar a função do objeto como tratamento. Portanto, toda a discussão mais ampla sobre o autismo que acomete os seres falantes, explicitado atualmente sob a experiência do Outro que não existe como promotor de sentidos⁸¹, será descartada do eixo de desenvolvimento da tese.

Diferentemente do trabalho que se desenvolverá com os dois períodos iniciais⁸², visando a construção lacaniana do Estádio do Espelho e de seus esquemas desdobrados, os textos do terceiro período serão abordados pelo que, pontualmente, contribuem à discussão empreendida, não havendo, portanto, uma exposição mais extensa de seu conteúdo. Ademais, seus elementos se farão presentes em outras seções do trabalho, na medida em que forem sendo necessários para a discussão em pauta.

§7.1 Primeiro período: imaginário

O período imaginário das elaborações de Lacan procura responder à pergunta remanescente de sua tese de 1932, *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*, a saber, como o indivíduo se constitui como um Eu? Ao tentar desvendar os primórdios do narcisismo, Lacan se mostra bastante consonante com uma abordagem psicológica do sujeito, com ênfase dada à apreensão totalizante da Gestalt. Será somente com o advento da primazia significativa, do segundo período, que ele se afastará da psicologia e demarcará um campo propriamente psicanalítico.

Neste § serão examinados os textos formativos que se prestam à elucidação da questão do autismo. Cada um será lido com a visada de sua contribuição ao tema.

⁸⁰ As relações entre o autismo do S_1 e a clínica do autismo foram realizadas por Pimenta (2008).

⁸¹ Sobre esse assunto, cf. Miller, J.-A. (1996-1997). “O Outro que não existe e seus comitês de ética”. *Curso de Orientação Lacaniana*, inédito.

⁸² Optou-se por padronizar as notações de Lacan — eu, Eu e [eu], na tradução — por Eu.

Em *Para-além do “princípio de realidade”*, de 1936, Lacan introduz o problema da imagem, procurando abordá-lo pelo viés da análise fenomenológica. Dando peso à realidade psíquica, promove daí a importância do campo do imaginário, que é tomado por outras disciplinas como puramente ilusório. O autor exalta a imagem, considerando-a o fenômeno mais importante da psicologia, mesmo “extraordinário” (Lacan, 1936/1998, p. 81), pela riqueza de seus dados concretos e pela complexidade de sua função de informação. A ela concernem os papéis de uma “forma intuitiva do objeto, forma plástica do engrama e forma geradora do desenvolvimento” (Lacan, 1936/1998, p. 81).

O interesse pela experiência psicanalítica ganha relevo nesse texto e dela Lacan extrai a linguagem como dado, “uma linguagem, isto é, um signo” (Lacan, 1936/1998, p. 86). Vale apontar a redução da linguagem ao signo, em nome de dois interesses: um, teórico, pois Lacan se distanciará dessa concepção a partir de 1953, ao inverter o signo saussuriano do significado sobre o significante, destinando ao significante a ausência de uma significação dada *a priori*. E outro, com relação direta a esta pesquisa, que faz elucidar a pretensão do autista: que a linguagem seja de fato signo, afastada dos ruídos da língua e dos equívocos significantes.

Ainda no texto de 1936, Lacan demarca a relação intersubjetiva ocorrida na análise ao afirmar que a linguagem, antes de significar em si mesma alguma coisa, implica um destinatário que lhe dará tal significação — “...resta o que esse homem *quer* *lhe* [ao analista] *dizer*”. Ressalta-se, desde agora, que, nos casos de autismo, a intenção comunicativa que implica a intersubjetividade é por demais difícil de ser tomada pelo sujeito, que evita sobremaneira a posição de enunciação.

Lacan segue o texto explorando a reconstrução da experiência psicanalítica e, com base em Freud, afirma que nesse espaço são atualizadas as imagens originais das relações do analisando, apesar deste ignorá-las. É papel do analista levar seu paciente à tomada de consciência da unidade da imagem que nele se refrata. Esse processo chega, por fim, à supressão dos sintomas e ao arremate da personalidade.

A importância do pensamento identificador com o semelhante é sublinhada, no qual o sujeito se reconhece e ao qual se liga “pelo vínculo psíquico indelével que perpetua a miséria vital, realmente específica, de seus primeiros anos de vida” (Lacan, 1936/1998, p. 91). A *imago* freudiana implicada no processo de identificação é enaltecida, opondo-se ao processo da imitação por ser tanto uma assimilação global de uma estrutura, como a assimilação virtual do desenvolvimento por essa estrutura implicado, “em estado ainda indiferenciado” (Lacan, 1936/1998, p. 92). Disso decorre a maior sensibilidade da criança à percepção das situações de interação social à sua volta.

Lacan dá relevo à identificação parental como sendo a estrutura social que dá forma particular à personalidade do sujeito e que domina os primeiros anos da infância. Aplica o termo “complexos” a essas relações psíquicas fundamentais, semeando o que será erigido, dois anos mais tarde, com o texto denominado *Os complexos familiares na formação do indivíduo*.

É por intermédio do *complexo* que se instauram no psiquismo as imagens que dão forma às mais vastas unidades do comportamento: imagens com que o sujeito se identifica alternadamente, para encenar, como ator único, o drama de seus conflitos. (Lacan, 1936/1998, p. 93).

Lacan (1936/1998, p. 94) também afirma ser a libido, sob seu aspecto conceitual de energia, “a notação simbólica da equivalência entre os dinamismos que as imagens investem no comportamento”, sendo condição da identificação simbólica da ordem racional. Tais corolários remetem às perguntas que ele delimita como suas, ao final do texto.

Aqui se colocam duas questões: através das imagens, objetos do interesse, como se constitui essa *realidade* em que se concilia universalmente o conhecimento do homem? Através das identificações típicas do sujeito, como se constitui o [eu], onde é que ele se reconhece? (Lacan, 1936/1998, p. 95).

Sua pergunta sobre a constituição subjetiva abre caminho para o que veio a investigar ulteriormente. Com efeito, em *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*, de 1938 — intitulado originalmente *La famille* e publicado na *Encyclopédie française*, sob a direção de Henri Wallon —, Lacan se dedica a destrinchar os meandros da função do Eu. Inicialmente, pela via de sua determinação social, encarnada na família, e,

posteriormente, pelos rumos da psicopatologia. Ambas abordagens compõem a divisão formal do texto em suas duas partes distintas. À presente pesquisa interessa de perto a formação dos conceitos da primeira parte. Da segunda, serão apenas retomadas algumas considerações que serão desenvolvidas nos textos subsequentes.

A família, no seu sentido mais simples, é formada por um grupo natural de indivíduos, unidos por laços biológicos. Nesse aspecto, ela tanto pode ser animal quanto humana, uma vez que a geração da prole, em ambas, exige condições para o desenvolvimento dos mais jovens, assegurando a união do grupo. Porém, se na família animal essa função se traduz em comportamento instintivo, na humana, com sua contraditória economia dos instintos, é a comunicação mental que será o suporte de um desenvolvimento significativo de relações sociais. Sua conservação e progresso serão obra de todo o grupo, constituindo a cultura que determina a instituição familiar, sua dimensão social e sua vida psíquica.

Sob os métodos da investigação psicológica — observação e análise —, o grupo familiar desvendará alguns traços essenciais, como sua estrutura hierárquica e seu poder de coação sobre crianças e jovens, alicerce da formação moral do homem. Outros — como o modo de organização da autoridade e sua transmissão, os conceitos de descendência e de parentesco com suas leis de herança e as relações com as leis do casamento — só serão passíveis de interpretação com ajuda do método sociológico, comparando-se dados etnográficos, históricos, estatísticos e do direito, que estabelecem que a família humana é uma instituição. Esta, primordial na transmissão da cultura, na prevalência da educação, na repressão dos instintos e na aquisição da língua, preside também a organização das emoções, base dos sentimentos, estabelecendo, assim, uma continuidade psíquica entre as gerações.

É, então, na ordem das relações sociais que se deve compreender a família e seus processos fundamentais condicionados mais por fatores culturais do que naturais. Dessas circunstâncias psíquicas, Lacan irá derivar o conceito de “complexo” como chave da teoria em desenvolvimento e da psicopatologia, que incita repetições de comportamentos e emoções. O complexo reproduz uma certa realidade do meio ambiente, em certo momento do desenvolvimento psíquico, repetindo, na vivência, aquela certa realidade. Em seu conteúdo, representa um

objeto; em sua forma, liga-se a uma etapa vivida da objetivação e manifesta uma carência de objeto em relação a uma situação.

Inicialmente, Freud definiu o complexo como essencialmente inconsciente, e seus efeitos psíquicos — atos falhos, sonhos, sintomas, que não são dirigidos pela consciência — levaram-no a admitir como elemento fundamental do complexo uma representação do inconsciente denominada *imago*. Lacan, por sua vez, dá ao complexo uma definição mais geral, incluindo os fenômenos conscientes de estrutura semelhante, como os sentimentos, especialmente os familiares, que, muitas vezes, são a imagem inversa do que aparece no nível consciente. “Complexos e imago revolucionaram a psicologia e especialmente a da família, que se revelou como lugar de eleição dos complexos mais estáveis e mais típicos...” (Lacan, 1938/1990, p. 21).

Em relação a esses complexos familiares, Lacan privilegia três tempos essenciais no desenvolvimento da criança.

O Complexo do Desmame fixa na psique a relação com a alimentação, representa a forma primordial da *imago* materna, funda os sentimentos mais primitivos e duráveis que unem o sujeito à família. Esse complexo, mesmo sendo o mais original, é dominado por fatores culturais, portanto difere do instinto. Na família animal, o instinto materno termina quando termina a lactação. Na família humana, continua além do período de amamentação, mantendo-se como laço familiar. Para a criança, o desmame representa a separação, o corte de uma relação biológica que irá influenciar precocemente seu conhecimento da presença materna e de sua função de assistência e cuidado. Essa relação orgânica explica a ligação da criança à mãe — por tempo, às vezes, além do convencional — e a dificuldade para sublimar a *imago* materna, que pode se tornar fator mortífero, vivida pelo sujeito como objeto de um apetite. A *imago* do seio materno domina toda a vida do homem e, mesmo sublimada, continua presente nas relações com o grupo familiar.

O Complexo da Intrusão é identificado quando a criança reconhece a participação de outros, os irmãos, na relação familiar, isto é, quando se apresenta o ciúme infantil, motivo que dá a esse complexo também o nome de “complexo fraterno”. Esse sentimento representa mais uma identificação mental do que uma rivalidade, identificação com o lugar do irmão, com o estado do outro, ou seja,

confunde a sua parte com a do outro, com a qual se identifica. A esse momento genético Lacan (1938/1990, p. 35) denomina “estádio do espelho” e corresponde ao enfraquecimento do desmame. O reconhecimento da imagem especular pelo sujeito é um fenômeno de dupla significação para a análise desse estágio: constitui um símbolo da realidade do sujeito, de seu valor afetivo, ilusório, como também de sua estrutura, pelo modo que reflete a forma humana.

O Complexo de Édipo define as relações psíquicas do sujeito e sua família. Mas Freud vai mais longe ao enunciar “esse elemento psicológico como a forma específica da família humana e lhe subordina todas as variações sociais da família”. (Lacan, 1938/1990, p. 42). De modo geral, e sem destrinchar a estrutura das pulsões genitais, pode-se dizer que a criança se fixa sexualmente no objeto mais próximo de seu interesse, o progenitor do sexo oposto, fundando o complexo. Intuitivamente, a criança tem conhecimento de uma situação proibitiva e reconhece no outro progenitor, o de seu mesmo sexo, a frustração da pulsão. Esse obstáculo para sua satisfação, ela reconhece que é o que interdita e, ao mesmo tempo, denuncia sua transgressão. Essa tensão vai se resolver por um recalçamento da tendência sexual e pela sublimação da *imago* parental. Esses processos são, respectivamente, a base de duas instâncias fundamentais e permanentes — o supereu e o Ideal do Eu —, que representam o final da crise edipiana.

Quanto à patologia, os complexos familiares também nelas demonstram a sua influência no Eu, seja na psicose, seja na neurose. No âmbito desta última, Lacan afirma a importância do semelhante como recipiente da ambivalência da identificação, pelo qual, “através da participação ciumenta e da concorrência simpática, o eu se diferencia, num progresso comum, do outro e do objeto” (Lacan, 1938/1990, p. 78). É interessante notar a ênfase dada ao Ideal do Eu, já em 1938, uma vez que sua determinabilidade significativa só ganhará destaque no período simbólico do ensino lacaniano. Neste texto, são as duas instâncias básicas — supereu e Ideal do Eu — que fundamentam as “condições de estrutura do sujeito” (Lacan, 1938/1990, p. 85).

Formulações sobre a causalidade psíquica, de 1946, inicia com as objeções de Lacan a Henri Ey, concluindo pela ligação intrínseca entre o fenômeno da loucura e a linguagem, que lhe fornece o registro do sentido.

Diferentemente do texto de 1936, Lacan já insinua a futura independência do significante pela afirmação de que a palavra não é signo, mas nó de significação. E define a psicologia como “o campo do insensato, (...) de tudo aquilo que cria nó no discurso” (Lacan, 1946/1998, p. 168).

Ao tratar da fenomenologia da loucura do caso Aimée, mote de sua monografia de 1931, afirma que o louco se acredita diferente de quem é, o que o faz remeter à mediação da função de identificação, por meio do desenvolvimento dialético do ser humano. É em razão desse desconhecimento que o alienado procura atingir seu próprio ser no objeto que ele fere. Tal causalidade psíquica apoia-se na essência do conceito de *imago*.

A história do sujeito desenvolve-se numa série mais ou menos típica de *identificações ideais* que representam os mais puros dentre os fenômenos psíquicos por eles revelarem essencialmente a função da *imago*. E não concebemos o Eu senão como um sistema central dessas formações, sistema que é preciso compreender, à semelhança delas, na estrutura imaginária e em seu valor libidinal. (Lacan, 1946/1998, p. 179).

O Eu como sistema relacionado às identificações ideais não se confunde — e Lacan é muito peremptório em sua aceção — com o representante do sistema percepção-consciência proposto por Freud. Ao contrário, há no Eu uma função de desconhecimento, decorrente da relação profunda que mantém com o outro. Grifar as identificações como ideais faz aproximar o Eu do Ideal do Eu (*Ich Ideal*). Essa afirmação de Lacan antecipa o acento que ele porá nessa instância moduladora do Eu, no período simbólico de suas elaborações. Salienta-se que a origem do autismo é localizada por alguns autores (Bruno, 1997; Lasnik-Penot, 1997) na relação entre a mãe e o filho, especificamente na ausência de constituição do Ideal do Eu para a criança⁸³.

Nesse texto de 1946, Lacan dá peso aos achados da Gestalt e da psicologia genética do Eu. Da primeira, destaca a ilusão visual que marca a experiência vivida, antes de qualquer objetivação, em acordo com os princípios da fenomenologia da percepção, de Merleau-Ponty, à qual faz referência. Da última, ressalta os estudos sobre o transativismo infantil, empreendidos pela psicóloga e educadora sueca, Elsa Köhler, e pela psicóloga alemã, radicada nos Estados

⁸³ Essa hipótese será retomada mais à frente, na seção 7 do capítulo 3.

Unidos, Charlotte Bühler, que foram retomados por Wallon (1931/1963) — autor não referenciado por Lacan nesse texto.

Sobre o transitivismo, Lacan aponta que se mostra como uma verdadeira captação pela imagem do outro, considerando-o a matriz da maquete (*Urbild*) do Eu. Vigora na fase primordial “em que a criança adquire essa consciência de seu indivíduo que sua linguagem traduz (...) na terceira pessoa, antes de fazê-lo na primeira” (Lacan, 1946/1998, p. 181). Note-se a referência de Lacan à inversão

pronominal típica da aquisição da linguagem nas crianças, e que será retomada no capítulo 3 em referência à linguagem do autista.

Ao lado do transitivismo, exemplificado pela criança que chora ao ver o colega cair, Lacan enumera outros fenômenos da mesma série arrolada por Bühler, como a identificação especular, a sugestão mimética e a sedução da imponência. Todos se incluem na dialética que parte do ciúme e chega às primeiras formas de simpatia.

Eles se inscrevem numa ambivalência primordial que nos aparece, indico-o desde logo, *no espelho*, no sentido de que o sujeito se identifica, em seu sentimento de si, com a imagem do outro, e de que a imagem do outro vem cativar nele esse sentimento. (Lacan, 1946/1998, p. 182).

Há um reconhecimento primitivo, já observado no primeiro mês de vida do bebê, por sua predileção ao rosto humano. Tal observação de Lacan vai ao encontro daqueles estudos de René Spitz (1965/2004) que demarca a “Gestalt-sinal” composta pelos olhos, testa e nariz, em movimento, como promotora do primeiro organizador psíquico do bebê, observado empiricamente aos três meses de vida pela reação de sorriso eliciada por aquela percepção.

No texto de 1946, Lacan aborda a alienação por sua função imaginária, diversamente do aspecto significante que esta tomará mais à frente, em suas elaborações. Desse modo, assevera que a *imago* promove no ser humano o efeito de alienação do sujeito, ao identificar-se ao outro, inclusive nele se experimentando, transitivamente, a princípio. A dialética hegeliana do senhor e do escravo lhe serve sob medida para compor essa relação em que a consciência de si confunde-se com a servidão ao outro. Inclui-se aí o sentimento referente ao corpo próprio, ao mesmo tempo desconhecido e reconhecido.

Tomando como base a estrutura dos fenômenos elementares da psicose paranoica, extraída de sua tese, Lacan (1946/1998, p. 184) propõe classificá-las como estruturas “do *modo imaginário*”, ao lado do simbolismo e da condensação freudianos. Constituem uma realidade que considera as categorias do tempo e do espaço em sua composição. Como conceber a gênese psicológica dessa estrutura, pergunta Lacan. Responde com sua construção do Estádio do Espelho. Um comportamento exemplar da criança, com ocorrência a partir dos seis meses de idade, evidencia a conexão de algumas relações imaginárias fundamentais com essa “captação identificatória pela *imago*” (Lacan, 1946/1998, p. 186). Lacan demarca, já aqui, a parceria existente, no estádio do espelho, entre a imagem e a operação “do espírito santo da linguagem” (Lacan, 1946/1998, p. 187).

O reconhecimento de sua imagem no espelho, acompanhado — bem enfatiza Lacan — de júbilo e de uma complacência lúdica decorrentes, acontece em um período organicamente discordante de uma apreensão totalizante do corpo próprio. Tal “assunção triunfante da imagem” (Lacan, 1946/1998, p. 186) se erige após tentativas experimentais de verificação de sua existência atrás do espelho. Diferentemente do primata, que desdenha de sua imagem ao comprová-la como sendo apenas uma ilusão, a criança mantém seu interesse e por ela se deixa capturar. É o que não ocorre com Marcelo, a criança de nossa clínica. Ele se encontra aquém da precipitação cognitiva que o levaria a se deixar fixar por sua imagem e nela se reconhecer. De acordo com a acepção de Lacan nesse texto, pode-se afirmar que Marcelo não se apreende cognitivamente e libidinalmente na imagem que vê. Daí a reincidência de seu ato verificador a cada encontro com a imagem. Mas por que essa captação imaginária não se deu? Somente mais tarde Lacan (1960) responderá essa pergunta, com seu Esquema Óptico dando lugar especial ao Ideal do Eu para o reconhecimento da imagem.

Aos seis meses de vida, a criança evidencia o que Lacan (1946/1998, p. 187) denominou “prematuração do nascimento no homem”, caracterizada pela descoordenação motora e equilibradora do lactante. “É em função desse atraso do desenvolvimento que a maturação precoce da percepção visual adquire seu valor de antecipação funcional.” (Lacan, 1946/1998, p. 187). A identificação com essa forma faz constituir, desse modo, o narcisismo.

A tendência suicida expressa no mito de Narciso, que Lacan não distingue da pulsão de morte freudiana, mantém íntima relação com a imagem. É experimentada nessa “fase de miséria original” (Lacan, 1946/1998, p. 188) que o homem vivencia, que vai do trauma do nascimento até o fim dos seis meses de prematuração fisiológica. O desenvolvimento psíquico vincula, portanto, o Eu primordial, alienado, e o sacrifício primitivo, suicida. A discordância primordial entre o Eu e o ser repercute através das fases da história psíquica, as quais procuram desenvolvê-la. Ao autismo interessa essa leitura, na medida em que se afirmou, na seção 3, que o objeto autístico encontra-se capturado no real e na pulsão de morte, uma vez que faz função de duplo para o autista. Tal função engendra a discordância original entre a completude reconhecida na imagem e sua ficção.

Segundo a diferenciação que elabora Freud (1914), pode-se depurar que o narcisismo ao qual Lacan se refere, nesse texto, é o narcisismo primário, matriz do investimento libidinal nos objetos e, por derivação, das identificações. O Estádio do Espelho lacaniano institui, portanto, um primeiro tempo identificador, não contemplado na obra freudiana, que serve exclusivamente à constituição do Eu. É somente por sua fundação que a identificação com os objetos pode advir — dentre elas, aquela normalizadora do Complexo de Édipo. Na seção seguinte, ver-se-á que, no autismo, não há a instituição do narcisismo primário, emanando daí as diversas consequências que tal ausência implica.

A *imago* é designada como o objeto estrutural da psicologia, “exatamente na mesma medida em que a noção galileiana do ponto material inerte fundou a física”. (Lacan, 1946/1998, p. 189). É fundada pela causalidade psíquica da identificação, fenômeno irreduzível do qual a *imago* é sua forma definível no complexo espaço-temporal imaginário. Este mostra-se correlato de um espaço inextenso, indivisível, que a noção de Gestalt esclarece. É por meio da *imago* que ocorre a metamorfose das relações do indivíduo com seu semelhante.

Ao final do texto, Lacan lança mão de dois exemplos que tira da etologia e que lhe serão caros para argumentar a favor de sua proposição do “nó imaginário e absolutamente essencial” (Lacan, 1946/1998, p. 187) do narcisismo que emerge a partir da *imago*. Descreve como a pomba e o gafanhoto, cada qual a seu modo, se valem da imagem do semelhante como uma Gestalt que promove

transformações essenciais para a ambientação da espécie. No caso da pomba, admiravelmente, sua imagem especular propicia alterações equivalentes às que provoca o semelhante. Conclui por considerar essa *imago* estruturante como estando no lado da verdade da psicanálise.

Em seu texto seguinte, *A agressividade em psicanálise*, de 1948, Lacan se propõe a tentar resolver a aporia biológica de uma pulsão de morte que se encontra no cerne da noção de agressividade. Para tanto, anuncia cinco teses. A primeira identifica a agressividade como uma experiência constitucionalmente subjetiva. A segunda revela que a agressividade surge, na experiência, como intenção de agressão ou como imagem de desmembramento corporal. A terceira tese reconhece nos impulsos de agressividade o fundamento da técnica da análise. A quarta tese, de todas a mais extensamente desenvolvida, conceitua a agressividade como correlativa à identificação narcísica, determinando a estrutura formal do Eu e dos objetos. Na última, Lacan relaciona a noção de agressividade à neurose moderna e ao mal-estar da civilização.

Ao presente trabalho interessa de perto a quarta tese. Das demais extraem-se, no entanto, algumas colocações importantes. Lacan recupera a dialética intersubjetiva anunciada anteriormente, reiterando que a formação do sentido se dá pelo e para o sujeito. E afirma que toda subjetividade tem uma estrutura bipolar, do que se deduz a referência à constituição do Eu, trabalhada em 1946 e desenvolvida na quarta tese do texto presente.

Repete algumas elaborações dos textos anteriores, como a função formadora das imagens no sujeito, e a estas faz corresponder a designação de “fenômenos mentais” (Lacan, 1948/1998, p. 107). À *imago* reconhece a formação da identificação. De um novo modo, referencia a *imago* do corpo despedaçado com os exemplos das imagens de “castração, emasculação, mutilação, desmembramento, desagregação, eventração, devoração e explosão do corpo” (Lacan, 1948/1998, p. 107). As brincadeiras, observáveis nas crianças de dois a cinco anos, de arrancar a cabeça ou furar a barriga referendam as imagens descritas.

Ao deslindar a agressividade na situação analítica, isola os modos característicos da instância do eu no diálogo. Caracteriza essa instância, retomando o que já afirmara no texto de 1946, pela essência fenomenológica da

negação (*Verneinung*), em oposição à concepção freudiana do sistema percepção-consciência, e demarca sua função estrutural de desconhecimento.

...designamos no *eu* o núcleo dado à consciência, mas opaco à reflexão, marcado por todas as ambiguidades que, da complacência à má-fé, estruturam no sujeito humano a vivência passional; esse [eu] que por confessar seu artificialismo à crítica existencial, opõe sua irredutível inércia e pretensões e desconhecimento à problemática concreta da realização do sujeito. (Lacan, 1948/1998, p. 112).

Lacan relaciona à categoria do espaço, na análise, os sintomas que parasitam as funções da pessoa. Na dimensão temporal, localiza a incidência da angústia. Ao analista, reserva a função de “espelho puro de uma superfície sem acidentes” (Lacan, 1948/1998, p. 112) que revela ao sujeito a *imago* motivadora da angústia. Não obstante, questiona os efeitos do lugar de réplica do paciente, a ser ocupado pelo analista, concluindo pela angústia incontrolável suscitada pela estranheza própria às apreensões do duplo. Vale lembrar que a dimensão do duplo é um eixo básico do presente trabalho.

Na quarta tese do texto, Lacan enuncia sua intenção de passar da subjetividade fenomenológica da intenção agressiva para a noção metapsicológica de uma tendência à agressão. Para tanto, faz equivaler o registro das reações agressivas com a noção de libido.

A série das reações agressivas observadas na paranoia levam-no a relacionar cada um dos casos a uma organização original das formas do eu e do objeto. Por meio da precisão de Pierre Janet sobre a significação dos sentimentos de perseguição como sendo momentos fenomenológicos das condutas sociais, Lacan isola seu caráter comum constituído pela estagnação de um desses momentos. A essa estagnação formal equivale a estrutura mais geral do conhecimento humano, “aquela que constitui o eu e os objetos mediante atributos de permanência, identidade e substancialidade, em suma, sob a forma de entidades ou ‘coisas’” (Lacan, 1948/1998, p. 114).

Pode-se considerar, aqui, a referência à dimensão da nomeação, que se prolonga naquela do conceito, como bem mostrou Vigotski (2005) por meio da sequência de aquisição palavra—conceito espontâneo—conceito científico. O atual trabalho identifica o signo como imprescindível à linguagem do autista, mostrando que as entidades são por ele construídas em uma correspondência

direta entre a palavra nomeadora e a significação. Entretanto, alguns conceitos mais abstratos provocam uma desestrutura nesse modo de conceber as coisas e vários autistas recorrem artificialmente à instrumentalização do signo para dar-lhes substancialidade e identidade. Daniel Tammet (2007) é disso um nítido exemplo⁸⁴.

Efetivamente, essa fixação formal que introduz uma certa ruptura de plano, uma certa discordância entre o organismo do homem e seu *Umwelt*, é a própria condição que amplia indefinidamente seu mundo e sua potência, dando a seus objetos sua polivalência instrumental e sua polifonia simbólica, bem como seu potencial de armamento. (Lacan, 1948/1998, p. 114).

A ampliação do mundo, com objetos polivalentes e polifônicos é o que não se vê, no autismo. O objeto autístico já se mostrou⁸⁵ como monovalente, rígido e monofônico, circunscrevendo um controle sobre o *Umwelt*, o “não-eu” do sujeito. Pode-se considerar que a função do objeto autístico complexo, propiciador de um laço social com o mundo externo, segue a direção do desenho de uma ambivalência⁸⁶ instrumental dos objetos e de uma estereofonia⁸⁷ simbólica.

Nesse texto de 1948, Lacan retoma a menção aos trabalhos de Charlotte Bühler e de Elsa Köhler, acrescentando a eles os achados da escola de Chicago⁸⁸. Acentua, no entanto, que apenas a psicanálise pode dar a esses planos de manifestações significativas seu valor exato, neles reintegrando a relação subjetiva.

As “sincronias da captação especular” (Lacan, 1948/1998, p. 115) dão provas da situação vivida como indiferenciada no confronto da criança de oito meses com seu semelhante. Os tapas e socos retaliativos manifestam uma agressividade que subordina as funções posturais e tensivas à relatividade social da constituição expressiva das emoções humanas, afirmada por Wallon.

Uma importância suplementar dessas sincronias é sublinhada por Lacan, na medida em que demonstram uma antecipação à completa coordenação dos aparelhos motores por elas empregados. O autor ressalta o fenômeno da Gestalt

⁸⁴ No capítulo 3, será mais bem detalhado esse aspecto.

⁸⁵ No capítulo 1.

⁸⁶ No sentido não contraditório, mas ligeiramente expansivo, presente na definição de Houaiss (2001): “estado, condição ou caráter do que é ambivalente, do que apresenta dois componentes ou valores de sentidos opostos ou não” (grifo nosso).

⁸⁷ Tal como ocorre com a ambivalência, a estereofonia não chega a alcançar a amplitude polifônica, mas alarga em mais um canal a monofonia outrora vigente. Cf. o verbete em Houaiss (2001).

da forma humana, precocemente percebido pela criança, em que se esboça o primeiro momento da dialética das identificações.

...a criança, nessas ocasiões, antecipa no plano mental a conquista da unidade funcional de seu próprio corpo, ainda inacabado, nesse momento, no plano da motricidade voluntária. (Lacan, 1948/1998, p. 115).

Lacan demarca, mais uma vez, o que elucida nesse texto como sendo “o fenômeno de reconhecimento que implica a subjetividade” (Lacan, 1948/1998, p. 115): o júbilo e o ludismo da criança frente à sua imagem no espelho, contrastante com a indiferença do chimpanzé ao perceber sua inutilidade objetal. Destaca o mérito de isso ocorrer numa idade em que a criança apresenta um atraso, em relação ao primata, no nível da inteligência instrumental, a quem se igualará somente aos onze meses de vida.

O que chamei de *estádio do espelho* tem o interesse de manifestar o dinamismo afetivo pelo qual o sujeito se identifica primordialmente com a *Gestalt* visual de seu próprio corpo: ela é, em relação à descoordenação ainda muito profunda de sua própria motricidade, uma unidade ideal, uma *imago* salutar; é valorizada por todo o desamparo original, ligado à discordância intraorgânica e relacional do filhote do homem durante os primeiros seis meses de vida, nos quais ele traz os sinais, neurológicos e humorais, de uma prematuração natal fisiológica. (Lacan, 1948/1998, p. 115-116).

O dinamismo afetivo do Estádio do Espelho, demarcado por Lacan nessa passagem, interessa ao tema desta tese diante da proposta de Maleval (2009a) sobre a regulação da energia vital, promovida pelos objetos autísticos complexos, que trata a afetividade do autista, como mencionado no capítulo 1. Uma vez que esses objetos são colocados no lugar original da borda que delimita os contornos do corpo, a qual se relaciona à imagem do espelho⁸⁹, é interessante sublinhar a observação de Lacan a respeito da afetividade envolvida na assunção jubilatória da imagem.

A captação pela *imago* da forma humana domina o extenso período que compreende os seis meses aos dois anos e meio de idade. Lacan afirma que ela não ocorre devido a uma empatia (*Einfühlung*), inexistente na primeira infância.

⁸⁸ Representada por Dewey, Angell e Carr, psicólogos funcionalistas que se opuseram ao pensamento elementarista de Titchener.

⁸⁹ Essa conjunção fica mais nítida com o Esquema Óptico, empreendido em 1960.

Nesse período, podem ser observados os testemunhos articulados e as reações emocionais de um transativismo normal.

Após ter denominado a relação com a imagem de estrutural, Lacan (1948/1998, p. 116) circunscreve a decorrente organização do Eu como “passional”. A relação erótica em que o indivíduo “se fixa numa imagem que o aliena em si mesmo” (Lacan, 1948/1998, p. 116) provê a forma do eu e de seus objetos. Ao incluir nessa forma a tensão conflitiva interna ao sujeito, que o faz despertar seu desejo pelo objeto do desejo do outro, constata a agressividade aí presente. Dela nasce a tríade do outro, do eu e do objeto, atentando para o surgimento, aqui, do terceiro termo; “...já desde a origem o *eu* se afigura marcado por essa relatividade agressiva” (Lacan, 1948/1998, p. 116) que computa o outro numa indelimitação com o eu. A estrutura paranoica do eu é erigida sobre a confusão entre esses dois momentos, em que o sujeito nega a si mesmo e acusa o outro. A vivência do ciúme, desvelada no relato de Santo Agostinho, reconhece na etapa *infans*⁹⁰ a situação da absorção especular. Lacan enaltece a obra de Melanie Klein, que se dedicou a explorar tal período da vida psíquica infantil.

A formação do eu é caracterizada pelas estruturas de desconhecimento e objetivação sistemáticos. A esse nível de pensamento ligam-se a estrutura narcísica e seu efeito, a agressividade. O sujeito advém dessas relações. Nesse texto, Lacan ainda não distingue radicalmente sujeito e Eu, tal como fará mais à frente de seu ensino. No entanto, verifica-se a centelha dessa diferenciação na observação que o leva a definir o Eu pelo que ele negligencia e ignora, não se confundindo com a “miragem de objetivação” (Lacan, 1948/1998, p. 119) do sistema percepção-consciência freudiano. Por sua estrutura de desconhecimento, o Eu representa o centro de todas as resistências ao tratamento dos sintomas. Lacan também já nota que ao analista cabe questionar uma objetividade do Eu, confundida com o sujeito por “uma evolução própria de nossa cultura” (Lacan, 1948/1998, p. 120).

Ao tratar do complexo de Édipo em sua relação com a agressividade narcísica, Lacan precisa logicamente que o efeito estrutural de identificação com o rival só se torna possível “se tiver sido preparado por uma identificação primária que estrutura o sujeito como rival de si mesmo” (Lacan, 1948/1998, p. 119).

Encontra, assim, a fixação existente de um ideal imaginário, que decide “sobre a conformação do ‘instinto’ ao sexo fisiológico do indivíduo” (Lacan, 1948/1998, p. 119). Ressalta a função de conexão do Ideal do Eu entre a normatividade libidinal e a normatividade cultural, ligada à *imago* paterna, o que torna essa função apaziguadora para o sujeito. Desse modo, a identificação edipiana leva o sujeito a transcender a agressividade constitutiva e a realizar a assunção afetiva do próximo.

É em todas as fases genéticas do indivíduo, em todos os graus de realização humana em sua pessoa, que encontramos esse momento narcísico no sujeito, num antes em que ele deve assumir uma frustração libinal e num depois em que ele transcende a si mesmo numa sublimação normativa. (Lacan, 1948/1998, p. 121).

Lacan enfatiza o caráter irredutível da estrutura narcísica e da tensão agressiva a ela correspondente. Tal contraste mostra-se coerente com a ambivalência, destacada por Freud, das pulsões parciais da escopofilia, do sadomasoquismo e da homossexualidade, com suas manifestações do “formalismo estereotipado e cerimonial da agressividade” (Lacan, 1948/1998, p. 122). À função decisiva da *imago* do corpo próprio na determinação da fase narcísica, o autor faz corresponder “a relação clínica entre as anomalias congênitas da lateralização funcional (sinistrismo) e todas as formas de inversão da normalização sexual e cultural” (Lacan, 1948/1998, p. 122).

Na quinta tese, Lacan se dedica a explorar as consequências sociais de seu conceito de agressividade estrutural. Traz a noção do espaço — social, inicialmente — e a desdobra na simetria espacial presente na estrutura narcísica do homem. Ao espaço humano é conferida uma estrutura originalmente geométrica, que Lacan prefere chamar de “caleidoscópica” (Lacan, 1948/1998, p. 124), devido à possibilidade de projeção especular do campo do sujeito no campo do outro. O espaço caleidoscópico é aquele onde se desenvolve o conjunto de imagens do eu, que se junta ao espaço objetivo da realidade.

Lacan (1948/1998, p. 125) retifica o que chama de “verdades psicológicas”, indicando que o “instinto de conservação” freudiano se enfraquece diante da “vertigem da dominação do espaço” (Lacan, 1948/1998, p. 125) e que o medo da

⁹⁰ Momento inicial da primeira infância, anterior ao surgimento da fala.

morte é, essencialmente, o medo narcísico da lesão do corpo próprio. Termina por redefinir a pulsão de morte pelo despedaçamento original do homem, por meio do qual “a cada instante ele constitui seu mundo através de seu suicídio” (Lacan, 1948/1998, p. 126). Parece ser essa a ideia presente na concepção de Maleval (2009a) sobre a fragilidade da borda instituída pelo objeto autístico complexo, que descortina ao sujeito seu aniquilamento constitutivo.

O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica, de 1949, é iniciado com a referência ao reconhecimento da imagem especular pelo filhote do homem. Sua reação é descrita por meio de gesticulações experimentais da relação da imagem com o meio refletido, bem como da realidade por ela reduplicada: seu próprio corpo, as pessoas e os objetos das imediações. Ao psicólogo evolucionista americano, James Baldwin, é creditada a notação da idade de seis meses como inicial desse processo.

Lacan reafirma o que trabalhara no texto de 1948 sobre a instantaneidade de um aspecto da imagem, que é fixado pela criança, diminuindo, no entanto, a idade máxima dessa vivência para dezoito meses, em contraposição aos 30 meses do texto anterior. Pode-se pensar que ele faz delimitar a fase *infans* a essa vivência, o que não ocorreria aos dois anos e meio, quando a criança já pratica um bom uso da linguagem.

Em relação ao Estádio do Espelho, o autor mostra-se mais assertivo em suas elaborações, nesse pequeno texto de 1949. Afirma que ele pode ser compreendido como uma identificação, no sentido de uma “transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (Lacan, 1949/1998, p. 97). Apõe à impotência motora, que contrasta com a ação jubilante diante da imagem, a dependência da amamentação, por parte da criança. Essa assunção jubilatória da imagem especular manifesta ser

a matriz simbólica em que o *[eu]* se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito. (Lacan, 1949/1998, p. 97).

Essa forma, Lacan designa por Eu-ideal (o *Ideal Ich* freudiano). Ressalta-se a propriedade simbólica dada a essa matriz, o que vai no sentido futuro da teorização que privilegia o simbólico em sua constituição.

Do Eu-ideal se originam as identificações secundárias, cujas funções de normalização libidinal Lacan anunciara no texto de 1948. Essa forma situa a instância do Eu em uma “linha de ficção, para sempre irreduzível para o indivíduo isolado” (Lacan, 1949/1998, p. 98) e anterior à sua determinação social. Ela só se unirá ao devir do sujeito de modo assintótico, em razão de sua discordância estrutural da própria realidade.

A Gestalt unificante de sua imagem é tida como uma exterioridade em que se mostra mais como constituinte que como constituída. Dá-se, a ela, “um relevo de estatura que a congela” (Lacan, 1949/1998, p. 98), surgindo numa simetria que a inverte, em oposição à turbulência de movimentos com que o sujeito experimenta animá-la. Essa Gestalt simboliza

a permanência mental do *[eu]*, ao mesmo tempo que prefigura sua destinação alienante; é também prenhe das correspondências que unem o *[eu]* à estátua em que o homem se projeta e aos fantasmas que o dominam, ao autômato, enfim, no qual tende a se consumir, numa relação ambígua, o mundo de sua fabricação. (Lacan, 1949/1998, p. 98).

É interessante a referência de Lacan ao autômato, no qual se consoma o mundo decorrente da *imago* primordial do corpo próprio. O autista muitas vezes é comparado, ele próprio, a um autômato⁹¹, pela rigidez corporal e verbal com que se apresenta. Algo que remete a um forjamento afigura-se como o traço que aproxima as duas concepções.

Lacan (1949/1998, p. 98) considera que “a imagem especular parece ser o limiar do mundo visível”. Corrobora essa proposição com a disposição especular da *imago* do corpo próprio, salientada pelo sonho e pela alucinação, e com o papel do aparelho especular nas aparições do duplo. Retoma a etologia, com os mesmos exemplos anteriores da pomba e do gafanhoto, para argumentar em prol dos efeitos formadores da Gestalt sobre o organismo.

Nesse texto, o autor enfatiza a significação do espaço para o organismo vivo. A captação espacial do Estádio do Espelho estabelece uma relação do organismo com sua realidade, ou seja, do *Innenwelt* com o *Umwelt*⁹².

Para dizer da “*verdadeira prematuração específica do nascimento* no homem” (Lacan, 1949/1998, p. 100), Lacan se utiliza de aspectos da embriologia e da

⁹¹ Cf. Tustin (1995a), mencionada no capítulo 1.

histologia, referindo-se ao inacabamento anatômico do sistema piramidal e aos resíduos humorais do organismo materno.

Define o Estádio do Espelho como

um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação (...) e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. Assim, o rompimento do círculo do *Innenwelt* para o *Umwelt* gera a quadratura inesgotável dos arrolamentos do *eu*. (Lacan, 1949/1998, p. 100).

O engodo da identificação espacial, no qual é apanhado o sujeito, produz fantasias que vão da imagem despedaçada do corpo à forma de sua totalidade, que Lacan (1949/1998, p. 100) chama de “ortopédica”. O autor descreve essas manifestações com exemplos retirados da análise e identificáveis sob as formas clínicas da histeria, da neurose obsessiva e da paranoia.

A passagem do Eu especular para o Eu social denuncia a conclusão do Estádio do Espelho, inaugurando a dialética que liga o Eu a situações socialmente elaboradas. A identificação com a *imago* do semelhante e o drama do ciúme primordial, observado nos fenômenos de transitivismo infantil estudados por Bühler, promovem essa transposição.

Com uma apropriação bastante desenvolvimentista do Eu, Lacan alega que, ao se assumir o Eu social, é a mediatização do desejo do outro que passa a bascular todo o saber humano e a constituir os objetos do sujeito com base nessa concorrência. No que se refere ao objeto sexual, é clara a intermediação do complexo de Édipo.

Lacan designa por narcisismo, que se entenderá como primário, “o investimento libidinal próprio desse momento” (Lacan, 1949/1998, p. 102). Servindo-se da polaridade entre as concepções freudianas de libido sexual e dos instintos de destruição e de morte, localiza o fundamento da libido narcísica em sua evidente relação com a função alienante do Eu, que é prehe de agressividade na relação com o outro.

Após sublinhar o acerto da filosofia contemporânea em considerar a negatividade existencial do sujeito, Lacan diferencia suas acepções daquelas da psicanálise. Esta leva em conta a função de desconhecimento que caracteriza o

⁹² Cf. nota de rodapé anterior que os diferencia.

Eu, representada pela *Verneinung*. É somente a psicanálise que reconhece o “nó de servidão imaginária” (Lacan, 1949/1998, p. 103) ao qual se encontra amarrado o Eu.

Algumas reflexões sobre o eu foi um texto lido para a British Psycho-Analytical Society, em 1951, e publicado, dois anos mais tarde, no *International Journal of psychoanalysis*, sob o título original de *Some reflections on the ego*. Seu conteúdo recupera o que vinha sendo trabalhado por Lacan até então. Desse modo, será mencionado mais detidamente neste resumo o que se mostra como um avanço original de sua exposição.

O texto se inicia com uma observação sobre duas formulações freudianas aparentemente contraditórias: na teoria do narcisismo, o Ego toma um lugar oposto ao do objeto, enquanto que, na teoria topográfica do funcionamento do sistema percepção-consciência, o Ego se aproxima do objeto e ambos resistem ao Isso, ou seja, ao princípio do prazer. Tais concepções lacanianas já haviam surgido nos textos anteriores, exemplificadas, inclusive, pelo título daquele de 1936 que indica um lugar para o Eu “além do princípio de realidade”.

Nesse texto de 1951, próximo no tempo do marco teórico promovido por *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, Lacan dá realce à linguagem para a constituição da realidade. Desse modo, a contradição anunciada desaparece sob o âmbito da linguagem, pois “ainda que a realidade preceda o pensamento, ela ganha formas diferentes segundo a maneira como o sujeito nele se acomoda.”⁹³ (Lacan, 1951, p. 9). O modo como o sujeito formula a linguagem tem relação estreita com a maneira como se determinam suas relações orais, anais e genitais com o mundo exterior. Lacan lança a pergunta sobre a relação que mantém esse “sujeito libidinal”⁹⁴ (Lacan, 1951, p. 9) com o Ego, uma vez que suas relações com a realidade se apresentam sob a oposição entre o *Umwelt* e o *Innenwelt*. Responde com a função “supra-individual” da linguagem, capaz de um efeito retrospectivo “que o faz determinar o que, em última instância, ele designa como real”⁹⁵ (Lacan, 1951, p. 9). Faz, então, uma crítica à Melanie Klein e suas áreas pré-verbais do inconsciente. Vale antecipar,

⁹³ “... tandis que la réalité précède la pensée, elle prend des formes différentes selon la manière dont le sujet s’en accommode.”

⁹⁴ “Sujet libidinal.”

⁹⁵ “...qui lui fait déterminer ce qu’en dernier recours il désigne comme réel.”

aqui, a posição discordante de Lacan quanto à existência de um pré-verbal, manifestada a respeito da interpretação de Sami-Ali sobre a atitude de tapar os ouvidos, de seu paciente autista, em 1967⁹⁶.

Em 1951, Lacan se encaminha para a diferença que demarcará, com a primazia dada ao simbólico, entre o Eu da ação consciente (*moi*) e o Eu (*je*) que não se distingue do sujeito do inconsciente. Com efeito, nesse texto ele afirma que a função do Ego relaciona-se com a estrutura da linguagem, na medida que o Ego pode ser tanto o sujeito do verbo, como aquele que o qualifica. Em ambas as situações, o Ego se porta como um objeto incluído numa relação, passiva ou ativamente.

O modo de interação do sujeito com a realidade comporta a relação existencial expressa na linguagem por meio da negação (*Verneinung*). Variados exemplos indicam a verdade que está por detrás do que é negado no discurso. Pelo que Lacan (1951, p. 10) conclui, com os filósofos, que “a linguagem foi dada ao homem para esconder seus pensamentos”⁹⁷. Com isso, aproxima a função essencial do Ego a um desconhecimento sistemático da realidade, semelhante ao da psicose. Recupera de seu trabalho de 1931 a proposição de serem os perseguidores do paranoico análogos às imagens do eu ideal, para então considerar como uma das condições prévias ao conhecimento humano o mecanismo de alienação paranoica do Ego. O objeto desse conhecimento é contrastado com aqueles das necessidades animais, uma vez que advém da relação triangular entre o Ego, o objeto e algum outro.

*O objeto do desejo do homem é essencialmente um objeto desejado por alguém; (...) um objeto pode tornar-se equivalente a um outro, em consequência do efeito produzido por esse intermediário, possibilitando que os objetos sejam permutados e comparados. Esse processo tende a diminuir a significação especial de um objeto particular qualquer, porém, ao mesmo tempo, permite vislumbrar a existência de um sem número de objetos.*⁹⁸ (Lacan, 1951, p. 10).

Lacan descreve a multiplicidade de objetos decorrente do acento posto no outro que os deseja. O vetor principal é o desejo do outro que abrilhanta os

⁹⁶ Descrita no capítulo 3.

⁹⁷ “...le langage fut donné à l’homme pour cacher ses pensées.”

⁹⁸ “L’objet du désir de l’homme est essentiellement un objet désiré par quelqu’un d’autre; (...) un objet peut devenir équivalent à un autre, par suite de l’effet produit par cet intermédiaire, rendant possible pour les objets

objetos, então desejados. Essa assertiva é contrastada no autismo, onde não há o outro especular que indica com seu olhar objetos de interesse, somente os objetos, eles mesmos. Tal antagonismo se evidencia pela presença de objetos particulares que adquirem uma importância especial para o sujeito, chamados neste trabalho de objetos autísticos, que não assumem um valor de troca, não se prestando a substituições. Esses objetos não decorrem da indicação do outro, mas procuram constituí-lo, assumindo sua função especular.

“É por esse processo [de intermediação do outro] que somos conduzidos a ver nossos objetos como Egos identificáveis, com unidade permanente e substancialidade.”⁹⁹ (Lacan, 1951, p. 10). Ao constituírem o Outro de síntese, os objetos autísticos, carentes de unificação, procuram alguma substancialidade por meio do signo.

Lacan constata que a unidade permanente dos objetos acarreta um elemento de inércia que implica em um processo dialético infindo, por meio da constante revisão do reconhecimento dos objetos e do próprio Ego. Essa inércia é encontrada na análise, denunciada pela resistência do Ego ao processo dialético ali envolvido. A agressividade deflagrada quando a estabilidade do sistema de desilusão paranoica é ameaçada faz Lacan procurar compreender o que se passa em uma análise, de modo a conduzi-la mais eficazmente. Para tanto, lança mão da teoria genética do Ego, trabalhada em textos anteriores, procurando entender a relação do sujeito ao próprio corpo, pela identificação a uma *imago*, “que é a relação psíquica por excelência”¹⁰⁰. (Lacan, 1951, p. 11).

A imagem do corpo na histeria, com sua patente “expressão simbólica” (Lacan, 1951, p. 11), evidencia uma anatomia imaginária variante conforme as ideias sobre as funções corporais prevalentes em uma dada cultura. “Tudo se passa como se a imagem do corpo tenha uma existência própria autônoma, e por autônoma quero dizer independente de uma estrutura objetiva.” (Lacan, 1951, p. 11). As leis da Gestalt são consideradas o fundamento desses fenômenos, também manifestadas na dominação do pênis para a formação da imagem do corpo. Essa imagem é seletivamente vulnerável segundo suas linhas de clivagem,

d'être échangés et comparés. Ce processus tend à diminuer la signification spéciale d'un quelconque objet particulier, mais en même temps permet d'entrevoir l'existence d'objets sans nombre.”

⁹⁹ “C’est par ce procédé que nous sommes conduits à voir nos objets comme des Egos identifiables, ayant unité permanente et substantialité.”

que Lacan (1951, p. 11) denomina como “*imago do corpo fragmentado*”¹⁰¹. Os sonhos e fantasias de despedaçamento surgem em um momento específico, na análise, relacionados a problemas muito precoces do Ego do paciente e a preocupações hipocondríacas latentes. As formações neuróticas vieram recobri-las durante o curso do desenvolvimento e sua aparição no tratamento vem acompanhada de uma notória diminuição das resistências do paciente.

Lacan se reporta aos trabalhos de Schilder sobre o fenômeno do membro-fantasma para concluir que a imagem do corpo determina a percepção do espaço. Aventa que “o córtex cerebral funciona como um espelho, sendo o *lugar onde as imagens são integradas na relação libidinal* que nos permite entender a teoria do narcisismo”¹⁰² (Lacan, 1951, p. 12).

A questão da natureza da *imago* é posta de lado e Lacan investe na consideração, abordada em seus textos anteriores, de que é o conceito de identificação a chave única que dá sentido aos achados empíricos da biologia. Recupera os exemplos de Harrison sobre a pomba (*pigeon*) e de Chauvin sobre o gafanhoto (*criquet*), ambos referidos aos curiosos efeitos das relações dos animais com o semelhante, para então adiantar-se ao que considera como a timidez de teorização dos médicos, apresentando a sua: o Estádio do Espelho, como sendo “um dos estádios de desenvolvimento da criança”¹⁰³ (Lacan, 1951, p. 13).

Sob a reputação de sua teoria do Estádio do Espelho, Lacan reconhece um duplo valor: histórico, à medida que marca uma virada decisiva no desenvolvimento mental da criança, e psíquico, pois representa uma relação libidinal essencial à imagem do corpo. Ao afirmar que o fenômeno do espelho “demonstra claramente a passagem do indivíduo para um estágio onde a mais precoce formação do Ego pode ser observada”¹⁰⁴, Lacan (1951, p. 13) parece se referir analogamente ao que Freud (1914) denominou “narcisismo primário”, sem conseguir, no entanto, explicá-lo, à época.

¹⁰⁰ “... *qui est la relation psychique par excellence...*”

¹⁰¹ “...*l'imago du corps morcelé.*”

¹⁰² “...que le cortex cérébral fonctionne comme un miroir, et qu'il est le *lieu où les images sont intégrées dans la relation libidinale* que nous laisse entendre la théorie du narcissisme.”

¹⁰³ “...*comme l'un des stades de développement de l'enfant.*”

¹⁰⁴ “...*démontre clairement le passage de l'individu par un stade où la plus précoce formation de l'Ego peut être observée.*”

Nesse texto de 1951, a idade de início do interesse jubilante pela imagem é aumentada, em relação aos textos anteriores, para oito meses. O jogo que examina os movimentos diante do espelho é descrito como um “êxtase infinito”¹⁰⁵ (Lacan, 1951, p. 13) da criança e vai-se concluindo pelas tentativas de exploração das coisas vistas no espelho e dos objetos próximos nele refletidos. Esse jogo “puramente imaginário”¹⁰⁶ (Lacan, 1951, p. 13) é o que fazem alguns autistas diante de um espelho, muito além da idade de um ano e meio. Nosso paciente Pedro, 18 anos, posta-se diante de sua imagem e observa detidamente sua boca, dentes e língua — um dos orifícios, salienta-se, que não foi bordejado libidinalmente para constituir seu corpo. De outro modo, Fabrício, de 10 anos, usa o espelho para visualizar, por sua intermediação, os objetos da sala, aí nos incluindo. A criança olha pelo espelho e volta-se para conferir diretamente o objeto que vira, como se a duplicidade da imagem lhe fosse intrigante. Já a sua própria imagem não parece atraí-lo, seu olhar, no espelho, não recai sobre si.

Pode-se pensar que Pedro estaria mais avançado na apreensão da imagem — e, em decorrência, das coisas do mundo — que Fabrício? Afirmamos que sim. A relação que cada um estabelece com a imagem especular é análoga à relação instituída com os objetos do mundo. Pedro se utiliza das palavras para comunicar-se com o outro, Fabrício nada fala. Pedro apresenta algum contato com as pessoas, inclusive pelo olhar, ao qual institui certo controle.¹⁰⁷ Fabrício mostra-se completamente arredio, com forte defesa contra a presença do outro, exemplificada pelo ato de recolher os objetos e dar-nos as costas quando nos aproximamos e interferimos, minimamente, na atividade solitária que realiza. Essa analogia observada será retomada no capítulo 4, como base para a discussão final.

No Estádio do Espelho, a atitude contrária da criança e dos animais diante da imagem leva Lacan (1951, p. 14) a considerar que, paradoxalmente, “o animal é aquele dos dois melhor adaptado à realidade!”¹⁰⁸. Ao se utilizar de métodos variados que o levam a descobrir a ilusão da imagem, o chimpanzé, tão ou mais

¹⁰⁵ “...extase infinie...”

¹⁰⁶ “...purement imaginaire...”

¹⁰⁷ Esse e outros modos do autista se relacionar com os objetos e pessoas do mundo serão detalhados mais à frente, na seção 5.

¹⁰⁸ “Il serait, bien sûr, paradoxal d’en tirer la conclusion que l’animal est celui des deux qui est le mieux adapté à la réalité!”

inteligente que a criança aos oito meses, por ela se desinteressa. Já o bebê humano, diversamente, por ela é capturado libidinalmente.

Lacan prenuncia o que será por ele consolidado em 1960, a saber, a inversão da imagem no espelho. Nela o autor (1951, p. 14) vê “uma representação metafórica da inversão estrutural que temos demonstrado pelo Ego como realidade psíquica do indivíduo”¹⁰⁹. A evidência dessa inversão especular é comprovada pelas fantasias do duplo (*Doubles-fantômes*) que atravessam algumas imagens oníricas, representantes do Ego dominado pelo conflito narcísico. A inversão do espelho mostra-se como uma necessidade prévia para tal interpretação.

Para apreender a relação entre a imagem do corpo e o Ego é preciso localizar a imagem invertida no contexto da evolução das formas sucessivas da imagem do corpo. E, também, estabelecer o desenvolvimento do organismo e suas relações com o social (*Socius*), por onde as imagens e suas conexões dialéticas se apresentam na experiência da análise. O cerne do que se passa diante do espelho parece mais compreensível por não serem as reações de um jogo dos quais a criança parece se privar, ela mesma, o objeto.

O valor afetivo da Gestalt total do corpo dada pela imagem no espelho é novamente evocado, uma vez que essa ilusão imaginária traz como fundo o que Lacan (1951, p. 14) agora nomeia como “imagem do corpo despedaçado”¹¹⁰. Há um contentamento referente ao triunfo imaginário de antecipar um nível da coordenação muscular que não se encontra ainda verdadeiramente apreendida. As prematurações histológicas e embriológicas, mencionadas nos textos anteriores e promotoras de uma ausência de coordenação sensório-motora, não impedem a criança de nutrir uma fascinação pelo rosto humano e distinguir, dentre todos, sua mãe.¹¹¹ Acrescido a isso, o apreço pela posição vertical e pela altura converge para que o Ego tome o outro como modelo de identificação, encontrando nele seu ponto de partida e carregando sua impressão para sempre.

¹⁰⁹ “...une représentation métaphorique du renversement structural que nous avons démontré dans l'Ego comme réalité psychique de l'individu.”

¹¹⁰ “...l'image du corps morcelé.”

¹¹¹ Também esse aspecto é abordado nas pesquisas de Spitz (1965/2004). Se, para ele, a atração pelo rosto humano constitui o primeiro organizador psíquico da criança, a ansiedade dos oito meses é o segundo, caracterizada por uma preferência especial pela mãe e consequente rechaço, acompanhado de angústia, das pessoas que lhe são estranhas.

Lacan indica que os diversos mecanismos egoicos, enumerados por Anna Freud, mostram a maneira como as funções do Ego ganham forma, no psiquismo. Tais recursos, típicos da economia dos sintomas obsessivos, têm em comum um elemento de isolamento acompanhado de uma força de realização. Esses aspectos da montagem egoica surgem, com frequência, nos sonhos que representam o Ego do sonhador como um estádio ou outro espaço fechado, abandonado à competição pelo prestígio.

Aqui vemos o Ego, na sua resistência essencial do desenvolvimento inapreensível do ser às variações do desejo. Essa ilusão de unidade, naquela em que um ser humano se compraz sempre de seu próprio controle, comporta um perigo constante de retornar ao caos de onde partiu...¹¹² (Lacan, 1951, p. 15).

Considera-se que, para todos os sujeitos, há a ameaça do reencontro com o despedaçamento original, mas esses têm o recurso simbólico que os faz recuperar a ilusão de unidade, criando nova roupagem semântica ao que se fez desnudar. Não é o que se passa com os autistas. Pela carência mínima que possuem dessa unidade corporal, a iminência de sensações de despedaçamento é frequente. Defende-se, neste trabalho, que esses sujeitos utilizam os objetos para forjar uma borda que propicia certa delimitação corporal. Nesse sentido, a observação de Maleval (2009a) sobre a função apaziguadora desses objetos coexistindo com outra, perturbadora, ganha relevo.

Isso não é tudo. É a brecha separadora entre o homem e a natureza que determina sua falta de relação com a natureza, e suscita sua proteção narcísica, com seu revestimento perolado, sobre o qual é pintado o mundo de onde ele está separado para sempre; mas essa mesma estrutura é também a aparência na qual seu próprio meio nela se estabelece, ou seja, a sociedade de seu pequeno outro.¹¹³ (Lacan, 1951, p. 15).

A maneira poética de que Lacan se serve para descrever a montagem do mundo externo pela via da constituição do Eu, no Estádio do Espelho, permite considerar o estatuto dos objetos no autismo. Se, para todos os sujeitos, o mundo

¹¹² *“Là nous voyons l'Ego, dans sa résistance essentielle du développement insaisissable du Devenir, aux variations du Désir. Cette illusion d'unité, dans laquelle un être humain se réjouit toujours de sa propre maîtrise, comporte un danger constant de reglissier en arrière dans le chaos duquel il est parti...”*

¹¹³ *“Ce n'est pas tout. C'est la brèche séparant l'homme de la nature qui détermine son manque de relation à la nature, et suscite son bouclier narcissique, avec son revêtement nacré, sur lequel est peint le monde dont il est séparé pour toujours ; mais cette même structure est aussi le spectacle où son propre milieu s'implante en lui, c'est à dire la société de son petit autre.”*

é uma construção que comporta os riscos de serem percebidas suas rachaduras, para os autistas ele está sendo construído, com bastante trabalho e poucos recursos. Daí se depreende a ênfase que dá Tustin (1972/1975, 1981/1984) aos ameaçadores aspectos “não-eu”, que tentam ser controlados pelo mesmo e repetitivo uso dos objetos autísticos¹¹⁴.

Ainda em 1951, são retomados os trabalhos da Escola de Chicago que demonstram as diversas maneiras que encontram as crianças para se identificar ao social. Dentre elas, destaca-se o transitivismo que traz atados “o ataque e o contra-ataque”¹¹⁵ (Lacan, 1951, p. 15), por meio da dimensão da alienação egoica no outro. Para que essa alienação transativista ocorra deve-se obedecer um intervalo limite entre as idades das crianças, só definido pela psicanálise. Entretanto, nas “fases críticas de integração instintual”¹¹⁶ (Lacan, 1951, p. 15), a facilidade de identificação promovida por esse intervalo pode gerar os piores resultados. Como exemplo, tem-se o irmão que se apoia na *imago* da irmã mais velha, tornando-se um homossexual.

As situações de transitividade são resolvidas por uma espécie de conflito paranoico, sobre o qual se constrói o Ego, por oposição. A libido presente na identificação narcísica revela sua significação agressiva. A agressividade implicada na relação fundamental do Ego com os outros é expressada por Lacan (1951, p. 15) como base de “uma tensão intrapsíquica, tal como manifestada no pensamento do asceta: ‘um golpe em seu inimigo é um golpe em si mesmo’”¹¹⁷. Essa tensão libidinal dificulta a constante busca de unidade ilusória pelo sujeito, desviando-o sempre de si. A angústia de abandono que daí decorre é o destino trágico e particular do homem, que Lacan relaciona com o conceito freudiano da pulsão de morte. O ciúme, recuperado por Lacan no olhar do menino do quadro de Santo Agostinho, representa a antinomia hegeliana que dá origem ao Ego: ao conflito decorrente da coexistência de duas consciências só há resolução possível pela destruição de uma delas.

¹¹⁴ Na precisão conceitual de Maleval (2009a), são os objetos autísticos simples que se prestam a essa função alheadora.

¹¹⁵ “...l’attaque et la contre-attaque...”

¹¹⁶ “...dans les phases critiques d’intégration instinctuelle...”

¹¹⁷ “...une tension intrapsychique que nous présentons dans la pensée de l’ascète: ‘un coup à votre ennemi est un coup à vous-même’.”

Suas considerações impelem Lacan a criticar as noções psicanalíticas de “Ego forte” e de oblatividade (*oblativité*). O primeiro manifesta unicamente a força da neurose que erige vigorosas defesas egoicas e a segunda sinaliza o engodo da crença da imolação realizada em nome do outro. Ao dar peso à evolução histórica como responsável pelo impasse psicológico do Ego do homem contemporâneo, Lacan acaba por constatar o auxílio que algumas técnicas sociais, estudadas por Marcel Mauss, trazem para a travessia das fases críticas do desenvolvimento. Destas, ressalta o complexo de Édipo por seu importante papel no desenvolvimento psicosssexual normal, cuja origem advém das relações primitivas que asseguravam uma interdependência psicológica mútua, essencial para a felicidade de seus componentes.

As primeiras tentativas de submeter os orifícios corporais a alguma forma de controle promoveram “influências formadoras”¹¹⁸ (Lacan, 1951, p. 16) para o psiquismo. Lacan considera aplicar esse critério ao estudo das sociedades primitivas. Nelas é possível constatar a importância do desenvolvimento precoce. Apesar disso, Lacan (1951, p. 17) vê com reservas conceitos como o de “estrutura de base da personalidade”, proposto por Kardiner. Ensaando um diagnóstico social, introduz a emergência de um novo tipo de homem, o “*Homo psychologicus*”, produto da era industrial.

As relações entre esse *Homo psychologicus* e as máquinas que ele utiliza são muito impressionantes, especialmente no caso do automóvel. Temos a impressão que sua relação a essa máquina é tão íntima que é como se os dois estivessem completamente unidos — seus defeitos mecânicos e suas panes são muitas vezes sincrônicos aos sintomas neuróticos. Para ele, essa significação emocional provém do fato que ela exterioriza a concha protetora de seu Ego, tanto como o fracasso de sua virilidade.¹¹⁹ (Lacan, 1951, p. 17).

A relação do *Homo psychologicus* à sua máquina muito tem de análoga à conexão do autista a seu objeto autístico. Uma ligação tão íntima, como se “estivessem completamente unidos”, descreve a relação transativista do autista

¹¹⁸ “...influences formatrices...”.

¹¹⁹ “Les relations entre cet *Homo psychologicus* et les machines qu’il utilise sont très frappantes, et cela spécialement dans le cas de l’automobile. Nous avons l’impression que sa relation à cette machine est si intime que c’est comme si les deux étaient complètement unis – ses défauts mécaniques et ses pannes sont souvent synchrones à ces symptômes névrotiques. Pour lui, cette signification émotionnelle provient du fait qu’elle extériorise la coquille protectrice de son Ego, aussi bien que l’échec de sa virilité.”

com seu objeto, uma vez que ele é seu objeto autístico, conforme mencionado na seção 3 do capítulo anterior. A observação de Lacan sobre a significação emocional que decorre do processo de exteriorização da “concha protetora de seu Ego”, transferida à máquina, ressalta o ponto de captura afetiva do sujeito pelo objeto e a consonância do termo com aquele utilizado por Tustin para denominar o processo autista como o de criação de uma “carapaça” protetora. Segue daí a importância da máquina para esses sujeitos, como um órgão fora do corpo que localiza o gozo, papel essencial incumbido ao objeto autístico.

Em um processo analítico, portanto neurótico, essa relação entre homem e máquina deve ser moderada por meio de recursos psicológicos e psicotécnicos, com vistas a uma organização da sociedade. A atualidade dessa observação de Lacan, feita em 1951, adquire todo seu valor em razão da dependência do homem pós-moderno dos vários *gadgets* à sua disposição. Caberia, em outro lugar, um ensaio que os relacionasse à função dos objetos autísticos, uma vez que ambos parecem servir de invólucro para o corpo dos sujeitos.

Ao considerar a possibilidade de restabelecimento de uma relação mais humana, pela psicanálise, Lacan esbarra na mesma questão que o estimulou à escrita de *Some reflections on the Ego*: o impasse da resistência do Ego ao tratamento.

§7.2 Segundo período: simbólico

A partir de 1953, Lacan faz ressaltar a importância do significante para a formação do psiquismo. É sob a influência do simbólico na constituição imaginária do Eu que são elaborados os textos do segundo momento de seu ensino¹²⁰.

A importância teórica que serve a esta pesquisa *O seminário sobre “A carta roubada”*, de 1956, é a mesma assinalada por Lacan, que o escolheu para abrir a publicação de seus *Écrits*, em 1966. Esse texto circunscreve magistralmente a determinação subjetiva promovida pela ordem simbólica. Ele formaliza o que vinha sendo trabalhado nos três seminários iniciais do ensino de Lacan e prepara a crítica exercida no seminário de 1956-57, sobre a relação de objeto.

O perspicaz enredo do conto de Edgar Allan Poe, *A carta roubada*, é usado para ilustrar “a determinação fundamental que o sujeito recebe do percurso de um significante” (Lacan, 1956/1998, p. 16). Duas cenas principais são isoladas e referidas, logicamente, a três olhares¹²¹, sustentados por três sujeitos, encarnados, alternadamente, por personagens diferentes. Lacan evidencia a função simbólica ocupada pelo objeto da trama: a carta é um significante puro que determina, pelo lugar que ocupa, o deslocamento dos sujeitos na repetição intersubjetiva que se instaura. A fundação da intersubjetividade pertence, portanto, ao registro da verdade, e não ao campo da exatidão, e se refere à captação que faz o sujeito da própria subjetividade “que constitui um Outro como absoluto” (Lacan, 1956/1998, p. 22).

O automatismo de repetição do texto freudiano de 1920, *Além do princípio do prazer*¹²², ganha ênfase como expoente do veio do simbólico que modela o ser. O jogo do *Fort-Da*, com sua repetição simbólica, torna patente a ordem do símbolo como constituidora do homem, e não por ele sendo constituída.

Se o que Freud descobriu, e redescobre com um gume cada vez mais afiado, tem algum sentido, é que o deslocamento do significante determina os sujeitos em seus atos, seu destino, suas recusas, suas cegueiras, seu sucesso e sua sorte, não obstante seus dons inatos e sua posição social, sem levar em conta o caráter ou o sexo, e que por bem ou por mal seguirá o rumo do significante, como armas e bagagens, tudo aquilo que é da ordem do dado psicológico. (Lacan, 1956/1998, p. 33-34).

Em uma leitura da psicanálise em conformidade com o estruturalismo, Lacan (1956/1998, p. 51) ressalta que o homem dedica seu tempo a desdobrar a constante alternativa “em que a presença e a ausência retiram uma da outra sua convocação”. É por essa dinâmica que o “objeto humano” (Lacan, 1956/1998, p. 51) é capturado e sujeitado às condições do símbolo. Tem-se, então, a entrada do indivíduo na ordem da linguagem, a qual superpõe a determinação significante à do significado, caracterizando a “sobredeterminação” de que fala Freud. Essas observações de 1956 são proveitosas para fundamentar o ensaio que fazem os autistas de realizar, no real, a alternância tipicamente simbólica da presença-

¹²⁰ Desse período, as referências ao Esquema Óptico constantes dos seminários encontram-se em *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*, de 1953-54, *O seminário, livro 8: a transferência*, de 1960-61 e *O seminário, livro 10: a angústia*, de 1962-63.

¹²¹ Esse exercício lógico repousa no processo de conclusão antecipada, desenvolvido no texto de 1945, *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada*.

ausência. Baio (1998b) defende a hipótese de que as constantes e repetidas batidas (*tapotement*) executadas pelo autista em um objeto são uma tentativa de demarcar um (+) e um (—), à procura de uma diferença não encontrada no real.

Os sinais (+) e (—) e suas combinações em uma série que contempla unicamente a alternativa fundamental da presença e da ausência, são utilizados por Lacan (1956/1998, p. 51) para demonstrar “como as mais rigorosas determinações simbólicas adaptam-se a uma sequência de lances cuja realidade se distribui estritamente ‘ao acaso’”. A interseção diacrônica e sincrônica das séries formadas e suas consequentes inter-relações elucidam a estrutura fundamental do dualismo das organizações simbólicas. Vê-se a alusão feita ao impasse do tratamento, abordado no texto de 1951, quando Lacan afirma que a autonomia do simbólico liberta dos equívocos a teoria e a prática da associação livre. Para ele, são a determinação simbólica e sua leis que a impulsionam, não mais a “inércia imaginária” (Lacan, 1956/1998, p. 56) da relação nivelada ao outro. Ao contrário, é por meio da “hiância” específica de sua relação imaginária com o semelhante que o homem entra na ordem simbólica como sujeito. Esse ingresso é feito “pelo desfilamento radical da fala” (Lacan, 1956/1998, p. 57), com o sujeito dirigindo-se ao Outro como absoluto, ao mesmo tempo que se faz de objeto para enganá-lo.

A dialética da intersubjetividade é representada pelo que Lacan denominou “Esquema L” (cf. Anexo A). O eixo *a-a'* representa o par da objetivação imaginária recíproca, destacado nas elaborações do Estádio do Espelho. Ele é, agora, atravessado pelo simbólico, pelo Outro, A, que traz na extremidade oposta de seu eixo o sujeito, S. O sujeito é uma duplicação, uma “espécie de divisão que comporta uma função de dobra¹²³” (Lacan, 1956/1998, p. 59). A repetição predomina no campo do Outro, sob a forma do I (Ideal do Eu), traço unário que representa “os tempos marcados do simbólico como tal” (Lacan, 1956/1998, p. 60). O sujeito recebe do Outro sua mensagem de forma invertida, ou seja, como interpretação.

A fala se localiza aquém do sujeito e para-além do Outro, na ponta da seta assinalada como “inconsciente”, no esquema, que consiste na interseção do eixo

¹²² A tradução brasileira traz o termo “compulsão à repetição”, ao invés de “automatismo de repetição”.

¹²³ *Doublure*, no original, no sentido melhor apreendido de “forro” (de roupa).

simbólico com o eixo imaginário. A fórmula “o inconsciente é o discurso do Outro” (Lacan, 1956/1998, p. 18), trabalhada alhures, adquire no Esquema L toda sua significação. O sujeito, que surge, no esquema, no lugar do *Es* (Isso ou Id) freudiano, é supostamente completado por ele, constituindo o sujeito da sessão analítica. No esquema, o *Es* vem tratado como o fez Freud, distinguindo-o do inconsciente, na medida que dele se mostra “logisticamente disjunto” (Lacan, 1956/1998, p. 60) e marcado pelo silêncio da pulsão.

Lacan critica os psicanalistas partidários da chamada “relação de objeto”, que primam por suprir a referência ao polo simbólico da dialética intersubjetiva, reduzindo a análise a uma utópica retificação do par imaginário. É, ademais, conforme as leis da determinação simbólica que os objetos são julgados como apropriados ou não a compor uma série para o sujeito. Pelos argumentos de Lacan, constata-se que esse é o erro incorrido por Sami-Ali¹²⁴ e por Frances Tustin na apreensão do autismo, ao presumirem haver uma relação pré-verbal do sujeito com o outro, onde localizam a problemática autista.

O texto de 1956 é finalizado com a reiteração da natureza simbólica da sobredeterminação freudiana, que leva à necessária distinção dos cálculos da máquina e de seu mecanismo, em função das leis simbólicas que regem sua estrutura.

De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose, de 1958, é um texto ímpar em relação à psicose. Ele foi escrito com base no que Lacan trabalhou, inicialmente, em seu seminário de 1955-1956. Para a atual pesquisa, interessa a elaboração do Esquema R, uma progressão do Estádio do Espelho que aprimora o Esquema L, de 1956. No entanto, alguns apontamentos do texto mostram-se elucidativos e também serão retomados.

Lacan inicia uma crítica à concepção psiquiátrica da alucinação, que insiste em fazer recair sobre o sujeito certa explicação sobre a alteração do *perceptum*, desconsiderando a possibilidade de que o próprio sujeito tenha sido modificado por ela. Não se trata, portanto, de um nível de objetivação da realidade, mas de um efeito de sentido que implica o sujeito como paciente nessa percepção singular. Esse aspecto da sobredeterminação simbólica na psicose conduzirá o desenvolvimento de todo o texto. Lacan (1958/1998, p. 539) demarca que a

cadeia significativa, manifesta na alucinação verbal, “se impõe por si ao sujeito em sua dimensão de voz”. A atribuição subjetiva que ela comporta é determinada por sua estrutura significativa e por diversas vozes, mostrando o equívoco do sujeito que se acha ali pretensamente unificado.

Ao examinar um caso de uma apresentação de pacientes que conduziu e o caso de Schreber, Lacan identifica a irrupção do significante que ocorre no real, nas psicoses. Ladeado à sua função de irrealização, o símbolo também pressupõe o enlaçamento da cadeia significativa, promovendo um sentido, *a posteriori*. Na psicose, o significante surge no real como efeito do rompimento da cadeia. Lacan afirma que em nenhuma outra parte o sintoma está mais claramente articulado na própria estrutura que na psicose. Dois modos linguísticos podem ser diferenciados no texto das alucinações: os fenômenos de código, compostos de mensagens sobre o próprio significante, e os fenômenos de mensagem, referidos às mensagens interrompidas.

A dedução gramatical empregada por Freud, em sua análise do caso de Schreber, que expõe as mudanças de orientação da relação com o outro na psicose, é enfatizada por Lacan como argumento em favor da estruturação significativa do campo imaginário. Em seu escrito sobre o narcisismo, posterior àquele sobre Schreber, Freud indica que o eu se constitui segundo o outro. E, em 1924, em *A perda da realidade na neurose e na psicose*, denuncia que o problema entre as duas estruturas não é a perda da realidade mas o que é encontrado para substituí-la. Nesse texto, Lacan ainda se encontra às voltas com o propósito inicial de seu ensino de recorrer ao texto freudiano para recuperar seu tom aos psicanalistas.

Desse modo, restabelece as distinções da regressão feitas por Freud, de acordo com sua ocorrência: na estrutura, chamada “tópica”, na história, nomeada como “temporal”, ou no desenvolvimento, denominada “genética”. E ressalta os itens do arcabouço do edifício freudiano: a equivalência da função imaginária do falo nos dois sexos, o complexo de castração, o mito do assassinato do pai, relacionado ao complexo de Édipo, e a instância repetitiva do objeto que deve sempre ser reencontrado como único, trazendo efeitos diretos para a vida amorosa dos sujeitos.

¹²⁴ Descrito na seção 6 do próximo capítulo.

Ao se referir criticamente às interpretações que faz a sra. Macalpine sobre o caso de Schreber, Lacan (1958/1998, p. 553) retoma o Esquema L para demarcar “a articulação simbólica que Freud descobriu juntamente com o inconsciente, e que de fato lhe é consubstancial”. Insiste na dimensão de uma outra cena, tal como Freud descreve o lugar do inconsciente, para reafirmar a existência do Outro com o qual o sujeito se relaciona. Nesse texto de 1958, descreve os termos componentes do Esquema L da seguinte maneira:

...o estado do sujeito S (neurose ou psicose) depende do que se desenrola no Outro A. O que nele se desenrola articula-se como um discurso (o inconsciente é o discurso do Outro), (...) Nesse discurso, como estaria o sujeito implicado, se dele não fosse parte integrante? Ele o é, com efeito, enquanto repuxado para os quatro cantos do esquema, ou seja, S, sua inefável e estúpida existência, a, seus objetos, a', seu eu, isto é, o que se reflete de sua forma em seus objetos, e A, lugar de onde lhe pode ser formulada a questão de sua existência. (Lacan, 1958/1998, p. 555).

A pergunta sobre a existência se desdobra na relação intramundana do sujeito com os objetos e na realidade do mundo, pelo fato deste poder ser questionado para-além de sua ordem. O peso dado à dimensão da realidade impele Lacan a construir o Esquema R, em que os dois eixos do esquema anterior — imaginário e simbólico — tornam-se complexos em dois triângulos, trazendo, entre eles, o quadrilátero da realidade. O Esquema R configura-se em um duplo ternário que “representa as linhas de condicionamento do *perceptum*, ou, em outras palavras, do objeto, na medida em que essas linhas circunscrevem o campo da realidade, bem longe de apenas dependerem dele” (Lacan, 1958/1998, p. 559).

Ao afirmar que nenhuma formação imaginária é específica ou determinante para a estrutura ou a dinâmica de um processo, Lacan precisa a anterioridade do simbólico em relação ao imaginário. “Pois, retirem-no [o Outro] dali e o homem já nem sequer consegue sustentar-se na posição de Narciso.” (Lacan, 1958/1998, p. 557). Aqui está um fundamento para se pensar o autismo. A ausência simbólica, circunscrita pelo Ideal do Eu, permite a alguns autores (Lasnik-Penot, 1997; Fernandes, 2000) concluírem por seus efeitos manifestos na ausência de constituição imaginária.¹²⁵ “Toda a espessura da criatura real [...] interpõe-se para

¹²⁵ A hipótese desses autores é abordada mais detidamente na seção 7 do capítulo 3.

o sujeito entre o gozo narcísico de sua imagem e a alienação da fala em que o Ideal do eu assumiu o lugar do Outro.” (Lacan, 1958/1998, p. 578). O narcisismo traz como efeito a intrusão do campo imaginário no campo da realidade, sendo representado pelo sistema das identificações, o que se configura um problema essencial, no autismo. Os objetos autísticos são promovidos como auxílio para tentar solucioná-lo. Há uma carência radical da composição do par imaginário, de maneira que não se vê ocorrer “o desastre crescente do imaginário” (Lacan, 1958/1998, p. 584), pois ele sequer foi constituído. As implicações clínicas dessa concepção remetem às particularidades dos autistas que os tornam, em certo grau, diferentes dos esquizofrênicos. Estes dispuseram de alguma construção imaginária, mesmo frágil, que vem a desagregar-se ulteriormente.

O questionamento do sujeito sobre sua existência encontra-se referido à estrutura combinatória do significante. Ao articular-se no Outro, em sua topologia de quaternário, o significante se vale daqueles três que identificam o Outro no complexo de Édipo. O quarto termo é o sujeito em sua realidade, que adquire sua significação pelo jogo estabelecido entre os primeiros significantes.

Esse jogo dos significantes, com efeito, não é inerte, já que é animado, em cada partida particular, por toda a história da ascendência dos outros reais que a denominação dos Outros significantes implica na contemporaneidade do sujeito. Mais ainda, esse jogo, na medida em que se institui como regra para-além de cada parte, já estrutura no sujeito as três instâncias — eu (ideal), realidade e Supereu — cuja determinação será o tema da segunda tópica freudiana. (Lacan, 1958/1998, p. 558).

Pode-se compor com a “história da ascendência dos outros reais” o termo originário, e agora abandonado por Lacan, dos “complexos familiares”, com sua carga histórica e determinista sobre o sujeito. O jogo dos significantes implica o sujeito como morto, tal como se concebe essa função no *bridge*, “mas é como vivo que irá jogá-lo” (Lacan, 1958/1998, p. 558), ao servir-se das figuras imaginárias de que dispõe. A relação narcísica instituída no Estádio do Espelho, que vem a sobrepor-se à imagem do corpo despedaçado, forjando-a como unificada, mostra-se homóloga à relação Mãe-Criança do ternário simbólico. O Esquema R permite tal visualização (cf. Anexo B).

Lacan observa a ausência do acaso na escolha das letras que delimitam as faces imaginária e simbólica do campo da realidade, apresentando a homologia

existente entre elas. No ternário imaginário tem-se o *i* (imagem especular) e o *m* (eu) e, no ternário simbólico, o I (Ideal do Eu) e o M (a mãe, objeto primordial). O par imaginário dá base ao triângulo imaginário, sendo abarcado pela relação simbólica. Como terceiro termo em cada um, há a imagem fálica, ϕ , no vértice imaginário, e o Nome do Pai, P, arrematando o triângulo simbólico.

A imagem fálica se sobrepõe ao lugar do sujeito, S. É a ela que o sujeito se identifica “em seu ser de vivente” (Lacan, 1958/1998, p. 559). O Estádio do Espelho traz um vínculo genético com a simbolização da mãe como primordial, o M. Na relação de dependência ao amor da mãe, ou seja, no desejo de seu desejo, a criança se identifica com o falo, objeto imaginário desse desejo. O falocentrismo é “condicionado pela intrusão do significante no psiquismo do homem” (Lacan, 1958/1998, p. 561). O efeito imaginário desse processo leva a criança a se identificar com o falo, em outras palavras, com “a falta-a-ser da mãe” (Lacan, 1958/1998, p. 572). Nesse texto, Lacan denuncia o descaso com a função do falo, realizado pela psicanálise, que o reduziu até então ao papel de um objeto parcial.

Lacan novamente situa e especifica a importância da relação de objeto, ao considerar que a criança, na condição de desejada, constitui o vértice I, simbólico. Essa asserção do esquema R baseia as observações dos autores supracitados, que marcam a ausência de construção do I, Ideal do Eu, como determinante, nos casos de autismo.

No quadrilátero da realidade, as extensões que partem de S e abarcam o segmento de reta iM (notado como *a*) trazem as figuras do outro imaginário nas relações de agressão erótica em que se realizam. Em oposição, aquelas que, partindo de S, se encaminham pelo segmento de reta mI (notado como *a'*) trazem as identificações do sujeito, “desde sua *Urbild* especular até a identificação paterna do ideal do eu” (Lacan, 1958/1998, p. 559).

Em uma nota de rodapé acrescentada ao texto quando de sua publicação, em 1966, Lacan indica que o campo da realidade é sustentado pela extração do objeto *a*. Este fornece o enquadre desse campo, sendo, no entanto, barrado por ele. Tal afirmação foi traduzida, no Esquema Óptico, de 1960, como o objeto *a* que faz borda à realidade e ao corpo, colocando-se nesse limite. Tal descrição mostra-se importante para os propósitos desta tese, uma vez que a construção

dessa borda é o trabalho empreendido pelo autista, com o objeto autístico se prestando exatamente à sua composição. Ainda na nota acrescentada, Lacan afirma que o campo da realidade só funciona ao ser obturado pela tela da fantasia. A estrutura desse campo, composta pelos dois elementos que formam o algoritmo da fantasia — $S(barrado) \diamond a$ —, é revelada pelo corte que incide nos segmentos *mi* e *MI*, isolando no campo uma banda de Möebius. Se o *S* remete à fantasia que recobre o campo da realidade, o *a* é o que corresponde aos campos imaginário e simbólico.

Nesse último, a cadeia significante é inaugurada pela simbolização primordial, exemplificada pela alternância significante do Fort-Da, que se encontra na origem do automatismo de repetição. Observa-se que, no autismo, a irrealizável função estruturante da oposição significante faz com que se estabeleça uma primazia do signo, com o significado colado ao significante que o representa.¹²⁶ Coerente com a ideia da simbolização inaugural, Lacan aponta que a *Bejahung* primordial está referida ao significante. Na Carta 52 da correspondência de Freud com Fliess, ele é “expressamente isolado como termo de uma percepção original, sob o nome de signo, *Zeichen*” (Lacan, 1958/1998, p. 564). Entender-se-á a precisão conceitual entre o signo privilegiado pelo autista, distinto do significante em suas características, e o signo assinalado por Freud para a *Bejahung*, confundido com o significante em seu sentido genérico de algo que representa alguma coisa para alguém¹²⁷. Em suma, Lacan denuncia, nesse texto, a incidência alienante do significante.

A cadeia simbólica é significada por meio dos mecanismos linguísticos da metáfora e da metonímia. Na economia subjetiva, comandada pelo inconsciente, é produzida uma significação evocada pela metáfora paterna: a significação imaginária do falo. Como seu fundamento simbólico, Lacan faz consistir o significante do Nome do Pai. Este é o significante que, “no Outro como lugar do significante, é o significante do Outro como lugar da lei” (Lacan, 1958/1998, p. 590). No lugar do Outro, o Nome do Pai reduplica o próprio significante do ternário simbólico, constituindo a lei do significante.

¹²⁶ Esse aspecto é desenvolvido no capítulo 3.

¹²⁷ Uma exatidão sobre o conceito de signo é dada na seção 7 do capítulo 3.

É a ausência do significante do Nome do Pai, ou seja, sua forclusão (*Verwerfung*) no lugar do Outro, e o decorrente fracasso da metáfora paterna que determinam a estrutura da psicose. A falta do Nome do Pai abre um furo nas significações, prescindidas da metáfora paterna, promovendo uma “cascata de remanejamentos do significante” (Lacan, 1958/1998, p. 584) que causa um crescente desastre do imaginário. Ao analisar o caso de Schreber, Lacan constata que, ao final desse processo de recolocação, significante e significado se estabilizam na metáfora delirante. Descreve, então, o Esquema I, demonstrando como os elementos da história de Schreber ocupam os lugares cingidos no Esquema R. O transtorno do sujeito psicótico é efeito da indução significante que recai no imaginário e lhe exige, para respondê-la, novos efeitos do significante. Vem daí uma “fala para-além do sujeito” (Lacan, 1958/1998, p. 581).

O desencadeamento ocorre quando Um-pai — pai real, que não se confunde com o pai do sujeito — é chamado em um lugar inédito, não suportado pelo Pai simbólico, sustentáculo da lei significante. Ao se situar em uma posição triangular com o par imaginário *a-a'* — eu-objeto ou ideal-realidade —, Um-pai concerne o sujeito no campo de agressão erotizado que o eixo imaginário induz. Esse confronto com o “duplo psíquico” (Lacan, 1958/1998, p. 574) promove uma regressão tópica ao Estádio do Espelho, reduzindo a relação com o outro especular “a seu gume mortal” (Lacan, 1958/1998, p. 574).

Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”, de 1960, inicia com o empenho de Lacan em definir “estrutura”. Ao afirmar que ela não é forma, persevera no recurso à topologia, que é “exigida pela simples estrutura”¹²⁸ (Lacan, 1960/1998, p. 655). Preocupa-se em diferenciá-la da “estrutura do organismo”, de que trata a *Gestalt*, concebendo-lhe um feitio menos imaginário que no início de sua obra.

O estruturalismo manifesto de Lacan embasa sua concepção de sujeito nesse texto: um polo de atributos, constituídos antes de seu nascimento e equivalentes a significantes relativamente ligados em um discurso. A essência do Esquema R é retomada ao se ver definido o inconsciente como discurso do Outro. O lugar do Ideal do Eu ganha importância, por remeter ao lugar dado ao sujeito,

¹²⁸ De fato, a topologia transcende a estrutura, a ela, no entanto, se reportando, pois estuda as propriedades geométricas de um corpo, que não sejam alteradas por uma deformação contínua. (Cf. Houaiss, 2001).

antes mesmo de sua efetiva existência. Encontra-se aqui implicado o desejo dos pais, que age sobre o sujeito por intermédio do significante.

Esse texto de 1960 comporta considerações que podem ser deslocadas para o âmbito do autismo. Ao questionar a expressão de Daniel Lagache “diferenciação primária”, com a qual designa uma certa autonomia do recém-nascido pelo uso de seus aparelhos da percepção, da motricidade, da memória e dos limiares de descargas das necessidades e dos afetos. O sujeito não existe, ainda, “como estrutura cognitiva” (Lagache citado por Lacan, 1960/1998, p. 660), mas se encontra em relações de objeto funcionais. Lacan (1960/1998, p. 661) considera que “a realidade da diferenciação primária deixa em suspenso seu uso propriamente significante, do qual depende o advento do sujeito”, definindo-a como “uma relação de objeto *no real*” (Lacan, 1960/1998, p. 661). Uma demanda deve se acrescentar à necessidade que embasa essa diferenciação primária para que o sujeito “faça sua entrada no real” (Lacan, 1960/1998, p. 661). Nesse movimento, a necessidade se transforma em pulsão, na medida que se torna símbolo de uma satisfação amorosa.

A despeito de suas considerações da relação fundamental do sujeito ao Outro, Lacan (1960/1998, p. 661) despreza expressões como “*participação simbiótica* da criança na mãe” e concepções como o sincretismo existente entre o corpo e os objetos, que desconhecem “a dissimetria essencial entre projeção e introjeção” (Lacan, 1960/1998, p. 661). Essa desigualdade é notada em suas definições. A projeção pertence ao campo imaginário e tem por função a proteção contra a constatação da falta significante que concerne o sujeito. Uma imagem vem a obturá-la, passando a sustentar todo o valor do desejo. Por seu turno, a introjeção é um indicador que mantém uma relação com o simbólico, recuperando o furo constitutivo que denuncia a ausência de definição do ser. Projeção e introjeção são apresentadas, nesse texto, como sendo “tempos inconscientes” (Lacan, 1960/1998, p. 662), o que provoca a suposição de sua transformação, nas elaborações teóricas posteriores, nas operações de constituição do sujeito, alienação e separação, respectivamente.

Outra prematuração vem a ser destacada na relação do sujeito com o outro, distinta daquela neurológica, promotora da assunção da imagem. Trata-se da prematuração simbólica pela qual a criança é inscrita no discurso do Outro,

antes mesmo de seu nascimento. A inversão pronominal típica do início da aquisição da linguagem, descrita por Lacan (1960/1998, p. 661) como “o retardo formal registrado por sua aprendizagem da sintaxe (o momento em que a criança fala de si tal como os outros lhe falam)”, vem a corroborar essa anterioridade. É desnecessário lembrar que essa inversão é uma constante na fala dos autistas, denotando a radical ausência de subjetivação do discurso do Outro por esses sujeitos¹²⁹. “O drama do sujeito no verbo é que ele experimenta ali sua falta-a-ser.” (Lacan, 1960/1998, p. 661). A hipótese de que o autista não fala para não ser aniquilado pela mortificação promovida pelo significante, encontra aqui sua inspiração teórica. Ele apresenta poucos recursos, simbólicos e imaginários, para tratar essa aporia existencial de todo ser falante (*parlêtre*). O sujeito constituído pelos significantes do Outro é o sujeito do desejo que, por sua vez, “não é nada além da Coisa, que é dele o que há de mais próximo, embora mais lhe escape” (Lacan, 1960/1998, p. 662). Tal assertiva indica a alternância subjetiva entre reconhecimento e desconhecimento de si, abarcada magistralmente no texto freudiano *Die Unheimlich*.¹³⁰ A suspensão do desejo produz o *fading* (desvanecimento) do sujeito, eclipsando-o no significante da demanda, efeito também produzido pela fixação da fantasia, “por tornar-se o próprio sujeito o corte que faz brilhar o objeto parcial de sua indizível vacilação” (Lacan, 1960/1998, p. 663).

Na discussão sobre a estrutura significante, que toma boa parte do texto, Lacan demarca as propriedades do Isso que se mostram contraditórias à lógica de funcionamento do Eu, evidenciando que somente o significante pode suportar a coexistência da desordem (pela sincronia) com a ordem (pela diacronia). Esta última lhe permite um rigor associativo, enquanto a primeira consente com sua propriedade de ser intercambiável.

Sua subsistência de conotação não pode ser suspensa por lhe serem ligados signos contraditórios, só podendo se exercer uma exclusão proveniente desses signos enquanto tais como condição de consistência numa cadeia a ser constituída; acrescentemos que a dimensão em que se controla essa condição é apenas a tradução de que tal cadeia é capaz. (Lacan, 1960/1998, p. 665).

¹²⁹ Esse aspecto da fala dos autistas será retomado na seção 7, do capítulo 3.

¹³⁰ Trabalhado mais à frente, na seção 8 do capítulo 4, ao se tratar do tema do duplo.

Para se pensar a linguagem no autismo, com prevalência dos signos, há que considerar a observação de que é a ordenação significante, com sua significação *a posteriori*, que promove a contradição estrutural entre os signos. Ou seja, é a dimensão significante do signo linguístico, com sua mobilidade disjunta do significado, que lhe instaura uma discrepância. Demarca-se, neste trabalho, que, no autismo, há uma escolha pelo uso do signo icônico ou indexador, presos que estão aos objetos que representam¹³¹.

A indiferença combinatória presente na desmontagem da pulsão — em sua fonte, seu alvo, sua direção e seu objeto, de acordo com Freud (1915) — indica sua estrutura. Para Lacan, as pulsões “ex-sistem”, ou seja, não estão no lugar onde são esperadas. Com a intervenção da linguagem, do significante, elas se proliferam. Mas sua estrutura é, por si, fragmentada. Nela, o sujeito surge, precisamente na demarcação promovida por um “círculo queimado na mata das pulsões” (Lacan, 1960/1998, p. 673), que cria uma borda artificial que o delimita. Há uma diferença entre o sujeito, “ex-sistente”, que não ocupa o lugar que lhe é preparado, e o Eu, que ali se aloja. O Eu é, portanto, uma função de desconhecimento: “...é porque e na medida em que o Eu vem servir ao lugar deixado vago para o sujeito que ele só pode introduzir ali a distorção (...) [de uma] lente [que] vem no lugar de onde o sujeito poderia olhar.” (Lacan, 1960/1998, p. 675). O Eu é o olho, no Esquema Óptico.

A aproximação de sua descrição, no texto, se dá por meio da diferenciação entre Eu Ideal e Ideal do Eu. Antecipando-a, Lacan indica que a *Verwerfung* (foraclusão) não traria um juízo de existência, responsável por fundar a realidade, por ter havido, na psicose, uma sínfise do código com o lugar do Outro. No Esquema R, viu-se que o Outro triangula com o Ideal do Eu, lugar da criança no desejo da mãe. Este se diferencia do Eu Ideal como função e como estrutura. O Ideal do Eu se manifesta, na vivência do sujeito, como modelo a ser seguido e o Eu Ideal, como aspiração, quiçá como sonho. O modelo óptico põe em funcionamento, na estrutura, as relações entre essas duas instâncias.

Inicialmente, Lacan toma o experimento de Bouasse, da “ilusão do buquê invertido”, para então propor modificações ao original — no que chamou “ilusão

¹³¹ Cf. seção 7 do capítulo 3.

do vaso invertido” — que, com o acréscimo de novos elementos, passa a configurar o Esquema Óptico como modelo teórico.

Os Anexos C, D e E, ao final, trazem as figuras de cada esquema¹³². Do primeiro para o segundo, Lacan transpõe o vaso, continente, para dentro da caixa, no lugar do buquê de flores original. Desse modo, faz surgir, pelo mecanismo óptico, o vaso como imagem real e circundante das flores acima. Também acrescenta um espelho plano, A (lugar do Outro), que reflete para o sujeito o que, no esquema original, era visto diretamente na imagem real constituída pelo espelho esférico e que está, agora, elidida de seu olhar. A terceira proposta do esquema se fia na composição do processo analítico, transmutando o sujeito para os significantes do espelho plano do Outro, de onde pode distinguir a ilusão que o sustenta, aquela do vaso invertido. Ao presente trabalho interessa a composição primeira do Esquema Óptico, com as modificações de Lacan sobre aquele original, uma vez que o processo neurótico de análise, representado pelo último esquema, transcende o que possa servir para se considerar sobre o autismo.

Ao localizar o olho do sujeito na borda superior do espelho esférico, Lacan evidencia a função de desconhecimento como princípio da formação do Eu, presente desde a elaboração do Estádio do Espelho. O Esquema Óptico relaciona, generalizadamente, os efeitos da assunção da imagem especular à estrutura. As relações entre as imagens $i'(a)$, do espelho plano do Outro, e $i(a)$, a imagem real, sustentam uma subordinação imaginária.

Em $i'(a)$, com efeito, não há somente o que o sujeito do modelo espera dela, porém já uma forma do outro que sua pregnância, não menos que o jogo das relações de imponentia que aí se iniciam, introduz como um princípio de falso domínio e de alienação intrínseca, numa síntese que requer uma adequação bem diferente. (Lacan, 1960/1998, p. 682).

A imagem $i(a)$ decorre de uma subjetivação, pelas vias da autocondução — representada pelo reflexo no espelho esférico, representativo de alguma função global do córtex. O vaso oculto na caixa indica o pouco acesso que tem o sujeito à realidade do corpo, com seu invólucro reforçado por novas camadas e a ele costurado “em torno dos anéis orificiais” (Lacan, 1960/1998, p. 682), tal como uma luva que pode ser virada pelo avesso, de acordo com o recurso topológico aludido

por Lacan. O processo analítico, destarte, enfatiza o corpo como continente e em seus orifícios. Aqui se encontra o embaraço estrutural do autismo, com sua ausência de constituição corporal e o decorrente uso dos objetos autísticos para realizá-la artificialmente. As flores (a) do modelo representam os objetos sobre os quais a acomodação se apoia, permitindo ao sujeito perceber a imagem i(a). Lacan ressalta a pouca naturalidade da influência do gargalo, imaginário, sobre o feixe de flores.

Apesar de correspondentes, as imagens i(a) e i'(a) são antinômicas, como observara Lacan. Tal contradição resolve-se, imaginariamente, em um constante transitivismo, produzindo um “Eu-Ideal-Eu” (Lacan, 1960/1998, p. 683), que pode ser estendido, para melhor clareza, em “Eu Ideal - Ideal do Eu - Eu Ideal”, sendo o Ideal do Eu localizado no espelho plano do Outro. “O Ideal do Eu é uma formação que surge nesse lugar simbólico. E é nisso que ele se prende às coordenadas inconscientes do Eu.” (Lacan, 1960/1998, p. 684). De fato, o inconsciente só se produz no encontro do sujeito com a imagem narcísica, precisamente quando ele se depara com essa imagem “em condições que lhe evidenciam que ela usurpa seu lugar” (Lacan, 1960/1998, p. 675).

O Outro é descrito, nesse texto, como sendo “a mola da fala” (Lacan, 1960/1998, p. 684), uma vez que esse “Outro maiúsculo do discurso” (Lacan, 1960/1998, p. 685) se encontra presente entre o sujeito e o outro — o pequeno outro, da díade imaginária. Ele está presente, inclusive,

na relação especular em seu momento mais puro: no gesto pelo qual a criança diante do espelho, voltando-se para aquele que a segura, apela com o olhar para o testemunho que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória em que por certo *ela já estava*. (Lacan, 1960/1998, p. 685).

À cena do regozijo com a imagem no espelho, tantas vezes narrada por Lacan, acrescenta-se a essência participativa do Outro, como aquele que atesta seu reconhecimento. Em sua função de insígnia, o Ideal do Eu precipita a identificação com o Eu Ideal. Traz uma “reserva de atributos” (Lacan, 1960/1998, p. 685) em que o sujeito, como Eu Ideal, deve forjar um lugar. Em favor de sua elaboração, Lacan menciona os estudos empreendidos por René Spitz sobre o

¹³² Para acompanhar as descrições da montagem de cada um e a progressão entre eles, cf. Lacan, 1960a/1998, pp. 679-687.

“hospitalismo”, para destacar os efeitos subjetivos nocivos do anonimato na prestação de cuidados aos bebês. O transitivismo, imaginário, análogo à relação do Ideal do Eu, I, ao Eu Ideal, respalda o movimento do sujeito que, ao se situar em I¹³³, fita o espelho do Outro, A, “para obter, entre outros efeitos, uma dada miragem do Eu Ideal”. (Lacan, 1960/1998, p. 686).

Ao analisar sua terceira proposição do Esquema Óptico, aquela referente ao processo da análise, Lacan esclarece que a posição do objeto *a* não se mostra com clareza no esquema, uma vez que, “por dar imagem a um jogo de imagens, ele não pode descrever a função que esse objeto recebe do simbólico” (Lacan, 1960/1998, p. 689).

...como objeto parcial, ele não é apenas parte ou peça desvinculada do dispositivo que aqui imagina o corpo, mas elemento da estrutura desde a origem e, por assim dizer, da distribuição das cartas da partida que se joga. Na medida em que é selecionado nos apêndices do corpo como indício do desejo, ele já é o expoente de uma função que o sublima antes mesmo que ele a exerça... (Lacan, 1960/1998, p. 689).

O *a* é o objeto do desejo. Por sua reflexão no espelho, ele é restituído ao campo do Outro na função de expositor de seu desejo, não promovendo apenas *a'*, “a moeda pela qual o desejo do outro entra no circuito dos transitivismos do Eu Ideal” (Lacan, 1960/1998, p. 689).

Em *O Seminário, livro 10: a angústia*, de 1962-1963, Lacan retoma sua elaboração de 1960 sobre o Esquema Óptico. Ao que vinha trabalhando, acrescenta alguns elementos. Um deles é a afirmação, agora categórica, de que “o sujeito se constitui no lugar do Outro, e de que sua marca se constitui na relação com o significante” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 41). A dimensão da “outra cena” também ganha ênfase, e Lacan afirma que as coisas do mundo se colocam em cena por meio das leis do significante. Para o autismo, reitera-se, é o que lhe traz dificuldades.

Com o relevo dado ao objeto *a*, constata-se a existência de dois tipos de identificação imaginária: aquela que ocorre na relação com a imagem especular — assinalada, nesse ponto do texto, como *i(a)*, pela notação anterior dada especificamente à imagem real, mas que Lacan (1962-1963/2005, p. 50) precisa

¹³³ Precisamente em *S,I* da figura 2 do esquema, referido à sua imagem virtual no espelho A. Cf. Lacan, 1960/1998, pp. 681-682.

ser a “imagem especular original” —, que não passa de uma “cena dentro da cena” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 46) e outra, ao objeto do desejo, *a*, que implica uma relação com a falta estrutural do sujeito. “Nem todo investimento libidinal passa pela imagem especular. Há um resto.” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 48-49). O resto, pivô da dialética da constituição do sujeito e do desejo, é o falo, sob a forma da falta.

No desenho que Lacan denomina “esquema simplificado” (cf. Anexo F), o falo surge excluído de *i(a)* — retomada, agora, como notação da imagem real. Ele indica a lacuna do imaginário, do sujeito libidinal, sendo representado como $(-\phi)$, abaixo do vaso escondido da imagem real, cortado da imagem especular. Lacan retoma a figura topológica do *cross-cap* para indicar como pode o corpo ter uma imagem especular e outra parte, não especular. Há a reserva imaginariamente imperceptível, o falo, que entra em ação para satisfazer o desejo. E há o objeto *a*, resto “cujo status escapa ao status do objeto derivado da imagem especular” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 50). Esse objeto, que é aquele da angústia, deve ser imaginado no registro especular, apesar de dele não fazer parte. É por meio da notação $(-\phi)$ no gargalo do vaso do espelho do Outro, *i'(a)*, que ele se faz presente pela demarcação de sua ausência, na imagem especular. Ele participa do real, situando-se sobre o gargalo do vaso da imagem real, *i(a)*, mas sua correspondência imaginária é um nada, $(-\phi)$. “O *a*, suporte do desejo na fantasia, não é visível naquilo que constitui para o homem a imagem de seu desejo.” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 51).

O objeto *a*, ao se situar no gargalo do vaso da imagem real, faz borda às pulsões, representadas pelas flores. Sua extração imaginária se dá pela notação $(-\phi)$ — o “nada” representável e promotor do desejo, por seu status de falta —, no lugar que lhe corresponderia no espelho virtual.

Ele $[(-\phi)]$ lhes indica que aqui se perfila uma relação com a reserva libidinal, ou seja, com esse algo que não se projeta, não se investe no nível da imagem especular, que é irreduzível a ela, em razão de permanecer profundamente investido no nível do próprio corpo, do narcisismo primário, daquilo a que chamamos autoerotismo, de um gozo autista. Em suma, ele é um alimento que fica ali para animar, eventualmente, o que intervirá como instrumento na relação com o outro, o outro constituído a partir da imagem de meu semelhante, o outro que perfilará sua forma e suas normas, a imagem do corpo em sua função sedutora, sobre aquele que é o parceiro sexual. (Lacan, 1962-1963/2005, p. 55).

A extração do objeto *a* do campo do imaginário organiza a imagem especular, porquanto libidinal, com uma consequente regulação das pulsões. Na seção 5, a seguir, ver-se-á que, no autismo, há uma desregulação pulsional, em razão da ausência de constituição da imagem especular.

§7.3 Considerações clínicas

A concepção primeira do Estádio do Espelho, com ênfase no imaginário, localiza a discordância do sujeito e do Outro na prematuração biológica do bebê. A falta de unificação de suas sensações corporais e a ausência de um controle motor que lhe permita movimentar-se de maneira coordenada, levam a criança a não ter uma percepção totalizada de seu corpo, com uma subsequente constituição de um Eu corporal diferenciado dos demais objetos do mundo. Esse Eu emerge diante de sua imagem no espelho, vista em sua totalidade.

A operação de reconhecimento diante da imagem no espelho transpassa os três tempos lógicos do sujeito, propostos por Lacan (1945/1998). Primeiramente, a criança vê a imagem. Em seguida, tal como o macaco, procura por seu complemento tridimensional por detrás do espelho, em um momento de compreender. Por fim, conclui por reconhecê-la como sua, relevando sobremaneira sua existência — diferindo-se, nesse instante, do símio.

Alvarenga (1994) verifica uma progressão na composição dos dilemas teóricos promovidos pelo Estádio do Espelho. A imagem especular, baseada na imagem do outro, torna-se, por um lado, remédio para a discordância da prematuração do *infans*, mas, por outro, origem do estabelecimento de um desacordo, em uma relação de exclusão: “ou você, ou eu”. Instaura-se, aí, a agressividade estrutural da relação narcísica.

Esse impasse imaginário é resolvido, já no segundo período da formalização de Lacan, com a prevalência dada ao Ideal do Eu, *I*, na constituição do Eu-ideal, *i(a)*. À indefinição da oscilação entre o Eu e o Eu-ideal, Lacan responde com o Outro como lugar do significante. Retomando o tema da identificação, em Freud, estabelece o Ideal do Eu como o traço significativo no Outro, ao qual a criança se identifica e do qual toma o parâmetro de ser, ou não, merecedora do amor do Outro.

Entretanto, tem-se, agora, um impasse que se pode qualificar de simbólico: a representação significante não abrange todo o real da coisa representada. O traço significante do Outro não representa todo o ser do sujeito; há um resto, que remete o sujeito a uma questão sobre o desejo do Outro, não respondida totalmente pelo significante do Ideal do Eu.

O olhar do Outro, um dos objetos que presentificam seu desejo, é vetor de um desconhecimento na vida da criança. “O que o Outro quer?”, ela se interroga. Lacan fecha um ciclo teórico, retomando a instância imaginária inicial para recobrir esse olhar — representante da falta no Outro — com a imagem. Desse modo, mascara essa função de falta que lhe é intrínseca, emprestando-lhe uma consistência imaginária. A discordância primitiva do sujeito em sua relação com o Outro é solucionada, no final da obra de Lacan, pelo forjamento de uma consistência da imagem especular, recobrando a falta original do Outro.

Logicamente, a esquizofrenia se situa no momento do primeiro impasse, com sua fragmentação corporal buscando sua solução, puramente imaginária, ao recorrer à imagem especular para organizar suas pulsões. A paranoia se assenta no segundo impasse, o da agressividade narcísica, e se vale do Outro simbólico para localizar e pacificar seu gozo, mediante o delírio. E a neurose se constitui no momento do terceiro impasse — onde falta um significante no Outro que defina o ser do sujeito —, procurando superá-lo mediante a identificação do sujeito com o objeto do desejo do Outro: a fórmula da fantasia, $S \text{ barrado} \diamond a$. Avançando conjuntamente com Alvarenga, considera-se o autismo pertencente ao momento lógico do primeiro impasse, ao lado da esquizofrenia, porém com menos recursos que o esquizofrênico para conformar suas pulsões¹³⁴.

Seção 5 O corpo não constituído do autista

§8 A desregulação pulsional no autismo

Para a psicanálise, o sujeito surge por sua relação com o Outro e com os objetos, o que ficou bem demonstrado pelo estudo empreendido sobre o Estádio do Espelho. No caso do autista, tal constituição passa por idiossincrasias que

¹³⁴ Esse ponto será examinado mais detidamente na seção 7 do capítulo 3.

promovem suas dificuldades. A observação acurada de seus comportamentos permite concluir que não houve uma constituição imaginária que desse suporte à sua relação com o mundo. Os meandros que a justificam não são distinguíveis. Alguns autores os localizam em uma ausência do Ideal do Eu, que não teria propiciado os mecanismos identificastes básicos para a composição especular. Tais considerações serão retomadas no capítulo seguinte.

A elaboração de Lacan sobre o Estádio do Espelho e seus desdobramentos circunscreve a constituição do Eu, e do sujeito, por sua relação ao Outro e aos objetos. Essa composição pressupõe a extração do objeto que passa a “ex-sistir”, organizando o imaginário e suas conexões com a realidade, pelo anteparo de uma “outra cena”. Também as pulsões sofrem uma regulação pela extração do objeto *a*, que gerencia as relações do sujeito com seus objetos pulsionais.

É na estrutura da relação do sujeito com o Outro que se encontra o objeto *a*. Em *O Seminário, livro 10*, Lacan define sua função por sua constituição circular. “Em todos os níveis dessa constituição, o objeto adere a si mesmo como objeto *a*.” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 320). Sua função é a de se ligar à constituição do sujeito no lugar do Outro, representando-o. A figura das “formas dos objetos nos diferentes estágios” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 320), ilustrada no Anexo G deste trabalho, mostra a fase fálica como central e extrema em relação aos demais estágios do objeto, trazendo a função do *a* representada por uma falta — “a falta do falo como constitutiva da disjunção que une o desejo ao gozo” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 321). As demais representações libidinais do objeto que perpassam o eixo ascendente da curva são a oral, relativa aos alimentos e também à voz, e a anal, referente aos excrementos, mas também ao olhar. A via descendente traz as correspondências libidinais daqueles dois primeiros, com o objeto escópico dando ênfase ao olhar e o supereu sublinhando suas manifestações primárias relativas à voz.

Por não ter havido a separação entre Outro-objeto *a*, no autismo, não há a constituição das zonas erógenas, onde o gozo se aloja, fazendo um corpo. As partes destacáveis do corpo — seio, fezes, voz e olhar —, marcam, ao mesmo tempo, uma promessa e uma perda, tornando-se propícias a encarnarem o semblante desse objeto. Sendo assim, cabe a pergunta sobre como os autistas se

posicionam em relação a essas configurações *princeps* da pulsão. A resposta é encontrada na compilação dos fenômenos de comportamento característicos dessas crianças, feita pelos profissionais da instituição belga *Antenne 110*, que as acolhe para tratamento (Baio & Kusnierek, 1993).

Desse modo, em relação ao corpo, naquilo em que ele pode ser afetado, observa-se que são frequentes certa insensibilidade à dor e a ausência de doenças. Quanto à imagem do corpo, mensurada em sua relação com o espelho ou com o corpo do outro, algumas crianças não se mostram interessadas pela imagem, mas sim pelos buracos nela presentes. Outras, entretanto, instituem a relação com a imagem como sendo essencial, mas a sequência dessa relação deve ser regulada minimamente.

Em relação aos objetos destacáveis do corpo que presentificam o *desejo* do Outro — olhar e voz —, algumas crianças os evitam, olhando para outro lugar, não falando e parecendo surdas à voz do Outro¹³⁵ que lhes fala. Outras encaram o olhar do Outro de maneira fixa e perturbadora, sem desviar os olhos, ou utilizam a voz, mas não como objeto de troca com o Outro¹³⁶. Outras, ainda, conseguem uma troca de olhar, o que lhes parece bastante apaziguador, ou utilizam-se da voz como suporte para uma troca. Nesses dois casos, no entanto, também há a imperiosa necessidade de regulação: o olhar do Outro deve ser controlado por uma batida ou por uma vigilância extrema, por parte da criança, e a voz do Outro deve ser ritmada, musical, não tendo outra intenção senão a de cantar.

Quanto aos objetos destacáveis do corpo que presentificam a *demanda* do Outro — alimentos e excrementos —, algumas crianças anulam esse Outro da demanda, mostrando-se totalmente dependentes na alimentação (se não forem alimentadas, morrem) ou não comendo na presença do Outro. Também se mantêm constipadas ou evacuam em locais escondidos do Outro. Outras pedem a presença do Outro, para regulá-la, controlando os gestos do Outro que serve seus alimentos ou que abre suas calças, que dá descarga (ou que é impedido de fazê-lo). Esses objetos da demanda do Outro são, também, eles mesmos,

¹³⁵ Outro ou outro? A justificativa de Baio e Kusnierek, apresentada em nota de rodapé de seu texto, fornece o apoio para as opções aqui escolhidas: "Com respeito à criança psicótica é às vezes difícil optar, quando falamos de sua relação com o Outro, pela escrita do Outro com maiúscula ou com minúscula, seja para o outro imaginário ou para o Outro em sua dimensão significante. É que, para eles o outro se transforma no Outro e vice-versa. Nós, no entanto, escolhemos, quando falamos do olhar do Outro, da voz do Outro, do desejo do Outro, da demanda do Outro, escrever o Outro com maiúscula." (Baio & Kusnierek, 1993).

submetidos a tratamentos diversos: manipulados, amassados, espalhados, antes de serem ingeridos ou jogados fora.

A relação dessas crianças com o espaço estabelece-se, com frequência, por meio de circuitos inteiramente obrigatórios, devendo passar somente em determinados lugares ou andar de determinada forma. Configuram-se, aqui, seus rituais. “O espaço é o resultado de uma apreensão visual global que nos dá, por antecipação, a geografia dos lugares, a partir da qual nós sabemos como nos deslocar.” (Baio & Kusnierek, 1993). Para além da geografia dos lugares, os “falasseres” (*parlêtres*) procuram uma outra medida para se deslocarem: a do desejo do Outro. A falta desse organizador simbólico, que distribui e ordena as percepções, produz uma deficiência na assimilação das nuances espaciais, por parte do autista. O tratamento do espaço, no autismo, faz com que o dentro e o fora sejam contínuos, como um toro.

...supomos um espaço que não está construído com um dentro e um fora (...) mas um espaço estruturado como um toro, onde, do ponto de vista da superfície, o interior do círculo do toro ou o exterior, são sempre exterior. Pode-se olhar para o centro, mas está-se sempre olhando para o infinito. (...) O Outro pode, assim, invadir sempre o corpo do sujeito com um gozo atroz, de maneiras catastróficas, sem que as bordas possam marcar uma pulsação regrada.” (Laurent, 1992/1998, p. 88).

Em seu *Comentário sobre Maurice Merleau-Ponty*, Miller (1995) elucida a crítica de Lacan à concepção psiquiátrica da alucinação, que afirma ser a percepção, primariamente, simbólica. Sendo assim, a indiscriminação espacial do autista não é atribuída a uma deficiência de sua capacidade sensorial, como quer a Terapia de Integração Sensorial¹³⁷, mas à ausência do sistema de oposições linguístico, que instituiria, nesse caso, um “aqui” em contraponto a um “ali”. Essa é a indicação de Lacan, em sua resposta a Sami-Ali, quando afirma que a construção do espaço comporta algo de linguístico¹³⁸.

Por serem puramente reais, os objetos carecem de conotação imaginária. John, um dos pacientes de Kanner (1943/1997), não diferenciava a bidimensionalidade da tridimensionalidade. Ao se deparar com pessoas em uma

¹³⁶ O objeto voz será tema especial do capítulo 3, sobre a linguagem.

¹³⁷ Mencionada no capítulo 1.

¹³⁸ Descrita na seção 6, do capítulo 3.

fotografia, perguntava-se quando elas sairiam dali e passariam à sala em que estava.

Assim como ocorre com a noção espacial, a ausência do organizador simbólico produz distorções também na temporalidade do autista. Na neurose, a significação fálica que o sujeito dá ao desejo do Outro organiza seu tempo, entre antecipação e retroação. A relação com o tempo, totalmente desorganizada no autismo, leva esses sujeitos a responderem a uma pergunta demasiadamente cedo, fazendo eco, em lugar da resposta, ou demasiadamente tarde, interpondo entre a pergunta e a resposta um tal lapso de tempo que uma se desconecta da outra. Pode-se pensar que algumas ecopraxias autistas são “respostas” tardias a vivências anteriores. Uma das crianças de nossa clínica fazia em nosso atendimento os exercícios que a fisioterapeuta lhe demandava. O aspecto de interesse remete à sua recusa em realizá-los na fisioterapia, por oposição ao que apresentava conosco, espontaneamente. Certamente não será deixada de fora a observação de que sobre ela pairava a demanda do Outro fisioterapeuta, o que inexistia conosco.

Quanto à linguagem dos autistas, uns não falam nada, outros apenas repetem as mesmas palavras ou fonemas, pronunciados de maneira holofrástica. Alguns se dispõem a falar: uns sob o modelo da mensagem não invertida e outros em uma ordem própria e bastante precisa, parecendo querer inventar uma nova significação¹³⁹.

Por fim, os autores assinalam a manipulação de objetos variados feita por essas crianças, os quais são, para elas, frequentemente, indispensáveis, e aos quais sempre é aplicada uma batida. Destaca-se, aqui, na observação dos autores, a referência direta ao objeto desta pesquisa, os “objetos autísticos”.

Diante do levantamento desses fenômenos, o que se observa é a total ausência de padronização do comportamento do autista. Ele pode falar, ou não falar. Manter contato pelo olhar, ou não fazê-lo. Responder ecolalicamente, ou não. Esse dado reforça a inconfiabilidade do diagnóstico do autismo realizado unicamente sobre a observação do comportamento da criança, tal como propõe o DSM, incorrendo em equívocos diagnósticos por vezes graves, como alertou Kindgard (1997). O critério diagnóstico da psicanálise toma os comportamentos

como itens consideráveis, mas a eles acrescenta a identificação da posição do sujeito frente ao Outro e ao objeto, para denominá-lo “autista”.

Colette Soler (1994) procura formalizar a relação do autista com o Outro, reagrupando os traços dessas crianças, revelados nos estudos de casos da literatura psicanalítica. Sua classificação se orienta no mesmo sentido da sistematização dos pesquisadores da *Anténne 110*.

A autora indica, primeiramente, que os autistas são crianças que se sentem perseguidas pelos signos da presença do Outro, em especial por dois objetos: olhar e voz. Deduzem-se daí as estratégias daqueles que se ocupam delas: abordá-las dando-lhes as costas ou lhes falar cantando, por exemplo.

Soler toma o imprevisível como um índice da presença do Outro. Quando algo se move do lado do Outro, e multiplica suas demandas, obtém-se um impacto direto sobre essas crianças. Instauram-se, então, suas tendências aos rituais: nada pode se mexer ou se apresentar como instável, pois a presença do Outro é intrusiva. “No fundo, sua própria estabilidade depende de que o Outro não se mexa.” (Soler, 1994, p. 76). Considera-se que essa necessidade imperiosa de controlar o Outro justifica a relativa cooperação dos autistas aos programas educativos da terapia comportamental. Uma vez aprendida a sequência de atitudes que lhes é demandada, os autistas podem não apresentar dificuldades em repeti-las outras vezes. O que não querem é que novas demandas lhes sejam feitas.

A segunda característica formalizada por Soler diz respeito à anulação do Outro. Os autistas parecem surdos ou apresentam problemas no olhar. Esse traço é uma consequência do primeiro, à medida que visa a uma aniquilação dos signos da presença do Outro.

O terceiro traço é o que a psicanalista chama de uma recusa da intimação do Outro e que Bruno (1997, p. 52) traduziu como uma “demanda grau zero”. O Outro chama pela voz e pelo olhar. Essa recusa de serem chamadas pelo Outro produz, nessas crianças, uma ausência da dimensão do apelo. O autista é uma criança que não faz apelo, não entra na dialética da demanda.

A variabilidade das aprendizagens funcionais habituais dos autistas, ilustrada pelo texto da *Anténne 110*, leva a encontrar, em uma mesma criança,

¹³⁹ Todo o capítulo 3 traz a linguagem do autista como tema.

uma dificuldade do controle esfinteriano coexistindo com uma memória prodigiosa, por exemplo. Essa multiplicidade faz considerar a anomalia autista não como deficitária, mas “fora-das-normas”. (Soler, 1994). Esse fora-das-normas autista relaciona-se, sobretudo, ao desenvolvimento pulsional. Se Lacan afirma que a ordem das pulsões corresponde à sucessão das demandas do Outro e se há uma anomalia da relação com o Outro no autismo, a própria diacronia dos estados libidinais encontra-se perturbada.

Um quarto e último traço refere-se ao problema de separação, concretamente considerada, do autista em relação à mãe ou ao terapeuta. Esse aspecto é elucidado por Soler ao analisar a questão do corpo no autismo. Uma das observações feitas pelos psicanalistas que atendem essas crianças refere-se à aparente ausência de fronteira entre seu corpo e o corpo do Outro, como se o Outro fosse um prolongamento de seu corpo. Com efeito, o comportamento autista de pegar, com sua própria mão, a mão do outro para que este abra a torneira, ou de olhar para a porta e, sem mais um gesto, aguardar que o outro a abra, é demasiado típico.

Soler afirma ser esse procedimento menos uma confusão de fronteiras imaginárias do que uma confusão quanto ao ponto de inserção da libido. Não haveria um *deficit* na percepção dos limites da imagem na criança, mas uma perturbação do “instrumento-libido”. Essa é uma interessante contribuição para a clínica do autismo, ao compor com o conceito de duplo, e será discutida no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – A LINGUAGEM

O mesmo golpe que produz a inconsistência corporal do autista dá à sua fala um estatuto singular. O acesso do autista à palavra é dificultado pela especificidade da sua relação ao Outro. Em sua dimensão simbólica, o Outro é o lugar dos significantes que determinam um significado, pelo efeito retroativo de seu encadeamento. Tal desprendimento do significante em relação ao significado perturba o autista que se permite tomar a palavra.

Este capítulo se inicia com as indicações de Lacan sobre o autismo, que dão acento à sua relação com a linguagem. Segue pelo modo como os autistas dela se utilizam, privilegiando a materialidade do significante ou sua extensão semântica funcional. Para instituir tal possibilidade de comunicação, vê-se a conveniência do uso do signo. A seção consagrada à singularidade da linguagem do autista contempla esse propósito, bem como esclarece sua intolerabilidade em assumir a posição de enunciação.

Um terceiro tipo de uso da linguagem pelo autista é descrito, ressaltando-se o mérito teórico nele implicado. Em situações críticas, o autista assume uma posição de enunciação, com o uso correto do pronome “eu”, e pronuncia frases de caráter imperativo. Essa fala põe à prova a tese comportamentalista do *deficit* cognitivo, ao demonstrar a capacidade do autista de elaborar corretamente sua verbalização.

Ao final do capítulo, um cotejamento entre autismo e esquizofrenia mostra-se pertinente, em razão das semelhanças conjugadas com suas particularidades.

Seção 6 A linguagem do autista

§9 As indicações de Jacques Lacan sobre o autismo

Em seu ensino, Jacques Lacan não se deteve especificamente no tema do autismo¹⁴⁰. Suas referências a ele são facilmente encontradas por serem pontuais em sua obra.

¹⁴⁰ Trata-se, obviamente, do autismo clínico, excetuando-se as várias menções ao autismo do S₁.

A primeira delas localiza-se em seu *Discurso de encerramento das jornadas sobre psicose infantil*, pronunciado em outubro de 1967, em Paris, por ocasião do colóquio promovido pela psicanalista francesa Maud Mannoni. Os textos apresentados nessas Jornadas foram posteriormente publicados em dois números subsequentes da revista francesa *Recherches*, de setembro e de dezembro de 1968, intitulados *Enfance Aliénée* e *Enfance Aliénée II*, respectivamente.

A segunda indicação de Lacan acerca do autismo encontra-se na reprodução da discussão que sucedeu à sua *Conferência em Genebra sobre o sintoma*, pronunciada em 4 de outubro de 1975, frente à Sociedade Suíça de Psicanálise.

§9.1 Discurso de encerramento das jornadas sobre psicose infantil

Uma das comunicações desse colóquio foi feita pelo psicanalista winnicottiano Sami-Ali, sob o título *Gênese da palavra em uma criança autista — Contribuição à teoria dos objetos transicionais*. Em seu texto, Sami-Ali procura demonstrar “o que há de não-verbal na gênese do verbo” (Sami-Ali, 1967/1971, p. 86), defendendo a tese de que a criança não acede à palavra sem antes realizar a “síntese das coisas”. Essa função de síntese não estaria mediada pela linguagem mesma, mas pela constituição de objetos simbólicos estáveis em um espaço aberto ao outro. A criança criaria, primeiramente, uma equivalência entre os objetos que manipula e seu próprio corpo. Subjacente à constituição dos objetos estaria a progressiva introjeção da mãe. É preciso que a mãe seja introjetada em sua totalidade para que um objeto simbólico — constante e permanente — seja criado à sua imagem. Somente então a palavra poderá advir. Antes da constituição objetual, não haveria operação da palavra, pois o mundo seria tomado como um “fluxo contínuo”.

Sobre esse fundo de objetos que se correspondem uns aos outros refletindo a correspondência fundamental do corpo próprio e do objeto materno, surge a palavra. A criança fala porque, em um primeiro momento, “fala” a uma mãe que deve introjetar e porque, em um segundo momento, se fala, falando à mãe introjetada. Tal introjeção confere aos sons evanescentes trocados com a mãe a

estabilidade, a continuidade e a solidez de um objeto simbólico. (Sami-Ali, 1967/1971, p. 98. Tradução nossa).

Sami-Ali afirma ser a palavra, ela mesma, um objeto transicional.

O psicanalista procurará demonstrar sua tese por meio do relato da análise de um menino que ele diagnostica como autista. A criança chega ao tratamento apresentando um mutismo extremado e, ao longo de seu percurso, começa a falar. Seguem-se a exposição de Ali sobre a criança e algumas observações referentes às suas sessões de análise.

Martin, um menino de sete anos e terceiro entre quatro irmãos, é encaminhado para se tratar com Sami-Ali. Além do acentuado mutismo, mostra-se indiferente, sem expressão facial significativa e com um olhar fugidio e sem brilho. Aparenta ser surdo, hipótese não sustentada após a realização de um exame orgânico. Não ingere alimentos sólidos e quem o alimenta é sua mãe. Suas brincadeiras são solitárias, repetitivas e sem nenhum propósito relacional. Normalmente dócil, por vezes apresenta crises passageiras de oposição. A comunicação que manifesta é feita por meio de gestos e verbalizações bastante específicos, entendidos e traduzidos somente por sua mãe. A criança e sua mãe são tidas, por Ali, como “dois termos de uma relação perfeitamente complementar” (Sami-Ali, 1967/1971, p. 87).

No início de seu desenvolvimento, Martin aparentava ser uma criança comum. Nascido prematuro e retornado à mãe aos oito meses de idade, sua evolução tomou o caminho normal devido à presença de uma ama-de-leite, à qual ligara-se afetivamente. A ela dirigira suas primeiras palavras. Com a partida da ama, aos dezoito meses de idade, a criança passou a se mostrar deprimida, em seguida apática, culminando em uma inacessibilidade em relação a todos que a rodeavam.

Sami-Ali assinala que Martin fugia tanto de ruídos como de vozes, tampando seus ouvidos com os polegares. Logo no início de sua reclusão, uma surdez parcial fora identificada, como consequência da obstrução de seus condutos auditivos causada por algum tipo de vegetal. Após a operação de retirada, Martin começou a manifestar um enlouquecimento diante dos ruídos, que pareciam intensificados a um tal grau que ele não podia aguentá-los.

A análise da criança já se iniciara havia três meses, quando de seu relato no colóquio organizado por Mannoni. Já na primeira sessão, um esboço de relação com o analista, por parte da criança, se delineara. Dois encontros mais e Sami-Ali observa que sua existência fora percebida por Martin. A 4ª sessão traz uma inovação no modo como a criança se comportava. Arrancando páginas de uma revista e as mandando pelos ares, Martin gritava sem, no entanto, tapar seus ouvidos. O desdobramento dessa sessão encaminhou-se para o progressivo reaparecimento da palavra na criança, de início mediante sons mais guturais, até se chegar a um registro normal de voz e às entonações características da fala.

O mutismo da criança é considerado por Sami-Ali como “uma consagração da ruptura com o objeto primordial, a mãe, sinônimo do mundo exterior” (Sami-Ali, 1967/1971, p. 88). Mediante uma equação simbólica entre os objetos extraídos da análise da criança, Sami-Ali retira a direção de tratamento: o analista deveria se prestar à retomada dessa relação com a mãe, interrompida prematuramente, objetivando o estabelecimento de objetos simbólicos permanentes, pela interiorização da mãe como objeto. Para ele, a análise efetuou o surgimento da palavra na criança autista por ter favorecido e completado essa função sintética elementar.

No encerramento das Jornadas, após traçar uma crítica precisa aos trabalhos da antipsiquiatria, apresentados naquele colóquio, Lacan retoma a apresentação de Sami-Ali e lhe dirige observações diretas. Critica o que chama de “fantasia postiça” e “folclore”: a crença de uma harmonia inicial entre criança e mãe. Afirma que uma criança que tem a atitude de tampar os ouvidos não se encontra de nenhuma maneira em um pré-verbal, “já que do verbo se protege”. À intenção de Ali em demonstrar o princípio do processo de construção de um espaço, inicialmente pré-verbal, Lacan replica que “o linguístico está na construção mesma do espaço”. Critica a consideração de Sami-Ali sobre o mutismo da criança, afirmando que

o espaço apela à linguagem em uma dimensão totalmente distinta daquela em que o mutismo promove uma palavra mais primordial que (algum) *mom-mom*. (Lacan, 1967/1971, p. 158).

Passa, então, a objetar a noção de “corpo” apresentada por Ali e enuncia o que, mais tarde, desenvolverá melhor em seu ensino¹⁴¹, que o corpo da criança é o que responde ao objeto *a*. Ao tratar do objeto transicional, Lacan observa que sua importância não se detém no fato dele preservar, ou não, a autonomia da criança, mas se a própria criança serviu, ou não, de objeto transicional para sua mãe. Essa afirmação de Lacan reporta às duas notas endereçadas a Jenny Aubry, dois anos mais tarde, em que ele diferencia o sintoma da criança de acordo com a sua posição no desejo materno. (Lacan, 1969/2003).

§9.2 Conferência em Genebra sobre o sintoma

Lacan inicia sua conferência justificando, historicamente, o momento inicial de seu ensino, com a instituição de seu seminário, em 1953, e a posterior publicação de seus *Escritos*, em 1966, pelo seu desejo de que permanecesse algo do que dizia. Do testemunho de sua prática de analista — a que se prestavam os *Escritos* — Lacan passa a tratar dos desdobramentos de sua *Proposição...*, de 1967, quanto à autorização assumida pelo próprio analista sobre sua posição e quanto às razões de seu inovador procedimento do passe.

Após essa extensa digressão, introduz propriamente o tema, afirmando serem os sintomas o nome do sujeito, e a infância o período decisivo para a sua cristalização. O sentido do sintoma poderia apenas ser interpretado corretamente em função das primeiras experiências do sujeito com o que julgou melhor denominar “a realidade sexual”. Define o inconsciente como sendo “uma descoberta associada ao encontro que certos seres têm com sua própria ereção”, com essa realidade sexual, e discorda de Freud quando este diz que a realidade sexual é sempre autoerótica, descoberta, inicialmente, no próprio corpo.

Lacan assinala a importância do desejo dos pais na constituição do sujeito e sua incidência na modelagem a que submetem seus filhos, dentro da função do simbolismo. A linguagem é tomada como “um cancro” que impregna o sujeito. O ser humano é considerado, essencialmente, um ser falante. Essa linguagem, a qual Lacan ousa considerar inata, intervém sempre sob a forma do que ele denominou “alíngua” (*lalangue*). A “alíngua” seria os detritos da linguagem,

¹⁴¹ Em *O Seminário, livro 22: R. S. I.* (Inédito).

depositados ainda antes da criança ser capaz de estabelecer uma frase verdadeira, com os quais ela terá que lidar por toda a sua vida. A esses restos irão se agregar seus problemas futuros. Com isso, a criança fará a união da linguagem com a realidade sexual.

Por fim, Lacan se propõe a uma consideração sobre o que abordara em seu artigo de 1958, *A significação do Falo*. Reafirma a inexistência d'A mulher e, a despeito disso, seu estabelecimento como o sintoma do homem. A mulher, sendo não-toda e não se prestando à generalização falocêntrica, teria, contudo, no falocentrismo, a sua melhor garantia.

Ao final de seu pronunciamento, Lacan solicita a seus ouvintes que façam comentários. Variados questionamentos lhe são dirigidos, abordando temas diferenciados, como o fenômeno psicossomático, a obsessão e a mulher. Mas é a pergunta do Dr. Cramer que interessa. Ele indaga a Lacan, a propósito de sua consideração de que é a mãe quem fala à criança e é necessário também que a criança a escute, se os autistas não estariam privados dessa audição. Lacan responde que os autistas escutam muitas coisas, sobretudo, como seu próprio nome indica, escutam a si mesmos. Não escutam o que os outros têm a lhes falar quando se ocupam deles. Mas, certamente, haveria algo a lhes dizer.

Se os autistas escutam muitas coisas, isso os leva, normalmente, à alucinação, cujo caráter vocal é sempre mais ou menos presente, afirma Lacan. No entanto, acrescenta, nem todos os autistas escutam vozes, porém articulam muitas coisas e trata-se, precisamente, de entender onde escutaram o que articularam. Constata que há algo no autista, como no esquizofrênico, que se congela. Mas não se pode dizer que ele não fala. Finaliza asseverando serem os autistas “personagens bastante verbosos”, apesar da dificuldade de outros entenderem o que dizem.

§9.3 Considerações

Sami-Ali concebe o imaginário como precedendo a constituição do simbólico. Para ele, o imaginário é pré-verbal. A relação mãe-criança se refletiria na correspondência dos objetos, e desta, só então, surgiria a palavra. Sua crença de uma relação harmoniosa entre a criança e a mãe é criticada por Lacan, como

também sua concepção de um espaço pré-verbal. Em contraposição, Lacan indica-lhe a precedência do linguístico em relação à construção espacial, exemplificando-a com a oposição significativa “aqui-ali”.

Em sua conferência sobre o sintoma, Lacan traz à luz aquilo que ficou implícito no texto de 1967. Em seu discurso de encerramento das Jornadas organizadas por Mannoni, ele advertira que a criança tratada por Sami-Ali não estaria em um pré-verbal — como afirmara seu analista — pois, ao tapar seus ouvidos, do verbo se protegia. Sua consideração era uma referência à presença de alucinações no autismo, tema que retomou em 1975, na discussão que se seguiu a seu pronunciamento.

Lacan afirma que os autistas estão incluídos na linguagem, a despeito de seu mutismo ou de suas dificuldades para falar. Não escutam o que os outros têm a lhes falar, “quando se ocupam deles”, mas escutam muitas coisas, sobretudo a si mesmos. Essa escuta multiplicada e voltada para si, levá-los-ia à alucinação. Em sua pequena intervenção, pode-se destacar um esboço de uma direção da cura com autistas. Ele diz que os autistas, personagens bastante verbosos, articulam muitas coisas e *trata-se, precisamente, de entender onde escutaram o que articularam*. Estaria Lacan, aqui, enfatizando o esforço que o analista deve fazer em localizar a procedência daqueles significantes “apanhados” pelo autista, indicação fundamental, visto que o autista não pôde aceder aos significantes do Outro?

Pierre Bruno (1997) observa que Lacan mostra-se extremamente freudiano em sua constatação de que os autistas ouvem-se a si mesmos, pois ressalta o funcionamento de uma pulsão que retorna, sem modificações, a seu ponto de partida. Para o autista, ouvir-se a si mesmo indica que o discurso do Outro não foi subjetivado no inconsciente — do que dão mostra as ecolalias dos autistas —, mas transferido ao real. Não ouvir-se a si mesmo é a marca da existência do inconsciente e isso a clínica da neurose bem mostra. Pela alucinação auditiva ou da simples repetição do discurso do Outro, os autistas falam a si mesmos.

Por fim, Lacan assemelha os autistas aos esquizofrênicos, no modo como se utilizam da linguagem. Esse “algo que se congela”, característico da fala de ambos, evoca o que nomeara em seu *O Seminário, livro 11* como o psicótico

“tomar a cadeia significante em massa” (Lacan, 1963-1964/1990, p. 225) — a estrutura da holófrase.

A holófrase se define pela utilização de frases, expressões ou palavras, não decompostas, que se relacionam a uma situação tomada em seu conjunto. A origem do termo data do século XIX e ele pode ser resumido como sendo “a palavra-frase” (*le mot-phrase*) (Stevens, 1987). O princípio da holófrase pode ser traduzido como “um ruído (*bruit*) que adquire sua significação de uma situação de conjunto” (Stevens, 1987, p. 52).

Em termos lacanianos, a holófrase é uma compactação da cadeia significante, que não remete a um efeito de sentido mas a um vazio de significação. Nela, S_1 se encontra aglutinado com S_2 , sem intervalo, o que não permite a amarração significante produtora de sentido. As palavras se tornam possuidoras de um sentido original e unívoco, não adquirindo uma significação nova ao se relacionarem com outras palavras.

Essa ordem monolítica da cadeia significante é exemplificada pelo uso de frases fixas, utilizadas em qualquer ocasião. O autista do filme *Rain Man* (Levinson, 1988) utiliza-se de uma holófrase quando se refere a alguém, dizendo: “Você está tomando algum remédio”. Seu enfermeiro interpreta sua frase enigmática como a manifestação de um apreço especial que o autista teria por seu interlocutor. A criança que está aprendendo a falar, ao empregar uma e mesma palavra em situações bastante diversas, também se utiliza de uma holófrase.

Apesar dessa semelhança quanto à estrutura da linguagem do esquizofrênico e do autista, o fato do primeiro se apropriar da linguagem com um pouco mais de desenvoltura do que o segundo instiga a se realizar uma investigação sobre a especificidade da holófrase para cada um¹⁴², como também observara Lacan:

...quando não há intervalo entre S_1 e S_2 , quando a primeira dupla de significantes se solidifica, se holofraseia, temos o modelo de toda uma série de casos — ainda que, em cada um, o sujeito não ocupe o mesmo lugar. (Lacan, 1963-1964/1990, p. 225).

Parece ter sido o que intuiu Sami-Ali (1967/1971) ao respaldar sua teorização no âmbito do que chamou de “pré-verbal”. Apesar da concepção

desenvolvimentista de que se serve, ele acaba por se referir à particularidade da holófrase no autismo, com a verbosidade que lhe é típica. Apesar da pertinência de sua intuição, o psicanalista não consegue fazê-la avançar teoricamente, a fim de efetivá-la na prática, pois lhe falta a referência ao simbólico, eixo-guia da elaboração imaginária do corpo e da linguagem.

§10 Sujeitos verbosos

Fragmento clínico 6: Marcelo, o autista de oito anos com uma relação singular ao espelho¹⁴³, é tido por quem o conhece como falante e alegre. Mas suas falas e alegria são socialmente aparentes. Apesar de sua voz ser ouvida com constância, o que ele fala não traz nenhum sentido. Ele apenas brinca com os sons. A mãe extrai desse modo singular do filho um aspecto positivo: não precisa sair procurando-o pela casa, suas vocalizações acusam seu paradeiro. Assim, ela pode se dedicar à sua atividade de costura, ao mesmo tempo que acompanha os deslocamentos da criança.

Algumas vezes um sentido se delineia, pois Marcelo entoia uma melodia comercial conhecida, sem, entretanto, pronunciar as palavras. Mas a intenção comunicativa segue aí elidida. Ao identificar o jingle, aponto-o; ele se detém, me olha... e se cala.

Também sua alegria não traz uma função agregadora. Apesar do sorriso perenemente mantido, sua postura é solitária, tanto com adultos quanto com as demais crianças. O que lhe apraz são suas vocalizações, acompanhadas do arranjo manual de sua estereotipia, que o levam a sair saltando e sorrindo pelos corredores da Instituição.

Fragmento clínico 7: Pedro, adolescente atendido por mim dos 14 aos 18 anos, enuncia e repete diversas vezes frases do tipo: “Que qui tá mexeno (está mexendo)?”, “Você tá rindo (está rindo) de quê?”, “Me fala!”, “Encher saco

¹⁴² Não realizada neste trabalho.

¹⁴³ Mencionado anteriormente.

balão.”, “Pedro, que qui aconteceu com a bala que te dei?”, “Vem me ajudar.”, “Pedro, o que você tá fazendo (está fazendo)?”, “Vai ter mixilica (mexerica)!” , “Vai ter cachorro-quente!”, “Que vergonha! Sacanagem. Não tô rindo (estou rindo).”, “Me dá raiva! Não fala baixinho!”.

Em outros momentos, algumas falas parecem surgir em uma contextualização inferida. Desse modo, em seu último dia de atendimento comigo, em razão de seu necessário desligamento da instituição promovido por sua maioridade, Pedro adentra a sala cantando: “Eu quero (quero)... ficar com você! Ficar com você!”. Um pouco mais tarde, canta novamente, dessa vez me olhando, ao se aproximar de mim. De outra vez, em um encontro anterior, ao mexer inusitadamente em meu estojo, diz: “Tá de olho em você!”.

Qual o estatuto dessas frases ecológicas, no momento em que são pronunciadas no atendimento? Haveria, nelas, algum endereçamento? Há diferenças entre as primeiras, aparentemente descontextualizadas, e as segundas, cujo sentido tangenciado se une à situação real vivida pelo adolescente?

Fragmento clínico 8: André, de 16 anos, grita para o pai: “Você está des-pe-di-do!”, imitando o texto e a entonação do personagem de um desenho animado a que ele assistia, repetidamente, nos encontros comigo. Tal cena era por ele retomada em português, em inglês e em espanhol, com uma invejável destreza nos controles do DVD. Trocava-se o idioma, mas mantinha-se a cena. Nela, um close da enorme boca do chefe dava relevo ao sentido comunicado. Quando chegava o instante da pronúncia da frase em português, André tampava seus olhos com a mão, deixando um pequeno orifício entre os dedos pelo qual enxergava a cena. Nesses momentos, ria e se balançava com satisfação.

A que lhe serve a repetição da frase do personagem? Por que ele se detém tanto nela?

Afirmou-se, no início do primeiro capítulo, que o fundamento do diagnóstico de autismo é a ausência de interação social. Maleval justifica a estrutura dessa ausência indicando sua constante, presente em todos os níveis do espectro do

autismo: a dificuldade do sujeito em assumir uma posição de enunciação, marcando sua recusa à alienação. Para o autor (2011), o autista acederia parcialmente à alienação, estando, contudo, inserido desse modo na linguagem.

Por meio dessas observações, Maleval (2011) indica que há duas possibilidades do autista desenvolver a linguagem: pela criação de uma língua privada ou pela construção de uma língua de intelecto. A primeira não se presta à comunicação e promove um gozo autoerótico do som. A segunda se presta à interação social, porém amputada das emoções, da voz enunciativa do autista.

A língua privada remete à língua verbosa dos autistas, mencionada por Lacan (1975/1998). A língua de intelecto é aquela descrita por Donna Williams (1994) como sendo “de acumulação de fatos”, que pode ser chamada de língua funcional.

A esses dois modos de uso da língua pelos autistas, por eles tomados como estratégias para lidar com sua divisão entre o gozo do som sem sentido e a fala com sentido mas sem musicalidade, disjunta de sua entonação típica (Hébert, 2006 como citado em Maleval, 2011)¹⁴⁴, pode-se acrescentar um terceiro, que escapa a essas estratégias por relacionar a fala com o sujeito da enunciação e seu gozo, à qual Maleval denominou “enunciação fugaz de frases espontâneas”.

Se é defendido, neste trabalho, que o objeto autístico complexo torna-se base para uma interação social mais suportável, tal afirmação levaria crer na existência de uma fala mais elaborada, como seu desdobramento, na qual o autista se implicaria subjetivamente. No entanto, Maleval (2011) adverte que o autista não se apresenta permeável a esse ponto enunciativo da linguagem.

Caracterizada por promover o refúgio ao mundo seguro do autista, com seu gozo autoerótico, a língua verbosa se forma por meio de segmentos significativos estruturados, como frases ou palavras. São dela, por exemplo, as ecolalias e as comunicações alusivas dos autistas. As primeiras, ao lado da verbiagem (*verbiage*), se prestam melhor ao autoerotismo.

O recurso à comunicação alusiva mantém a retenção da voz e não compromete o autista pela enunciação. Muitas das frases apresentadas por Pedro pertencem a esse gênero e transmitem algum tipo de interdição. No primeiro atendimento, ao entrar na sala, o adolescente olhou para o ventilador, depois para

a tomada da parede e enunciou: “Pedrinho toma choque!”, repetindo esta frase várias vezes, enquanto encostava e tirava seu dedo da tomada ou se balançava, olhando-a. A atração por tomadas se faz presente. No decorrer dos atendimentos, mudamos de sala duas vezes na instituição. A cada nova sala, Pedro logo procurava o local da tomada, anunciava que “Pedrinho toma choque!” e encostava e tirava o dedo de lá. Esta frase — “Pedrinho toma choque!” — parece ter um estatuto de holófrase, relacionando-se a toda situação que o amedronta.¹⁴⁵ Com efeito, de outra vez, Pedro a enunciou, repetindo-a várias vezes após o balão ter estourado em sua mão, provocando-lhe um grande susto.

Da adjetivação “alusiva” dessa comunicação decorre a frequente impossibilidade dos pais e profissionais de entenderem o sentido das expressões ecológicas do autista, apesar de intuïrem que há ali algo sendo comunicado. Foi como Pedro se manifestou em uma determinada sessão, adentrando a sala e sentando-se sobre a grande bola azul de fisioterapia, utilizada para os exercícios de Pilates, objeto ao qual ele recorre para falar, enquanto pula ritmadamente, sentado sobre ela. Disse: “di...”, arrastando suas vocalizações de acordo com o ritmo de seu movimento. Depois: “morreu”. Em seguida: “céu”. Ao lhe perguntarmos: “Quem morreu e foi pro céu? Di?”, não houve resposta. Duas frases se seguiram a esses vocábulos: “Você tá rindo (*está rindo*) de quê?” e “Me fala!”. Então dissemos-lhe que aquilo que ele falava era importante e que estávamos tentando entender a sua língua. À saída, foi perguntado à mãe quem morrera e ela contou que foi a tia (o “di” que Pedro falara), havia uma semana. Pedro foi ao enterro e viu jogarem terra sobre o caixão, ficando muito impressionado. Na sessão seguinte a essa, adentrou a sala dizendo: “Socorro, eu não estou sentindo, não!”. Não deixamos de reconhecer ali a música dos Titãs (“Socorro, eu não estou sentindo nada...”) e isso lhe foi comunicado. Foi lhe perguntado o que não sentia. Diante da ausência de resposta, dissemos-lhe que achávamos que ele sentia sim; por exemplo, sentiu a morte da tia.

O recurso a fragmentos de músicas e a palavras isoladas caracteriza a comunicação alusiva. Foi essa a maneira que André encontrou para informar ao

¹⁴⁴ Hébert, F. (2006). *Rencontrer l'autiste et le psychotique*. Paris: Vuibert, p. 208.

¹⁴⁵ Tal como se define a holófrase, na frase proferida por Pedro vê-se uma compactação da cadeia significativa, que não remete a um efeito de sentido, mas a um vazio de significação.

pai que ele estava passando dos limites em suas demandas. Era nesses momentos que André o “despedia”.

Para Maleval (2011), o uso da comunicação alusiva traz consigo um paradoxo: ao mesmo tempo que algo do sentimento do autista é comunicado, de maneira indireta, a assimilação dessa mensagem por parte de alguém faz-se angustiante para ele, justamente por ter sido compreendida, tornando-o sujeito daquela enunciação. Portanto, a decomposição da língua verbosa não traz resultados. Maleval¹⁴⁶, inclusive, desencoraja qualquer tentativa nesse sentido, em nome da angústia que crê suscitada no autista.

Nossa experiência clínica conduz à discordância dessa afirmação. Apesar do autista não se colocar na posição enunciativa, na comunicação alusiva algo é comunicado por essa via indireta, intencionalmente. Os exemplos clínicos destacados legitimam essa suspeita, ao constatarem o ajuste entre as falas pronunciadas e o contexto vivencial do sujeito — a emergência do rompimento dos atendimentos, a demasiada pressão paterna, a perturbação do contato com a morte. Identificar um desejo, subjetivo, nessas comunicações não equivale a vê-lo reconhecido pelo próprio autista. A despeito disso, atesta-se que esse foi o ínfimo recurso verbal de que ele pôde se valer para uma quase enunciação. Ao analista cabe recebê-la, do lugar de um eficaz destinatário. Nossa consideração clínica encontra seu apoio naquela de Cadieux:

não se deve exigir uma enunciação, mas escutar seu falar a partir das coisas e aprender a fazer falar as coisas – isso reúne “a linguagem das flores e das coisas mudas!” de Baudelaire –, isso passa pela impessoalidade e a humildade de se saber furado pela linguagem, salvo que para nós é simbólico e que para ele é real.¹⁴⁷ (Cadieux, 2009, p. 226).

O conceito de sujeito verboso relativo ao autista remete ao conceito lacaniano de “alíngua” (*lalangue*). Esses detritos da linguagem, depositados ainda antes da criança ser capaz de estabelecer uma frase verdadeira, remetem à

¹⁴⁶ Orientação comunicada pessoalmente, por ocasião de seus comentários sobre o caso Pedro. As contribuições de Maleval ocorreram, publicamente, durante o *Simpósio Internacional sobre Autismo*, promovido pela Universidade FUMEC, em maio de 2010, em Belo Horizonte, onde o autor se encontrava na qualidade de comentador do caso clínico que expusemos. Os trabalhos apresentados nesse simpósio estão publicados em *Revista de Psicologia Plural*, 20(33), Belo Horizonte, Universidade FUMEC, jan./jun. 2011.

¹⁴⁷ “...il ne faut pas exiger une énonciation mais écouter son parler depuis les choses et apprendre à faire parler les choses — ça rejoint ‘le langage des fleurs et des choses muettes!’ de Baudelaire —, ça passe l’impersonnaison, l’objet autistique et l’humilité de se savoir troué par le langage, sauf que pour nous c’est symbolique et que pour lui c’est réel.”

materialidade do significante, o que se vê presente na verbiagem dos autistas. É essa materialidade do som, sem o sentido, que é explorada nesses momentos. No entanto, “alíngua” denota o assentimento fundamental do ser falante à *Bejahung*, a afirmação primordial que instaura para o sujeito os significantes-mestres de suas identificações. Essa função não se estabelece, no autismo. Pode-se afirmar que sua ineficácia é o que propicia a ausência de constituição corporal do autista e suas consequências. Na seção seguinte, será retomada essa discussão, ao se identificar a conjuntura da ausência de extração do objeto VOZ.

§11 A língua funcional

Fragmento clínico 9: Pedro¹⁴⁸ por vezes nomeia os objetos ou os acontecimentos — p. ex., “durex” ou “furou”. Em uma sessão, tendo escutado meu telefone celular tocar e visto que eu o desliguei, Pedro falou: “Pode mexer no telefone”. Respondi que sim, tomando sua afirmação como uma pergunta. Entreguei-lhe o telefone, colocando-o para tocar a mesma música da chamada. A cada término, Pedro falava “acabou” e eu colocava novamente a música. À saída, ele disse “desliga!”, querendo que eu apagasse a luz da tela do celular.

De outra vez, ao querer arrancar o durex que prendia o puxador quebrado de uma gaveta, diz: “Tirar o esparadrapo!”. Autorizo-o a tirar. Ele mesmo tenta, mas não consegue. Ajudo-o, inicialmente, deixando-o concluir a tarefa que se propôs.

Nessas sessões, parece ter havido um diálogo, pela presença de trocas verbais inteligíveis e objetivas, concomitantes à ausência de verbiagens. Como conceber uma possibilidade funcional na fala de um autista que se apresenta extremamente ecolálico, como o faz Pedro? Por que em muitos encontros é a ecolalia que predomina mas, em outros, um diálogo pode se efetivar?

Com a língua funcional, o autista avança em sua interação social mantendo-se, no entanto, sem comunicar seus sentimentos. Tal como revela a expressão de Donna Williams, a língua funcional se refere a fatos precisos. Trata-se da interpretação objetiva da realidade e não das emoções. Caracteriza-se pelo

¹⁴⁸ Ver fragmento clínico acima.

esforço de comunicação, o que explica sua produção por meio da língua do Outro, e pelo emprego maciço de substantivos, “categoria linguística que denota simplesmente a existência das coisas” (Maleval, 2011, p. 85).

A importância dos substantivos na língua funcional remete à prevalência dada pelo autista aos signos, em uma procura de corresponder a palavra a um significado imutável. Disso decorre a dificuldade autista com as palavras que necessitam da apreensão de um contexto para serem compreendidas. Essas demandam um trabalho subjetivo e um exercício de julgamento nos quais o autista não quer se arriscar. “Ele se orienta por uma linguagem que descreva os fatos sem que ele próprio os tenha que interpretar.” (Maleval, 2011, p. 85).

Uma das frases diversas vezes reproduzias por Pedro — “Encher saco balão”¹⁴⁹ — pôde ser tomada de outro modo. Em um encontro, Pedro enunciou, mais uma vez: “saco balão”, ao que lhe entregamos um saco de balões e lhe foi perguntado se queria encher um balão. Disse: “encher o saco balão”. Foi-lhe explicado que daria para encher o balão e daria para encher também o saco de balões, que é de plástico. Até aqui, as intervenções tomaram as falas do adolescente como intencionalidade. Ao escutar sua inócua repetição, sobressaiu-se a ambiguidade do que dizia e lhe foi explicado, então, que existe a expressão “encher o saco”, que as pessoas dizem muito e que significa que se está fazendo alguma coisa que incomoda. Pedro olhou-nos com atenção e repetiu, devagar, “encher o saco”. À saída, enquanto conversávamos com sua avó, sentou-se perto de uma mulher. Ao se balançar para frente e para trás, balançava a cadeira da mulher, que o olhou, incomodada. Aproveitando a oportunidade, dissemos-lhe que ele estava “enchendo o saco” dela ao balançar a sua cadeira e que ela não estava gostando. Pedro parou de se balançar e repetiu “enchendo o saco”. A avó comentou que falava isso para ele em várias situações e que se incomodava por Pedro não se desculpar. Respondemos-lhe que, talvez, ele não entendesse minimamente o que aquela expressão significava.

Nas observações de Maleval, a frase mencionada “encher o saco” mostra que o autista “consegue aceder à metáfora, ao uso da linguagem”¹⁵⁰. Em um de seus escritos, o autor opina que “é abusivo afirmar que os autistas não tiveram

¹⁴⁹ Cf. o fragmento clínico correspondente, acima.

acesso à abstração.” (Maleval, 2011, p. 88). A explicação de palavras e expressões ambíguas torna-se pertinente, pois há ali uma significação opaca para o autista. Trata-se de um enxerto de simbólico que serve a um processo de memorização que o leva a imitar as convenções do Outro, complementando a limitação da concretude da língua funcional.

Falar de metáfora, no autismo, é conceitualmente inapropriado. Este trabalho tem se dedicado a demonstrar suas dificuldades com o sentido decorrido do encadeamento significativo. Pensar na substituição aleatória de um significante por outro, mantendo-se o significado daquele original, é uma operação demasiado complexa para o autista. O enxerto de simbólico, por sua característica de forjamento, cai melhor para explicar o que se passa nesses casos.

§12 Fugacidade de enunciações

Fragmento clínico 10: Quando Pedro contava oito anos, sua mãe o sacudiu, mandando que falasse. Escutou, então, o filho lhe dizer: “Não faz isso comigo, não! Tá me machucando! Isso dói!”.

Como Pedro pôde pronunciar frases tão corretas, do ponto de vista sintático, quanto extensas, uma vez que mostra ser um autista que não faz uso corrente da linguagem para se comunicar?

Fragmento clínico 11: Carolina, criança autista de três anos e com mutismo exacerbado, ao se perceber fechada no quarto em companhia exclusivamente da prima de sete anos, tomou-a pela mão e pôs a mão da prima sobre a maçaneta para que abrisse a porta, tal como é seu hábito com os adultos. Não tendo obtido o retorno esperado e após repetir seu gesto algumas vezes, Carolina disse à prima, em alta e clara voz: “Abre a porta!”.

¹⁵⁰ Em seu comentário falado desse caso, ocorrido por ocasião do *Simpósio Internacional sobre Autismo*, em 2010 (cf. nota acima).

O relato dessa cena me foi repassado pela mãe, que se encontrava coincidentemente à janela e a presenciou, não sem surpresa, pois nunca ouvira a voz da filha.

A presença de enunciações fugazes de frases espontâneas já havia sido notada por Kanner.

A babá de Richard, uma vez, ouviu-o, por acaso, dizer claramente: “Boa-noite”; o ceticismo, completamente justificado quanto a esta observação, desapareceu mais tarde quando esta criança “muda” foi vista formando com os lábios palavras repetidas silenciosamente, ao lhe ser pedido que dissesse algo. (Kanner, 1943/1997, p. 159).

Nelas, o autista cede sua retenção vocal e emprega sua voz enunciativa, sendo tomado pelo significante, o que pode ser comprovado pela ausência do fenômeno de inversão pronominal. As frases espontâneas são produzidas em situações críticas, que ultrapassam as estratégias protetoras do sujeito, como as situações de urgência ou de contrariedade. (Maleval, 2011).

No caso de Pedro, quando a mãe ataca sua retenção da voz, ele reage. Esse episódio levou o psiquiatra da criança a considerar, equivocadamente, a hipótese de que Pedro estaria evoluindo para fora do espectro autístico.

As frases espontâneas apresentam um caráter imperativo que, para Maleval (2011, p. 91), testemunha o gozo vocal que mobiliza o autista, afirmando aí seu apelo ao Outro. Por esse motivo, após sua enunciação segue-se um período de mutismo aumentado. Têm, sobretudo, grande importância teórica (Maleval, 2011). Primeiramente, indicam que os autistas não estão fora do significante, podendo se endereçar ao Outro e colocar seu sentimento em palavras. Do que conclui Maleval (2011) pela submissão *parcial* do autista aos efeitos da alienação. Por outro lado, demonstram que os autistas podem abandonar sua recusa de fazer apelo ao Outro. Portanto, não se trataria de um *deficit* cognitivo, mas de uma escolha subjetiva.

Seção 7 Uma língua singular

§13 O objeto voz não extraído

A voz é uma das formas pulsionais do objeto *a* e está ligada ao supereu, como imperativo de gozo. Miller (1989/1994) esclarece que o objeto vocal não surgiu na psicanálise enquanto não se ordenou sua perspectiva por um ponto de vista estrutural. Tal como o objeto olhar, a voz se fez consistir, por Lacan, como um objeto pulsional pela clínica da psicose, que demonstra seu isolamento como exterior ao sujeito: no automatismo mental, a voz e no delírio de perseguição, o olhar. Ambos generalizam o estatuto do objeto por não se situarem em algum estágio específico do desenvolvimento libidinal freudiano, como ocorre com os demais, o objeto oral e o objeto anal.

Há uma *esquize* entre o objeto *a*, pulsional, e a função do órgão ao qual ele se liga. Desse modo, ao olhar se opõe a visão, contraste que é dissimulado pela relação imaginária, mas demonstrado pelas diferentes atitudes entre o filhote do homem e o símio, descritas por Lacan em suas elaborações sobre o Estádio do Espelho. O chimpanzé vê sua imagem e por ela se desinteressa, ao constatar sua ausência de objetividade; o bebê também a vê, mas por ela se interessa ao se ver capturado pelo *olhar* do Outro que o segura e que a ratifica com seu desejo. O olhar é seu objeto imanente em que se inscreve o desejo do sujeito. (Miller, 1989/1994).

O espelho introduz o “ver-se”, mas o “escutar-se” já se encontra presente no mais íntimo da subjetividade. (Miller, 1989/1994). Em *O seminário, livro 10*, no capítulo denominado “O que entra pelo ouvido”, Lacan (1962-1963/2005) indica que “a voz não é assimilada, mas incorporada”. É o ouvido, ou mais precisamente, o órgão que o envolve, a orelha, que promove a antinomia à voz, tal como a visão e o olhar. Ao contrário do que se escuta, do que faz sentido, a voz é incorporada “como a alteridade do que é dito” (Lacan, 1962-1963/2005). Ela não se liga ao sentido, mas ao som, à materialidade da língua, sem, no entanto, com ela se confundir. A voz, como diz Miller (1989/1994), é “a-fônica”. Por ser uma função lógica, não “especularizável”, o objeto *a* se encarna nisso que resta enquanto dejetado, que cai do corpo, marcado, no último apontamento de Lacan sobre o Esquema Óptico, como $-\phi$, o que falta à imagem. A letra *a* escolhida para notar esses objetos se opõe a qualquer significante e a qualquer significado, indicando, tão somente, uma pequena coisa separável do corpo. Por isso uma voz áfona, que não comunica, não transmite sentido.

Miller (1989/1994) localiza a voz entre a fala e a linguagem. A primeira enoda o significado ao significante; o resto de sua subtração é a voz. Esta é “tudo o que, do significante, não concorre ao efeito de significação” (Miller, 1989/1994). Ela é uma função da cadeia significante, enquanto leva o sujeito a se ouvir falar. E, como aponta inversamente Lacan sobre os autistas verbosos, um sujeito não pode se ouvir sem se dividir. (Miller, 1989/1994).

O sujeito do significante é constituído a partir da cadeia significante, seja ela sonora, escrita ou visual. Ao assinalar um lugar para o sujeito, não é apenas de um único *locus* que se trata. A cadeia significante “é a muitas vozes. O que, de fato, é fazer equivaler aqui a voz à enunciação” (Miller, 1989/1994), ao ligar o gozo ao campo da linguagem. Mas a voz é, em seu fundamento de carga libidinal, “um efeito de forclusão do significante” (Miller, 1989/1994). É uma carga de gozo não integrável à cadeia significante. É a parte dessa cadeia não assumida pelo sujeito como ‘je’ e subjetivamente atribuída ao Outro. (Miller, 1989/1994). Ela surge na dimensão de objeto quando é a voz do Outro. E aqui reside sua importância para se entender o autismo.

A invocação presente em toda cadeia significante que faz o sujeito aguardar pela voz do Outro, é o que o atrela ao Outro, a saber, sua voz. Na psicose não há essa extração do objeto voz que divida o sujeito na pergunta por seu desejo, que é desejo do Outro. Na neurose, “há voz do fato que o significante gira em torno do objeto indizível. E a voz como tal emerge cada vez que o significante se quebra para rejuntar esse objeto no horror” (Miller, 1989/1994). “Se nós falamos tanto (...) é para fazer calar o que merece se chamar voz como objeto pequeno *a*.” (Miller, 1989/1994).

A alienação significante produz uma separação do objeto, localizando-o fora do corpo. Em outras palavras, a incorporação da linguagem tem como efeito separar o gozo do corpo. Este, ao ser marcado pelo significante, consolida um resto libidinal, não circunscrito por ele. Esse objeto de gozo é relacionado ao campo do Outro da linguagem, na neurose, por meio de sua inscrição como falta, como objeto perdido. A voz é, então, “esvaziada de sua substância sonora para encarnar a falta no campo verbal. A castração simbólica tem sobre a voz o efeito de apagar a sua presença no real, tornando o sujeito surdo a ela” (Oliveira, 2009).

O significante-mestre é “o significante fonêmico”¹⁵¹ da voz. (Josselin, 2007). O S₁ cifra o gozo vocal no inconsciente, incorporando a voz como alteridade do que se diz.

Pela propriedade intrínseca do significante de mortificar a coisa por ele representada, o ato de falar implica, em si, a ficção. O gozo dá lugar ao sentido produzido pela linguagem, demarcando nela um vazio irrepresentável.

Essa referência vazia pode ser encarnada, do lado negativo, pelo sujeito como falta-a-ser e, do lado positivo, pelo objeto *a*, que, se é um ser, é um ser de ficção, que depende, tanto quanto o sujeito, da articulação significante na qual toma consistência como “resto a dizer”. O objeto *a* de Lacan é o resto da irrealização do mundo pelo dizer, é uma elaboração simbólica do real do corpo, que tem uma consistência que não é real, mas lógica. O objeto *a* localiza o que, do corpo, escapa à simbolização como objetos separáveis do corpo. (Oliveira, 2009).

Para o neurótico, o objeto *a* é remetido ao Outro como causa de desejo, instalando-se, nesse movimento, a demanda.

Demandar ao Outro o objeto que ele contém, fazer-se demandar por ele o estatuto da dívida, quer dizer situar a consistência lógica no campo do Outro, o que é o fundamento de todo discurso, o princípio mesmo do laço social. (Miller, 1993).

A psicose está fora do discurso, fora do laço social. A dimensão da linguagem não promoveu a separação dos significantes do Outro, que isola o objeto como perdido e provoca a pergunta sobre seu desejo. Um índice clínico dessa ausência de separação ocorre na esquizofrenia, em que a palavra é a coisa, com esta irrompendo no real a partir da própria língua, em sua materialidade. “Na esquizofrenia o Outro é a língua”. (Miller, 1993).

A consideração da voz como objeto pulsional trouxe como decorrência teórica os conceitos de “alíngua” (*lalangue*) e de “apparola” (*apparole*)¹⁵². A “alíngua” se diferencia da linguagem por dar acento ao gozo, à pulsão, e não ao sentido. Dessa maneira, é ela que move o ser falante, o “falasser” (*parlêtre*). A

¹⁵¹ “*signifiant phonématique*”.

¹⁵² O termo “*apparole*” tem sido traduzido, em português, como “apparola”, apesar de sua pertinência ao sentido, na língua portuguesa, se demonstrar pela tradução “appalavra”. A preferência por “apparola”, no entanto, mantém a semelhança homofônica com “aparelho”, fundamental para a compreensão do alcance de seu conceito.

“alíngua” se origina na língua materna, naquilo que se conforma como a prosódia da mãe na fala que dirige a seu bebê.

Alíngua serve para coisas inteiramente diferentes da comunicação. É o que a experiência do inconsciente mostrou, no que ele é feito de alíngua, essa alíngua que vocês sabem que eu a escrevo numa só palavra, para designar o que é a ocupação de cada um de nós, alíngua dita materna, e não por nada dita assim. (Lacan, 1972-1973/1985, p. 188).

Entre o balbucio da criança e o balbucio da mãe, delineia-se a dialética do dom e da demanda que é a verdadeira gênese da “alíngua”, indicando que já há presença do Outro da linguagem. (Cadieux, 2009).

Esse dizer provém apenas do fato de que o inconsciente, por ser “estruturado *como uma* linguagem”, isto é, como a lalíngua que ele habita, está sujeito à equivocidade pela qual cada uma delas se distingue. Uma língua entre outras não é nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela. É o veio em que o real – o único, para o discurso analítico, a motivar seu resultado, o real de que não existe relação sexual – se depositou ao longo das eras. (Lacan, 1972/2003, p. 492).

Na década de 70, já no terceiro período do ensino de Lacan, guiado pelo real, o significante se aproxima do gozo. É o que se nomeou como “apparola” (*apparole*). Nela, a dicotomia entre libidinal e simbólico encontra-se suprimida, o que traz efeitos para o conceito primário de “família”, visto mais detidamente em 1938. Ao invés de uma estrutura simbólica de parentesco e transmissão dos significantes, a família se torna um lugar de transmissão do mal-entendido, lugar de “alíngua”.

...[o bebê] é desde o início um *falasser* sob a forma de seu balbucio precoce. A relação do pequeno sujeito com o significante não tem a ver nem com comunicação nem com sentido, mas com o gozo prévio. Nesse gozo prévio do balbucio, o bebê está inteiramente capturado no gozo vindo da voz e de seu significante, o S_1 , significante unário que vem do Outro. O S_1 da *lalangue* somente poderia fazer sentido a partir de um outro significante que lhe vem também do Outro, o significante S_2 , o significante binário que vai fazer barra ao gozo do Um. (Ferreira & Couto, 2009, p. 4).

O S_2 faz barreira ao gozo do S_1 , de “alíngua”, e permite localizar o sujeito numa enunciação, na medida que ele se constitui nos hiatos da cadeia significante. Para que a enunciação ocorra, o sujeito precisa ter incorporado a voz

do Outro, por meio da qual se opera a identificação primordial, aceitando ceder o gozo vocal.

No autismo, diversos teóricos, de diversas abordagens, coincidem na percepção da ausência do balbucio no primeiro ano de vida. Sabendo-se que o balbucio do bebê denota a incorporação da voz do Outro, encarnado pela mãe, subentende-se que, no autismo, houve uma carência do S_1 promotor do balbucio infantil da “alíngua”. O significante-mestre está intimamente relacionado à instância do Ideal do Eu, ponto simbólico que alicerça as identificações do sujeito. O Ideal do Eu é o conjunto dos S_1 , das marcas de resposta do Outro que vêm a significar o grito do bebê. É essa conjuntura que embasa as hipóteses de alguns autores sobre a etiologia relacional do autismo.

Mas, esse lugar do sujeito original, como haveria este de encontrá-lo na elisão que o constitui como ausência? Como reconhecera ele esse vazio como a Coisa mais próxima, mesmo escavando-o de novo no seio do Outro, por nele fazer ressoar *seu* grito? Antes, ele se comprazera em encontrar ali as marcas de resposta que tiveram o poder de fazer de seu grito um apelo. Assim ficam circunscritas na realidade, pelo traço do significante, as marcas onde se inscreve a onipotência da resposta. Não é à toa que essas realidades são chamadas de insígnias. O termo, aqui, é nominativo. É a constelação dessas insígnias que constitui para o sujeito o Ideal do Eu. (Lacan, 1960a/1998, p. 686).

Recorrendo ao aporte da teoria dos conjuntos, Miller apresenta o sujeito como alojado em um conjunto vazio, recortado pelo significante. Um significante do conjunto dos significantes aloja-se nesse conjunto vazio e o substitui. O sujeito da alienação identifica-se com esse primeiro significante — S_1 —, significante-mestre que é o Ideal do Eu. Ao eleger o S_1 , elege também o Outro — representado pelo S_2 —, que dá sentido ao primeiro significante, que foi inscrito sozinho. Tomando-se apenas esse primeiro significante, tem-se o traço unário que, segundo Lacan (1960b/1998), preenche a marca invisível que o sujeito recebe do significante, alienando esse sujeito na identificação primeira que forma o Ideal do Eu.

A operação de separação leva o sujeito a encontrar no desejo do Outro sua equivalência com o que ele é como sujeito do inconsciente. A ênfase, aqui, é posta na parte vazia do conjunto — resto da operação de identificação com o S_1

— e não mais no significante. Produz-se, então, uma interseção com a parte vazia do Outro. O sujeito sobrepõe sua própria falta à falta do Outro.

Existe uma eleição do sujeito frente a essas operações lógicas. O sujeito elege a cadeia significante ou o vazio. O sujeito autista elege o vazio, produzindo-se por isso uma petrificação significativa própria da estrutura da holófrase. (Tendlarz, 1997, p. 41).¹⁵³

A “escolha” do sujeito em relação à sua posição na estrutura remete à pergunta sobre a escolha do autista pelo “vazio” e sua suposta recusa de aceder à alienação, não se deixando representar pelos significantes do Outro. O trabalho acadêmico de Fernandes (2000) dedicou-se a tentar respondê-la¹⁵⁴.

A autora estabelece o lugar de fundação do olhar do Outro no processo de constituição do sujeito. Para tanto, toma como paradigma negativo de sua proposição a clínica do autismo, na qual essa função essencial do Outro não se consumou. Fernandes afirma que a função do “Outro primordial” — como prefere denominá-lo, sobrepondo a grafia maiúscula de Lacan à expressão de Freud — se dá no momento em que consegue remodelar a necessidade pela via do significante, criando uma nova mensagem que não representa exclusivamente a tradução da necessidade, comprazendo-se na autenticação desse novo sentido obtido. A autora assemelha essa função do Outro ao papel da terceira pessoa do chiste, aquela que autentica a mensagem que lhe chega com pouco sentido (*peu-de-sens*), nos moldes do código, surpreendendo-a, e lhe dá seu reconhecimento como uma nova criação, admitida como tal por esse código¹⁵⁵.

Esse olhar do Outro primordial realiza o que Lacan chamou de operação humanizante e localiza-se entre o real e o simbólico, precisamente no destacamento que se produz entre esses dois registros, no momento mítico da expulsão do real pelo advento do significante na constituição do sujeito. Mediado pelo significante do desejo materno, o corpo real do bebê é transformado em imagem idealizada, o que é demonstrável nas ilustrações do Esquema Óptico lacaniano.

O Outro primordial interpreta as atitudes da criança — seus movimentos, seus sons guturais ou mesmo seu silêncio —, de início sem um sentido

¹⁵³ A autora se apoia nas considerações feitas por J.-A. Miller em seu curso *Donc*, de 11 de maio de 1994.

¹⁵⁴ O livro de Lia Fernandes resultou de sua pesquisa de mestrado realizada no programa de pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ.

¹⁵⁵ Sobre o tema do chiste, cf. Lacan, J. (1957-1958). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*.

reconhecido no código, como sendo mensagens dirigidas a ele, e as sanciona como tais. Além dessa necessária interpretação, há como que um limite instaurado nesse autocentramento da função materna exercida pelo Outro primordial, limite dado pela própria sujeição desse Outro à ordem da linguagem.

O Outro caprichoso, do primeiro tempo do Édipo, está, ele próprio, submetido à lei do pai. O Outro, submetido ao simbólico, percebe seu filho como estando além do objeto materno, pertencendo a uma cultura, a uma filiação. Esse limite impingido à “loucura necessária”¹⁵⁶, que leva a mãe a afirmar demandas na criança onde só existe um esboço de movimento ou um leve som, permite-lhe, ao mesmo tempo, duvidar delas, instaurando, no Outro, a dimensão do engano.

Esse engano estruturante consiste na metaforização do organismo da criança sem perder, no entanto, sua dimensão de real. O olhar do Outro primordial investe o bebê dos traços do desejo materno, encarnados em uma imagem idealizada, ao mesmo tempo que hesita e vacila quanto aos objetos que crê demandados pela criança. Uma “mentira verídica”, evidencia Fernandes (2000), em um jogo significativo com a “verdade mentirosa” de que fala Lacan.

Esse corpo real, que se ilumina por um investimento libidinal do Outro, provoca neste um prazer manifestado pelos cuidados maternos exercidos como um “dom de amor”. Nesse dom, que é o do significante, reside o apoio necessário à constituição do pulsional. O Outro, com seu prazer, retorna à criança um significante carregado de desejo, o que permite o próprio movimento pulsional da criança. A função do Outro primordial é, portanto, uma função de criação; criação, em seu olhar, de um sujeito.

Um exemplo dessa função interpretativa do Outro primordial encontra-se ilustrado no filme *House of Cards*. Enquanto o psiquiatra se questiona sobre o diagnóstico de autismo para a criança e propõe tratá-la de modo comportamental, sua mãe opta pela “crença” de que o mutismo da filha comporta uma intenção, uma mensagem escondida. A mãe aposta na subjetividade da filha e procura encontrar os significados de seu comportamento anormal. Ao final do filme, a função materna suplanta o ceticismo médico.

O mundo simbólico só pode vir a se abrir a um sujeito em constituição, permitindo sua introdução na linguagem se, do lado

¹⁵⁶ Termo de Winnicott, como assinala a autora.

do Outro primordial, comparecer um chiste, uma brincadeira tomando, por objeto, a própria existência da criança — suas produções. Só assim serão dadas as condições de base para que, mais adiante, esta mesma criança possa vir a dar o salto subjetivo — decisivo e fundamental — que se processará, também para ela, no brincar. (Fernandes, 2000, p. 153).

Esse salto subjetivo que se processa no brincar diz respeito ao segundo tempo do Édipo, ao jogo do Fort-Da, enfim, ao acesso à simbolização. Viu-se que, já aqui, o autista demonstra uma ausência.

Fernandes sublinha a importância do Outro primordial “que se engana”. Sem a dimensão do engano, sem o real relativizando o simbólico, o bebê é situado como puro objeto de alucinação. Essa onipotência absoluta do Outro, que não se surpreende com o pouco sentido (*peu-de-sens*) da mensagem da criança, provoca uma certeza antecipada absoluta em suas interpretações, a qual não se presta à introdução do significante do desejo com sua dimensão pulsional. Nesse caso, haveria, de acordo com a autora, o Outro do psicótico.

Para que o Outro primordial possa surpreender-se, ele precisa da função do -φ, da falta que o leva a esperar algo, um sonho, uma metáfora. O -φ dota-o da capacidade de situar-se em uma suspensão do sentido, um desarmamento do saber. Mas quando essa suspensão se dá *ad eternum*, quando a mãe legifera em uma ausência total de atribuição de sentido às atitudes da criança, tem-se, segundo Fernandes, o autismo.

No autismo, a personagem do Outro primordial padece de um apagamento — ou uma redução — do Outro simbólico, estando incapaz de metaforizar o real do bebê, “remetendo-o ao deslizamento do sentido, ao ‘fazer-se sempre *um outro*’ próprio à criação do sujeito” (Fernandes, 2000, p. 150). Diante da surpresa do pouco sentido (*peu-de-sens*) da mensagem da criança, o Outro do autista reagiria, não com um reconhecimento do código, mas com um “branco”, ausência de significação.

Lia Fernandes parece ir ao encontro da hipótese de Pierre Bruno (1997) quando este ressalta a ausência do Ideal do Eu — I — como o elemento propiciador de toda a desordem autista — e esquizofrênica, afirma. O I é o ponto de visão (*point d’oeil*) do desejo materno, o elemento simbólico que representa a criança no desejo da mãe. O Ideal do Eu precede e é condição para o surgimento da imagem especular, i'(a). E a imagem especular é o molde do narcisismo.

Fernandes, então, conclui que a falta de constituição da imagem real da criança, matriz de sua imagem especular, ocasionada pela ausência do Ideal do Eu, ponto do sujeito no desejo materno, é o cerne do autismo. Sua problemática localiza-se, logicamente, nos primórdios do primeiro tempo do Édipo e tem como fundamento a ausência de alienação da criança nos significantes do Outro. Esse contexto estrutural é o que provoca o “desencadeamento” tão precoce do autismo, ou seja, desde sempre.

Seguindo o desenvolvimento exposto, podem-se relacionar o I e o $-φ$. Para que o Outro primordial realize o movimento de investir a criança com um significante carregado de desejo — o Ideal do Eu, traço simbólico — é necessário que ele próprio se apoie em uma falta, $-φ$. A função $-φ$, base da primeira metaforização do bebê, é fundante do desejo materno, na medida em que subsiste na mãe.

Em *O seminário, livro 10*, Lacan menciona o trabalho de Piera Aulagnier, para lhe acrescentar suas considerações teóricas. Essa autora descreve a mãe do esquizofrênico como alguém que não soube sustentar esse lugar do Outro interpretador. Chega a essa conclusão após realizar um levantamento das entrevistas com mães de esquizofrênicos, nas quais, o que se observa, é uma dificuldade em interpretar as atitudes dos filhos, desembocando na suspensão de algum significado qualquer que ela sancionaria para tais comportamentos. Mais do que isso, Aulagnier se refere à concepção que a mãe do esquizofrênico faz do filho no momento de sua gestação: um corpo diversamente cômodo ou incomodativo, um “órgão acrescentado” a seu próprio corpo. Lacan observa que esse corpo não simbolizado é subjetivado como um objeto a , um puro real, e localiza, nesses dados, o lugar vazio do Ideal do Eu presente antes mesmo do nascimento da criança.

Lasnik-Penot (1997) aventura-se a identificar duas situações originárias desse fracasso na constituição da imagem especular: a primeira recairia sobre a “falta da falta” no Outro primordial, com a ausência da função $-φ$ e de todos os desdobramentos daí decorrentes para a constituição da imagem real da criança. O transtorno dessa função provocaria a subjetivação do pequeno a como puro real. Esse fracasso da metaforização originária, que transmutaria o corpo real da criança em significante de um Ideal, poderia ser consequência de um transtorno

emocional essencial pelo qual aquele que encarnou o Outro primordial estaria passando, como algum estado depressivo, supõe a autora.

A outra circunstância, um pouco diversa da primeira, referir-se-ia à possibilidade de um desencontro instaurado entre o real do organismo da criança e sua imagem real. Nesse caso, a função ϕ operaria no Outro, simbolizada por significantes; no entanto, estes não se fariam encarnar na criança, originando essa imagem real. Isso devido, por exemplo, à presença de uma repulsa, no Outro, a um problema orgânico percebido no corpo real da criança, impedindo que a imagem investida libidinalmente — aquela da “sua majestade o bebê”, de que trata Freud (1914) — coincida com esse corpo real.

Nos dois modos, o acento recai em alguma incapacidade do Outro materno em instituir o Ideal do Eu para a criança. Ao mesmo tempo que este trabalho se encaminha teoricamente para considerá-la, uma cautela em tais afirmações se faz necessária. Inicialmente, por uma questão política. A clínica psicanalítica com autistas tem produzido tamanha riqueza de formalizações e orientações de tratamento, o que pode se tornar diminuído se a psicanálise recuperar a pecha, socialmente reprovável, de acusar os pais pelo autismo de seus filhos.

A segunda justificativa implica a primeira. Essas conjecturas que fazem recair sobre o Outro materno a ausência da formação do Ideal do Eu da criança não consideram a situação significativamente diversa de ser a própria criança que não aceda à voz do Outro e a seus significantes, por motivações singulares que escapam à compreensão. É o que vem representado — em sua estrutura, não em sua explicação —, pela eleição do autista pelo resto vazio do conjunto, em detrimento do significante-mestre que se lhe encontra ali ofertado. Nesse caso, note-se bem, o acento não recai sobre a função do Outro materno, mas sobre a singularidade da criança¹⁵⁷.

Numa vertente científica, identificar a etiologia de um distúrbio faz depreender condutas que o previnam futuramente. Este trabalho realiza, entretanto, um recorte nessa via ampla de debate, uma vez que se interessa por

¹⁵⁷ Esse contraponto teórico se orienta, inclusive, para aquelas práticas, de base psicanalítica, que procuram identificar, por meio de mensuração, a prosódia da voz da mãe — e do pai —, para verificar se há modulações favoráveis que atinjam pulsionalmente a criança. Nessa proposta, a ausência de prosódia que sensibilize a criança estaria na origem do autismo, ou seja, ainda sob a responsabilização dos pais.

estabelecer recursos clínicos orientadores para auxiliar o autista no tratamento que empreende do Outro não barrado, percebido como invasivo.

Uma discussão proveitosa entre alguns autores retoma a questão da alienação, no autismo. Soler é categórica ao considerar que ela não se instituiu, situando o autista aquém da alienação, “uma recusa de entrar nela, um ‘parar na entrada’.” (Soler, 1994, p. 71). De maneira mais arqueável, Maleval traz a proposição de o autista se encontrar parcialmente submetido à alienação. E sua reflexão se apoia sobre um dado clínico.

Ao considerar a hipótese do autista estar “aquém da alienação”, Soler sublinha sua incapacidade de se deixar representar pelos significantes do Outro, efeito da ausência do significante unário — I — que orienta sua existência. Entretanto, a presença de raras enunciações no autismo, como visto no § sobre a fugacidade das frases espontâneas, é suficiente para se constatar o acesso do autista à alienação aos significantes do Outro e seu uso dentro das normas vigentes da língua. A despeito de sua esporadicidade, essas falas demonstram, sem maiores dúvidas, a possibilidade do uso de S_1 pelo autista e seu correlato negativo, a escolha de não fazê-lo.

Cabe, então, a pergunta: por que não aceder ao S_1 , uma vez que ele se mostra possível? Em que falar implica? Aqui se verifica uma particularidade do autismo em relação à esquizofrenia, a qual demonstra um acesso à linguagem, mesmo sob o jugo de sua materialidade.¹⁵⁸ Com efeito, para o autista, falar implica na própria aniquilação. A palavra, portadora dos ruídos da língua, porta os equívocos significantes perturbadores para o sujeito. Decorre daí a suportabilidade do signo.

Um signo é aquilo que representa alguma coisa para alguém. O linguista americano Charles Pierce torna mais complexo o dualismo do signo de Saussure — significante e significado —, acrescentando-lhe um terceiro termo. O signo passa, então, a ser composto por uma relação triádica, entre o “*representamen*”, o signo originalmente endereçado, o “interpretante”, o signo criado na mente do destinatário daquele primeiro, e o “objeto”, a coisa representada. O primeiro termo remete ao significante, o segundo, ao significado e o terceiro, ao referente.

¹⁵⁸ A relação entre autismo e esquizofrenia será abordada em seguida, no § 14.

A relação entre o signo e seu referente, o objeto, pode ser de três tipos: o “ícone”, o “índice” e o “símbolo”. O ícone é um signo que possui alguma semelhança com o objeto representado, como ocorre na escultura de uma personalidade. O índice mantém uma relação causal de contiguidade física com o que representa, como a fumaça que faz supor o fogo. Por fim, o símbolo é um signo que mantém certa distância natural do referente por se associar a ele em virtude de uma convenção cultural, como ocorre com a pomba, que simboliza a paz. O símbolo difere dos demais signos por não se limitar a um significado estrito. (Pinto, 1995).

“O substrato da linguagem é um corpo e a causa da linguagem é o Outro.” (Oliveira, 2009). Quando o signo não se restringe a ser apenas o “sinal de alguma coisa”, surge a linguagem, com sua dimensão singular ao humano, que toma o Outro como parceiro. O signo ou o som torna-se um significante quando se torna portador do engano, do equívoco, da alusão ou do dito contrário. (Cadieux, 2009). Os sons da língua materna marcam o *parlêtre* com a “alíngua”, no ponto mesmo que não servem à comunicação com o Outro, ao não encadearem um S_2 ao S_1 , encontrando-lhe um sentido. Ademais, o ato de falar implica, em si, a ficção, uma vez que a linguagem, ao representar o mundo, acaba por recriá-lo, distanciando-se do real. Tal poder de criação sobre o real, por meio do significante e sua maleabilidade de sentidos, se opõe ao uso do signo — icônico ou indexador —, como recurso linguístico possível ao autista. A ficção do significante se contrapõe ao fato denotado pelo signo.

A função representativa do signo, presente na língua funcional do autista, traz a marca de uma coalizão entre o significante e o significado. A objetividade de sua fala denota a concretude do sentido, composta, sobretudo, pela prevalência do uso dos substantivos, como atesta Maleval (2011), baseando-se nas descrições de Kanner.

Portanto, é por meio da retenção dos objetos pulsionais, com ênfase dada ao objeto voz, que o autista se posiciona diante do Outro. A presença de inversões pronominais demonstra que o autista retém sua voz enunciativa, não a localizando no campo do Outro, de maneira que repete seu discurso, imitativamente, denotando que não se deixa apropriar por ele.

A ausência da incorporação do objeto voz e, também, da alienação ao significante-mestre, promove, no autismo, a inexistência do balbucio, o que atesta a carência da mortificação do gozo, operada pela linguagem. Em razão dessa falta do balbucio e de “alíngua”, a entrada do autista na linguagem se dá pela assimilação de signos. Estes constituem os objetos a que alguns autistas se aferram para tentar pôr ordem no seu mundo. (Ferreira & Couto, 2009). Sendo assim, o signo, como recurso linguístico possível àqueles autistas que puderam tomar a palavra ou como elemento de composição do Outro de síntese, guia o tratamento do Outro que o autista empreende.

§14 Questão clínica: autismo e esquizofrenia

Autismo e esquizofrenia são duas categorias clínicas que provocam desconforto aos teóricos que tentam se definir por aproximá-las ou, senão, distingui-las. O motivo de tal obscuridade reside em sua própria indefinição. Pode-se elaborá-la em uma fórmula, com a notação:

$$\text{Autismo} \diamond \text{Esquizofrenia}$$

O autismo está em conjunção (\wedge) com a esquizofrenia no que se refere à forclusão do Nome do Pai, indicativa da psicose. Também na materialidade da língua, que leva as palavras a serem tomadas como coisas. A questão especular está presente nos dois casos, sob a forma da dificuldade na percepção totalizante da imagem. E o recurso usado para tratar esse embaraço corporal é o encontro de um objeto fora do corpo que lhe faça suplência.

Por outro lado, o autismo se encontra em disjunção (\vee) com a esquizofrenia no seu precário acesso à linguagem e na importância vital que os objetos passam a ter na composição do limite do corpo. Atreladas a essas particularidades, acrescentam-se a radical ausência da constituição especular e, por antecendência lógica, a inexistência de um consentimento mínimo aos significantes que vêm do Outro.

O Nome do Pai encontra-se forcluído em ambas categorias, uma vez que o recurso fálico não se faz presente. Esse é um ponto pacífico entre os psicanalistas. A questão é a de se perguntar por que alguns aventam considerar o

autismo fora do campo da psicose, como o fazem Rosine e Robert Lefort. Obviamente, é a radicalidade da separação corpo-linguagem que os leva a tal suposição.

Os Lefort distinguem o autismo da psicose quanto ao lugar da criança para a mãe. Na psicose, a criança ocupa um lugar na fantasia materna e, no autismo, a ausência do Ideal do Eu a mantém fora dessa fantasia, como um objeto autoerótico da mãe, excluindo-se qualquer referência ao simbólico, ao Pai.

Estipulam o autismo como sendo uma “quarta estrutura” (Lefort & Lefort, 1998, p. 224), tamanha a sua radicalidade quanto ao estatuto do Outro, se comparado às demais psicoses: esquizofrenia e paranoia. Ele seria uma “a-estrutura”, ou seja, fora dos padrões das estruturas clínicas estabelecidas pela psicanálise — psicose, neurose e perversão.

Dado o fracasso maciço da Metáfora Paterna, no autismo não há Outro, nem objeto *a* — o que equivale a dizer que não há inscrição da falta. A criança autista encontra-se em relação a um Outro maciço e total, ficando, por isso, um laço “corpo-a-corpo”, sem divisão nem de um lado, nem de outro. O Outro se reduz a uma ausência. Também falta a imagem especular. A criança está por inteiro no lugar do objeto *a*, enquanto não especularizável. O psicótico, por outro lado, tem um objeto e um Outro; mas esse objeto está incorporado ao real como um objeto *a* mais. No autismo, é o sujeito que está *a* mais, tanto que procura desaparecer. (Tendlarz, 1997, p. 17)¹⁵⁹.

A tese dos Lefort que perpassa sua leitura do autismo é a de que, nesses casos, não há Outro. A inexistência do Outro enquanto tal se desdobra na ausência de tudo aquilo instituído por ele: transferência, imagem, significante, objeto *a*, pulsão e seu circuito. Desta última, estão ausentes sua fonte, a zona erógena, e seu alvo, mantendo-se presentes sua força, evidenciada pela constância da violência, e o objeto, surgido como um real intolerável. (Lefort & Lefort, 2003).

A existência do Outro passa por uma totalidade maciça, um real absoluto que resta ao sujeito destruí-lo. Ao contrário do que ocorre na psicose, que precisa preencher o Outro para fazê-lo existir. No autismo, a forclusão original da *Bejahung* não compõe um primeiro corpo de significantes, promovendo a rejeição de todos os demais. Por isso a diferença radical entre autismo e esquizofrenia,

verificável fenomenologicamente, do acesso à fala. Não havendo a alienação ao significante, esta se vê substituída pelo duplo, com estatuto de real, sem apoio do imaginário nem do simbólico.

Vários autores divergem da posição dos Lefort¹⁶⁰. Reconhecem essa radicalidade do Outro do autista e seus efeitos sobre o sujeito, mas se pautam nas consequências da forclusão do Nome do Pai para inserir o autismo na estrutura psicótica. Um deles é o próprio Lacan. Viu-se que, em seus pronunciamentos sobre o tema do autismo, Lacan o aproxima da esquizofrenia. Pierre Bruno (1997) mostra-se de acordo com Lacan, colocando o autismo em série com a esquizofrenia. Ele propõe que a diferença entre eles baseia-se, unicamente, no momento de seu desencadeamento — precoce, no primeiro caso, e mais tardiamente, no segundo —, traduzindo o “autismo precoce infantil”, nomeado por Kanner, por “esquizofrenia precocemente desencadeada”. Bruno chegou a essa conclusão de similitude utilizando-se de uma metodologia interessante: apropriando-se de um caso da literatura psicanalítica, reconhecido como autismo, e de outro, reconhecido como sendo uma esquizofrenia, comparou-os, procurando extrair algum ponto em comum entre eles, sob a ótica da estrutura.

Éric Laurent (1981), em um momento inicial de suas elaborações, também insere o autismo dentro da estrutura psicótica, buscando demonstrar que os estados alucinatórios dos autistas são efeito da ação da forclusão do Nome do Pai. Considera os diversos exemplos clínicos da literatura que ressaltam a eleição, por parte do autista, de um objeto de gozo fora do corpo, o qual Laurent eleva à categoria de objeto *a*. A importância desse órgão suplementar, ao qual se converte esse objeto, faz com que Laurent (1998) não diferencie o autismo da

¹⁵⁹ Resumo oferecido por Tendlarz (1997) sobre as considerações dos Lefort presentes em suas obras: *O nascimento do Outro e Autismo e psicose, dois significantes: “partiu” e “quebrou”*.

¹⁶⁰ Às vezes, até eles próprios. Escrevem: “O que podemos dizer do autismo? Certamente, trata-se de uma psicose; mas será que, devido à sua evolução variável, poderíamos pensar o autismo como uma quarta estrutura, junto à tríade neurose, psicose e perversão?”. Então ensaiam um diagnóstico diferencial dentro da estrutura psicótica na qual, na infância esquizofrênica, haveria “uma criança fácil, sem raiva, nem manifestação de violência e de destruição”, enquanto que o autista seria “colérico, ativo, agressivo”. A diferença com a paranoia reside no fato de que, nesse caso, o Outro seria portador do objeto, mesmo que seja impossível e real, o que propicia a presença de um corpo, nesses sujeitos. (Cf. Lefort & Lefort, 1998, pp. 224-225).

esquizofrenia, pois, seguindo as indicações de Lacan, a esquizofrenia se caracteriza pela tentativa de aderir um órgão a seu próprio corpo¹⁶¹.

Após o surgimento dos testemunhos escritos dos autistas de alto nível e das discussões teóricas decorrentes, Laurent (2012) reconsidera sobre algumas especificidades do autismo que o diferenciam das demais psicoses: um uso da instância da letra em relação ao campo da palavra, que aparta o corpo da linguagem. Esse “cálculo da língua” (Laurent, 2012, p. 25) promove um objeto sem forma que reenvia a “um *acontecimento de corpo fundamental* no sujeito autista” (Laurent, 2012, p. 26). Tais distinções levam Laurent a precisar sobre os diferentes modos de retorno do gozo: sobre o Outro, na psicose paranoica, sobre o corpo, na psicose esquizofrênica ou sobre a borda, no autismo. Este último aspecto mostra-se como eixo teórico desta pesquisa.

Silvia Tendlarz se encaminha pela concepção dos Lefort, ao discordar da aproximação entre autismo e esquizofrenia, precisando que

os dois tipos clínicos da psicose — com seu tratamento particular do gozo — mantêm a presença de um corpo. Não há atribuição de um corpo nas crianças autistas. A falta de extração do objeto impede que se estruture a consistência corporal, pois essa “peça despregada do corpo” não consegue alojar-se no ponto da falta no Outro. Estas crianças apresentam-se como sujeitos que não chegarão a constituir-se como um *eu*, em um estado pré-especular, sem adquirirem consciência de si mesmas como corpo. (Tendlarz, 1997, p. 22).

Vê-se que os autores que tomam a conjunção autismo e esquizofrenia pela via da forclusão no Nome do Pai, ressaltam, sobremaneira, o modo comum que encontram de dar um tratamento à vacilação corporal pela via do órgão suplementar. Esses teóricos seguem considerando ser o autismo uma esquizofrenia.

Os demais, ao privilegiarem a radicalidade do corpo e da linguagem no autismo, optam por mantê-lo na estrutura psicótica, porém diferenciado do esquizofrênico. Um dos elementos que lhes dão respaldo é a inexistência de alucinações verbais, no autismo, o que o diferencia significativamente da esquizofrenia. Foi esse, inclusive, o principal critério para separá-lo do campo da esquizofrenia infantil, pelo DSM.

¹⁶¹ Como um desdobramento desse postulado, em *L'Étourdît*, ao tratar do conceito de órgão-libido, Lacan (1972/2003) postula que, na esquizofrenia, a linguagem nunca pôde se fazer órgão.

Sabe-se que Lacan (1975/1998b) supõe a alucinação, no autismo. Tomado de surpresa pela pergunta de um ouvinte sobre esse tema, Lacan parece ter recorrido à sua semelhança com a esquizofrenia para afirmar-lhe sua identidade. Um exame mais detido, no entanto, indica que ele assemelha autismo e esquizofrenia no uso que fazem da holófrase, mesmo que em cada caso ela se apresente de um jeito, na alucinação, que tem um caráter vocal “mais ou menos” presente, acrescentando que “nem todos os autistas escutam vozes”. Ou seja, não há indícios que ele os superponha de maneira equivalente, com afirmam muitos.

Maleval (2008b) escreve um longo texto, com referência a muitos aspectos clínicos, para argumentar contra a existência de alucinação verbal no autismo, considerando a possibilidade da existência de algumas de caráter visual. Para defender seu ponto de vista constata a ausência do fenômeno de automatismo mental naquelas situações em que uma voz é escutada, pelo fato do autista reconhecê-la como sua. E acrescenta seu recolhimento sobre fenômenos específicos do autismo demonstrados pelos berros não verbais que acometem esses sujeitos. Os gritos não trazem em si um sentido, nem verbal e que não chamam um S_2 para interpretá-los, como ocorre com Schreber. Trata-se de uma voz que “não é sequer reconhecida como sua, por falta de enganche com o significante-mestre” (Maleval, 2008b, p. 170). O autor, então, precisa o modo próprio como os autistas se apropriam da linguagem, que não é por esse enganche entre o significante e a voz, mas pela assimilação de signos relacionados a imagens.

A despeito de suas semelhanças estruturais, a extremada dificuldade de acesso à fala e a radical inexistência da noção de corpo, presentes nas crianças autistas, incitam a considerar suas especificidades que destoam das demais psicoses, especialmente daquela que lhe é mais próxima, a esquizofrenia. O modo como a defesa autística é construída, se valendo dos objetos e de sua função de duplo, sublinha essa particularidade. O capítulo seguinte procurará evidenciá-la no tratamento.

CAPÍTULO 4 – A CLÍNICA

A pergunta sobre o lugar dos objetos na clínica do autismo retoma seu eixo neste capítulo. Após verificar a função vital dos objetos para o autista, com a possibilidade de conexão social por parte daqueles ditos “complexos”, e de identificar o movimento de instauração imaginária de uma perda que não ocorreu no nível simbólico, cabe a formalização sobre o uso dos objetos no tratamento.

O capítulo recupera as teorizações assinaladas com o propósito de verificar sua orientação clínica. A função de duplo, ocupada também pelos objetos empíricos, sustenta as diversas possibilidades de sua complexidade, com a efetivação de um laço social mais ampliado. Contemplando o arremedo de extração do objeto, presente no trato espontâneo que dá o autista a esses objetos, acentua as indicações apoiadas no âmbito da instância da letra. O caráter fundamental de borda do corpo que localiza o gozo, resguardado pelos objetos, oficializa-se ao final do capítulo, demarcando sua essencialidade para a clínica do autismo.

Seção 8 Os objetos no tratamento

§15 O duplo

Fragmento clínico 12: Anderson, de 10 anos, aparenta ter uma debilidade mental associada com o autismo. Não fala, baba e apresenta-se hipotônico, o que o faz arrastar os pés ao caminhar. Quando sozinho, desloca-se de maneira descoordenada, muitas vezes na ponta dos pés. Sua resposta às propostas simples que lhe são feitas é nula. Em qualquer local, procura manter-se sentado “deixando-se cair”, com seu corpo se espalhando no apoio na parede. O pai associa o estado corporal do filho a um “saco de batatas” (*sic*), tamanho o afrouxamento muscular que demonstra. Com efeito, por não lhe ser possível acompanhar o lento deslocamento do filho, para levá-lo à Instituição o pai o arremessa sobre seus ombros e o carrega, como se faz com um verdadeiro saco de batatas, mole e pesado.

É dessa maneira que encontro Anderson no sofá da antessala. Levado até lá por uma funcionária, ele se mantém imóvel e largado sobre o assento. Não atende às solicitações de levantar-se e adentrar o consultório. Após muitas tentativas, acaba por se reerguer e ir, desde que puxado pela mão e não sem alguma resistência a caminhar. Uma vez dentro da sala, esparrama-se no chão e assim permanece.

Um acontecimento contingencial veio surpreender o *automaton* dessa criança. Durante uma de minhas tentativas de convidá-lo ao consultório, outra criança por mim atendida aproximou-se e insistiu para entrar. Indagava se já era a sua vez, afirmando querer o atendimento. Respondi-lhe que “não, agora é o Anderson que vai entrar”. E Anderson imediatamente levantou-se e entrou. Sua ação foi tão decidida e ágil, que até seu corpo mostrou-se vigoroso nesse instante. Passei, então, a usar esse recurso da fala indireta, sempre com sucesso em seus efeitos.

O que aconteceu aqui? Que efeito mágico ocorreu, para que uma criança aparentemente sem corpo demonstrasse um robusto domínio corporal? Qual explicação para a firmeza de sua conduta, em oposição à carência de suas ações?

O conceito de duplo remete, em seus fundamentos, ao transitivismo, tal como Lacan o retomou dos estudos de Wallon. A atitude duplicada da criança que chora ao ver que a outra caiu denota a confusão de lugares onde se encontra. A constituição do sujeito, por meio da imagem do semelhante, é o suporte que justifica tal indistinção. Ver-se-á que, na clínica do autismo, a função de duplo mostra-se essencial para o tratamento do Outro empreendido por essas crianças. A noção de “transitivismo” foi introduzida pelo neurologista e psiquiatra alemão Karl Wernicke (1848-1905) para descrever uma transferência em direção ao exterior, assemelhada à noção de projeção da psicanálise (Barth & Silveira, 2004). A psiquiatria francesa dos anos 1920 e 1930 se utilizou desse termo para caracterizar alguns fenômenos observados na loucura, como a dificuldade de compreensão do outro que não passe pela referência comparativa consigo. A ausência entre exterior e interior está suposta no transitivismo (Barth & Silveira, 2004), o que interessa de perto ao tema do autismo, que traz uma profunda

desestruturação espacial resultante da inexistência do organizador psíquico simbólico do Ideal do Eu.

Wallon transpôs o conceito de transitivismo da psiquiatria para a psicologia, definindo-o pela indivisibilidade relativa ao tipo primitivo de relação entre o sujeito e o outro, que leva o primeiro a se fazer substituir pelo segundo, instituindo-se no lugar deste. (Barth & Silveira, 2004). Por sua vez, Lacan transportou a noção de transitivismo sublinhada por Wallon para o campo da psicanálise, utilizando-a como ponto de partida para sua elaboração sobre o Estádio do Espelho.

Contextualizado no terceiro impasse levantado por Alvarenga (1994), o último desdobramento do Esquema Óptico faz corresponder a formação da imagem real — $i(a)$ — à incorporação dos objetos a na borda do corpo real. Essa incorporação só se dá mediante uma falta no Outro, que Lacan escreve $-\phi$. Nesse esquema, sobre a boca do vaso da imagem real Lacan escreve a , e sobre a boca do segundo vaso, o da imagem especular surgida no espelho plano do Outro, Lacan escreve $-\phi$.

Eis nossa leitura do esquema. O Outro primordial é aquele que pode dar sua falta, $-\phi$, na medida de sua simbolização por meio dos ideais que a vêm, em cada sujeito, representar. Estes, encarnando-se sobre o corpo da criança, permitem vê-la aureolada dos objetos a . Trata-se da operação que corresponde ao eixo do simbólico no esquema, constituindo-se em uma primeira metaforização que sofre a criança, no olhar do Outro. Tal operação se dá por meio de um reconhecimento inaugural da criança enquanto *sua majestade o bebê*, franqueando à criança a formação de uma primeira ideia de unidade do corpo. (...) Na formação da imagem especular opera um Outro marcado, igualmente, por uma falta, frente à qual nenhuma imagem idealizada do bebê pode vir a suprir, a suturar. Disto decorre que a imagem especular fica marcada por $-\phi$, no local ao qual correspondia, na imagem real, aos objetos a . (Fernandes, 2000, p. 126-127).

Os objetos a , da boca do primeiro vaso, apresentam íntima relação com a libido, se prestando às configurações da pulsão nas partes destacáveis do corpo, como o seio, as fezes, o olhar e a voz. A libido nada mais é que a energia dessa pulsão.

Em seu texto *O estranho (Die Unheimlich)*, de 1919, Freud ressalta o lugar do duplo e demarca a dimensão essencial dada pelo campo da ficção à sua experiência, pois na vida real ele se mostra “por demais fugidio” (Lacan, 1962-

1963/2005, p. 59). Lacan retoma o texto freudiano em seu *O Seminário, livro 10: a angústia*, para indicar que a angústia do duplo, o *Unheimlichkeit* (o estranho), é aquilo que surge no lugar imaginário em que deveria estar o $(-\phi)$, a castração imaginária, em outros termos, o nada do desejo que representa a ausência imaginária de seu objeto, o *a*. Quando a falta demarcada pelo $(-\phi)$ desaparece, a presença do *a* se torna possível e ameaçadora.

Por ser o “lugar da falta onde algo pode aparecer” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 55), o $(-\phi)$ é o lugar-tenente da angústia de castração, em sua relação com o Outro. A angústia se relaciona “a tudo o que pode aparecer no lugar $(-\phi)$ ” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 57) e é o fenômeno do *Unheimlichkeit* que o demonstra. Com efeito, Freud já havia identificado o franqueamento gramatical existente entre o *heimlich* e o *unheimlich*, levando Lacan a concluir que aquilo que se encontra no lugar do *Heim* é *Unheim*, remetendo ao conceito originário do transitivismo. O sentido de *Heim* é o da “casa do homem” e Lacan (1962-1963/2005, p. 58) observa que “o homem encontra sua casa num ponto situado no Outro para além da imagem de que somos feitos”. Arremata, então, considerando que o *Heim* é o nome do $(-\phi)$.

Esse lugar representa a ausência em que estamos. Supondo-se, o que acontece, que ele se revele tal como é — ou seja, que revele ser a presença em outro lugar que produz esse lugar como ausência —, ele se torna o rei do jogo, apodera-se da imagem que o sustenta, e a imagem especular transforma-se na imagem do duplo, com o que esta traz de estranheza radical. (...) ele nos faz aparecer como objeto, por nos revelar a não-autonomia do sujeito. (Lacan, 1962-1963/2005, p. 58).

Esse ponto *Heim* indica que o desejo é desejo do Outro — “desejo no Outro”, precisa Lacan (1962-1963/2005, p. 59) — e desvela o objeto que é o sujeito no seu desejo, exilando-o de sua subjetividade. Alguns desvios levam o sujeito a se perder um pouco. Ao se tomar cada um desses desvios do labirinto, “fica claro que o sujeito só tem acesso a seu desejo substituindo sempre um de seus próprios duplos” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 59).

O $(-\phi)$, sendo a imagem faltosa do objeto *a*, ao ser preenchido por algum objeto instala a angústia pelo tamponamento da falta. Lacan formaliza que esses objetos que venham a se encontrar nesse vazio da imagem desencadeiam um sentimento de estranheza, que se acompanha, ao mesmo tempo, de um certo reconhecimento, tal é a configuração do duplo especular. No autismo, é nesse

lugar de uma imagem forjada do objeto *a* no espelho plano do Outro que se instaurará o duplo constituído pelo objeto autístico complexo e pelo semelhante, procurando cernir imaginariamente a borda que organiza as pulsões. Se na neurose, a falta do Outro, $(-\phi)$, deve estar a descoberto, pois tamponá-la elicia a angústia, no autismo ela é inexistente, porquanto não se formou a imagem especular, que lhe faria borda. O trabalho mostra ser, portanto, o inverso, procurando instaurar um objeto que promova certa função especular, mesmo que frágil, no lugar onde, na neurose, se encontra a falta do Outro.

Maleval (2009a) precisa que o duplo não se confunde com o objeto autístico complexo. Este suporta sua imagem, possibilitando a animação pulsional do autista. O equívoco dos Lefort ocorreu ao reduzirem o objeto autístico complexo a uma simples encarnação do duplo, localizando-o do lado da imagem real, $i(a)$. Nos termos cunhados por Maleval, pode-se dizer que os Lefort verteram o objeto autístico complexo em objeto autístico simples, considerando unicamente a existência deste.

Em uma referência aos esquemas ópticos trabalhados por Lacan¹⁶², Robert e Rosine Lefort afirmam que o espelho plano do Outro — designado como *A* — não se interpõe, no autismo, entre $i(a)$, a imagem real, e $i'(a)$, a imagem especular. Sem o espelho plano, a imagem especular não é produzida. Tem-se, então, o “laço corpo-a-corpo” com o Outro. Este se encarna no real como um duplo do autista — $i(a)$ e $i(a)$. Não se trata, aqui, do duplo da agressividade narcísica, em que o paranoico é tomado, mas de um duplo real, não especular. O autista estaria no lugar do objeto *a* como não especularizável, sem imagem constituída no espelho do Outro, um puro real. Essa não é a posição de objeto do Outro — como é proposto para a psicose —, pois o Outro absoluto do autista não presentificou uma falha que pudesse estabelecer alguma alteridade forasignificante, lugar do objeto *a*. Ao autista resta, então, o lugar mesmo do Outro, seu duplo.

Outra autora que problematiza as relações do autista com o duplo é Colette Soler. Se a libido foi referida, na análise do Esquema Óptico, ao lugar do objeto *a* da imagem real, que configura e organiza as pulsões, Soler (1994) afirma ser o

¹⁶² Examinados no capítulo 2, seção 6.

autismo uma “doença da libido”, mais além de uma perturbação das ditas “relações de objeto”¹⁶³.

A linguagem, que causa o sujeito, opera também sobre o corpo, instituindo o que Lacan denominou de “órgão-libido”. “A libido é incorporal: um órgão fora do corpo, que não é um significante, mas que expressa o mais-de-gozar exterior à ação do simbólico.” (Tendlarz, 1997, p. 22). Para Soler, tudo se passa como se a inclusão do autista no Outro do significante se traduzisse ao nível do corpo, pelo fato de a libido ser também do Outro.

Os casos da literatura explicitam essa afirmação. Não são poucas as descrições dos autores sobre os “desligamentos” e os “ligamentos”, geralmente voluntários, que executam as crianças autistas. O capítulo 1 ressaltou a importância dessas condutas *on-off* para o autista. O caso de Stanley, tratado por Margaret Mahler, é paradigmático desse movimento libidinal. Com efeito, Stanley oscilava entre uma inércia total e uma animação de autômato. A passagem da primeira à segunda se dava quando ele dizia “bebê” ou “panda”, ou quando tocava o corpo da analista. O significante ou o contato corporal tinham o mesmo efeito de ligá-lo. Era como se o corpo do Outro — a analista — se encontrasse no mesmo lugar do Outro como máquina significante, corpo da linguagem. De fato, Baio (1998a) afirma que, no autismo, como na esquizofrenia, em que todos os órgãos são fora do corpo, tem-se o Outro da língua, ou Outro do corpo. Aqui a palavra não é o assassinato da Coisa, ela é a Coisa.

O que se passa, então, com Anderson, o autista de nossa clínica? Ao Outro que lhe dirige suas demandas diretamente a criança não responde, fazendo-se surda a seu chamado. O contato físico com o corpo do Outro lhe propicia certa animação de autômato e Anderson levanta e se arrasta até a sala, deixando-se cair novamente ao dele se desligar. Na concepção de Soler, é a libido do analista, pelo toque em seu corpo, que faz funcionar a libido da criança. Mas o fator surpreendente reside na chamada “compreensão periférica”, que a leva a atender ordens dadas a um terceiro. Nessas ocasiões, a animação de

¹⁶³ Recorda-se que Lacan (1956-1957/1995) dedicou um seminário a esse tema, no início de seu ensino, com o propósito de retificar a orientação psicanalítica de então que demarcava a existência de uma relação simbiótica e não verbal entre a criança pequena e sua mãe. Com sua observação, Soler precisa a questão do autismo distanciada dessa concepção.

Anderson é mais notória e ocorre por meio das palavras pronunciadas à outra criança, sem que haja contato físico.

A efetividade da compreensão periférica pode ser explicada por dois elementos dela participantes e complementares. O primeiro indica que o Outro não se dirige diretamente à criança com sua voz e seu olhar, afrouxando-lhe sua presença maciça. De modo correspondente, aquele ao qual o Outro se dirige, recebendo sua demanda, suporta para Anderson a função do duplo, em seu aspecto mais direto e menos elaborado, o transitivismo. Não se deve desprezar o fato de ser outra criança quem recebe a mensagem do Outro, naquilo que Lacan apontou sobre a proximidade das idades para a possibilidade da ocorrência do transitivismo. Desse modo, a palavra do Outro dirigida ao semelhante pode ser tomada pelo autista em seu sentido e atendida, ligando-o libidinalmente.

Quando o autista se liga ao Outro, o corpo do significante superpõe-se ao organismo, traçando uma zona de incidência na qual o significante governa o corpo. Esse corpo “libidinizado” é mais estreito do que os limites do organismo, mas vai além dele pelo prolongamento libidinal estabelecido com o Outro. O Outro se torna uma máquina-libido, necessária e exterior ao corpo do autista. Se ele lhe falta, o autista cai, literalmente, privado de sua própria energia.

Para Soler (1994), portanto, o autista não se separa do Outro porque este seja um objeto compensador de sua falta, mas porque é uma parte de sua libido. Ao se ligar ao Outro, ele se liga a seus significantes, tornando-se o seu reflexo. Sua fala, quando adquirida, apresenta um aspecto “como se” (*as if*), reproduzindo o outro, mas sem “inteligência”, sem se apropriar verdadeiramente das palavras, como ao se inverter a mensagem do Outro tornando-a sua. Ou seja, não há separação da cadeia significante. Isso leva Soler a considerar os autistas como “puros significados do Outro”, “marionetes do Outro” (Soler, 1994). Esse dado adquire sua importância quando, no tratamento, nota-se que qualquer modificação ocorrida do lado do Outro provoca efeitos imediatos sobre a criança. Para Maleval, o duplo não se restringe à imagem real, podendo alcançar um forjamento especular por meio de seus recursos mais elaborados. Ele, inclusive, oculta a perda simbólica, com ela se compondo. O § seguinte se dedicará a explicitar essas considerações, com o apoio de um caso clínico.

Considerando o analista no lugar de um duplo para o autista, é correto dizer de transferência no autismo? Pierre Bruno é categórico ao responder que sim.

Se é verdade que o autista não fala para impedir o desaparecimento do Outro, isso demonstra que o autista se encontra plenamente na transferência. Já que seu mutismo é determinado pela sua relação com o Outro. O problema não é, então, ausência de transferência. O problema é que o autista está em uma relação transferencial que bloqueia, radicalmente, de maneira extrema e absoluta, poder-se-ia dizer, toda demanda de sua parte. (Bruno, 1997, p. 44).

Di Ciaccia & Baio também consideram que a transferência ali está colocada desde cedo, se se a compreende como “um encadeamento de desejo a desejo (...) [ou] um deslocamento do interesse das crianças para outro, adulto ou função que possa servir de terceiro” (Di Ciaccia & Baio, 1998).

Laurent (2012) mostra-se um pouco mais criterioso, pois o autista, aparentemente, não se dirige ao outro. E a transferência é um laço com o outro. Indica que é preciso que o analista, no tratamento, trabalhe orientado pelas condições que possibilitam um laço com o autista, que seriam aquelas relativas aos dispositivos de tratamento da instância da letra¹⁶⁴.

Para Maleval (2009a) o duplo se configura em um canal para a transferência. O § seguinte elucidará essa afirmação, por intermédio de um caso clínico. Sua colega, Myriam Perrin, realiza uma interessante observação, em seu estudo sobre a defesa elaborada pelos autistas de alto funcionamento. A autora repara que esses sujeitos construíram duplos que se dividem em dois. Essa repartição binária coloca, de um lado, a agressividade, o poder, a força e a destruição e, de outro, a calma, a serenidade e a cortesia. Essa bipartição serve ao tratamento do Outro empreendido pelo sujeito, por seu aspecto de onipotência e na operação de corte que aí se realiza. (Perrin, 2009, p. 82).

Naquilo que apresenta de relação com a linguagem, o duplo se elabora na função do Outro de síntese. Este se configura sob duas modalidades: fechada e aberta. Fechada ao laço social, mas como recurso orientador para o autista, ou aberta ao mundo e à interação. Um enquadramento do gozo só se faz possível pela aquisição de algum dos dois modos.

¹⁶⁴ Essa indicação é abordada mais à frente, ao final deste capítulo.

Na proposta de Maleval (2009b), o Outro de síntese fechado é característico dos autistas eruditos (*autistes savant*) e o Outro de síntese aberto caracteriza a defesa dos autistas de alto nível (*haut niveau*), que Laurent (2012) faz coincidir com os portadores da síndrome de Asperger. Por possuírem a mesma função de fazer vincular o autista ao mundo, as duas modalidades do Outro de síntese possibilitam que uma passagem entre elas possa ocorrer de maneira gradual. No entanto, é bastante incomum alcançar o modo aberto do Outro de síntese. Essa transição pode ser constatada pelas narrativas dos autistas de alto funcionamento, quando descrevem suas ilhas de competência da infância ou seus gostos por brincadeiras com a linguagem, que caracterizam o Outro de síntese fechado, prévio ao Outro de síntese aberto elaborado por eles posteriormente.

O Outro de síntese fechado se compõe de “um saber fechado e congelado, que lhe permite se orientar em um mundo rotineiro, limitado e sem surpresa” (Maleval, 2009b, p. 194)¹⁶⁵, ordenando um mundo solitário e bastante circunscrito. A ele se relacionam os recursos à língua privada, idiossincrásica e com neologismos, apartada do Outro e envolvida pelo gozo do sujeito. Por outro lado, o Outro de síntese aberto é evolutivo, adquirindo determinada capacidade dinâmica que permite ao sujeito, “ainda que não sem esforços” (Maleval, 2009b, p. 194)¹⁶⁶, se adaptar a novas situações e demonstrar uma criatividade. É o que ocorre com Temple Grandin, ao cunhar uma expressão criativa para designar-se como um “antropólogo em Marte”. Por sua capacidade de relação, o Outro de síntese aberto se serve da língua do Outro, ainda que reduzida aos signos talhados do gozo, o que foi visto como língua funcional, afastada dos afetos.

Se, tradicionalmente, o centro de uma análise promove a interpretação da relação do sujeito com o objeto de seu gozo, considera-se que, com as crianças autistas, é necessária uma “contra análise”. Nesses casos, o gozo não deve ser interpretado, mas domesticado. Essa é a função do Outro de síntese: localizar o gozo do sujeito.

¹⁶⁵ “...d'un savoir clos et figé, qui lui permet de s'orienter dans un monde routinier, limité et sans surprise.”

¹⁶⁶ “...quoique non sans efforts...”

§16 A localização do gozo na borda

Fragmento clínico 13: Aceitando a indicação recebida de Pedro, tomei os pés e sapatos femininos como orientação para seu tratamento.

Pedro tem uma preferência por esses objetos, demonstrada por sua atuação. Em um determinado encontro, Pedro buscou uma almofada, colocou-a entre as pernas, encostou o dedo no meu sapato e iniciou um movimento masturbatório. Minha intervenção foi impeditiva de tal ato, dizendo-lhe que tirasse a almofada, ao mesmo tempo que também lhe disse que via que ele gostava de sapatos e de pés. Pedro não insistiu: obedeceu, retirou a mão do meu pé e largou a almofada; levantou-se e andou pela sala, balançando-se. Essa cena se repetiu em outras sessões. Bastava eu lhe dizer que ele gostava de pés e ele logo se afastava.

Comentando com a mãe sobre essa preferência do filho, ela me disse que, ao assistirem à TV, ele pegava no pé dela, enquanto se esfregava no travesseiro. Ela se perguntou se não seriam os hormônios da adolescência. Também considerou que talvez o avô ou o tio de Pedro poderiam ter-lhe ensinado, pois, às vezes, ele dizia "pra cima, pra baixo". Mas lembrou que essa "fixação com pé" (*sic*) vem desde os dois anos. Ela ia sair, ele buscava seus sapatos. Ele gostava de ver seus sapatos novos, cheirava-os, cheirava o pé da mãe. Gostava de ver revistas, ver pés nas revistas. Relatou que, certa vez, Pedro tomou o pé dela e quis calçar-lhe seu tamanco.

Essa preferência por sapatos e pés surgiu nas revistas que Pedro folheava, detendo-se nas imagens de sapatos e pés femininos. Passei a recortá-las e a separá-las. A aproximação ao meu próprio pé não cedeu em decorrência dessa nova atividade. Mas Pedro não mais procura se masturbar ao tocá-lo. A sequência passou a ser sempre a mesma: ele o olha, de longe, receoso. Discretamente vem se aproximando e, com as pontas dos dedos, tira minha sapatilha, deixando-a cair ao chão. Então se afasta para o outro lado da sala e não mais se aproxima.

Em uma sessão especial, em que se mostrava angustiado, esse preâmbulo não existiu. Pedro adentrou a sala rapidamente, sentou-se perto de

mim e puxou com força minha sapatilha, deixando-a no chão. Em um segundo momento, pegou-a e, cheirando-a, se balançava. Ele, então, se acalmou.

Qual a função evidenciada pela retirada de meu sapato por Pedro?

Fragmento clínico 14: Carlos, adolescente de 15 anos, chega até mim após ter sido internado em razão de intensas hétero e autoagressões. A mãe precisa que essa desestruturação do filho ocorreu por causa de seu tratamento psicológico, sob orientação da terapia cognitivo-comportamental. Com efeito, Carlos demonstra exclusividade preferencial por desenhos animados infantis, bem como por jogos de computador desenvolvidos para crianças de cinco anos. Um desses desenhos lhe promoveu um recurso para lidar com as frustrações cotidianas. Ele recorre aos padrinhos mágicos, Cosmo e Wanda, para realizar seus desejos, como aquele de fazer sumir seus irmãos, por exemplo. A orientação terapêutica trabalhava no sentido de fazê-lo se adaptar aos interesses adolescentes de sua idade, proibindo-o de brincar com os jogos e de assistir aos desenhos, inclusive aos *Padrinhos Mágicos*. Sem sua defesa autística, a Carlos restou a destruição de seu corpo e do corpo do Outro.

Que lugar no tratamento do Outro é conferido aos padrinhos mágicos, por Carlos? Por que sua retirada não encontrou nova substituição?

O uso dos objetos é indispensável no tratamento do autismo. Eles servem como duplos do autista e como instrumento que propicia um arremedo da extração do objeto pulsional, que não se deu efetivamente. Sua função perpassa a simplicidade do duplo duro e dinâmico, podendo chegar à complexidade da captura do objeto pulsional, com o decorrente controle da energia vital do sujeito.

Mas a composição dessa organização pulsional não se dá facilmente, não passando por um planejamento do analista. Este, de seu lugar de suporte da imagem do duplo (Perrin, 2009), só funciona como tal se se apresentar por sua presença ausente, evitando ocupar o lugar do Outro invasor de gozo para o sujeito. Nesse sentido, o caso de Charlie, atendido por Myriam Perrin, se torna paradigmático do percurso dessa árida construção e de seus percalços.

§16.1 Charlie

Quando Perrin começou a atender Charlie¹⁶⁷, ele já se encontrava na instituição havia três anos. Esse tempo primeiro é marcado pela exclusividade de um objeto, o catavento (*autogire*)¹⁶⁸, e seu modo de uso fixo, fazendo-o girar pendurado na janela, especialmente a do banheiro. A esse objeto autístico simples a criança se liga, dizendo, enquanto o vê rodar: “ele se move”, “ele roda”, “olhos.” (Perrin, 2009, p. 77)¹⁶⁹. Ao tê-lo subtraído de si por alguém, o corpo de Charlie cai (*un laisser-tomber du corps*), ao mesmo tempo que emite estridentes gritos. Na descrição de Perrin, ao se desligar do objeto, Charlie pode ser dado como morto (*laissé pour mort*).

O banheiro, local escolhido por Charlie, não se mostra irrelevante para o tratamento. Com efeito, a criança tem dificuldades na defecação, com recusa de se utilizar do vaso. Ele diz “xixi, cocô” (*pipi, caca*) e defeca na cueca. A alimentação também não ocorre sem problemas, com a criança não comendo o suficiente e não permanecendo na mesa de refeição. Somente ao se ligar fisicamente a um adulto, que deve se estar imperativamente à sua frente, consegue permanecer ali um pouco de tempo. Ademais, Charlie não se integra a seu grupo de colegas, mantendo-se apartado de qualquer relação com as outras crianças.

Em um segundo tempo, Charlie vai tratar o gozo anal. Ao se estabelecer no banheiro, com as calças abaixadas, abre a torneira, interessando-se pelo movimento circular da água na pia. Coloca ali alguns objetos, dentre eles alimentos de plástico, ao mesmo tempo em que olha para o catavento. Por esse recurso, ao colocar seus dedos no turbilhão circular da água, consegue defecar. A criança promove um tratamento do gozo anal por meio da relação com o escópico, demarcado por seu olhar sobre o catavento que gira.

Perrin inicia a atendê-lo nesse momento de seu tratamento. Ela é tomada na posição de um duplo que lhe permite se abrir ao mundo por sua função de

¹⁶⁷ Perrin não identifica a idade da criança em seu relato.

¹⁶⁸ A tradução específica do termo usado pela autora é giroplano, um tipo de avião com hélices. Mas devido à facilidade com que Charlie encontra vários *autogires* na instituição, imagina-se que esse objeto se assemelhe a um catavento (em francês, *girouette*). A descrição de Perrin reforça essa suspeita: “*objet circulaire équipé d’une petite hélice tournant au gré du vent*”. (Perrin, 2009, p. 77). Desse modo, a tradução se guiará pelo sentido descrito, prestigiando-se o catavento.

proteção contra a troca com o Outro. Desse modo, Charlie ensaia uma estruturação da imagem do corpo, por meio do exame do corpo da analista, pelo uso de instrumentos médicos, como um estetoscópio, por exemplo. A obturação da boca da analista por um objeto e o uso do telefone apontam para a tentativa de tratamento do objeto voz.

O término das sessões se mostra bastante difícil para o menino. Ele resiste e só consegue sair levando algum objeto pessoal de Perrin. A autora compreende que se trata menos de uma extração de objeto do Outro e mais de uma incorporação das características do duplo, por ocorrer no momento de separação. Outrossim, a apropriação de um objeto da instituição é um recurso usado por Charlie nos momentos de transição, como aqueles de mudança de ambiente. Curiosamente, quando Perrin o chama para a sessão, ele atira ao chão o objeto que estiver em suas mãos. Então, olha fixamente para o calcanhar da analista e, desse modo, caminha para a sala.

Ao final de três meses do início dos atendimentos com Perrin, Charlie passa a lhe ordenar que desenhe. Inicialmente, solicita o desenho de trens, que devem ser principiados pelas rodas. Nesse dia, havia se incomodado com os pingos da chuva sobre si e o refúgio no movimento circular o acalmou. O gozo anal passou a ser tratado com outro auxílio: um circuito que Perrin se dedicou a estabelecer, por meio dos animais da fazenda. Charlie os havia espalhado pela sala e Perrin propôs ajuntá-los. Ele consente, colocando-os primeiramente dentro da lixeira e depois de volta na fazenda, fechando-se o circuito. Nessa sessão a criança não mostrou dificuldades com a separação, ao seu término, porém não deixou de levar um objeto. Na sessão seguinte, espalha novamente os animais pelo chão e se dirige ao banheiro. Abre a torneira, olha para a água girando e escorrendo pelo ralo, põe dois dedos ali e defeca. Ao final, tampa o ralo com papel, em um movimento que marca a abertura e o fechamento de um circuito. A relação com a comida também se torna mais suportável, pelo uso de um objeto em sua mão e da ligação física ao adulto.

A relação ao duplo, inicialmente, se compõe por um transitivismo que não dá muito lugar ao sujeito. Diferentemente, nesse momento do tratamento Charlie encontra o duplo em uma colega que gosta de rodar objetos entre suas mãos. É

¹⁶⁹ “...ça bouge, ça tourne, yeux...”

novamente o movimento circular que o atrai. Se a colega para, ele logo pega um objeto no chão, coloca-o entre suas mãos e ordena: “vai, roda” (*vas-y, tourne*). De pouco em pouco, ele vai apressando-a em seus deslocamentos até aparecer o ritmo que caracteriza o movimento circular. Dessa posição, Charlie procura um controle, um modo de estar no comando. Ver-se-á que a procura pelo controle participa de um aspecto mais elaborado do objeto autístico.

Um terceiro tempo do tratamento é marcado pelo uso dos fantoches, que Charlie nomeia “Papai, mamãe, a menina, o menino”¹⁷⁰. Um circuito se estabelece entre os objetos da mesa, que passam às suas mãos e, por fim, às mãos do fantoche, manipulado por Perrin. Ele, então, ordena o fantoche a desenhar um leão e aderir a ele a escrita de seu sobrenome, o qual significa, também, um objeto de uso corrente. Perrin se pergunta se Charlie tenta usar o signo icônico para materializar seu nome. Depois, manda a analista desenhar um colega, ditando-lhe: “Uma menina, uma volta, dois olhos, um nariz, uma boca, barriga, umbigo, braço, pequenas voltas, pés, chinelos”¹⁷¹. Ele põe sua mão sobre a de Perrin, intermediada pelo fantoche, e, guiando o lápis, desenha. Charlie se vale de uma estratégia defensiva para não se dirigir diretamente ao Outro, resguardando-se de seu desejo insuportável. Liga-se ao corpo de Perrin, mas, por meio do fantoche, não consolida o toque de suas peles. A ela, ele nada demanda, somente ao objeto-fantoche.

Em uma sessão, deita-se numa almofada e diz à analista “dorme, está bem aqui, vem aqui Myriam, dorme”¹⁷², demarcando a primeira vez que a chama pelo nome. Ela fecha os olhos e ele prossegue: “Charlie vai na cozinha, buraco, buraco do catavento na cozinha, o açougueiro”¹⁷³. Na sessão seguinte, porta ali, pela primeira vez, um catavento. Ele adentra a sala agitadamente e se instala com seu objeto autístico na janela, mostrando-se invadido pelo gozo e transpirando. Perrin se dirige a ele com voz tranquila e lentos movimentos, que contrastam com os seus. Ela o cumprimenta e propõe que tire seu casaco. Ele se detém, a olha e lhe entrega o catavento. Deita-se, fala diversas vezes “catavento”, levanta-se e o pendura na janela novamente. Ela então procura interditar esse gozo que

¹⁷⁰ “...Papa, maman, la fille, le garçon.”

¹⁷¹ “...une fille, un rond, deux yeux, un nez, une bouche, ventre, nombril, bras, petits ronds, pieds, chaussons.”

¹⁷² “...on dort, on est bien là, viens là, Myriam, on dort...”

¹⁷³ “...Charlie allé en cuisine, trou, trou de l'autogire dans la cuisine, le boucher...”

transborda, lhe dizendo: “Não há dúvidas que esse catavento nos incomoda”¹⁷⁴. Ele, então, o coloca sobre uma almofada e o faz dormir. Esse período do tratamento coincide com a procura de Charlie por desmontar todos os cataventos da Instituição. Ele desmonta as peças e as reúne, até as quebrar.

No início de cada sessão que se seguiu ao retorno de Perrin de uma licença maternidade, Charlie enuncia: “onde está o bebê?”¹⁷⁵. Ele o procura nas revistas e encontra um bebezinho no consultório. Perrin vislumbra a introdução desse bebê como um novo suporte do duplo e, diante do convite de Charlie para que deite com ele na almofada, ela se recusa, propondo-lhe permanecer em sua cadeira. Nas várias sessões seguintes, ele tenta fazer seu bebê tomar água. Como a água não entra em sua boca, Charlie se frustra em suas tentativas. Essas são sessões difíceis, nas quais o menino, na busca de um contentor preocupa-se em estruturar a entrada e a saída da água.

É nesse período que surge o que Perrin denomina “um salto criativo” (*un saut créatif*): Charlie lhe demanda que escreva “uma máquina... comprar uma máquina, grande máquina... desenha uma volta, isso gira... uma caixa, uma bolsa, uma máquina para Charlie em casa... escreva, escreva, uma máquina, pequena, outra, máquina pra mim, uma alta”¹⁷⁶. (Perrin, 2009, p. 86). Ele ordena que a procure nas revistas e lhe afirma que se trata de uma “máquina de lavar” (*machine à laver*). Charlie, então, a leva consigo à lavanderia, postando-se diante de uma máquina de lavar em funcionamento. Nesse primeiro momento, ele não a manipula, apenas observa fixamente. Na descrição de Perrin, a máquina é para ele um “catavento mais complexo”, um catavento acrescido de um continente, um dentro e um fora, um sistema de entrada e de saída, um sistema de evacuação e um centro de comando”¹⁷⁷. (Perrin, 2009, p. 86).

Trata-se de um “corpo-máquina” (*corps-machine*), em razão do que lhe

¹⁷⁴ “...il n’est pas question que cet autogire nous embête...”

¹⁷⁵ “...où est le bébé?...”

¹⁷⁶ “...une machine... acheter une machine, grosse machine... dessine un rond, ça tourne... une boîte, un sac, une machine pour Charlie à la maison... écris, écris, une machine, petite, l’autre, machine à moi, une grande...”

¹⁷⁷ “...un autogire complexifié, un autogire avec en plus un contenant, un dedans et un dehors, un système d’entrée et de sortie, un système d’évacuation, et un centre de commande.”

oferece: o conteúdo, a alimentação, o esvaziamento e o olhar, com uma janela transparente que faz borda, ao separar do exterior o movimento orgânico interior do tambor. Separar-se de seu corpo-máquina provoca um cair do corpo, acompanhado dos gritos estridentes e de mordidas dadas nos educadores, que também se dispuseram a acompanhar Charlie a seu novo objeto autístico. Toda tentativa de separação é sentida como um corte real catastrófico, como ocorria com o catavento.

O tratamento passa a se escandir em duas sequências, a cada sessão: o convite à analista para procurar as máquinas nas revistas ou a desenhá-las. A ele se segue outro convite para ver a máquina. No período de oito meses em que durou essa fase, Charlie não se dirigia à Perrin, na lavanderia. A analista apenas testemunhava o trabalho da criança na elaboração de sua defesa.

Certa vez, um cheiro de esgoto se fez sentir e Charlie diz: “Isso fede, isso fede aqui dentro”¹⁷⁸. Perrin se aproveita para convidá-lo a sair. Ele repete mais uma vez a frase e concorda. Perrin observa que nesse momento um certo distanciamento se opera. O corte, a separação, não mais incide sobre o corpo do sujeito, mas no nível do dizer que parece nomear o objeto real em jogo. O sujeito procura nominar o resto do gozo anal que não foi emoldurado (*cadrée*) pelo objeto, por meio do “isso fede”. Na sessão seguinte a essa, ele associa Perrin a seu tratamento, chamando-a para ver a máquina com ele, a seu lado: “Olhe Myriam... aqui o cata-vento (...) Olhe, os olhos, brilha”¹⁷⁹. Se ela redireciona seu olhar para outro lugar, ele a chama novamente: “Olhe, Myriam, olhe os olhos aqui”¹⁸⁰.

Esse encontro marca uma guinada no tratamento pulsional de Charlie. Ele se separa da máquina sem dificuldades e passa a olhar a analista com frequência. Perrin aponta a “imaginarização” da perda do objeto real de gozo pelo objeto autístico, o que leva o menino a restaurar ao outro um olhar, ali onde nada havia. Deu-se um arremedo de extração do objeto, a mímica (*mime*) de uma

¹⁷⁸ “...*çà pue, çà pue là-dedans...*”

¹⁷⁹ “...*regarde Myriam... là l'autogire [...] regarde, les yeux, ça brille...*”

¹⁸⁰ “...*regarde, Myriam, regarde les yeux là...*”

subtração do gozo escópico. Ao nomear a analista, Charlie não somente lhe concede um olhar, mas também afirma à sua imagem um nome. A partir dali, a criança vê e reconhece a imagem. A máquina como objeto autístico complexo capturou o objeto pulsional, permitindo a Charlie a aparelhagem do gozo pulsional escópico em excesso, restaurando-lhe a função escópica. Perrin se pergunta se, aqui, não haveria um apontamento para o Outro da suplência, com a demarcação de sua falta.

“O objeto autístico complexo permite um verdadeiro tratamento das pulsões”¹⁸¹. (Perrin, 2009, p. 91). Uma vez extraído o objeto olhar, é dos demais que Charlie irá tratar com seu objeto-máquina. Acionando os botões on/off, de entrada e saída de água, o menino passa a tratar o objeto anal, controlando a evacuação da máquina. O objeto voz também recebe uma tentativa de tratamento, por meio do barulho produzido pelo tambor central, para o qual Charlie chama a atenção de Perrin: “Escuta” (*écoute*). Com seu objeto autístico complexo, a criança tenta “adquirir sua capacidade de regular a energia vital”¹⁸² (Perrin, 2009, p. 91). À medida que a defesa autística vai se elaborando, aumenta a necessidade do autista de estar na posição de comando.

Os efeitos terapêuticos do tratamento se mostram claramente. A criança se mantém calma, começa a participar do grupo de crianças e de algumas oficinas, inclusive da “descoberta do mundo” (*découverte du monde*), com saídas para aprendizagens fora da instituição.

Uma contingência do tratamento promove a Charlie uma regressão a seu recurso inicial ao objeto autístico simples. Ele perde momentaneamente a máquina, que é substituída por outra, industrial. Proibido de entrar na lavanderia, o menino procura por diversos auxílios que o ajudem na elaboração de sua defesa e na regulação da energia libidinal que ele vinha alcançando. Primeiramente, dita cartas que Myriam deve escrever ao diretor da instituição, solicitando, a seu modo, a permissão para ver a máquina de lavar. Uma peneira de areia ganha importância, sendo tomada como “símbolo, poderíamos dizer, do

¹⁸¹ “C’est donc un véritable traitement des pulsions que va permettre l’objet autistique complexe.”

¹⁸² “... à acquérir sa capacité à réguler l’énergie vitale.”

catavento”¹⁸³ (Perrin, 2009, p. 94). Mas esse arranjo não se mostra suficiente e o corpo de Charlie volta a ser invadido pelo gozo anal. “Quando o duplo falta, o sujeito retorna aos objetos autísticos simples”¹⁸⁴. (Perrin, 2009, p. 94). Charlie retoma o catavento e a necessidade de a ele se ligar para fazer xixi. A instituição, então, responde, consentindo com a compra de uma máquina de lavar, em razão de necessidades terapêuticas. Enquanto aguarda a chegada da nova máquina, o menino realiza as sessões no carro de Perrin. Ele gosta de ver a chave girar no tambor de ligação e pede para a analista rodar com o carro em torno da rotatória da instituição. Na ausência de seu corpo-máquina, Charlie recorre a uma outra que lhe serve como continente. De dentro dela, o menino roda, procurando uma ligação que lhe permita uma animação libidinal.

A eleição da máquina de lavar como objeto autístico complexo propiciou uma melhor utilização da linguagem, por parte da criança. E seu recurso aos desenhos vai sendo também elaborado, com opção por desenhar as máquinas, que carregam em si, internamente, olhos e orelhas, objetos pulsionais que lhe servem ao tratamento do Outro.

§16.2 Considerações

O percurso terapêutico de Charlie em direção a um objeto autístico complexo ensina ao clínico muitas nuances do tratamento do Outro empreendido pelo autista. Uma delas se refere à diferença funcional para a elaboração da defesa entre os objetos autísticos simples e os complexos. Os primeiros enquadram em sua imagem o objeto pulsional em jogo, porém ao preço de inflarem-se de gozo, por serem o objeto real que contém o objeto pulsional. Essa característica dos objetos autísticos simples faz com que, por vezes, devam ser destruídos. O objeto porta, em si, um gozo em excesso. Destrói-se o gozo maligno do “Outro onipotente” (*l’Autre tout-puissant*) nele presente. (Perrin, 2009, p. 82). Entretanto, eles também compõem uma borda que afasta o gozo do corpo do sujeito, ao enquadrarem em sua imagem o objeto pulsional, localizando em si o gozo.

¹⁸³ “...le ‘symbole’, pourrions nous dire, de l’autogire.”

¹⁸⁴ “Quand le double vient à manquer, le sujet revient vers les objets autistiques simples.”

Os Lefort (1992) assinalam dois significantes que se mostram típicos no autismo — “partir” e “quebrar”. O despedaçamento dos objetos faz parte da elaboração da defesa autística. (Perrin, 2009). A dependência a um Outro onipotente é o que é demonstrado pelas desmontagens e remontagens dos objetos, empreendidas por Charlie. Ao quebrar o objeto, ele procura um rompimento com esse Outro onipotente e com o objeto de gozo em excesso.

...destruir o catavento é uma tentativa do sujeito para se separar do objeto real que ele contém, ao preço de uma caída de seu ser, uma vez que a destruição do objeto autístico permite o corte, tem por consequência o desligamento do sujeito¹⁸⁵. (Perrin, 2009, p. 85).

Por seu lado, os objetos autísticos complexos conseguem *capturar* o objeto real do gozo, armazenando-o de modo que o sujeito, mediante seu uso, com ele se relaciona, constatando a perda de gozo nele contida. É o que Maleval (2009a, p. 186) assinala como uma “imaginarização” da perda. Eles propiciam, ademais, a animação libidinal do sujeito. Trata-se também de uma borda, porém funcional, que subtrai imaginariamente o gozo e, por isso, liga libidinalmente o sujeito. É agora do lado do sujeito que a libido se encontra. É nesse sentido que Perrin considera que

se o objeto autístico de Charlie permitia uma solução para o transbordamento do gozo escópico enquadrando o objeto pulsional em jogo, o objeto autístico complexo máquina *captura* o objeto real do gozo. A máquina o guarda, ele está a partir de agora ali armazenado¹⁸⁶. (Perrin, 2009, p. 88).

Apesar do limite que instaura ao gozo, o objeto autístico simples faz com que o sujeito sinta a castração como real. A separação é vivida como uma mutilação, como a perda de um pedaço de seu corpo. Apesar do enquadramento do objeto pulsional pelo objeto autístico ser uma etapa decisiva na elaboração da defesa autística, ele se mostra insuficiente para garantir ao sujeito uma separação controlada do objeto real. Desse modo, o catavento é insatisfatório para o tratamento do objeto de gozo, como para o controle da energia libidinal. Pela

¹⁸⁵ “...détruire l'autogire est une tentative du sujet pour se séparer d'avec l'objet réel qu'il cadre, au prix d'un laisser-tomber de son être, puisque la destruction de l'objet autistique permettant la coupure, a pour conséquence un débranchement du sujet.”

¹⁸⁶ “...si l'objet autistique de Charlie permettait de remédier aux débordements de là jouissance scopique em cadrant l'objet pulsionnel en jeu, l'objet autistique complexe la machine capture l'objet réel de la jouissance. La machine le garde, il est désormais stoké là.”

elaboração da castração imaginária, o objeto autístico complexo acalma de maneira duradoura o sujeito, permitindo-lhe se separar dos objetos sem se aniquilar. Ele permite que se instaure um ponto de basta à repetição infinita do trabalho sobre o objeto.

Nas representações gráficas do Estádio do Espelho propostas por Lacan, o objeto real é aquele da boca do vaso da imagem real, $i(a)$. Em uma constituição especular efetiva, em seu lugar surge, no espelho plano do Outro, o $-\phi$, a falta. Poder-se-ia dizer que o objeto autístico simples promove a borda constitutiva do objeto, que organiza minimamente as pulsões, localizando o gozo. Estaria, portanto, do lado da imagem real. Mas esse arranjo, por se encontrar no real, falha. O objeto autístico complexo faz capturar em si a imagem do objeto, no lugar que seria aquele de $-\phi$. Ao se sustentar apenas imaginariamente e sem o apoio simbólico, sua funcionalidade, apesar de mais efetiva que aquela do objeto autístico simples, mostra-se frágil, necessitando de ser reiterada. Essa iteração ocorre pelo contato real e periódico do autista com seu objeto autístico complexo. Maleval (2009a) observa que, por sua composição elaborada, tais objetos colaboram na integração dos afetos do autista.

Tal como Tustin se apegou somente ao aspecto duro dos objetos autísticos, deixando escapar sua funcionalidade dinâmica, os Lefort (1984) se valem dos objetos autísticos simples para afirmar que o duplo do autista é real, sem nenhum acesso ao espelho plano do Outro. O avanço teórico promovido por Maleval traz a possibilidade de surgimento do duplo especular, mesmo que frágil, por meio dos objetos autísticos complexos. Note-se que o contexto atual colaborou para suas proposições diferenciadas, à medida que foram sendo lançados os livros dos autistas de alto nível, relatando suas formas mais elaboradas de defesa.

No caso de Charlie, inicialmente a criança se utilizou da fixação do olhar sobre os calcanhares de Perrin para que pudesse se ligar. Em seguida procurou aparelhá-la e ligar-se a seu circuito, tentando um modo de se abrir ao mundo. Foi nesse contexto em que Perrin era seu único duplo que ele a nomeou pela primeira vez, precisamente quando lhe confiou seu objeto autístico catavento, invadido que estava pelo objeto real que ele continha. O catavento foi deixado no

consultório, em uma separação apaziguante para a criança. A segunda vez que ele nomeou Perrin ocorreu pelo uso da máquina de lavar como objeto autístico. No processo de extração imaginária do objeto, o menino, tomando-a como testemunha, lhe pede para olhar os olhos, o que remete à demanda materna, que lhe dizia sempre “olhe pra mim, olhe pra mim nos olhos”¹⁸⁷ (Perrin, 2009, p. 76). O arremedo de extração do objeto que se opera pela subtração imaginária do gozo escópico permite a Charlie engajar seu próprio olhar. Di Ciaccia e Baio (1998) observam que a presença de uma testemunha, ainda que fugaz, pode permitir ao autista não se sacrificar ao trabalho de regulação do Outro que ele empreende.

No fragmento clínico de Pedro, nota-se o efeito apaziguador da retirada do objeto — o sapato — do corpo da analista. Não se trata do que Perrin assinala como a transposição das características do duplo para o sujeito, pois Pedro não se utiliza do sapato em seu corpo e não o leva consigo em uma situação de separação. O adolescente subtrai o objeto do corpo do Outro, descompletando-o. E isso o acalma. Pode-se perguntar sobre qual objeto pulsional o sapato enquadra. Pedro gosta de cheirá-lo, como faz com outros objetos. Sua ação e o comentário que frequentemente a acompanha — “Cheilinho [cheirinho] de chulé!” — remete ao objeto anal. O fato de Pedro gostar de ver o sapato calçar o pé da mãe e de procurá-lo nas revistas faz também considerar o objeto olhar ali colocado em jogo.

São dois os eixos de elaboração da defesa elaborada por Charlie: os objetos, que portam uma dinâmica pulsional cada vez mais crescente, e o desenho, que vem acompanhado de palavras que se acoplam às imagens, em uma montagem de “um signo icônico”¹⁸⁸ (Perrin, 2009, p. 80). Esse segundo traz a tentativa de simbolização, que aprimora mais efetivamente a função do objeto autístico, como descrito no Outro de síntese. No entanto, ela se dá por meio do signo, recurso máximo representativo que o autista alcança, em uma semissimbolização.

O recurso ao desenho, instaurado por Charlie, remete à formulação teórica de Laurent (2012) sobre a instância da letra na clínica com essas crianças. Por seu estatuto no inconsciente indicá-la como “mais homofônica (sincrônica) que

¹⁸⁷ “*Regarde moi, regarde moi dans les yeux...*”

¹⁸⁸ “*...un signe iconique.*”

etimológica (diacrônica)” (Lacan, 1958/1998, p. 576), o sentido, na letra, encontra-se superado pelo significante, pelo traço. É o que leva Laurent a afirmar que “há certo uso da instância da letra em sua relação com o campo da palavra que é particular a esses sujeitos [autistas], distinto do campo das psicoses” (Laurent, 2012, p. 21). Retoma-se aqui a fórmula proposta neste trabalho — Autismo ◇ Esquizofrenia —, relevando-se sua disjunção. O desenho, traço no papel, se insere nessa ambigüidade que faz incidir o simbólico sobre o real.

Os três registros da letra — a escritura, a cifra e a palavra — são as indicações de Laurent (2012) para o tratamento do que ele chama de acontecimento de corpo do autista. Ele recupera a expressão de Lacan¹⁸⁹ do final de seu ensino, na vertente do que Miller¹⁹⁰ isola como o “Um de gozo”, para considerar que o autista tem seu corpo invadido por um pleno de gozo que ele procura tratar ao extrair algo do corpo. As aprendizagens “sob medida” (Laurent, 2012, p. 32) podem ajudá-lo a suportar uma variedade de imersões na língua que lhe possibilitem tratar seu acontecimento de corpo impossível de tolerar. O autor, então, propõe o acesso do autista a um registro da letra sem especializações, que lhe permita a entrada mais ampla possível na dimensão simbólica.

A animação libidinal do sujeito, obtida com o uso do objeto autístico complexo, não é provocada por sua ligação ao corpo da linguagem, ao Outro, mas a seu intermediário, o duplo. Esse lugar de duplo pode ser ocupado pelos objetos autísticos, simples e complexo, pelo analista, pelo semelhante ou pelo companheiro imaginário. O duplo é o “lugar de coleções da linguagem sem equívocos”¹⁹¹ (Perrin, 2009, p. 100). Por seu intermédio mais elaborado, o ser do autista passa a ser tomado pela “imaginarização” da perda, porém não pelo significante.

Os padrinhos mágicos sustentam a imagem do duplo para Carlos. Por isso lhe é tão difícil ficar sem eles. Pode-se pensar que o adolescente não estaria privado de seus objetos autísticos, Cosmo e Wanda, por lhe ser possível recuperar suas imagens mentalmente. Entretanto, dois aspectos foram suprimidos pela proibição dirigida a Carlos. Primeiramente, não lhe era permitido falar sobre

¹⁸⁹ Cf. Lacan (1975-1976/2007). *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

¹⁹⁰ Cf. Miller, J.-A. (2011). *Curso de Orientação Lacaniana III, 13: o ser e o um*, aulas 9 e 10. Inédito.

¹⁹¹ “...*lieu de collections du langage sans équivoque*...”

os padrinhos mágicos. A importante dimensão do testemunho de um outro que acompanhe a elaboração de sua defesa fica aí elidida. Outrossim, como Cosmo e Wanda são personagens existentes no mundo real dos desenhos animados, vê-los e escutá-los fazem parte de sua composição como duplo. Sua ausência desestruturou a defesa autística que Carlos vinha elaborando, lhe restando a tentativa de destruição do Outro onipotente que invade seu corpo.

O duplo, em sua elaboração menor, representado pelo objeto autístico simples, contribui com uma estruturação da imagem do corpo, permitindo ao sujeito alguma animação pulsional, mas sem determinar-lhe um lugar, o que o leva a ficar completamente submetido ao Outro onipresente, sem distância que possibilite alguma separação. A ligação a um outro, o semelhante, parece humanizar o autista um pouco mais. Os objetos tomados do analista participam da tentativa de estruturação da imagem do corpo e protegem a ligação libidinal do autista. Perrin (2009) nota que os objetos escolhidos mantêm clara referência aos objetos pulsionais, como ocorre com os óculos de sol ou o celular. Ao usar seus objetos, o autista se apropria das características do duplo, adquirindo um corpo que agora se anima. Perrin (2009) observa uma progressão entre as figuras do duplo, já apontada por Maleval (2009a), pela frequência com que o surgimento do companheiro imaginário se segue à eleição de um semelhante como duplo.

Perrin propõe que a especificidade da defesa autística é a “alienação ao objeto-borda”¹⁹² (Perrin, 2009, p. 95), que visa a construção de uma dinâmica subjetiva pela intervenção do duplo. A elaboração de Laurent (1992/1998) sobre o gozo que retorna sobre a borda é aqui acolhida e complementada por aquela de Maleval (2009a) que consagra à dinâmica dos objetos uma função essencial para o autista. A expressão de Perrin bem demarca a instância imaginária da alienação, coincidente com o eixo das elaborações iniciais do Estádio do Espelho. Na progressão teórica de Lacan, o simbólico adquire sua importância e passa a ser contado na conformação original do sujeito. No caso do autismo isso não ocorre, devido à sua forclusão radical do campo do sujeito, o que faz restar o imaginário como recurso para lidar com a perda.

¹⁹² “...*aliénation à l’objet-bord...*”

A transferência ao analista se apresenta pelo canal do duplo, base da defesa autística. “Não se trata de encarnar o duplo, mas de suportar sua imagem”¹⁹³. (Perrin, 2009, p. 96). É somente por meio da posição de suporte da imagem do duplo que o analista pode “lhe dizer algo”, como indicado por Lacan. Entretanto, seguindo com sua orientação, para “não se ocupar dele”, ameaçando-o como Outro onipresente, a posição do analista deve ser aquela de “um duplo pouco presente”¹⁹⁴ (Perrin, 2009, p. 97), servindo como suporte de suas invenções, mas sabendo fazer barreira ao gozo em excesso. Foi esse o propósito da intervenção de Perrin, que colocou à distância o objeto olhar que o catavento enquadrava, sem passar por uma separação real, vivida aterrorizadamente pela criança como extração de um pedaço do corpo. Ao lhe dizer do incômodo que o catavento trazia à construção da defesa que vinha sendo elaborada no tratamento, Perrin rechaça o gozo, o que permite ao menino se acalmar, continuando a se sustentar na imagem do duplo suportada pela analista.

A posição de um duplo não desejante, portador de um vazio, “distraidamente interessado” (Di Ciaccia & Baio, 1998) se desdobra em atitudes condizentes com uma “indiferença calculada”¹⁹⁵ (Perrin, 2009, p. 96) que lhe cai bem: fazer-se ausente de sua enunciação, pela via do fora-de-sentido, pela sonoridade da palavra, por um posicionamento do corpo, são os modos como o autista pode suportar sua presença. Entretanto, do lugar de suporte único do duplo, há sempre riscos para o analista em ser tomado no lugar do Outro invasivo. Perrin aconselha o surgimento de algum objeto autístico para temperar essa relação transferencial. Foi o que tentou instaurar com o bebê-boneco que Charlie encontrou, sem muito sucesso.

A manobra de introdução de um objeto autístico não se mostra simples, ainda o contrário, pois não se trata de sugerir ou planejar sua implantação. Ele vem como construção do sujeito. Entretanto, Perrin indica sua via de possibilidade, assinalando que é por meio da oposição do analista-duplo às ocasiões em que se apresenta o gozo do Outro que o objeto autístico pode dali advir, pois “o autista detém um saber intuitivo sobre o que poderia ser a solução

¹⁹³ “*Il ne s’agit pas d’incarner le double mais d’en supporter l’image.*”

¹⁹⁴ “*...d’un double peu present...*”

¹⁹⁵ “*...une indifférence calculée...*”

para seu caos”¹⁹⁶ (Perrin, 2009, p. 99). Vê-se que é por meio do analista-duplo, e de suas intervenções apaziguantes, que um objeto autístico pode vir a surgir nessa mesma função, caso já não tenha sido encontrado pela criança. Sua presença no tratamento, ao lado do duplo-analista, torna-se essencial para se evitar o ataque ao corpo do analista e a retirada de seus objetos pessoais, em um transitivismo pouco fecundo ao sujeito.

O duplo configura-se como canal de tratamento do gozo, podendo, outrossim, se instaurar como canal em direção ao Outro de suplência, aquele que faz notar sua falta, - ϕ . “...de $i(a)$ para $I(a)$; o ato do clínico se orientaria pela utilização (feita pelo sujeito) do duplo em direção ao grande I ”¹⁹⁷. (Perrin, 2009, p. 100). Trata-se de uma proposta ousada, por parte de Perrin, pois faz recompor a imagem especular em toda a sua magnitude para o sujeito, o que não parece ser possível nos casos de autismo.

De qualquer modo, é à topologia que a sugestão de Perrin aponta, o que se mostra enriquecedor para a teorização sobre o autismo. Considera-se que a figura topológica do toro, que permite conceber a indiferença entre o dentro e o fora, assinalada por Laurent (1992/1998), representa fielmente o corpo do autista. Toda a sua construção se encaminha para lhe instaurar uma borda que venha demarcar um tênue limite entre exterior e interior. A proposta da autora avança para se considerar a amarração borromeana no autismo, compondo uma suplência à ausência da constituição corporal. Esse empreendimento não se fará presente neste trabalho, fazendo-se restar, contudo, como uma proposição futura. Devido à atualidade e à abundância das discussões sobre o autismo, a produção dos novos aspectos teóricos não acompanha um trabalho de pesquisa com tempo restrito de conclusão. Sendo assim, fica apenas assinalada a recente proposta de Laurent para o autismo, inédita pelo momento, da “forclusão do buraco”¹⁹⁸. O autor distingue topologicamente o buraco e o vazio, demarcando que um buraco no simbólico cria uma borda, o que não ocorre com um buraco no Real. O “regime autístico do buraco”¹⁹⁹ demonstra a ausência de borda, uma experiência do

¹⁹⁶ “...le sujet autiste détenait un savoir intuitif sur ce qui pourrait remédier à son chaos.”

¹⁹⁷ “...de $i(a)$ vers $I(a)$; l’acte du clinicien s’orienterait de l’utilisation (faite par le sujet) du double vers grand I .”

¹⁹⁸ Uma menção a essa expressão, sem maiores desenvolvimentos, encontra-se em Laurent, 2012, p. 29. Posteriormente, o autor introduziu, no próprio arquivo do texto original, duas páginas onde a explica. O texto, na íntegra, encontra-se em vias de publicação. Tivemos acesso ao arquivo original aumentado.

¹⁹⁹ “Le régime autistique du trou”.

buraco sem borda. O espelho, sendo aquilo que instaura um limite espacial fazendo furo no espaço, não se constitui no autismo. O duplo surge em seu lugar e a experiência do buraco sem borda promove a borda separada do corpo. A construção do duplo se acompanha pela estruturação de uma nova borda para localizar o gozo que se repete sem fim no “Um de gozo”²⁰⁰. Sobre o corpo sem borda do espaço não furado, duplica-se como limite a borda e, ao mesmo tempo, a presença da morte.

A assertiva de Laurent faz par com aquela de Maleval (2009a) que encontra no duplo do autista a imagem dinâmica que captura e esconde o objeto a não negativizado pela função fálica, tomando-o na pulsão de morte. Essa fragilidade especular do objeto autístico complexo não o faz menos indicado ao tratamento do Outro pelo autista. Na verdade, defende-se neste trabalho a proposição de que ele seja seu único recurso. É sobre os objetos que o duplo se constitui, desde a simplicidade de sua manipulação alheadora até a complexidade de sua elaboração que vincula o autista ao mundo.

Os autistas pensam essencialmente por signos, mas são também marcados por significantes, e isso os angustia. Seu tratamento não deve forçar a linguagem e a fala, mas se apoiar sobre os objetos. Encontrar objetos que falam em seu lugar é um recurso para não implicar seus afetos. Os objetos autísticos se prestam a essa posição de duplo, por meio do qual a emissão da enunciação é deslocada do lugar do sujeito. “Falar por procuração”, ensina Maleval (2011, p. 90). Quando o duplo suporta tal enunciação artificial, exerce sua função maior: regular as trocas, protegendo o sujeito.

²⁰⁰ “*Un de jouissance*.”

CONCLUSÃO

A questão clínica incitada pelo lugar do objeto autístico é de essencial importância para o tratamento. De saída, porque o objeto autístico nele se faz sempre presente. Deste modo, pode-se afirmar que a clínica com o autista enreda-se na clínica do objeto autístico. Se este é tomado somente por seu aspecto de duplo “duro” do sujeito, incorre-se na tendência de considerá-lo nocivo ao tratamento, visto que são privilegiadas sua função de proteção e também de alheamento. Esse foi o logro sofrido por Tustin e pelos Lefort.

Todavia, se passa a ser considerado o aspecto dinâmico do duplo, novas perspectivas clínicas se abrem. O movimento espontâneo do autista de se ligar ao objeto autístico e dele se desligar traz o corte regulador para a economia libidinal. Uma maior complexidade da função de animação libidinal por meio de uma organização da realidade, promovida pelo Outro de síntese, ou da instauração de um eixo de saber que capte o interesse do autista permite sua conexão ao mundo. Mais além, pelo uso do objeto autístico complexo o autista pode vir a capturar no imaginário a perda simbólica.

As abordagens teóricas estudadas revelam sua transição entre a concepção do objeto autístico impregnado por sua função protetora em relação ao mundo externo, “não-eu”, e aquela do objeto conector com esse mundo, edificado com base naquele inicial, por meio de um intrincado trabalho do sujeito.

Se o objeto autístico é o recurso *princeps* encontrado pelo autista para seu tratamento do Outro, ele aponta ao clínico aquilo que o fundamenta. A ausência de constituição da imagem corporal que se apoia na inexistência da efetividade da função do Ideal do Eu compõem os elementos que estruturam seus fenômenos. O mecanismo do transitivismo observado em alguns deles se aprimora na função imaginária do duplo, base da elaboração de sua defesa. Os objetos autísticos se prestam a suportar a imagem do duplo, bem como o semelhante, os amigos imaginários e, nos casos mais avançados de elaboração da defesa autística, o espelho.

Os objetos autísticos, em suas categorias “simples” e “complexos”, servem como apoio à imagem do duplo, sendo que os primeiros promovem uma imagem real e os do segundo grupo alcançam uma imagem especular. Essa é uma

elaboração própria desta pesquisa, depreendida como síntese das leituras realizadas. Tal proposição permite compreender os equívocos quanto à função dos objetos no tratamento, empreendidos por alguns teóricos em razão de terem se deparado com o uso exclusivo dos objetos autísticos simples.

As publicações dos testemunhos dos autistas de alto nível, ocorridas no início do século XXI, instrumentalizaram os psicanalistas a reconhecerem um nível mais complexo de funcionalidade desses objetos. Mais ainda, eles puderam acompanhar o relato do processo de sua elaboração. Tal oportunidade contingencial lançou luz àqueles relatos clínicos da literatura que granjearam uma abertura ao mundo, por meio — e sempre é assim — do apoio de suas invenções. Casos como Joey, de Bettelheim e Dibs, de Axline, puderam ser relidos sob a ótica do árduo processo de construção de um duplo que venha a lhes permitir a possibilidade do laço social.

A proposição da ausência do Ideal do Eu que fundamenta o distúrbio autístico surge como elemento lógico implicado na dificuldade de fala desses sujeitos. O embaraço com o significante e os ruídos da língua que ele carrega promove a busca do autista por uma língua composta por signos “indexicais”. A junção da palavra à imagem, do significado ao significante, propicia um controle da língua, único meio possível ao autista de se permitir o acesso à fala. O privilégio dado aos substantivos e os recursos no tratamento de emparelhamento de uma palavra a uma imagem o demonstram.

O lugar de duplo suportado pelo analista torna-se, então, condição para o tratamento. É a partir dessa função que sua própria fala pode vir a promover efeitos apaziguadores na criança, ao se dispor como testemunha de seu tratamento do Outro e como parceiro que faz limite às situações de invasão de gozo. Não se trata de encarnar o duplo, mas apenas de suportar sua imagem. Desse modo, o analista não resvala facilmente para a posição do Outro onipotente.

Entretanto, a pesquisa mostrou que ser o único duplo do sujeito leva o analista a ser tomado nessa posição de onipotência. Para diluí-la, um objeto deve ser instaurado nesse lugar de duplo. Esse trabalho de construção de um objeto-duplo, ou objeto-borda, é de responsabilidade do próprio sujeito que, por suas intuições sobre os modos de controlar seu caos, trilha caminhos que podem ser

produtivos para sua elaboração. Ajudá-lo nesse percurso, com toda cautela que sua presença exige, é a função do clínico. O analista é um duplo que auxilia o autista a construir um objeto-duplo. Este ele pode carregar no bolso, como indica Lacan, em uma aproximação com o campo da psicose.

Cabe, então, a pergunta, recolhida da estrutura da tese: por que, nos fragmentos de nossa clínica, não conseguimos referir a nenhum objeto autístico complexo elaborado pelos autistas que acompanhamos? Algumas respostas surgem. Como é possível notar em um levantamento estatístico rápido e informal, a quantidade de autistas que alcançam esse nível de elaboração é imensamente pequena. Depreende-se daí que suas intuições terapêuticas não sobrepujam as repetições garantidoras de um controle do mundo. Os “saltos criativos” descritos por Perrin, que se surpreende com um rompimento da repetição por parte da criança, não se mostram tão frequentes.

Mas é também essa autora que indica o caminho para a possibilidade de sua produção. A barreira ao gozo invasivo efetuada pelo analista, de seu lugar de suporte do duplo, encaminha o autista para a elaboração de sua defesa. Tem-se, aqui, a construção clínica sobre o percurso empreendido pela criança para tratar seu Outro, realizada pelo analista para se orientar. A periodicidade de encontros semanais com a criança não se mostra impeditiva do acompanhamento de seu trabalho, mas a parceria com a instituição por ela frequentada mostra-se fundamental. O trabalho de regulação do Outro está sendo efetivado pela criança a todo tempo e em qualquer lugar. Uma construção conjunta a respeito de seu trabalho, entre aqueles que a acompanham, mostra-se profícua para ajudá-la nesse mesmo propósito. Nesse sentido, os autistas de nossa clínica não estão sendo favorecidos, apesar de nossa conduta em manter contato com os diversos profissionais que dele se acercam.

A relação do autista com seus objetos é carregada de um contraste funcional: ou ele o controla, ou dele se separa. Se, por sua invenção, ele encontra um objeto que se deixa controlar e, ao mesmo tempo, promove alguma separação, não de si, mas do gozo, o autista atinge o cume de sua elaboração defensiva, que lhe concede o suporte para uma abertura à interação.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, E. A Esquizofrenia e o Estádio do Espelho. *Revista de Psiquiatria e Psicanálise com Crianças e Adolescentes*. Belo Horizonte: FHEMIG, 1(1), pp. 83-87, dez. 1994.

BAIO, V. & Kusnierek, M. O autista: um psicótico a trabalho. *Préliminaire*, Bruxelles: Antenne 110, 5, pp. 7-18, 1993.

BAIO, V. Enfrentar o real da criança psicótica. In: Fundação do Campo Freudiano, *O sintoma-charlatão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a, pp. 227-232.

BAIO, V. Como um S2 va al encuentro del S1. Notarios del niño autista. *Carretel*. Barcelona: Nueva Red Cereda, 1, pp. 89-95, jul. 1998b.

BARROSO, S. F. *Alíngua* e invenção na esquizofrenia e no autismo. In: _____. *As psicoses na clínica com crianças: o corpo sem a ajuda de um discurso estabelecido*. 2012. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Cap. 3, 2012.

BARTH, L. F. & SILVEIRA, V. O transativismo como dispositivo clínico-conceitual. *Ágora, Estudos em Teoria Psicanalítica*, 7(2), jul./dez. 2004, pp. 251-263. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v7n2/v7n2a05.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2012.

BELAGA, G. Las psicosis infantiles del “autismo” a la psicotización. *Virtulalia – #16, Revista Digital da Escola de Orientação Lacaniana*, ano VI, nº 16, feb./mar. 2007.

BERQUEZ, G. O autismo infantil e Kanner. Estudo histórico e consequências teóricas. In: MAZET, P. & LEOVICI, S. *Autismo e psicoses da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, pp. 20-30.

BLEULER, E. As esquizofrenias. In: _____. *Psiquiatria*. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985, pp. 279-321. (Obra original publicada em 1911).

BRUNO, P. El dicho – sobre la esquizofrenia. In: *Revista Freudiana*, 9. Escuela Europea de Psicoanálisis, Paidós, 1993, pp. 93-112

BRUNO, P. Autismo y psicosis infantil. *Analítica del Litoral*, 7, 40-59. Santa Fé, Argentina, jul.1997.

CADIEUX, D. (2009). Au commencement fut l'acte de parole. Langue originaire et parole autistique. In: MALEVAL, J.-C. (Dir.). *L'autiste, son double et ses objets*. Rennes, FR: Presses Universitaires de Rennes, pp. 211-226. (Clinique Psychanalytique et Psychopathologie).

COHEN, D. J. & Volkmar, F. R. (1997). *Handbook of autism and pervasive developmental disorders*. 2. ed. New York: John Wiley & sons.

DI CIACCIA, A. & BAIO, V. *El velo y la falta*. Temas Cruciales I. Buenos Aires: Atuel, 1998.

DIAS, V. S. *O corpo em questão na psicose*. 2001. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FERNANDES, L. R. *O olhar do engano*. Autismo e Outro primordial. São Paulo: Escuta, 2000.

FERREIRA, A. E. P. & Couto, M. P. *Nem lá língua, nem S₁ no autismo?* Núcleo de Pesquisa em Psicanálise com Crianças, Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. (Mimeo, 7 p.).

FRANÇOIA, C. R. *Linguagem e inconsciente: um retorno a Lacan*. 2005. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Dissertacoes/DissertacaoCarlaReginaFrancoia.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2012.

FREUD, S. (Texto datado de 1895 e publicado em 1950). *Projeto para uma psicologia científica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp.301-409. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).

FREUD, S. (Texto datado de 1896 e publicado em 1950). *Carta 52* (6 de dezembro de 1896). 2. ed. Rio de Janeiro: Imago. 1987, pp. 254-259. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).

FREUD, S. (Texto datado de 1899 e publicado em 1950). *Carta 125* (9 de dezembro de 1899). 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 299-300. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).

FREUD, S. (Obra publicada em 1900). *A interpretação dos sonhos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 4 e 5).

FREUD, S. (Obra publicada em 1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 117-228. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 8).

FREUD, S. (Obra publicada em 1914). *Sobre o narcisismo: uma introdução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 83-119. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

FREUD, S. (Obra publicada em 1915a). *Os instintos e suas vicissitudes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 127-162. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

FREUD, S. (Obra publicada em 1915b). *O inconsciente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 183-245. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

FREUD, S. (Texto datado de 1916-1917 e publicado em 1917a). *Conferências Introdutórias sobre psicanálise. Parte III. Conferência XX: A vida sexual dos seres humanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 355-373. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 16).

FREUD, S. (Texto datado de 1916-1917 e publicado em 1917b). *Conferências Introdutórias sobre psicanálise. Parte III. Conferência XXI: O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 375-395. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 16).

FREUD, S. (Texto datado de 1916-1917 e publicado em 1917c). *Conferências Introdutórias sobre psicanálise. Parte III. Conferência XXVI: A teoria da libido e o narcisismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 481-502. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 16).

FREUD, S. (Obra publicada em 1919). *O “estranho”*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 271-318. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 17).

Freud, S. (Obra publicada em 1920). *Além do princípio de prazer*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 11-85. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

FREUD, S. (Obra publicada em 1923a). *O ego e o id*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 11-83. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).

FREUD, S. (Obra publicada em 1923b). *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 175-184. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).

FREUD, S. (Obra publicada em 1925a). *Uma nota sobre o “Bloco Mágico”*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 281-290. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).

FREUD, S. (Obra publicada em 1925b). *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987, pp. 301-320. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).

FRITH, U. *Autismo*. Madri: Alianza Editorial, 1991.

GAUDERER, E. C. (Ed.) *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento*. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993.

GEPAPI – Grupo de Estudos e Pesquisas em Autismo e outras Psicoses Infantis *Autismo: visão multidisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Memnon, 1991.

GRANDIN, T. (em colaboração com M. Scariano) *Uma menina estranha. Autobiografia de uma autista*. Tradução de S. Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HÉBERT, F. *Rencontrer l'autiste et le psychotique*. Paris: Vuibert, 2006.

HOUAISS, A. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, 1.0, 2001.

JOSSELIN, F. *Clinique de la langue maternelle*. *Mensuel*, 27, oct. 2007. Disponível em: http://www.champlacanienfrance.net/IMG/pdf/Mensuel27_FJosselin.pdf. Acesso em: 17 jul. 2012.

KANNER, L. (Obra original publicada em 1943). Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In: ROCHA, P. S. (Org.). *Autismos*. São Paulo: Escuta, 1997, pp. 111-170.

KINDGARD, A. Presencia del autismo en las clasificaciones psiquiátricas norteamericana y francesa. *El Caldero de la Escuela*, 53, Buenos Aires: EOL, pp. 11-14, jul. 1997.

KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Tradução de M. M. Barahona. Lisboa: Edições 70, 1969.

LACAN, J. (Seminário proferido em 1953-1954). *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LACAN, J. (Seminário proferido em 1954-1955). *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. (Seminário proferido em 1955-1956). *O Seminário, livro 3: as psicoses*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. (Seminário proferido em 1956-1957). *O Seminário, livro 4: as relações de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LACAN, J. (Seminário proferido em 1962-1963). *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, J. (Seminário proferido em 1972-1973). *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

LACAN, J. (Seminário proferido em 1975-1976). *O Seminário, livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1936). Para além do “Princípio de realidade”. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 77-95.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1945). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 197-213.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1946). Formulações sobre a causalidade psíquica. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 152-194.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1948). A agressividade em psicanálise. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 104-126.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1949). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 96-103.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 238-324.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1956). A carta roubada. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 13-66.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 496-533.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1958). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 537-590.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1960a). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 653-691.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1960b). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 807-842.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1967). Discurso de clausura de las jornadas sobre psicosis infantil. In: MANNONI, M. *et al. Psicosis infantil*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971, pp. 150-161.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1969). Nota sobre a criança. In: _____. *Outros Escritos* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, pp. 369-370.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1972). O aturdido. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, pp. 448-497.

LACAN, J. (Obra original publicada em 1975). Conferência em Genebra sobre o sintoma. *Opção Lacaniana*, Revista brasileira internacional de psicanálise, São Paulo: Eolia, 23, pp. 6-16, dez. 1998.

LACAN, J. (1951). *Quelques réflexions sur l'ego*. Disponível em: <<http://www.ecole-lacanienne.net/pastoutlacan50.php>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da Psicanálise*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LASNIK-PENOT, M.-C. *Rumo à palavra: três crianças autistas em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1997.

LAURENT, É. De quelques problèmes de surface dans la psychose et l'autisme. *Quarto*, Revue de l'ECF-ACF en Belgique, Bruxelles, 2, pp. 30-46, sept. 1981.

LAURENT, É. Lo que Melanie sabia... In: _____. *Concepciones de la cura en psicoanálisis*. Buenos Aires: Manantial, 1984, pp. 63-70.

LAURENT, É. (Obra original publicada em 1992). Reflexiones sobre el autismo. *Anamorfosis*, Buenos Aires: EOL, 5(5), pp. 85-94, jun. 1998.

LAURENT, É. O que nos ensinam os autistas. In: MURTA, A.; CALMON, A. & ROSA, M. (Orgs.). *Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana*. Belo Horizonte: Scriptum Livros (Escola Brasileira de Psicanálise), 2012, pp. 17-44.

LEFORT, R. & LEFORT, R. (Obra original publicada em 1980). *O nascimento do Outro*. Salvador: Fator Livraria, 1984.

LEFORT, R. & LEFORT, R. O autismo, especificidade. In: Fundação do Campo Freudiano, *O sintoma-charlatão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 220-226.

LEFORT, R. & LEFORT, R. Autisme et psychose, deux signifiants: "partie" et "cassé". *Séries Découverte Freudienne*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 8, pp. 229-238, 1992.

LEFORT, R. & LEFORT, R. *La distinction de l'autisme*. Paris: Seuil, 2003.

LOPES, A. M. C. S.; SANTIAGO, J.; FERREIRA, R. A. Psicopatologia da imagem corporal: causalidades e consequências. [Versão eletrônica], *Mental*, 6, Barbacena, MG, (11), pp. 35-52, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v6n11/v6n11a03.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

MAHLER, M. (Obra original publicada em 1953). *As psicoses infantis e outros estudos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

MALEVAL, J.-C. Ébauche d'une approche de la spécificité de la psychose autistique. In: *Groupe Petite Enfance: L'Autisme*. Tradução de Cristina Drummond. Nouveau Réseau Cereda Diagonale Francophone, Bulletin 10, pp.136-138, jan. 1997. (Apostila).

MALEVAL, J.-C. La machine autistique de Temple Grandin. *La Cause freudienne*. Nouvelle revue de psychanalyse, Nouveaux symptômes. Paris: Navarin, 38, pp. 98-102, fév. 1998.

MALEVAL, J.-C. Quel traitement pour le sujet autiste? *Les Feuilles du Courtil*. Aux limites du lien social: les autismes. Leers-Nord, Belgique: Dumortier, 29, pp. 29-76, jan. 2008a.

MALEVAL, J.-C. Os autistas escutam muitas coisas, mas será que alucinam? In: *Opção Lacaniana*, Revista brasileira internacional de psicanálise. São Paulo: Eolia, 52, pp. 163-171, set. 2008b.

MALEVAL, J.-C. Les objets autistiques complexes sont-ils nocifs? In: _____. (Dir.). *L'autiste, son double et ses objets*. Rennes, FR: Presses Universitaires de Rennes, pp. 161-189, 2009a. (Clinique Psychanalytique et Psychopathologie).

MALEVAL, J.-C. *L'autiste et sa voix*. Paris: Seuil, 2009b.

MALEVAL, J.-C. Langue verbeuse, langue factuelle et phrases spontanées chez l'autiste. *La Cause freudienne, Nouvelle revue de psychanalyse*, Des autistes et des psychanalystes. Paris: Navarin, 78, pp. 77-92, juin 2011.

MAURICE, C. *Behavioral intervention for young children with autism: a manual for parents and professionals*. Austin, Texas: Pro-ed, 1996.

MERLEAU-PONTY, M. (Obra original publicada em 1951). *As relações com o outro na criança*. Belo Horizonte: SEGCP/Imprensa Oficial, 1984.

MILLER, J.-A. (Obra original publicada em 1989). Jacques Lacan et la voix. *Quarto*, Révue de l'ECF-ACF en Belgique, Bruxelles, 54, pp. 47-52, juin 1994, (Apostila traduzida por Ângela Vorcaro para uso interno, 10 p.).

MILLER, J.-A. Clínica irônica. In: _____. *Matemas I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, pp. 190-200.
mar

MILLER, J.-A. *Comentário sobre Maurice Merleau Ponty*. Curso de DEA, 16 abr. 1998. Notas de D. Vergetis em *Análisis de las alucinaciones* (Org. Sílvia Tendlarz), Buenos Aires: Paidós, 1993.

MILLER, J.-A. Teoria de la lengua (Rudimentos). In: _____. *Matemas I*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996, pp. 65 - 66.

MILLER, J.-A.). O monólogo da *apparola*. *Opção Lacaniana*, Revista brasileira internacional de psicanálise. São Paulo: Eolia, 23, pp. 68-76, dez. 1998.

MILLER, J.-A. Peças Avulsas. *Opção Lacaniana*, Revista brasileira internacional de psicanálise. São Paulo: Eolia, 44, pp. 9-27, nov. 2005.

MURTA, A.; CALMON, A., & ROSA, M. (Orgs.). *Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana*. Belo Horizonte: Scriptum Livros (Escola Brasileira de Psicanálise), 2012.

O enigma das cartas (House of Cards). Direção: M. Lessac. EUA: Penta Entertainment, 1992. DVD (00 min), son., color. Legendado.

OLIVEIRA, S. M. E. *Nem língua, nem S₁ no autismo?* Núcleo de Pesquisa em Psicanálise com Crianças, Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. (Mimeo).

PERRIN, M. Construction d'une dynamique autistique. De l'autogire à la machine à laver. In: MALEVAL, J.-C. (Dir.). *L'autiste, son double et ses objets*. Rennes, FR: Presses Universitaires de Rennes, pp. 69-100, 2009. (Clinique Psychanalytique et Psychopathologie).

PIMENTA, P. *Autismo: déficit cognitivo ou posição do sujeito? Um estudo psicanalítico sobre o tratamento do autismo*. 2003. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PIMENTA, P. *Inconsciente real e autismo*. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, disciplina “Inconsciente e Sexualidade”, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. (Mimeo).

PIMENTA, P. Um caso de autismo. *Revista de Psicologia Plural*. Belo Horizonte: Universidade FUMEC, 20(33), pp. 59-66, jan./jun. 2011.

PIMENTA, P. Objeto e linguagem em um caso de autismo. In: MURTA, A., CALMON, A., & ROSA, M. (Orgs.) *Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana*. Belo Horizonte: Scriptum Livros (Escola Brasileira de Psicanálise), 2012, pp. 167-185.

PIMENTA, P. & DRUMMOND, C. Pode o autismo ser diferenciado da esquizofrenia? *Almanaque On-line*, 3(5), jul./dez. 2009. Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em:

<<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/almanaque5.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

PINTO, J. 1, 2, 3 da *Semiótica*. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

Rain Man. Direção: B. Levinson. EUA: MGM, 1988. DVD (00 min), son. color, legendado.

RUTTER, M. Autismo Infantil. In: GAUDERER, E. C. (Ed.). *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento*. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993, pp. 60-82.

SACKS, O. Um antropólogo em Marte. In: _____. *Um antropólogo em Marte*. Sete histórias paradoxais. 3.ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995, pp. 253-301.

SAMI-ALI, M. (Obra original publicada em 1967). Génesis de la palabra en un niño autista. Contribución a la teoría de los objetos transicionales. In: MANNONI, M. et al. *Psicosis infantil*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971, pp. 85-98.

SCHWARTZMAN, J. S. Síndrome de Asperger. In: _____. *Temas sobre Desenvolvimento*, 2, , 1991, pp. 19-21.

SCHWARTZMAN, J. S. *Autismo infantil*. Brasília: CORDE, 1994.

SOLER, C. Fora do discurso: autismo e paranoia. *Revista de psiquiatria e psicanálise com crianças e adolescentes*. Belo Horizonte: FHEMIG, 1(1), pp. 69-80, dez. 1994.

SPITZ, R. (Obra original publicada em 1965). *O primeiro ano de vida*. Tradução de E. M. B. da Rocha. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

STEVENS, A. L'holofrase, entre psychose et psychosomatique. *Ornicar?, Revue du Champ freudien*, 42, 45-54, juil.-sept. 1987.

STIGLITZ, G. *El lazo con el Otro*. La investigación del autista. Nueva Escuela Lacaniana del Campo Freudiano. Textos online: Clínica del autismo. México. Disponível em: <<http://www.eolrosario.org.ar/Gustavo%20-%20Autismo.pdf>>

TAMMET, D. *Nascido em um dia azul*. Por dentro da mente de um autista extraordinário. Tradução de I. Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

TENDLARZ, S. E. *De que sofrem as crianças?* A psicose na infância. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

TUSTIN, F. (Obra original publicada em 1972). *Autismo e psicose infantil*. Tradução de I. Casson. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

TUSTIN, F. (Obra original publicada em 1981). *Estados autísticos em crianças*. Tradução de J. M. Xisto. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

TUSTIN, F. (Obra original publicada em 1986). *Barreiras autísticas em pacientes neuróticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

TUSTIN, F. A perpetuação de um erro. *Letra Freudiana*, O autismo. Tradução de P. Vidal. Rio de Janeiro: Revinter, 14(14), pp. 63-79, 1995a.

TUSTIN, F. Carta a Claude Allione. *Letra Freudiana*, O autismo. Tradução de P. Vidal. Rio de Janeiro: Revinter, 14(14), pp. 81-83, 1995b.

TUSTIN, F. & Vidal, E. Entrevista. *Letra Freudiana*, O autismo. Tradução de P. Vidal. Rio de Janeiro: Revinter, 14(14), pp. 85-99, 1995c. (Entrevista realizada em dez. 1993).

VIGOTSKI, L. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VOLKMAR, F. *et al.* Practice parameters for the assessment and treatment of children, adolescents, and adults with autism and other pervasive developmental disorders. *J. Am. Acad. Child. Adolesc. Psychiatry*, AACAP official action, 38(12), 32-54s, supplement Dec. 1999.

WALLON, H.). (Obra original publicada em 1931). Comment se développe chez l'enfant la notion du corps propre. *Enfance*, 16(1-2), pp. 121-150, 1963. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/enfan_0013-7545_1963_num_16_1_2318>. Acesso em: 5 jul. 2012.

WILLIAMS, D. *Nobody nowhere*. London, UK: Jessica Kingsley, 1994.

WING, L. A abordagem educacional para crianças autistas: teoria, prática e avaliação. In: GAUDERER, E. C. (Ed.). *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento*. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993a, pp. 83-89.

WING, L. (Obra original publicada em 1988). O contínuo das características autistas. In: GAUDERER, E. C. (Ed.). *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento*. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993b, pp. 90-98.

WING, L. Como manejar os problemas de interação social das pessoas autistas. In: GAUDERER, E. C. (Ed.). *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento*. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993c, pp. 99-104.

ANEXOS

Anexo A

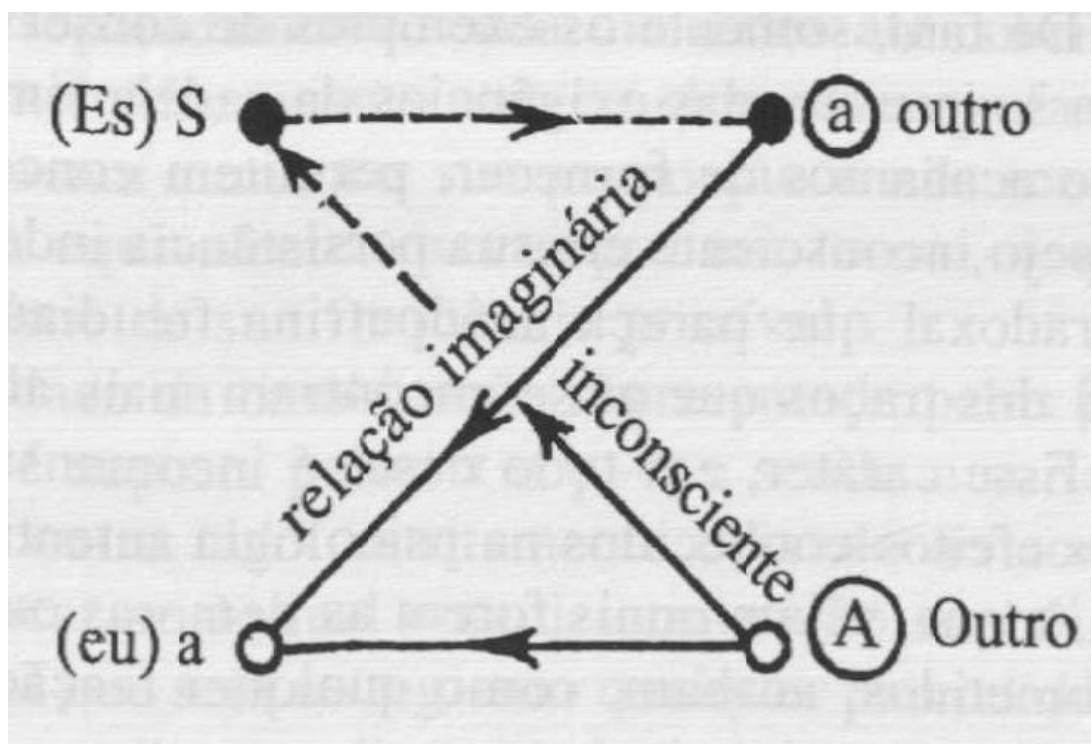


FIGURA 1 – Esquema L

Anexo B

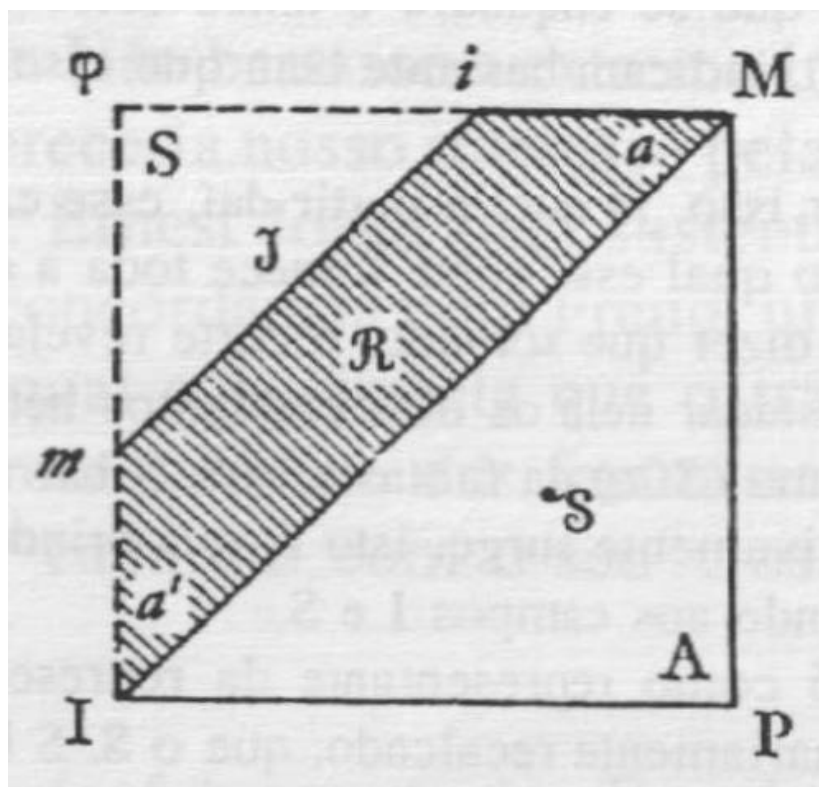


FIGURA 2 – Esquema R

Anexo C

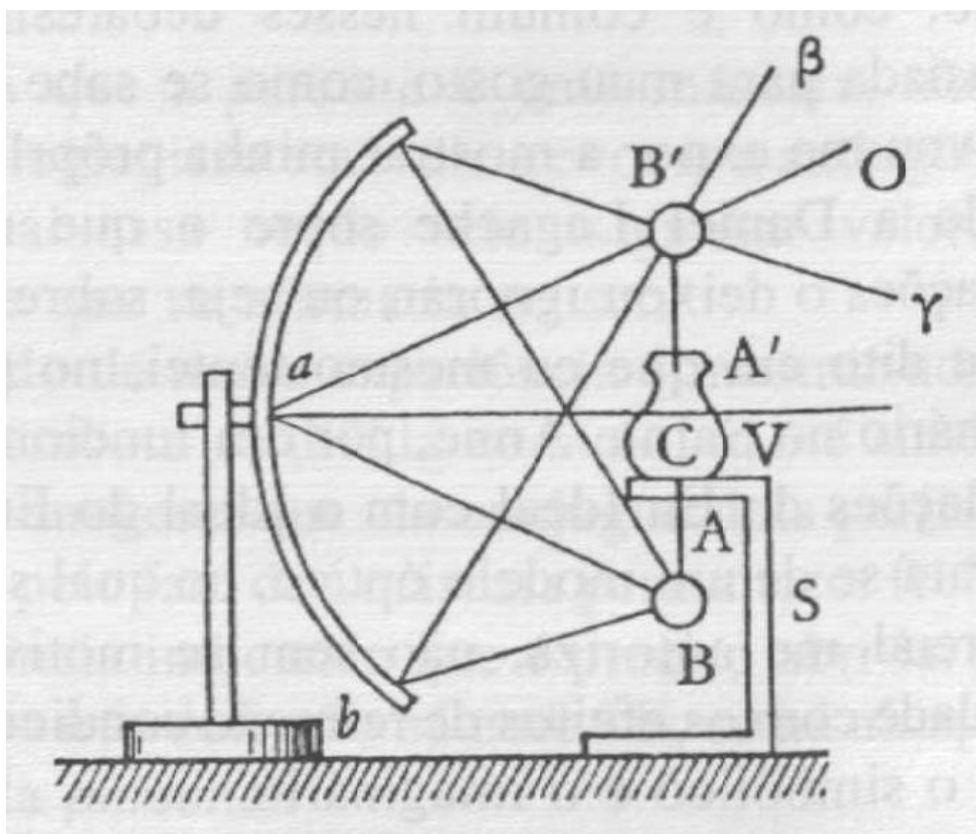


FIGURA 3 – Ilusão do buquê invertido, de Bouasse

Anexo D

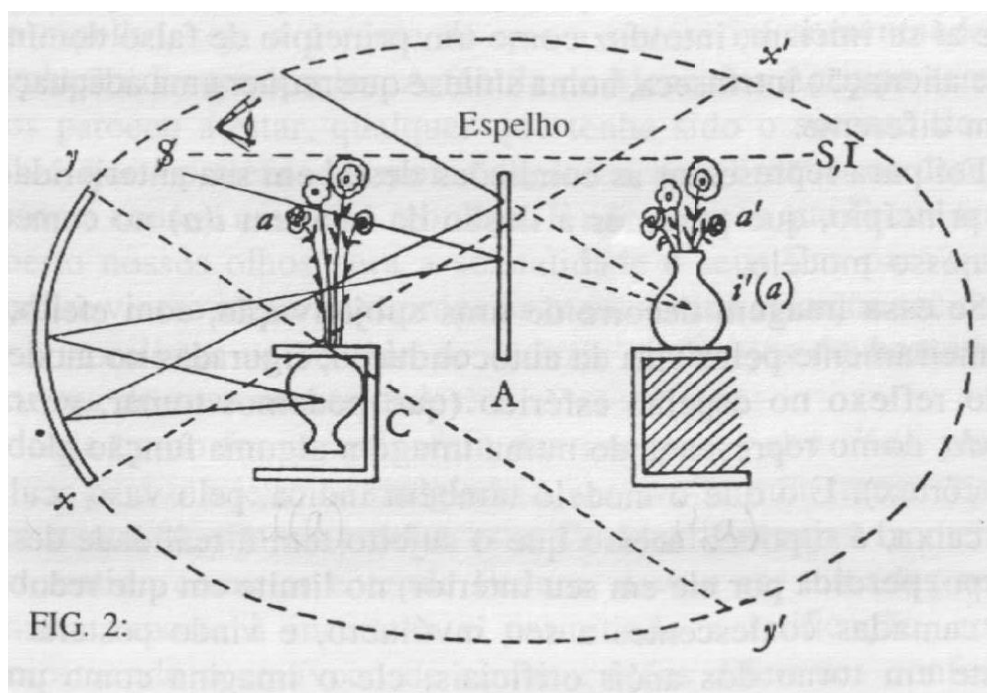


FIGURA 4 – Ilusão do vaso invertido proposta por Lacan

Anexo E

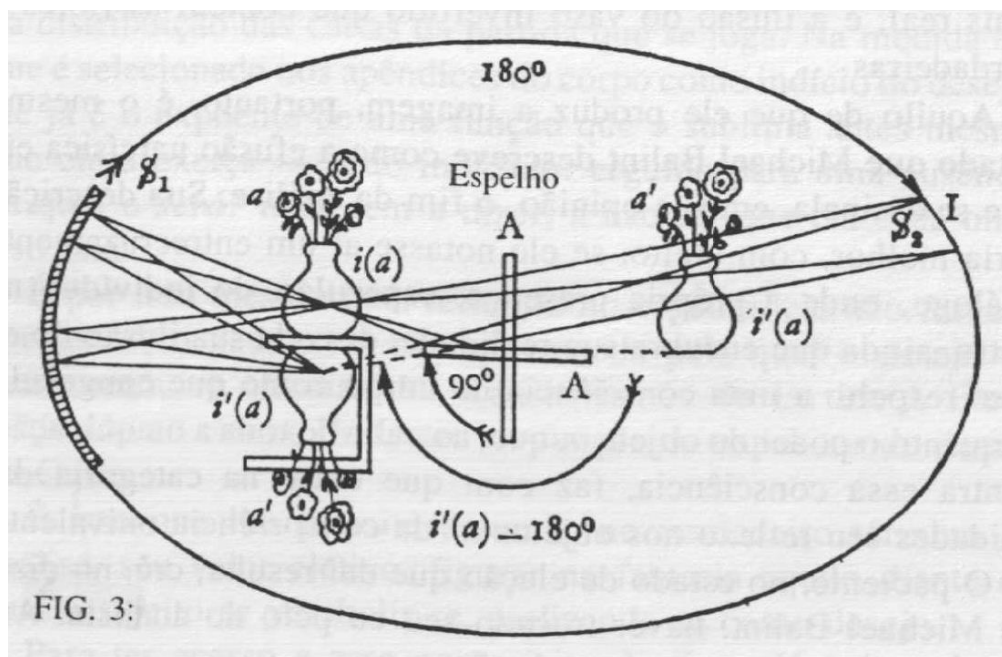


FIGURA 5 – Esquema completo

Anexo F

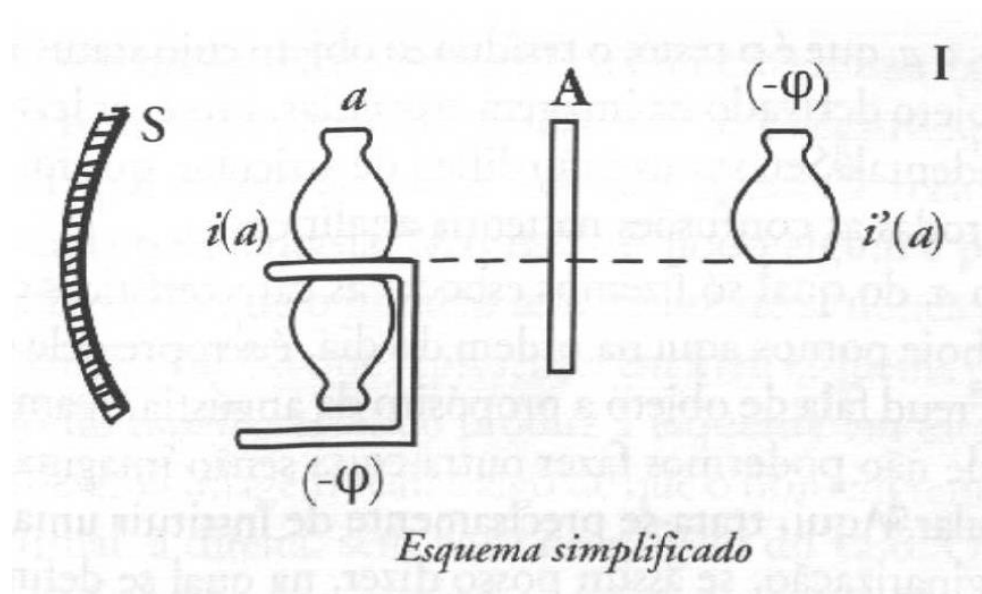


FIGURA 6 – Esquema simplificado

Anexo G

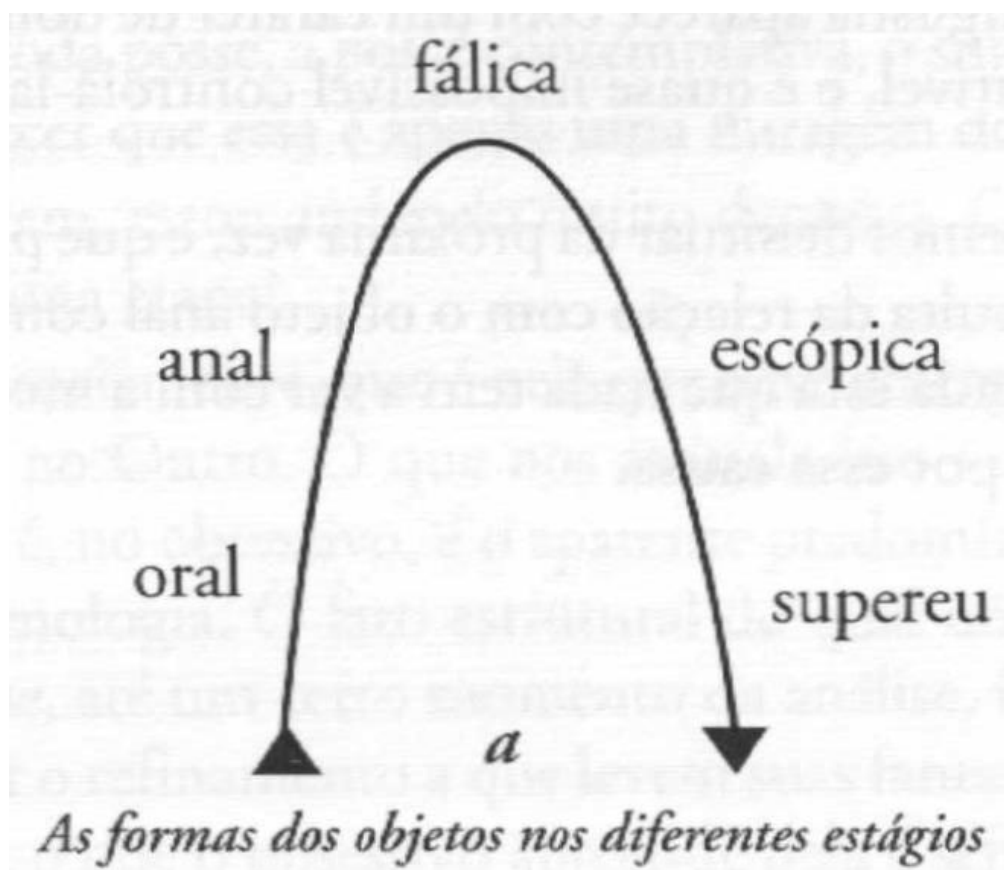


FIGURA 7 – As formas dos objetos nos diferentes estágios